

# Colonos, colônias e colonizadoras

aspectos da territorialização agrária  
no sul do Brasil

Volume VI

João Carlos Tedesco  
Rosane Marcia Neumann  
(Org.)

  
**UPF** EDITORA



## UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

*Bernadete Maria Dalmolin*  
Reitora

*Edison Alencar Casagrande*  
Pró-Reitor Acadêmico

*Antônio Thomé*  
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

### **UPF Editora**

#### **Editora**

*Janaína Rigo Santin*

#### **Revisão**

*Cristina Azevedo da Silva*

#### **Programação visual**

*Rubia Bedin Rizzi*

### **Conselho Editorial**

*Alvaro Sanchez Bravo* (Universidad de Sevilla)

*Andrea Michel Sobotka* (UPF)

*Andrea Oltramari* (Ufrgs)

*Antônio Thomé* (UPF)

*Carlos Ricardo Rossetto* (Univali)

*Fernando Rosado Spilki* (Fecvale)

*Gionara Tauchen* (Furg)

*Héctor Ruiz* (Uadec)

*Helen Treichel* (UFFS)

*Jaime Morelles Vázquez* (Ucol)

*Janaína Rigo Santin* (UPF)

*José C. Otero Gutierrez* (UAH)

*Luciana Ruschel dos Santos* (UPF)

*Luís Francisco Fianco Dias* (UPF)

*Luiz Marcelo Darroz* (UPF)

*Nilo Alberto Scheidmandel* (UPF)

*Sandra Hartz* (Ufrgs)

# Colonos, colônias e colonizadoras

aspectos da territorialização agrária  
no sul do Brasil

Volume VI

João Carlos Tedesco  
Rosane Marcia Neumann  
(Org.)

2023

*Copyright dos organizadores*

Dos autores

*Revisão*

Rubia Bedin Rizzi

*Projeto gráfico, diagramação e produção da capa*

Vista parcial da colônia Neu-Württemberg, década de 1920. Negativo em vidro 022.

Fotógrafo Adam Klos. Acervo Foto Klos, Panambi, RS.

*Imagem da capa*

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito dos autores. A exatidão das informações, das opiniões e dos conceitos emitidos, bem como das imagens, das tabelas, dos quadros e das figuras, é de exclusiva responsabilidade dos autores.

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

C719 Colonos, colônias e colonizadoras [recurso eletrônico] :  
aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil :  
volume 6 / João Carlos Tedesco, Rosane Marcia  
Neumann (Org.). – Passo Fundo: EDIUPF, 2023.  
17.000 KB ; PDF.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso gratuito: <[www.upf.br/editora](http://www.upf.br/editora)>.

ISBN 978-65-5607-038-4. (E-book)

1. Colonização - Rio Grande do Sul. 2. Migração - Rio  
Grande do Sul. 3. Colônias - Rio Grande do Sul. I. Tedesco,  
João Carlos, org. II. Neumann, Rosane Marcia, org. III. Título.

CDU: 325.14(816.5)

---

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569



Campus I, BR 285, Km 292,7, Bairro São José

99052-900, Passo Fundo, RS, Brasil

Telefone: (54) 3316-8374

Editora UPF afiliada à



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# Sumário

---

Introdução .....	7
Empresas colonizadoras e empresários: a colonização particular no Rio Grande do Sul (séc. XIX e XX) .....	13
<i>Rosane Marcia Neumann</i>	
A colonização privada sob intervenção: conflitos de terra, reivindicações dos colonos e mediação estatal no sul do Rio Grande do Sul .....	59
<i>Patrícia Bosenbecker</i>	
A atividade empresarial de Antônio Fialho de Vargas na colonização privada do Vale do Taquari (século XIX) .....	82
<i>Júlia Leite Gregory</i>	
Nova Berlim: o hinterland no vale do rio Taquari (1882-1900) .....	105
<i>Jéferson Luís Schaeffer</i>	
Imigrantes europeus no sul de Santa Catarina: o caso da Colônia Grão-Pará (1882) .....	119
<i>Tatiane Soethe Szlachta</i>	
A atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & Cia, na região do Planalto Rio-Grandense, 1898-1904.....	139
<i>João Sand</i>	
Reflexões sobre pequenos núcleos coloniais particulares no Planalto Rio-grandense (1897-1938).....	165
<i>Kalinka de Oliveira Schmitz</i>	
Empresas colonizadoras e colonização do antigo Cruzeiro .....	184
<i>Marilize Radin Fratini</i>	
<i>José Carlos Radin</i>	
<i>Volkverein</i> : associação com ares de colonizadora (1912-1956).....	210
<i>Carlise Schneiders</i>	

Angelo de Carli, Irmão & Cia: colonização da Fazenda Ressaca em Ponte Serrada (1920-1940) .....	240
<i>Leticia Maria Venson</i>	
A história de uma companhia suíço-brasileira de colonização: projetos, imigrações e refúgios.....	260
<i>Nathan Lermen</i>	
Colônias militares <i>interioranas</i> : antessalas para o processo colonizador no Sul do Brasil .....	277
<i>João Carlos Tedesco</i>	
<i>Alex Antônio Vanin</i>	
Colonização e intrusão no oeste catarinense: o caso da Fazenda Faxinal do Tigre (1922).....	306
<i>Leticia Maria Venson</i>	
A compasso e taquara: o domínio da vida e a ruína do progresso no Parque Florestal Manoel Enrique da Silva (Irati-PR): 1950-1960.....	326
<i>Ancelmo Schörner</i>	
Sobre os autores .....	364

# Introdução

---

Os processos que (re)configuram a territorialização agrária no Sul do Brasil são múltiplos, por isso complexos. Alguns são de *fundo comum*, porém, muitos guardam especificidades, sejam elas em razão de sujeitos envolvidos, conflitualidades e de formas de ação. Buscamos, em todos os volumes da série *Colonos, colônias e colonizadoras ...*, propiciar ao leitor, além de estudos específicos de algumas colônias, análises de algumas teses sobre o rural, processos migratórios na sociedade, contextualização histórica e política de ações do Estado que viabilizaram a ocupação de determinados territórios sob a ótica mercantil. A intenção é sempre analisar os processos que produziram a normatização e a metamorfose da terra em reserva de valor e sua conseqüente apropriação privada.

Colonos, colônias e colonizadoras produziram uma sinergia (complementaridade e retroalimentação) na constituição da territorialização do espaço agrário no Sul do Brasil; isso não se deu num vazio de relações e conflitos sociais; esses foram sempre marcas históricas do agro brasileiro e revelam uma face visível da sujeição e exclusão de várias categorias sociais subalternizadas pelas múltiplas formas de manifestação do capital fundiário no país.

Os grandes processos de mudança histórica e de legislação que foram viabilizados a partir de meados do século XIX em torno da “questão da terra” repercutem ainda hoje. Conflitos sociais atuais em torno dos direitos *sobre* a terra têm suas raízes históricas de longa data no Brasil, destacando-se posseiros, indígenas, comunidades de negros no meio rural e pequenos camponeses em suas múltiplas manifestações e identidades. Ambos, em suas demandas específicas, revelam as contradições do capital fundiário, das formas e das políticas que permitiram a inclusão e,

ao mesmo tempo, a exclusão ou inclusão marginal de grupos sociais em torno da apropriação da terra.

Partindo desses pressupostos, o volume VI da coletânea *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil* tem como fio condutor a colonização particular, abrangendo as empresas de colonização – formadas por um proprietário ou sociedades limitadas, com sede no país ou exterior –; os seus empreendimentos coloniais – as colônias étnicas, confessionais, mistas e os seus sujeitos – os colonos, tanto imigrantes europeus e seus descendentes, quanto lavradores nacionais. No seu conjunto, os estudos analisam as especificidades dos diferentes projetos de imigração e colonização particulares implementados no Sul do Brasil, no decorrer do Império e República, e a configuração dessas colônias. Para dar conta da temática, os autores e autoras recorrem a abordagens teórico-metodológicas e fontes diversas, ressaltando a complexidade desse universo colonial e o potencial do tema proposto.

No primeiro texto, *Rosane Marcia Neumann* apresenta um panorama geral sobre a política de imigração, terras e colonização no Brasil sob o Império e a República, e a sua implementação na Província de São Pedro e, posteriormente, com a República, no Estado do Rio Grande do Sul. Sem perder de vista as macropolíticas, situa, nesse cenário, os empresários e as empresas/companhias colonizadoras privadas, como agentes protagonistas na expansão da zona colonial no Estado, ocupando as bordas dos projetos de imigração e colonização públicos, além de auxiliar na regularização da estrutura fundiária e na “limpeza” do território para o avanço do empreendimento colonizador. Enfim, salienta a particularidade e complexidade dos projetos de colonização, das colonizadoras e das colônias particulares, cada qual como um microuniverso, com sua própria dinâmica de funcionamento, atravessada pelo jogo capitalista do mercado de terras e das articulações e interesses políticos.

Uma vez apresentado o horizonte das colonizadoras e colônias particulares, os estudos que se seguem verticalizam essa problemática, e

analisam as especificidades desses micromundos de empresas e colônias. Os três artigos seguintes, empenham-se em situar colonizadoras e colônias particulares no século XIX, ainda sob o Império, tendo como ponto de contato a presença de imigrantes germânicos. *Patrícia Bosenbecker* aborda a colônia particular como um local de conflito e disputa pela posse da terra, onde colonos reivindicam por seus direitos, e a intervenção do Estado enquanto agente mediador. Como recorte, estuda a Colônia São Lourenço, fundada em 1858 pelo imigrante alemão Jacob Rheingantz, na região sul do Rio Grande do Sul, com a predominância de imigrantes alemães pomeranos. *Júlia Leite Gregory* discute a atividade empresarial de Antônio Fialho de Vargas na região do Vale do Taquari, onde formou colônias particulares; trata-se de uma família de latifundiários que perceberam na fragmentação da propriedade e sua transformação e venda em lotes coloniais uma oportunidade de ganho de capital, formando uma colonizadora para gerir o empreendimento. *Jéferson Luís Schaeffer* persegue os vestígios da colônia Nova Berlim, no período de 1882 a 1900, também situada no Vale do Taquari, atrelada à família Fialho, via empresa *Baptista, Fialho & Cia.* *Tatiane Soethe Szlachta* discorre sobre a colonização alemã no sul de Santa Catarina, com a fundação da Colônia Grão-Pará, em 1882, como um dos primeiros empreendimentos privados a atuar neste ramo na região.

Na virada do século XIX para o século XX, a colonização avançou no Rio Grande do Sul rumo ao planalto rio-grandense – as “colônias novas” –, região esta que atraiu empresários e empresas colonizadores, funcionando como escoadouro do excedente populacional da “antiga” zona de colonização alemã e italiana do estado. Os dados estatísticos trazem indícios do *boom* da colonização particular na Primeira República, quando, em menos de duas décadas, esgotaram-se as possibilidades de expansão da fronteira agrícola na região e, conseqüentemente, o avanço das colônias e colonizadoras particulares para o oeste de Santa Catarina e Paraná. Logo, os próximos textos abordam esses múltiplos projetos de colonização e seus desdobramentos. *João Sand* debruça-se sobre a empresa

colonizadora *Serafim Fagundes & Cia*, em atividade entre 1898 e 1904, a qual fundou a colônia General Osório. *Kalinka de Oliveira Schmitz* investiga a fundação de colônias de particulares bem limitadas, ou seja, particulares que lotearam a sua propriedade de terras, dando origem a um núcleo colonial – colônias Dona Júlia (1897), Tamandaré (1915), Colônia de Coqueiros (1928) e Colônia Xadrez (1938). Na outra margem do rio Uruguai, no centro-oeste catarinense, *Marilize Radin Fratini* e *José Carlos Radin* arrolam as diferentes empresas colonizadoras que retalharam a antiga região de Cruzeiro, dando origem a diversas colônias. *Carlise Schneiders* discorre sobre a atuação da *Volksverein* enquanto uma associação de agricultores, e seu projeto de colonização ativo entre 1912 e 1956, voltado a alemães católicos. *Leticia Maria Venson* examina a colonizadora *Angelo de Carli, Irmão & Cia* e sua atividade entre 1929 e 1940, cujo resultado foi a colonização da Fazenda Ressaca, em Ponte Serrada.

Outros projetos de assentamento de nacionais e imigrantes foram implementados no país em diferentes épocas, atendendo a propostas específicas. Nesse contexto, *Nathan Lermen* estuda o projeto de imigração e refúgio gerenciado pela *Companhia Progresso Rural*, uma companhia suíço-brasileira, que fundou a Colônia Pindorama (Coruripe - AL) e a Colônia Santo Antônio (Barra Mansa - RJ), na década de 1950/1960. *João Carlos Tedesco* e *Alex Antônio Vanin* investigam a Colônia Militar de Caseros (1858-1878), fundada no norte da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como um ponto estratégico de ocupação, defesa e colonização. *Leticia Maria Venson*, num segundo texto, foca o conflito entre colonos e intrusos no oeste catarinense, verificado na Fazenda Faxinal do Tigre (1922). *Ancelmo Schörner* ocupa-se com o desdobramento da colonização e seus impactos sobre o ambiente, delimitando como objeto de pesquisa o Parque Florestal Manoel Enrique da Silva (Irati-PR), nas décadas 1950-1960.

Portanto, as colonizadoras, empresas, empresários e as colônias particulares ou empreendimentos de colonização, são o fio de Ariadne da tessitura dessa coletânea. Observar esse mundo colonial particular sob o

jogo de escalas reduzida/aumentada, faculta perceber particularidades e singularidades que, por sua vez, suscitam outras/novas perguntas. Considerando que cada empreendedor/colonizadora criou seu próprio espaço colonial particular, mapeamos alguns poucos cosmos, enquanto outros ainda permanecem obscuros nesse imenso universo colonial! Uma boa leitura.<sup>1</sup>

Os organizadores

---

<sup>1</sup> Reforçamos que a exatidão das informações e dos conceitos e opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), bem como a revisão gramatical.



# Empresas colonizadoras e empresários: a colonização particular no Rio Grande do Sul (séc. XIX e XX)

---

Rosane Marcia Neumann

La regla no puede contener todas sus excepciones, pero las excepciones sí contienen a la regla. Por eso son más ricas, por todo lo que se puede extraer de ellas.

Carlo Ginzburg, *El Comercio*, Peru, 7/10/2018

Investigar no es solo encontrar una respuesta, es encontrar preguntas.

Carlo Ginzburg, *PuntoEdu*, 9/10/2018

## Introdução

A imigração e colonização promovida e subsidiada pela iniciativa privada de meados do século XIX a meados do século XX, ainda é um campo a ser explorado pelas Ciências Humanas e as Ciências Sociais, articulando os dados coletados em nível transnacional. No Brasil, a pesquisa historiográfica está concentrada na região sul e sudeste, mas com pouco diálogo inter-regional e, a quase ausência de estudos de história comparada com projetos de imigração e colonização implementados no mesmo período em outros países latino-americanos.<sup>1</sup> Os congres-

---

<sup>1</sup> No Brasil, há uma produção historiográfica recente empenhada em discutir as políticas de imigração e colonização, tanto pública quanto privada, no âmbito da América Latina. Destaque-se as coletâneas *Imigração nas Américas: estudos de história comparada* (2018); *Imigração na América Latina: histórias de fracassos* (2014) e *Migrações, territorialidades e ambiente* (2023). Sobre a colonização e as colônias privadas na Argentina, há o trabalho de Juan Luís Martirén (2016).

sos e revistas científicos tem contribuído na circulação e discussão de pesquisas no campo dos estudos migratórios, com enfoque nas discussões teóricas e metodológicas. Redes migratórias, migrações transnacionais, trajetórias individuais e coletivas, abordadas sob a perspectiva da história global, história comparada, micro-história, ou outras associações teórico-metodológicas, buscam situar e compreender as dinâmicas dos deslocamentos migratórios históricos (e atuais) como processos sociais completos e complexos – o emigrante e o imigrante são o mesmo sujeito, impactando a sociedade no decorrer de seu deslocamento: partir, transitar e chegar (Sayad, 1998).<sup>2</sup>

Os múltiplos fluxos migratórios transnacionais conectaram a Europa e a América no decorrer do século XIX até meados do século XX, conduzidos pelo sonho de “fazer a América” – o “novo mundo” em contraposição ao “velho mundo” – levou milhares de indivíduos e famílias a realizar a travessia transoceânica, na expectativa de concretizá-lo. Na disputa por esses e/imigrantes, estava o governo imperial/republicano brasileiro, oferecendo subsídios de viagem e vantagens na aquisição de um lote colonial. Em paralelo, atuavam os agentes de imigração e colonização, angariando e/imigrantes para empresários e empresas de colonização atuantes no país. Partindo desse contexto e dos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos migratórios na perspectiva da micro-história, busca-se nesse ensaio trazer elementos para pensar o perfil dos empresários, empresas e empreendimentos de colonização privados – os colonizadores, as colônias particulares e seus sujeitos, os colonos – estabelecidos no Rio Grande do Sul, no decorrer do século XIX até meados do século XX. Como fio condutor, utiliza-se do jogo de escalas e do método indiciário, na perspectiva de Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, e a revisão bibliográfica.

---

<sup>2</sup> Sobre trajetórias migrantes, há o artigo de Chiara Vangelista; e as coletâneas *Micro-história, trajetórias e imigração*, com artigos de Giovanni Levi.

## Imigração, terras e colonização

No decorrer do século XIX até meados do século XX, houve a demanda por terras por parte de empresas e empresários, nacionais e estrangeiros, junto ao Império brasileiro, com o propósito de introduzir imigrantes no país e promover a colonização, via instalação de colônias. Os relatórios do Império e da Primeira República, bem como nos Relatórios dos Presidentes de Província, apresentam os trâmites e as discussões dessas propostas, sendo a maioria rejeitados dado sua inviabilidade ou falta de recursos financeiros. Outros projetos, uma vez aprovados, permaneceram na fase de “buscar e/imigrantes” na Europa, descumprindo as cláusulas do contrato com o Império; e uma pequena parcela foi executada – nessas quase exceções, busca-se delinear o funcionamento desses empreendimentos privados e seus agentes. A princípio, deduz-se que o comércio de terras era atrativo e lucrativo aos olhos dos empreendedores, contudo, o elemento humano com capital, nominado de imigrante, apto a emigrar e integrar os empreendimentos de colonização, injetando capital e trabalho, não atendiam a demanda elevada.<sup>3</sup>

Os empreendimentos de colonização privados – numerosos, embora os dados são imprecisos e a documentação fragmentada ou ausente – ocuparam um território inferior se comparado à colonização pública. As colônias particulares, de modo geral, situavam-se em zonas marginais, de pouco interesse por parte da União ou do Estado, afastados dos núcleos urbanos e meios de transporte. Em outras situações, porém, o poder público usava as colônias privadas como ponto de apoio à comercialização das terras pú-

---

<sup>3</sup> Entende-se por empresário o sujeito que investiu capital de forma individual ou associado a outros sujeitos em um empreendimento de colonização. Por colonizadora ou companhia de colonização as empresas formadas por um ou mais sujeitos, tendo por fim a colonização. Como empreendimento de colonização, o conjunto empresário mais empresa/colonizadora e seu espaço de atuação, ou seja, a colônia. Logo, a imigração e colonização são vistos na perspectiva capitalista, assentada na compra e venda de terras, auferindo de uma margem de lucro. Como consumidor, estavam os interessados em adquirir um lote de terras, independentemente da posição social, nacionalidade, etnia ou religião, uma vez que o valor de troca era o capital. Os empreendimentos privados, embora tenham assumido um discurso por vezes mais social, não escapavam do jogo de mercado.

blicas. Entretanto, é factível que a União/Estado detinha o poder e autonomia para aprovar e autorizar o estabelecimento das colônias privadas, mesmo estas se situando em terras de domínio particular. No processo de imigração e colonização, as colônias particulares dependiam de atrair para si como compradores de lotes coloniais os imigrantes e colonos detentores de capital, tendo em vista a ausência de subsídios públicos.

O século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados no Rio Grande do Sul pelo afluxo de imigrantes europeus de diferentes nacionalidades, mobilizados pela propaganda em circulação naquele continente e a expectativa de se tornarem proprietários de terra, ascendendo social e economicamente. Na corrida por arrematar e/imigrantes na Europa, o Império brasileiro, em um primeiro momento, contratou como agente de negócios públicos o major Georg Anton von Schäffer, com instruções para aliciar militares e camponeses, enviando-os sob a fachada de imigrantes. No decorrer do Primeiro Reinado, os imigrantes eram provenientes de territórios da Confederação Germânica, iniciando a sua travessia transoceânica no porto de Hamburgo, com destino à Real Feitoria do Linho e Cânhamo, renomeada para Colônia Alemã de São Leopoldo, em 1824.<sup>4</sup> Por quase uma década, houve um afluxo regular de imigrantes à Província, interrompido, em nível nacional pelo fim do Primeiro Reinado e local, pela eclosão da Guerra dos Farrapos (1835-1845). Em diferentes momentos, coube às províncias a responsabilidade pela política de imigração e colonização, bem como as despesas concernentes.

A situação das colônias oficiais formadas no Brasil até 1840 não atendeu plenamente às expectativas do Império. De acordo com Giralda Seyferth (2004), os fatos indicavam altas taxas de mortalidade e registros de deserção, fuga e retorno de imigrantes insatisfeitos, que reclamavam dos contratos não cumpridos pelo governo brasileiro. Em São Leopoldo,

---

<sup>4</sup> O termo imigração alemã aqui é entendido de forma ampla como povos de origem germânica ou de línguas germânicas, extrapolando o território do Estado-Nação Alemanha, unificado em 1871. É importante essa observação, uma vez que parcela dos imigrantes que ingressou na colônia de São Leopoldo pertenciam a outras nacionalidades, mas apresentavam passaporte alemão.

queixavam-se do atraso na discriminação dos lotes, as demarcações precárias, as dificuldades de exploração agrícola em áreas florestais. Na busca de causas para os resultados diminutos obtidos com a colonização, surgiu a questão do valor da terra e, por extensão, a condenação da concessão gratuita do lote colonial. O insucesso e a mobilidade espacial dos colonos, exemplificado em São Pedro de Alcântara, no litoral norte do Rio Grande do Sul, foram atribuídos à facilidade de se obter terra sem nada pagar. Para os que formulavam as políticas de imigração e colonização, a culpa cabia aos próprios colonos, acusados de só pensarem nos subsídios, de não terem nenhum apego à terra recebida. Mais tarde, outras razões apontadas pelo fracasso de algumas companhias colonizadoras foram a gratuidade da concessão e os subsídios. Como resultado positivo, havia a produção agrícola familiar.

Com o intuito de resolver a questão do acesso e propriedade da terra, articulado à política de imigração e colonização, cuja qual contribuiu para majorar os preços das terras, bem como sinalizar à escassez de terras públicas, as elites agrárias imperiais elaboram uma legislação, regulando esse processo. Foi aprovada a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, popularizada como Lei de Terras, regulamentada pelo Ato Adicional de 1854, que dentre outras regras, determinou o acesso e propriedade da terra por meio da compra e venda ou herança. O mercado de terras oficialmente institucionalizado e o imigrante como um comprador potencial, mobilizou a União a ampliar sua atuação, via implantação de novos núcleos coloniais na região meridional e sudeste. Em alguns períodos, essas iniciativas foram compartilhadas ou assumidas pelas províncias, de acordo com a legislação em vigor (Iotti, 2001).

Atendendo às suas especificidades, cada província delineou o próprio plano de imigração e colonização, subordinado ao poder central. No Rio Grande do Sul, pleiteavam-se imigrantes que viessem desenvolver a agricultura em pequenas propriedades familiares, contrapondo-se ao poder econômico dos estancieiros. Na província de São Paulo, os imigrantes foram direcionados às fazendas de café, na forma de contratos de

parceria, ou seja, ingressavam como mão de obra rural, dividindo uma parcela da produção, mas sem acesso imediato à propriedade da terra. A partir de 1870, com o aumento do número de imigrantes, especialmente, italianos, o governo imperial passou a subsidiar a passagem de terceira classe e a hospedagem. Também surgiram sociedades de imigração, com o intuito de trazer mais e/imigrantes ao Brasil. Essa política foi mantida em partes na Primeira República, quando gradualmente as despesas de imigração e colonização foram delegadas aos Estados (Iotti, 2001).<sup>5</sup>

Com o advento da República, todas as terras públicas tornaram-se propriedade dos Estados. O governo federal manteve o subsídio da passagem aos imigrantes que se dirigiam às colônias públicas, mas as despesas de deslocamento interno, alojamento e colonização recaíram sob os governos estaduais. O Rio Grande do Sul, atrelado ao projeto castilhistaborgista, “imediatamente principiou a colonização numa escala que não foi ultrapassada por nenhum outro estado do Brasil. Posto que as novas colônias também se limitavam às terras florestais, não houve um avanço uniforme da colonização [e esta] foi estabelecer-se nas terras florestais isoladas dos cursos superiores dos rios Jacuí e Ijuí” (Waibel, 1958, p. 216), cuja ponta de lança foi a fundação da colônia Ijuí, em 1890. Esse “salto” foi impulsionado pela construção da ferrovia, conectando a capital com Santa Maria, prolongando-se até Cruz Alta em 1894 e, em seguida, até Passo Fundo.

---

<sup>5</sup> Por exemplo, tal modelo de produção, substituindo gradualmente a mão de obra escrava pela livre, foi adotado no final da década de 1840, na fazenda de café do Senador Vergueiro, em Limeira, São Paulo. A família Vergueiro, então, já era proprietária de várias sesmarias, e a sua iniciativa corroborava com a sua posição política liberal e antiescravagista. O fazendeiro antecipava o capital da viagem aos imigrantes, os quais deveriam ressarcir-lo posteriormente, com o seu trabalho, no formato de contrato de parceria. O endividamento do imigrante iniciava com a passagem, agregando as compras cotidianas realizadas no armazém da fazenda, empréstimos, frustração de safra, gerando uma bola de neve de dívidas, atrelando-o à fazenda em um regime servil. O agravamento da situação implicou na Revolta de Ibicaba ou Revolta dos Parceiros, em 1856. Em consequência, os fazendeiros que adotaram a mão de obra imigrante passaram a pagar uma remuneração fixa, assalariando seus trabalhadores. Já externamente, as denúncias da exploração e péssimas condições de trabalho dos imigrantes foram levadas às autoridades europeias, como o escrito do imigrante suíço Thomas Davatz (1850), resultando em medidas restritivas, como o *Reskript von der Heydt*, emitido em 3 de novembro de 1859, na Prússia, limitando a emigração de alemães ao sudeste do Brasil.

Os projetos de imigração e colonização subvencionada e étnica cedeu lugar no Rio Grande do Sul à imigração espontânea e a formação de colônias mistas no quesito etnia e religião. As colônias Ijuí (1890) e Guarani (1891), situadas na região noroeste do Estado, foram os dois primeiros experimentos de colônias mistas – em seu interior, foram assentados imigrantes alemães, italianos, poloneses, austríacos, letos, árabes, luso-brasileiros, descendentes de imigrantes diversos; de religião católica, luteranos, batistas etc. –, modelo replicado a partir de então nas novas colônias públicas formadas na região.

O avanço da colonização sobre as zonas florestais do Estado, processo denominado de “enxamagem” por Roche (2022), torna-se mais visível ao observar os mapas das Figuras 1, 2 e 3. Enquanto a campanha concentrava as fazendas pecuaristas, restavam aos imigrantes os vales dos rios Sinos, Caí e Taquari, ocupados pelas colônias alemãs, e a serra, ocupada pelas colônias italianas. Esgotado o modelo de colonização via reprodução do campesinato, pressionado pela demanda por novas terras, o governo estadual procedeu a colonização da zona florestal às margens do rio Uruguai, com o estabelecimento de colônias mistas, tendo em vista que não havia mais para onde empurrar os nacionais, logo, optou por fixá-los em lotes coloniais.

Figura 1 – Vegetação original do RS

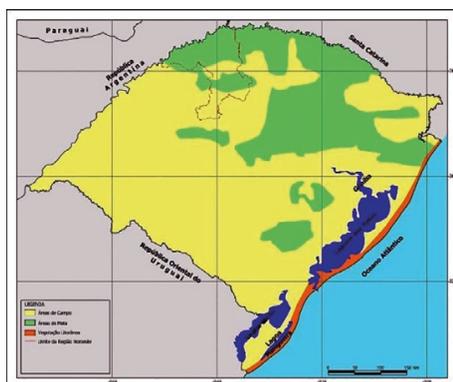
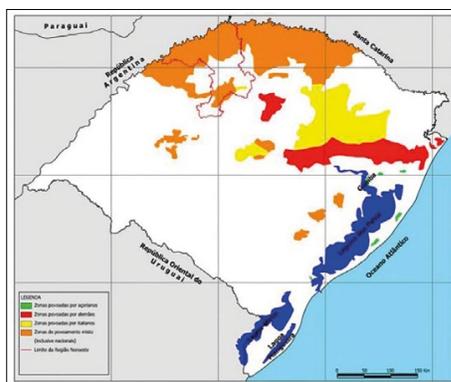
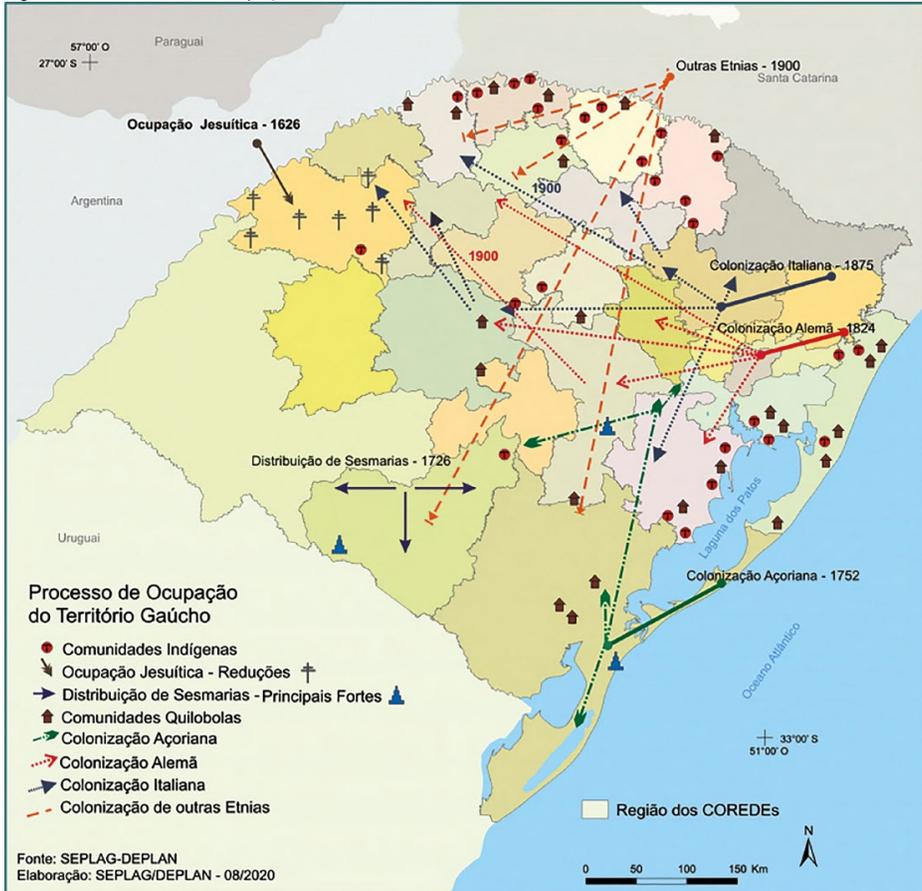


Figura 2 – Zonas de povoamento do RS



Fonte: Bernardes, 1997. Adaptações: Jussara Mantelli. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8879>. Acesso em 15 mar. 2021.

Figura 3 – Processo de Ocupação do Território - RS



Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. 7ª ed. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/map-2020-processo-historico-rs-corrigido>. Acesso em 30 nov. 2022.

Simultâneo à iniciativa pública, vários pedidos de empreendimentos de imigração e colonização privados foram encaminhados ao governo imperial e provincial, enquanto outros foram implementados. Ainda no século XIX, chama atenção o perfil diverso desses empreendimentos privados e os seus projetos de imigração e colonização. Os resultados dessas iniciativas, como um todo, são imensuráveis, mas a redução de escala e a particularização permitem alguma aproximação.

## Colônias, colonização e colonizadoras

No Brasil meridional, colônia – o lugar – e colonos – os sujeitos – são expressões de uso corriqueiro e remetem a núcleos formados com imigrantes de origem europeia, no decorrer dos séculos XIX e XX. Jean Roche (2022, p. 36) esboça uma definição desses termos, apontando para sua ambiguidade e historicidade, situando-os no tempo e espaço. Primeiro, após a independência, o imperador D. Pedro I “anuncia que apelará para agricultores livres, brancos, mas não portugueses, pois a instituição da escravatura degradou o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros”. Esses “colonos” vão explorar regiões remotas e estratégicas. No século XIX, “colonizar é, por um lado, introduzir com novos habitantes mão de obra inexistente no lugar e, por outro, empregá-la nos estabelecimentos agrícolas”. Nesse sentido, nos atos administrativos, na tribuna das assembleias parlamentares e na imprensa, a palavra colonizar é usada com esse sentido. No século XX, “desejando dar uma nova definição jurídica ao imigrante, o legislador brasileiro adotava como critério a intenção manifestada pelo estrangeiro de estabelecer-se num ponto do território e nele exercer uma profissão, de preferência agrícola”. Inicia então uma colonização tutorada pelos órgãos encarregados de controlar a imigração. “Estabelecidos nas terras concedidas, os imigrantes foram, primeiramente, agricultores e artesãos rurais, como se lhes pedia, *colonos*, isto é, homens ligados à terra que exploravam”. Por sua vez, o emprego da palavra “colonização” pelos brasileiros provém de “uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região sob a direção do governo brasileiro por mão de obra originária da Alemanha”.

Logo, as colônias alemãs, italianas, polonesas, holandesas etc. que se formaram no Brasil não mantinham uma relação de metrópole com seu país de origem. Trata-se de uma identificação do grupo étnico e da nacionalidade predominante no referido núcleo colonial, como uma forma de diferenciação em relação aos “outros”. Roche (2022, p. 37) ainda

argumenta que “o termo *Kolonist* designa, especialmente, o homem que desbrava e cultiva a terra e que seja um neologismo local, o de *Kolonie* possui, em alemão, outras acepções além de lote ou de estabelecimento rural”. Renzo M. Grosseli assinala que o entendimento europeu do termo colonização difere do latino-americano.

Na área latino-americana, o termo colonização significa, ao invés, povoamento de vastas áreas do território por meio especialmente de agricultores a quem são distribuídos, grátis ou mediante pagamento, lotes de terra, em particular áreas em que atua uma estrutura administrativa denominada “colônia” [...] Colonização, portanto, é um termo que se refere aos programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organizações públicas e privadas, visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílio, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenas proprietários rurais (Grosseli, 1987, p. 274-275).

Leo Waibel (1958, p. 214) lembra que no Brasil não houve colonização espontânea, mas

[...] tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo federal, das províncias ou estados, e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente. Por conseguinte, os métodos aplicados e os resultados alcançados diferem muito, de acordo com o tipo de colonização.

Para o governo, a colonização é a política de povoamento e o desenvolvimento de regiões estratégicas, dependente de fatores políticos, frequentemente instáveis e que interferem diretamente na administração das colônias.

Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra, e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem-sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala (Waibel, 1958, p. 217-218).

Relativo à estrutura de uma colônia, as colônias públicas e as colônias particulares seguiam um padrão semelhante. A área da colônia era subdividida em lotes coloniais, com área média de 48 hectares no início

do século XIX, passando a 25 hectares no final do século. Os lotes eram alinhados por uma linha, travessão ou picada, que também servia como via de comunicação e estrada. As linhas coloniais seguiam em geral os fundos de vales fluviais, alinhados lado a lado, com centenas de metros de distância entre si. A extensão das linhas coloniais era variável, podendo abrigar dezenas ou centenas de lotes.

Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas. É este exatamente o tipo de povoamento e a distribuição da terra que eram usados no fim da Idade Média, na colonização das montanhas do leste da Alemanha. Lá, este tipo de povoamento é chamado *Waldhufendorf*. *Wald* significa floresta, *Dorf* quer dizer vila e *Hufe* se refere à faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono. [...]. O fato interessante é que este tipo de povoamento é quase desconhecido no norte, no oeste e no sul da Alemanha, de onde vieram os primeiros imigrantes. Quase toda essa população é originária de vilas aglomeradas (*Haufendörfer*), onde eles moravam comprimidos uns aos outros (Waibel, 1958, p. 243).

As colônias públicas e as colônias particulares se aproximavam em muitos aspectos formais – estrutura da colônia, sede urbana, subdivisão em linhas ou picadas que, por sua vez, se dividiam em lotes coloniais, pequena propriedade rural de produção agrícola, produção diversificada, venda do excedente da produção, associação entre agricultura, atividade de ofício e comércio; mão de obra familiar do colono; o agente colonizador ofertava lotes coloniais demarcados, contrato de compra e venda e escritura pública. Em outros aspectos, se distanciavam: as colônias públicas estavam sob a incumbência do governo federal/estadual/municipal e eram administradas com recursos e funcionários públicos, atendendo a projetos definidos e aprovados em diferentes instâncias, o pagamento da dívida colonial revertia aos cofres públicos, os colonos podiam prestar serviços para abater parte da dívida colonial, o governo era responsável pela imigração e despesas de colonização, o número de colônias era reduzido, mas cada colônia abrangia uma área extensa de terras, formação de colônias étnicas durante o Império e colônias mistas na República, já nas primeiras décadas do século XX, a colonização significava a venda de lotes coloniais, sem a formação de uma estrutura de colônia.

As colônias particulares, por sua vez, tinham perfis múltiplos: pertenciam a empresas colonizadoras nacionais ou estrangeiras, a pessoas físicas que formavam uma empresa, a sociedades limitadas, associações, ou pessoas físicas que vendiam sua propriedade fragmentada; por vezes, as colonizadoras apresentavam um projeto de colonização, outras não, outras ainda tratava-se da simples venda de um gleba de terras dividida em lotes de terras; preços das terras e prazos de pagamento variados; contrato de compra e venda, escritura pública; muitas colônias particulares mas com áreas pequenas; delimitação ou não de sede urbana; atração de compradores via agentes de imigração, propaganda na imprensa; instalação e subsídio à igreja, escola e serviços de filantropia; colônias étnicas, colônias confessionais, colônias de perfil partidário. As colônias privadas ocuparam, em geral, uma pequena área de terras, adquiridas de particulares ou do Estado, com número limitado de lotes. Internamente, cada qual ditava suas regras e preços das terras. Nesse viés, cada colônia particular era um micro espaço complexo e singular, resultado da negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os lavradores nacionais, os proprietários adjacentes e o poder público, e das contingências macro históricas. Enfim, cada colônia particular representa um universo, com suas próprias regras, demandas e conflitos, subordinada à legislação brasileira. Observando-as em escala reduzida, é possível apontar algumas de suas dinâmicas.

## **Empresas e seus empreendimentos de colonização: Império**

O Império brasileiro recebeu inúmeros projetos de imigração e colonização de particulares, que reivindicavam como contrapartida a concessão de terras. Muitos desses projetos não foram aprovados dada a ausência de garantias, outros, mesmo aprovados, foram engavetados. A multiplicidade e diversidade de empresas e empreendimentos de colonização particular, além da duração efêmera de muitos deles e a carência de documentação, dificulta apresentar um mapeamento geral desse mo-

delo de colonização e traçar suas trajetórias. Dado os limites, serão apresentados alguns empreendimentos de colonização particulares pioneiros no Sul do Brasil durante o Império e, na sequência, o mosaico de colônias e colonizadoras particulares atuantes no Planalto Rio-grandense na Primeira República.

Um dos projetos de imigração e colonização imperiais implementado e, em termos de projeto, exemplar, foi do Dr. Hermann Blumenau (1819-1899), fundador da colônia Blumenau, às margens do rio Itajaí, Santa Catarina, em 1848. Blumenau, antes de investir em um projeto de colonização, realizou uma viagem pela zona de colonização alemã do Rio Grande do Sul, e dentre suas justificativas para o empreendimento, destacou o auxílio governamental fornecido ao colono. O colonizador elaborou um projeto de colonização, apresentando seus propósitos, o qual foi publicado e circulou no Brasil e na Europa. Segundo a concepção de Blumenau, a colônia se faz por si mesma, por meio do trabalho do colono. “A Colônia, sustentada com recursos relativamente ínfimos, se desenvolveu lenta, mas progressivamente, por si própria, de maneira segura e natural, conseguindo firmar sua existência através do trabalho” (Blumenau, 2002, p. 26). O desdobramento do projeto de Blumenau emperrou no quesito imigração, visto que o número esperado de imigrantes não foi atingido, além de problemas financeiros. Descumprindo o contrato, a colônia foi encampada pelo Império, porém, seu exemplo encorajou outros projetos.<sup>6</sup>

Já no Rio Grande do Sul, a retomada das atividades de imigração e colonização no pós-Guerra Farrroupilha (1835-1845) foi acompanhada pela formação dos primeiros empreendimentos de colonização particulares. Esse perfil de colonização foi inaugurado por Tristão José Monteiro, proprietário da colônia Santa Maria do Mundo Novo (atuais municípios

---

<sup>6</sup> Por exemplo, a colônia Dona Francisca (Joinville), fundada em 1851 pela "*Hamburger Kolonisations Verein von 1849*" (Sociedade Colonizadora Hamburguesa); colonizadora pertencente ao Senador Schroeder; Colônia Belga (1845); Colônia Azambuja (1877), a primeira colônia italiana; a Colônia Hansa-Humboldt (1897), fundada pela Companhia Hanseática de Colonização, que encampou a Sociedade Colonizadora Hamburguesa. Sobre as empresas de colonização e as colônias particulares em Santa Catarina, ver Werlang (2006); Vicenzi (2003); Zilles (1992); Koelln (1980); Magro (2020).

de Taquara, Igrejinha, Três Coroas), formada em 1846 pela junção da área da fazenda do Mundo Novo e da fazenda do padre Tomé, no vale do rio Paranhana. Monteiro, valendo-se da propaganda perante o governo através do envio de relatórios e da propaganda externa, construiu uma imagem positiva do seu empreendimento, atraindo compradores de lotes de terras, principalmente o excedente populacional de São Leopoldo (Magalhães, 2003). No mesmo ano, nas proximidades de São Leopoldo, Guilherme Winter fundou a colônia Bom Princípio e Miguel Kroeff, a colônia Pinhal, em Santa Maria da Boca do Monte. Na região Sul, em Pelotas, o comerciante Jacob Rheingantz fundou a colônia particular de São Lourenço, em 1858, colonizada com imigrantes da Renânia e Pomerânia. Para instalar a colônia, Rheingantz adquiriu oito mil milhas quadradas de terras devolutas, comprometendo-se em medir a terra no prazo de cinco anos e colonizá-la com, no mínimo, 1.440 imigrantes agricultores, os quais vieram com a passagem paga. Enquanto esteve à frente do empreendimento, houve inúmeras reclamações por parte dos imigrantes, gerando um clima de tensão. Na iminência de não cumprir os compromissos assumidos com os imigrantes, o Império encampou a colônia (Bosenbecker, 2020; Iepsen, 2008).

Nota-se que em diferentes províncias, empreendedores perceberam na imigração e colonização uma oportunidade de ter acesso à extensas glebas de terras, na expectativa de obter elevados lucros com a venda dessas terras fracionada em lotes coloniais. No Rio Grande do Sul, entre 1824 e 1889, foram fundadas 16 colônias alemãs oficiais e 63 com capital privado (Quadro 1), totalizando 79 colônias (Pellanda, 1925; Roche, 2022).

Quadro 1 – Colônias particulares fundadas no Rio Grande do Sul: Império

(continua...)

Ano	Colônia	Fundador	Observações
1846	Mundo Novo	Tristão José Monteiro	
1846	Bom Princípio	Guilherme Winter	
1846	Santa Maria da Boca do Monte (Pinhal)	Miguel Kroeff	
1848	Caí	Santos Guimaraães	
1850	Fazenda Padre Eterno	Barão do Jacuí	
1850	Rincão del Rey	Dr. Israel R. Barcellos	
1853	Estrela	Vitorino José Ribeiro	
1853	São Gabriel	Primórdio C. Azambuja	
1853	Conventos	Fialho e Baptista	
1854	Silva	Fialho e Baptista	
1856	Mariante	Cel. Antônio J. S. Mariante	
1856	Maratá	J. A. Pereira Moraes & Cia.	
1857	Santa Maria da Soledade	Montravel Silveira & Cia	
1857	Pareci	José Inácio Teixeira	
1857	Brochier	Irmãos Brochier	
1857	Piedade	Eugênio de La Rue	
1857	São Salvador	Eugênio de La Rue	
1858	Teutônia	Schilling & Cia.	
1858	Ubatuba	J. Ubatuba	
1858	São Lourenço	Jacob Rheingantz	
1860	Desterro	Crispim Ribeiro	
1860	Escadinhas	Moraes	
1860	São Caetano	Diversos	
1861	São Vendelino	Eugênio de La Rue	
1861	Schneiderthal	Eugênio de La Rue	
1862	Rio Pardense	Francisco Antônio Borges	
1863	Candelária	Roehenberger	
1865	Santa Emília	Pereira & Cia.	
1866	Sinimbu	Holtweissig & Cia.	
1866	Lopes	Manoel Fontoura Lopes	
1868	Arroio do Padre	Guilherme Bauer & Cia.	
1868	Cerrito	Jacob Rheingantz	
1869	Arroio do Meio	J. P. Fialho de Vargas	
1869	Santa Silvana	Custódio G. Belchior	
1869	Santa Clara (Pelotas)	Joaquim de Sá Araújo	
1870	Santa Clara (Lajeado)	Antônio Fialho V. Filho	
1872	Fazenda Conventos Vermelhos	Santos Pinto	
1873	Cafundó	Bastos, Gehlen e outros	
1875	Cerro Branco	B. von Kalden, Müller	
1875	Poço das Antas	Ely Weber & Cia.	
1875	Forqueta	Diversos	

(conclusão)

1876	São Luís	Afonso Azambuja	
1876	Novo Berlim (Marques de Souza)	Schoet Py & Cia.	
1877	Friedental	Ethmel, Pijot	
1879	Benfica	Ethmel, Pijot	
1879	Bastos	Bastos, Klenzen & Cia.	
1880	Travesseiro	Xavier Alves	
1880	Piedade	Felipe Selbach	
1880	Pirajá	Diversos	
1880	Sete Léguas	Antônio J. S. Mariante	
1881	Santo Antônio	João A. Pinheiro	
1881	Aliança	Augusto Kardt	
1881	Arroio	Jacob Rheingantz	
1882	Santa Helena	Siegmar von Schlegell	
1883	Retiro	Manoel Fontoura Lopes	
1884	Nova Santa Cruz	Diversos	
1885	São Luís	Luís J. Silva Leivas	
1885	Palmas	Joaquim P. Fialho V.	
1885	Entrepelado	Antônio Maciel e outros	
1886	Rio de Ilha	Felipe Wagner e outros	
1887	Rincão São Pedro	Thompson	
1888	Rolante	João Renck e outros	
1889	Santa Eulália	Heleodoro Azevedo e Souza	

Fonte: Pellanda (1925, p. 44-51); Roche (2022, p. 152-155)

O Quadro 1 lista as colônias particulares fundadas no Estado sob o Império no século XIX, concentradas nas imediações da colônia de São Leopoldo, acompanhando a expansão das colônias públicas, destinadas a imigrantes alemães e seus descendentes. Houve uma concentração maior de colônias particulares no vale do rio Taquari, de propriedade de latifundiários locais, como a família Fialho de Vargas, e no vale do rio Caí. Embora os vestígios deixados por esses empresários e seus empreendimentos são tênues e escorregadios, pelos dados compilados, percebe-se a quantidade de empreendimentos, constituídos por indivíduos ou sociedades/companhias de colonização. Ainda, a atuação localizada, via colonização de uma área de terras, muitas vezes subdividida em vários núcleos, como o exemplo de Eugênio de La Rue. Entretanto, os dados compilados no Quadro não fornecem a área em hectares das colônias, a

nacionalidade dos colonos e o número de habitantes, o que dificulta dimensionar seu tamanho e hierarquizar os empreendimentos quanto ao capital de seus empresários, área, mercado de terras, trajetória do empreendimento. Nesse momento, poucos empresários e empresas de colonização se consolidaram em termos de capital, a ponto de expandir seus negócios para outras regiões do Estado ou mesmo, para outros estados.

Portanto, no decorrer do século XIX, o Império foi o protagonista na política de imigração e colonização, haja vista ser o maior detentor de terras devolutas, direcionando a instalação de núcleos coloniais em zonas estratégicas, defendendo fronteiras e incrementando a produção, o crescimento demográfico e a expansão das vias de comunicação e transporte, conexão modernizada com a introdução da via férrea e o telégrafo. A partir de 1899, com a Proclamação da República, a política imigratória não sofreu modificações significativas, passando a ser de responsabilidade dos estados. Ao longo de mais de um século de imigração no Brasil, o perfil do imigrante se modificou, tal qual as exigências para o recebimento. De 1824 a 1907, não havia uma lei constitucional brasileira que regulamentasse a imigração, nem ao menos uma definição sobre quem era o imigrante. O decreto de 31 de dezembro de 1924 passou a exigir o registro das companhias de navegação autorizadas a desembarcar imigrantes, entendendo-se como tal “todo passageiro de segunda ou terceira classe, chegado em navio pertencente a uma dessas companhias” (Roche, 2022, p. 143). Decorrente à queda da Primeira República e à ascensão de uma nova elite ao poder, em 1930, houve uma reorientação da política imigratória com a intervenção direta do governo federal.

## **O mosaico de colônias particulares no Planalto-riograndense**

No Rio Grande do Sul na Primeira República, o número de colônias se multiplicou rapidamente. Até 1922, foram instaladas 12 colônias oficiais e 51 particulares, totalizando 63 colônias (Pellanda, 1924; Roche, 2022). Enquanto política pública, o governo estadual reduziu gradual-

mente os subsídios à imigração e colonização, até retirá-los completamente, incentivando a imigração espontânea e a realocação do excedente populacional das antigas zonas coloniais.

Os dados coletados pelo governo estadual em relação às colônias particulares, apresentados no Quadro 2, são mais detalhados se comparados aos dados do Quadro 1, que abrangem o período imperial. Cabe registrar que alguns desses empreendimentos de colonização são objeto dos textos dos próximos capítulos. Todavia, sobre a maioria dos empresários e empresas são conhecidos os dados básicos: razão social, colônia, por vezes a área total do empreendimento, sabendo-se muito pouco sobre a dinâmica de venda de terras, preços dos lotes, período de atuação da colonizadora etc. Como permanência, nota-se a diversidade de empresas, as múltiplas associações e fusões, mesmo entre as empresas; colônias com áreas variadas, desde uma pequena área de 500 a 800 hectares, outras entre 1.000 e 5.000 hectares, e algumas exceções, com área superior a 10.000 hectares. Entretanto, os dados quantitativos nem sempre condizem com a estabilidade da empresa e o desenvolvimento econômicos, social e cultural do empreendimento. Por exemplo, a colônia Alto Jacuí, fundada em 1897 pela empresa Colonizadora Schmidt e Annes, com área de 32.965, situava-se no latifúndio de propriedade de Gervásio Lucas Annes. A colonizadora assumiu a razão social de Schmidt & Optiz Cia., com a troca de seus sócios. Como colônias, houve a fragmentação da colônia Alto Jacuí em Tapera e Não-Me-Toque, com uma primeira tentativa de colonização com colonos de origem alemã e italiana. No transcurso da colonização, a colonizadora original foi extinta e seu espólio se fragmentou, o que resultou em “diversos” colonizadores e incorporação de parte da colônia original a outras colônias, e os colonos alemães migraram para outros locais, ocasionando o despovoamento. O que restou da colônia Não-Me-Toque foi recolonizada anos mais tarde com imigrantes holandeses.

O quadro traz dados até 1922, momento em que o Estado assumiu definitivamente a compra e vende de terras públicas aos colonos, com preços competitivos, limitando cada vez mais a atuação de empreendi-

mentos privados, com a implementação de uma legislação e fiscalização mais rígidos. Soma-se o esgotamento da fronteira de expansão, impactando na elevação dos preços das terras, e a intensa intrusão nas terras, comprometendo a negociação e a emissão da escritura. Diante desse cenário, empresas, empresários e colonos migraram para outra margem do rio Uruguai, onde o governo catarinense oferecia terras mais baratas e incentivos para estabelecimento de colônias, com o propósito de colonizar a região centro-oeste. Contribui para esse êxodo a instabilidade política do Rio Grande do Sul, iniciada com a Revolução de 1923 ou Assisista, após a eleição estadual de 1923, que reelegeu Borges de Medeiros. O epicentro do conflito, iniciado em Passo Fundo, esteve situado na região do Planalto Rio-grandense, comprometendo a segurança das colônias, dos colonos e de sua produção. Após a pacificação, grupos armados inimigos permaneceram pela região, enfrentando-se em diferentes momentos. No rescaldo de 23, eclodiu a Coluna Prestes, em 1926, em Santo Ângelo, cuja marcha em direção à capital federal cruzava pelas colônias do noroeste rio-grandense, abalando novamente a zona colonial. O resultado imediato que afetou o planalto rio-grandense foi a estagnação do mercado de terras, com elevada oferta e pouca procura, aumento da intrusão, redução do preço das terras, êxodo de colonos para centros urbanos ou novas fronteiras agrícolas. Um exemplo extremo desse processo foi a colônia particular Xingu, de propriedade da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que era local de trânsito das tropas e dos bandos armados, cujos colonos abandonaram a colônia e sua produção, refugiando-se em Palmeira ou migrando para outros locais, ocasionando o despovoamento da colônia uma elevada oferta de terras à venda. Da mesma colonizadora, a colônia em formação, denominada Erval Seco, ficou com a venda de terras estagnada, os preços despencaram, além de conviver com a intrusão das terras ociosas (Neumann, 2016).

Quadro 2 – Colônias particulares fundadas no Rio Grande do Sul: República

(continua...)

Ano	Colônia	Fundador	Área (ha)	População	Nacionalidade predominante
1890	Sesmaria Machado	Machado			
1890	Sanga Funda	Diversos	2.400	630	alemã; nacionais
1890	Borússia		4.000	600	alemã; italiana
1891	São Manoel	Pedro A. Toledo			
1892	Ijuí Grande	Carvalho Bastos, Azevedo			
1893	Sertão Sant'Anna	Diversos		1.260	nacionais
1894	Villianova		1.000	530	italiana
1895	Cachão	Hegemann, Krendkler			
1895	Forquetinha	Bento Rosa, Coutinho			
1895	Pao-a-pique		300	500	nacionais
1896	Favilla	Diversos	1.900	525	alemã
1896	Santa Clara	Diversos	666	1.200	alemã
1896	Ignacio Alves			530	nacionais
1897	Alto Jacuí	Diversos; Schmidt e Annes	32.965	9.700	alemã; italiana
1897	Não-Me-Toque	Schmitt & Opitz Cia.			
1897	Barra do Colorado	Companhia de Colonização			
1897	Xingu	Hermann Meyer & Cia.	2.087	200	alemã
1897	Boi Preto	Hermann Meyer & Cia.			
1898	Gen. Osório	Serafim Fagundes & Cia./ Companhia de Colonização	14.735	3.000	alemã
1898	Neu-Württemberg	Hermann Meyer & Cia.	10.146	3.500	alemã
1898	Visconde Rio Branco	Antonio Alves Ramos	6.988	2.000	italiana
1898	São Paulo		15.723	2.650	italiana
1899	São Miguel		13.957	3.900	italiana
1899	2º Distrito Guaporé	Dörken & Cia.	10.679	8.300	italiana
1899	Saldanha Marinho	Castro Silva & Cia.	2.791	1.960	alemã
1899	Rincão dos Mellos		1.200	600	nacionais
1900	Ernestina	Ernesto Carneira Fontoura	3.600	680	alemã
1900	Catupi	Ernesto Carneiro Fontoura	300	500	alemã; nacionais
1900	São João	João Baptista Scholl			
1900	São Pedro	Pedro Nunes Baptista			
1900	Ramos	Antônio Ferreira Ramos			
1900	Santa Coleta	Dr. Epaminondas P. Almeida			
1900	Santa Bernardina	Dr. Epaminondas P. Almeida			
1900	São Domingos	Carlos Ritter & Irmão			
1900	Triunfo	João Baptista Scholl			

(continua...)

1900	Fão	Ernesto Hoeussler			
1900	Vitória	Kruel & Cia.		220	nacionais
1901	Araçá		8.000	1.500	italiana
1901	Cacique Doble		500	500	italiana
1902	Cerro Azul	Dr. Horst Hoffmann; Bauerverein			
1902	Municipal	Governo Municipal			
1902	Sananduva		13.100	3.500	italiana
1903	Bela Vista	Companhia de Colonização			
1904	Gerisa	Companhia Imobiliária e Agrícola	2.448	740	alemã
1904	S. Ricardo		200	100	italiana
1904	Philippson's		5.766	400	rusa
1906	Nova	João Baptista Scholl	2.000	525	alemã
[1906]	Gonçalves		500	420	alemã
1906	5º Distrito Guaporé	Bastian & Cia	6.333	8.300	italiana
1907	Boqueirão do Leão	Selbach			
1907	Santa Bárbara		561	315	italiana
1908	Souzas	Diversos	500	210	alemã
1908	São Manoel (parte)	Diversos	400	210	alemã
1908	Herval	Diversos	1.500	420	alemã
1908	Deodopolis (Guaporé)		6.128	3.900	italiana
1909	Coronel Selbach	Coronel Selbach	3.872	220	alemã
1909	Forqueta		5.400	1.600	italiana
1910	Buriti	Frode Johansenn		320	nacionais
1910	Neu-Württemberg (Palmeira)	Hermann Meyer & Cia.	3.744	200	alemã
1910	Demarchi			110	nacionais
1910	Volta do Freitas		800	500	nacionais
1911	Rio do Peixe	Companhia de Colonização	24.196	5.000	italiana
1911	Ed. Palassin (Guaporé)	Ed. Palassin	2.324	4.450	italiana
1911	Macegal		800	360	nacionais
1912	Potreiro		1.140	500	nacionais
1912	Dona Júlia	Vargas	2.000	320	italiana
1912	Timbaúva	Vargas			
1912	Boa Vista	Federação dos Lavradores do RS	100.000	1.500	
1912	São Francisco				alemã; italiana; nacionais
1913	Nova Feltre		500	320	italiana
1914	Steglich	Steglich			
1915	Tamandaré	Matte, Vargas, Meira			
1915	Weidlich	Weidlich			
1915	Tesouras	Matte, Vargas, Meira	3.700	300	alemã; nacionais

(conclusão)

1915	Barro	Luce & Rosa	13.811	2.500	alemã; italiana
1915	Medorema				alemã; italiana; nacionais
1916	Sarandi	Selig & Cia.; Kreiser & Cia.			
1916	Emílio Calo	Emílio Calo	6.000	300	alemã
1916	15 de Novembro	Albert Schmitt	?	800	alemã; italiana
1917	Sturm	Sturm			
1917	Dourado		24.228	1500	alemã; italiana
1917	Rio Novo				alemã; italiana
1919	Rondão	Sedrin			
1922	Pessegueiro	Zenzen			
	Augusta	Achilles Couto			
	Chapada	Sudbrack			
	Venâncio Aires	vários pequenos núcleos	43.466	7.680	alemã; nacionais
	Diversos municípios	Diversos pequenos núcleos e colonos disseminados	250.000	15.800	intrusos

Fonte: Pellanda (1925, p. 44-51); Roche (2022, p. 152-155); Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no estado. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização, 1919).

As empresas de colonização privadas, em alguns casos, tentaram manter o perfil de colonização étnica e, por vezes, confessional, como as empresas Colonizadora Meyer e a *Bauernverein*, ambas com colônias na região noroeste do Estado.

Em 1898, o Dr. Herrmann Meyer, de Leipzig, Alemanha, fundou a colônia Neu-Württemberg, situada no interior do município de Cruz Alta, colonizando-a com imigrantes alemães e colonos teuto-brasileiros, nascidos no Rio Grande do Sul, com ampla predominância dos protestantes. Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, caracterizada como empreendimento privado de empresa e de capital estrangeiro, com autonomia suficiente para gerenciar os negócios a seu modo, dentro dos parâmetros legais – nesse caso, às leis brasileiras e alemãs, tendo o consulado de ambos os países como intermediário na solução de problemas. Como espaço, as terras

florestais dos municípios de Cruz Alta e Palmeira. O projeto de colonização de Herrmann Meyer, implementado por intermédio da colonizadora, foi pensado e adaptado à conjuntura da nova zona colonial no transcorrer do processo, fazendo concessões, ora pressionado pelos colonos, ora pela concorrência, ora pelos seus próprios administradores, ora pelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais que sacudiram o Brasil e a Alemanha entre 1897 e 1932 – especialmente a Primeira Guerra Mundial – e, no período posterior, atravancaram o processo de liquidação do empreendimento. A concessão da autorização para a emigração por parte do governo da Alemanha, em 1906, por si só, assegurava sua legitimidade e credibilidade, ponto sempre ressaltado em propaganda. Em termos de “projeto de colonização étnico”, apresentou-se aos emigrantes alemães em potencial como alternativa diferenciada em relação às demais opções, uma vez que se propunha a realizar e subsidiar um “trabalho cultural” centrado na educação e assistência religiosa, aspectos negligenciados nas demais áreas coloniais do Rio Grande do Sul e, nesse contexto, nas colônias mistas. Empenhou-se na construção de uma “colônia-modelo”, onde era possível “ser” e “permanecer” alemão, retardando ao máximo a assimilação do meio cultural nacional. Tal ideário também seduziu os colonos das colônias velhas no estado, atraídos pelos preços reduzidos e pela fertilidade do solo. Seu objetivo consistia na realização de um trabalho cultural, porém não assistencialista ou filantrópico. Adquiriu cinco pequenas posses privadas distante uma da outra: Xingu, Erval Seco, Boi Preto em Palmeira, Neu-Württemberg em Cruz Alta e Castilhos em Júlio de Castilhos (Neumann, 2016).

Já a colônia Fortaleza/Erval Seco caracterizou-se como uma colonização de terras de especulação frustrada, razão pela qual colonizada somente na década de 1920. Apresentou-se como uma área de negócio de terras, de preferência vários lotes coloniais a um único comprador, independentemente da origem étnica. Daí a presença significativa de colonos italianos, luso-brasileiros, poloneses (somando cerca de 35%), e colonos alemães (aproximadamente 65%), onde também foram demarcadas duas sedes urbanas. As posses Boi Preto e Castilhos foram medidas e vendidas em gran-

des áreas, sem qualquer outro investimento. Ao analisar dessa ótica, cada projeto de colonização particular apresentava as suas especificidades, além de variações internas quanto à forma de execução. Isso significa que dentro do plano geral de colonização da colonizadora Meyer havia microplanos, aplicados de acordo com a área, o período e a conjuntura histórica.

A *Bauernverein* (Associação de Agricultores), na pessoa de Pe. Max von Lassberg, SJ, juntamente com Karl Culmey, fundou em 4 de outubro de 1902 a extensa colônia de Serro Azul (hoje Cerro Largo), com área de 100.000 hectares, na região das Missões próxima as colônias estaduais de Guarani e Ijuí, povoando-a com colonos católicos de origem alemã. A partir dessa experiência, o mesmo religioso fundou ainda, ao lado, Santo Cristo e na província de Misiones, Argentina, as colônias Puerto Rico e San Alberto. Na continuidade, e a partir da experiência de Serro Azul, a Sociedade União Popular Católica ou *Volksverein* fundou, na pessoa de Pe. João Evangelista Rick, SJ, a colônia Porto Novo, hoje Itapiranga, em Santa Catarina, na margem norte do rio Uruguai, em 31 de julho de 1926, terras essas adquiridas da Empresa Chapecó-Pepery. A *Volksverein* tinha como finalidade

[...] promover os interesses materiais e ideais do povo católico de fala alemã. Seu programa, sobretudo na sua concepção ideal, avançou muito mais do que a antiga Associação de Agricultores. Este era interconfessional e tinha a melhoria material como objetivo principal. No breve tempo de sua existência realizou muito com a fundação de caixas de poupança, melhoria dos métodos de trabalho, introdução de novas raças de gado e de modo especial pela fundação da esplêndida colônia de Cerro Largo. A mistura confessional, porém, continua o gérmen de sua dissolução (Rick apud Rambo; Rabuske, 2004, p. 44).

Um outro exemplo de empresa atuante na região norte rio-grandense, foi a empresa estrangeira *Jewish Colonization Association* (ICA), criada pelo Barão de Hirsch em 1891, que tinha por objetivo inicial auxiliar os judeu-russos vítimas de discriminação e massacres; posteriormente, os israelitas dos demais países do leste europeu e Ásia. Assim, fundou, no Rio Grande do Sul, em 1904, a colônia Filipson, no município de Santa Maria; em 1909 comprou a fazenda Quatro Irmãos no município

de Passo Fundo, hoje municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Campinas do Sul e São Valentim, com uma área de 93.985 ha. Como projeto inicial não obteve êxito, as terras foram vendidas a colonos de diferentes nacionalidades. Tratava-se de um projeto filantrópico, ao mesmo tempo havia uma preocupação com a lucratividade financeira (Gritti, 1992).

Foi fundamental também o prolongamento da via férrea de Santa Maria a Cruz Alta, em 1894, e a posterior bifurcação em direção a Passo Fundo-Santa Catarina e Santo Ângelo, interligando a região Planalto com o restante do estado, permitindo a circulação de pessoas e mercadorias. A ferrovia atraiu as empresas particulares de colonização e trouxe os colonos: ao redor de cada estação ferroviária, ergueu-se um núcleo colonial. Rapidamente, toda região norte do Estado foi incorporada à colonização, restando apenas a zona florestal à margem do Rio Uruguai.

Uma colônia particular de caráter político fundada no município de Passo Fundo, região Norte do estado, em 1899, foi Saldanha Marinho. Conforme Isléia Rossler Streit (2003), era seu fundador Evaristo Affonso de Castro, um luso-brasileiro, federalista, abolicionista e maçom, que, juntamente com seu sócio Francisco Claro Silva, formou a companhia de terras Sociedade Norte Industrial Castro, Silva e Cia. Como jornalista, escritor, político e líder federalista da República Velha, Castro, ao fundar Saldanha Marinho, pretendia recuperar o poder político na região, com a possibilidade de formar um grupo de resistência ao republicanismo do Planalto, representado pelos coronéis da região (Firmino de Paula, de Cruz Alta; Valzumiro Dutra, de Palmeira, e Victor Dumoncel Filho, de Santa Bárbara do Sul). Os coronéis desde cedo se preocuparam com esse núcleo federalista em seu seio, tentando cooptá-lo, colaborando para isso a morte de Castro, logo no início da colonização, em 1910.

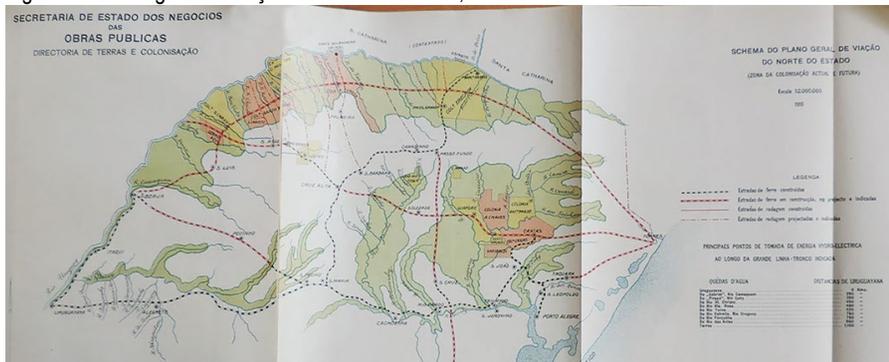
Um exemplo de colonização mista, tanto no modelo de colonização quanto nos elementos sociais que ocuparam a área, foi a colônia Barro, hoje município de Gaurama, fundada em 1910, no então município de Erechim. Tratava-se, em parte, de uma colônia pública, colonizada pela Comissão de Terras, predominando na ocupação poloneses e outras etnias eslavas;

e a outra parte, pelo sistema privado, por meio da *Gesellschaft* Luce Rosa & Cia. Ltda – empresa criada em 1883, com sede em Porto Alegre –, cujos compradores, na maioria, eram de origem italiana, alemã e alguns espanhóis. O processo de ocupação teve início com a demarcação e construção da ferrovia, somente mais tarde consolidado por formas planejadas de colonização. Conforme Gladis H. Wolff (2005), os trilhos de trem foram a linha divisória entre duas formas de colonização distintas na colônia Barro.

O Quadro 2 assinala ainda a posse de uma extensa área de terras, calculada em 250.000 hectares, em mãos de cerca de 15.800 intrusos, parcela composta por nacionais, imigrantes e seus descendentes. Trata-se de terras ocupadas por particulares, cuja posse ainda não foi regularizada. A regularização dos intrusos e a legitimação das posses de terras se arrastou por toda Primeira República e adentrou as décadas seguintes.

Enfim, o impacto do avanço das empresas colonizadoras e dos colonos sob o Planalto Rio-grandense no decorrer da Primeira República, ao estabelecer as “colônias novas”, fica mais evidente ao ler, comparar e interpretar os mapas produzidos pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado, atrelando colonização e construção de estradas. O primeiro mapa (Figura 4), datado de 1915, situa nas margens do rio Uruguai colônia pública de Erechim, que encampou parte do projeto da colônia particular de Quatro Irmãos, e nas proximidades de Passo Fundo, a colônia Não-Me-Toque, Guaporé e Alfredo Chaves, onde a colonização pública e privada se altercavam.

Figura 4 – Plano geral de viação do norte do Estado, 1915



Fonte: Relatório da Diretoria de Terras e Colonização, 1915. Memorial do Legislativo, Porto Alegre, RS.



e Colonização do Rio Grande do Sul como um “um fenômeno natural e transitório”, intrínseco à imigração e colonização. “É a reprodução de fato análogo observado no próprio Estado: a atração sobre a avultada descendência da população das velhas colônias, exercida pelas nossas colônias novas”. Logo, “nada tem de alarmante e cessará facilmente logo que seja adotada a viação férrea e ter rodagem a extensa e rica região norte do Estado, para a qual afluirá o sucesso da grande população colonial do próprio Estado”, encontrando assim condições atraentes para aplicação de seu capital (Relatório OP, 1928, p. 59).

Nota-se que as colônias novas atraíam e carregavam consigo os colonos “empreendedores”, que viam nas colônias novas uma possibilidade de investimento e especulação, ou aqueles que já haviam acumulado capital suficiente para adquirir mais terras para si e seus filhos. Assim sendo, as colônias particulares não receberam os miseráveis da Europa ou das colônias velhas, mas a classe dos mais remediados e empreendedores. Estes podiam permanecer, no entanto decidiram migrar em busca de novas opções de investimento, especialmente quando o câmbio era favorável.

## **“Colonizar não é retalhar as terras e povoá-la”: o Rio Grande do Sul e a colonização na Primeira República**

Na Primeira República, o Rio Grande do Sul foi um reduto do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sob a influência do positivismo e o comando dos “caudilhos” Júlio Prates de Castilhos, sucedido por Borges de Medeiros. Enquanto plano de governo, uma das frentes consistiu em regularizar e legitimar as posses de terras, liberando-as para o avanço da colonização, incentivando a imigração espontânea, a realocação do excedente colonial, a fixação dos nacionais e a colonização particular. A crítica republicana direcionava-se ao governo imperial e os seus vícios no quesito questão de terras. Foi nesse cenário que os empresários, as empresas e os empreendimentos de colonização atuaram no período. Acres-

ce-se ainda a construção e expansão da malha de transporte – hidrovias, ferrovias e rodovias. Em contrapartida, o PRR apostou na cooptação de seus votos na zona colonial.

A operacionalização do projeto deu-se via criação da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, como o agente em campo e o executor da política de terras proposta pelo governo castilhistaborgista, assentada na regularização e legitimação das posses de terras privadas, reavendo ao Estado as terras apossadas de forma irregular. Na chefia da DTC, estava o engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Simultaneamente, foi vedada a venda ou concessão de terras públicas a empreendimentos de colonização privados, assumindo o Estado a venda direta dos lotes demarcadas aos colonos. Os empresários e empreendimentos de colonização privados originaram-se assim da aquisição de terras de particulares – especialmente em momentos de inventário ou dívidas –, da fragmentação de extensas áreas de terras de sua propriedade, por indenização do Estado em diferentes circunstâncias, o que limitava a expansão territorial dos núcleos coloniais.

A DTC, em consonância com as prerrogativas do governo estadual, definiu as linhas gerais do serviço de colonização.

Si se tratasse somente de retalhar as terras e povoá-la, seria fácil a tarefa. Porém, do que se trata, na realidade, é de promover a organização de novas regiões aparelhando-as para constituírem em próximo futuro outras tantas circunscrições territoriais autônomas. E para que isso se realize de uma maneira eficaz e proveitosa ao bem público, é preciso saber tirar partido dos elementos materiais existentes na natureza: destruindo alguns, utilizando a maior parte, conservando-os, modificando-os, em uma palavra, adaptando-os às necessidades materiais da existência social; e, simultaneamente, é preciso conhecer a situação cerebral dos elementos colonizadores de que você vai dispor no povoamento das novas regiões e providenciar de acordo com esse conhecimento, a fim de utilizá-los da melhor maneira, em proveito da comunhão e deles. (Relatório OP, 1915, p. 83).

A DTC, por um lado, buscou liberar terras para localizar o excedente populacional das antigas zonas de colonização, e por outro, fixar os agricultores nacionais. Em seu discurso oficial, explicitava sua concepção de colônia e colono, suas preocupações e expectativas.

No caso do Rio Grande do Sul, duas circunstâncias vêm ainda argumentar a importância do serviço de colonização. Primeira, a existência de uma grande população colonial, superior à 600 mil habitantes, isso é, superior a 1/3 da população total do Estado, e crescendo naturalmente de cerca de 15.000 por ano, cuja maioria vai dedicar-se à mesma atividade, precisando uma parte ser colocada em outras terras; depois, a necessidade, diríamos melhor, o dever de promovermos, por todos os meios ao nosso alcance, a assimilação gradual desse enorme elemento de origem estrangeira ao elemento nacional.

Quer isso dizer que são de duas naturezas essencialmente, as medidas gerais a tomar em relação ao serviço de colonização: medidas relativas à instalação dos agricultores; medidas relativas à nacionalização gradual dos de origem estrangeira. (Relatório OP, 1915, p. 83).

Para além da colonização de terras, a DTC defendia tratar-se de uma questão social, extrapolando os interesses políticos e o retorno financeiro.

O problema da colonização no nosso Estado, nos últimos anos principalmente não tem sido resolvido com o simples povoamento das terras devolutas, mas encarado e tratado como um elevado problema de caráter social que é. Assim, a par dos trabalhos preliminares de discriminação, demarcação e concessão das terras, vai o Estado, por intermédio das comissões de terras, estudando e construindo estradas e caminhos com boas condições técnicas organizando, após estudos prévios, racionalmente feitos, novos povoados, que serão futuros grandes centros de produção e exportação disseminando a instrução primária onde ela é, talvez, mais necessária – entre as populações rurais de origem estrangeira – incutindo-lhes o sentimento da nossa nacionalidade.

Desse modo, com essa feição prática, mas complexa, os trabalhos de colonização são os mais importantes entre os que estão afetos a esta diretoria de que nos ocupamos. (Relatório OP, 1928, p. 58).

Os trabalhos da DTC eram realizados *in lócus* pelas Comissões de Terras e Colonização, instaladas em locais estratégicos. Até 14 de maio de 1923, atuavam as Comissões de Terras e Colonização de Erechim, Guarani, Lagoa Vermelha, Palmeira, Passo Fundo, Soledade, Santa Rosa, comissão organizadora da Estância de águas de Iraí.

Atende-se assim, a toda a região norte do Estado e municípios vizinhos. Nessa região a superfície colonizada é de 984.104 hectares e a devoluta é aproximadamente de 1.800.000 hectares, ambas em matas e esta última somando-se outras áreas também do domínio público da mesma região, o total do patrimônio do Estado nessa região se eleva a 2.100.000 hectares. Os serviços de discriminação de terras e colonização daquela região estão atrasados (Relatório OP, 1928, p. 55).

Gradualmente, houve a reestruturação das comissões, permanecendo: a Comissão de Erechim atendendo a zona de Lagoa Vermelha; a Comissão de Passo Fundo atendendo a zona de Soledade; a Comissão de Palmeira, atendendo a zona de Iraí; e a Comissão de Santa Rosa, atendendo a zona de Guarani. (Relatório OP, 1928).

O Estado, para além da demarcação e venda de terras, também fundou e administrou seis colônias públicas no período (Tabela 1). As colônias, de perfil étnico misto, tinham como propósito a fixação dos agricultores nacionais. Ou seja, embora tratasse-se de uma política assumida pela DTC, também era resultado das circunstâncias: o esgotamento da fronteira agrícola, que havia atingido as margens do rio Uruguai, limitando as possibilidades de “empurrar” o agricultor nacional, muitos deles dependentes do extrativismo da erva-mate, para fora das áreas de colonização. A própria reprodução da intrusão custava aos cofres públicos em forma de indenizações, conflitos sociais, litígios. Enfim, a presença de intrusos comprometia o bom andamento da colonização, enquanto negócio de compra e venda de terras, visto que afastava os compradores em potencial. Logo, antes de ser uma política beneficente e social em prol do agricultor nacional, era uma questão econômica.

Tabela 1 – Colônias do Estado em 1927

Nome	Área colonizada (ha)	Área disponível	Área total (ha)
Erechim	245.398	99.000	344.398
Forquilha	84.115	39.000	123.115
Guarani	217.535	56.000	273.535
Santa Rosa	273.094	386.000	659.094
Guarita	94.452	1.097.000	1.191.452
Iraí	-	28.000	28.000
Totais	914.594	1.705.000	2.619.594

Fonte: Relatório OP (1927, p. 54).

Na implementação de um projeto de colonização próprio, em maio de 1914 o Governo do Estado rescindiu o acordo celebrado com a União em agosto de 1908, sobre a instalação de imigrantes introduzidos pela

União. Cessou, desde então, a entrada de novos imigrantes. Na leitura do governo, a medida era necessária em virtude do excedente de população colonial e a redução da área de terras devolutas, e foi bem recebida pelos colonos e empresas de colonização particulares (Relatório OP, 1915). A decisão governamental foi pautada em uma sólida argumentação.

Porque testemunhando o estabelecimento [do] intrusamento do excesso de população dos antigos núcleos coloniais, já em terras do domínio público, já do domínio privado, conhecedores, por experiência própria, da superioridade dos colonos velhos e seus descendentes, comparados aos imigrantes recém chegados, confrontando o rápido progresso das regiões colonizadas por aqueles com o lento evoluir dos núcleos povoados por imigrantes, apresentava-se lhes, logo, a seguinte indagação, que mais de uma vez ouvimos formular: por que o Estado não aproveita o numeroso elemento colonial que possui, e em vez disso, promove a instalação dispendiosa de mais imigrantes?

Na verdade, a colonização com o elemento agricultor do próprio Estado que poderia ter sido feita, como estamos realizando atualmente sem ônus, ao passo que a instalação dos 41.938 imigrantes, introduzidos no Estado depois do acordo, custou cerca de 7.500:000\$000, dos quais 5.000:000\$000 aproximadamente, despendidos pelo Estado e 2.500:000\$000 pela União. E é fácil imaginar-se as grandes vantagens que teriam advindo, da aplicação dessa elevada despesa, ou somente da parte que coube ao Estado, exclusivamente no melhoramento das antigas colônias e na instalação de agricultores do próprio Estado. (Relatório OP, 1915, p. 84).

Segundo a DTC, havia ainda “as razões de ordem política e moral, igualmente contrárias a rápida elevação artificial da população do Estado” (Relatório OP, 1915, p. 84). Ou seja, o discurso das “medidas de caráter social imediato” apontava para nacionalização da população imigrante.

Nas novas colônias onde foram introduzidos imigrantes de diversas nacionalidades a sua assimilação foi rápida e dentro de pouco tempo todos falavam o nosso idioma, forçados pela necessidade de se fazer entender e nesse caso prevaleceu naturalmente o idioma da terra e que vinham trazer o seu concurso valioso e que por sua vez ia garantir-lhes um futuro feliz que talvez não pudessem ter na sua pátria de origem.

Instaladas as colônias em terras ubérrimas, de clima excelente, rápido e enorme foi o seu desenvolvimento logo que tiveram viação.

Atualmente no Rio Grande não se funda núcleo colonial algum sem projetar-se ao mesmo tempo a sua rede de viação e ao iniciar-se a venda dos lotes ataca-se ao mesmo tempo a construção das estradas. (Relatório, 1927, p. 52).

Ao sustentar o discurso republicano castilhistaborgista, a DTC sublinhava o acerto da medida adotada no sentido de incentivar a realocação

do excedente populacional composto por “velhos agricultores”, vendendo a entrada de novos imigrantes, que não dominavam as técnicas da agricultura em solo subtropical. Contudo, reconhecia a necessidade de imigrantes em determinados espaços e atividades selecionadas.

Para corroborar com sua argumentação, a DTC apresentava os dados populacionais (Tabela 2), reiterando que em 1915, em dados aproximados, a população colonial de origem estrangeira residente no Estado representava mais de 1/3 da população total, sendo que cerca de 60% eram de origem germânica e eslava, e os restantes 40% de origem latina. Em 1927, a população colonial era de aproximadamente 950.000 habitantes, sendo 620.000 em núcleos oficiais e 330.000 em núcleos particulares. A densidade populacional do Estado era de 8,5 hab./km<sup>2</sup>; a densidade da população das colônias era de 23,7 hab./km<sup>2</sup> (Relatório OP, 1927, p. 54). Já em 1929, a população colonial no Estado estava estimada em 980.000 habitantes, sendo 650.000 habitantes na colonização oficial e 330.000 habitantes na colonização particular (Relatório OP, 1929, p. 59). A população total do Estado era de 2.600.000 habitantes, com densidade de 9 hab./km<sup>2</sup>, e a densidade da população das colônias de 25 habitantes/km<sup>2</sup>, para superfície total do estado de 280.000 km<sup>2</sup>.

Tabela 2 – População imigrante do Rio Grande do Sul

População imigrante (hab.)	1915	1929
Alemães e de origem	300 000	400.000
Italianos e de origem	200 000	300.000
Polacos e russos e de origem	50 000	80.000
Diversos	50 000	60.000
Total	600.000	980.000
Luso Brasileira		140.000
População total do estado		2 .600.000

Fonte: Relatório OP (1915, p. 87); Relatório OP (1929, p. 585).

A colonização funcionava também como um artifício para regularizar as posses de terras já existentes, amortizando o conflito direto com

o Estado nos casos de litígio, contestação de limites e de direito à posse. Por outro lado, os próprios colonos forçavam a legitimação, via intrusão. A DTC fiscalizava e acompanhava as atividades dos empreendimentos particulares e as suas colônias, além de coletar dados estatísticos. A partir de então, a formação de novos núcleos coloniais no Estado deveria atender a requisitos básicos, com vistas a propiciar um rápido desenvolvimento autônomo:

- a) que as regiões disponham já, ou estejam por dispor em curto prazo, de vias de exportação, férreas ou fluviais;
- b) levantamento prévio dos principais cursos da água;
- c) escolha dos traçados das principais estradas de rodagem orientados normalmente às linhas férreas ou aos cursos d'água navegáveis;
- d) delimitação ao longo das linhas férreas existentes ou projetadas, e dos cursos d'água navegáveis ou permitindo a flutuação, de faixas de mato de 8 km para cada lado, destinadas a exploração florestal. estas faixas poderão ser posteriormente reduzidas nos lugares aonde vier isso a ficar indicado;
- e) na demarcação dos lotes coloniais atender a separação das reservas florestais, quer das nascentes dos cursos da água, quer as dos terrenos muito acidentados, quer das áreas destinadas unicamente a exploração industrial da mata. Os lotes deverão ser subordinados a hidrografia e a viação existente ou projetada, terem em média 25 ha de superfície, nunca menos de 15, nem mais de 35 ha, e poderão apresentar qualquer forma, posto que convenha a mais simples, de preferência retangular;
- f) escolha dos lugares apropriados ao estabelecimento de povoados, afastados entre si de 15 a 20 km, aproximadamente. As áreas para este fim previamente reservadas deverão ser grandes, nunca menores de 400 ha, sendo, porém, admissível a subdivisão em lotes rústicos da área mais tarde julgada excessiva ou inaproveitável. Os lugares escolhidos deverão ter aguadas boas e abundantes, não serem muito acidentadas, e oferecer, o quanto possível, panoramas agradáveis. Só por exceção em pontos obrigados, como estações de linhas férreas ou outros, poderão deixar de ser observadas estas condições; em caso algum, os povoados poderão ser estabelecidos sem prévios projetos, estudados sobre planta do relevo do terreno, mais ou menos detalhada conforme a importância e a dificuldade dos casos;
- g) as estradas de rodagem deverão ser todas de pequenas declividades, entre os máximos de 4 a 6%, conforme o terreno for pouco ou muito acidentado, bem assim os caminhos vicinais deverão ser estudados para poderem vir a satisfazer, a todo o tempo, as mesmas declividades, embora inicialmente seja admissível construí-los com declividade de até 8%, quando isto permitir reduzir o movimento de terras. (Relatório OP, 1915, p. 86).

Passada uma década da implementação das novas diretrizes de colonização, a DTC exaltava os resultados alcançados.

Devido ao excelente regime de fazer o colono proprietário do lote que ocupa, as facilidades de transportes e as garantias dadas pelo governo do Estado são extraordinários os benefícios resultados da colonização no Rio Grande do Sul, antigas e novas colônias constituem hoje prósperos e ricos municípios, onde suas populações, vivendo na abundância e gozando a excelência do nosso clima, fazem do Rio Grande do Sul o grande celeiro do país.

O grande surto comercial, industrial e agrícola observado na região colonial é a prova do seu progresso, da sua riqueza, do grande aproveitamento do seu solo ubérrimo. (Relatório OP, 1927, p. 51).

Na mesma linha, ressalva a valorização agrária, benéfica aos cofres do Estado, visto que era o mediador direto na venda dos lotes de terras e cobrança de impostos, mas uma das razões da migração dos colonos ao oeste de Santa Catarina e Paraná, em busca de terras mais baratas.

A valorização das terras tem sido extraordinária: os lotes de 25 ha que há 15 anos eram vendidos a um réis por metro quadrado, ou seja, a 250\$000 por lote, valem hoje dezenas de contos de réis e os novos lotes encontram hoje compradores a 10, a 12 e até a 20 réis por metro quadrado, variando o preço de um lote de 2:500\$000 a 5:000\$000 (Relatório OP, 1927, p. 51).

Os dados estatísticos coletados pelo Estado relativos à colonização pública e privada corroboram para dimensionar a colonização como uma questão social, que implica em um dinâmico mercado de terras e deslocamentos migratórios e, ao final da década de 1920, na emergência do Planalto Rio-grandense como novo polo populacional e produtor do Estado.

Conforme a Tabela 3, em 1929, a área colonizada em todo Estado era de aproximadamente 4.024.000 hectares. Em termos de colonização pública e particular, a área colonizada pelo Estado representava o dobro da área colonizada pela iniciativa privada. Observa-se, porém, que durante o período entre 1927 e 1929, a área colonizada teve um aumento de 117.343 hectares, sendo 37.343 hectares de colonização oficial e 80.000 hectares de colonização particular, ou seja, a colonização particular teve um aumento de área colonizada duas vezes maior que a colonização pública. Nesse recorte temporal, para além do discurso da DTC, a colonização particular expandiu-se em um ritmo maior do que a colonização oficial.

Tabela 3 – Área colonizada no Estado até 1929

Área colonizada no Estado (ha)	1927	1929
Colonização antiga	3.110.000	3.110.000
Colonização nova	914.500	1.031.843
Total da superfície colonizada	4.024.500	4.141.843
Área colonizada oficial	2.704.500	2.741.843
Área colonizada por particulares	1.320.000	1.400.000
Área desmatada (cultivada)	2.300.000	2.441.843
Área em mato	1.724.000	1.700.000

Fonte: Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP 1929, p. 585.

Os relatórios produzidos pela DTC tecem duras críticas ao período imperial precedente e seus agentes, apontando-os como os responsáveis pelo caos agrário da região do Planalto Rio-grandense, não resolvido após quatro décadas de trabalhos de medição e legitimação. O avanço da zona de colonização na região mencionada, somada à pressão dos colonos pelos títulos de propriedade, contribuíram para agilizar a regularização das propriedades de terra. Assim, em 1928, “dos 79 municípios em que está atualmente dividido o Estado, em 52 deles há núcleos coloniais. Esses núcleos, em número de 172, foram fundados: 60 pelos poderes públicos (federal, estadual e municipal) somando a área total colonizada de 2.694.104ha, por particulares, 112 núcleos com a área total colonizada de 1.400.000 hectares” (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 – Colônias nos municípios

	1927	1929
Municípios onde há colonização	52	52
Municípios onde não há colonização	27	28
Total dos municípios do Estado	79	80

Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP, 1929, p. 585.

Tabela 5 – Colônias nos municípios públicas e privadas

	1927	1929
Total de núcleos coloniais	172	172
Pela união	37	37
Pelo estado	19	19
Pelos municípios	4	4
Por particulares	112	112

Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP, 1929, p. 585.

Analisar os dados colônias/área de colonização confirmam que em termos de número, havia mais colônias privadas do que públicas no Estado, mas a área colonizada pelas colônias públicas era superior. Os dados de 1929 informam 60 colônias públicas, que ocupavam uma área de 2.741.843 hectares, ou seja, uma média de 46.697,38 hectares por colônia, que por sua perfazem 1.867,89 lotes coloniais de 25 hectares. As colônias particulares, em número de 112, ocupavam uma área de 1.400.000 hectares, com uma média de 12.500 hectares por colônia, ou 500 lotes coloniais. Os dados do quadro 2 evidenciam a disparidade da área das colônias, prevalecendo as colônias com área inferior à média geral.

Decorridas quatro décadas de colonização no Estado sob a Primeira República, marcada pelo positivismo castilhistaborgista, sobressai o trabalho da DTC no sentido de identificar, demarcar, medir e legitimar as terras públicas e privadas do Estado, com foco central na região do Planalto Rio-grandense, onde a questão agrária era mais indefinida. Houve o avanço da propriedade privada e, em proporção inversa, a redução das terras públicas e das áreas florestais, transformadas em áreas cultivadas (Quadro 3).

Quadro 3 – Situação territorial do Estado, 1929

Terras públicas – matas (7,86%)	21.000 km <sup>2</sup>
Terras particulares (86,78%)	244.000 km <sup>2</sup>
Superfície lacustre (5,36%)	15.000 km <sup>2</sup>
Superfície do Estado	280.000 km <sup>2</sup>
Campos nativos – criação de gados (63,57%)	178.400 km <sup>2</sup>
Área desmatada – terras de cultura (9,64%)	26.600 km <sup>2</sup>
Matas – públicas e particulares (21,43%)	60.000 km <sup>2</sup>
Superfície lacustre (5,36%)	15.000 km <sup>2</sup>
Superfície do Estado	280.000 km <sup>2</sup>

Relatório, 1929 (p. 584-585).

O Estado, via DTC, apesar de não impor entraves à atuação de empresários e empresas de colonização no Estado, desde que atendessem à legislação vigente, era crítico em relação às colônias privadas. Conforme a DTC, as colônias particulares se situam “geralmente em terras legi-

timadas adquiridas para esse fim, bem como em terras entregues pelo Estado como indenização por outras de que se houvera utilizado” (Relatório OP, 1928, p. 59). O diferencial entre a colonização pública e privada residia na finalidade:

[...] tendo a colonização particular, como preocupação exclusiva, somente fins utilitários de lucro imediato acarretando posteriormente aos poderes públicos pesados ônus mormente com trabalhos de viação, o Estado não tem feito mais, desde alguns anos, concessão de grandes áreas a particulares, para esse fim (Relatório OP, 1928, p. 59).

Denota-se desse discurso que a colonização particular almejava em primeira linha o lucro, enquanto o Estado tinha uma preocupação social em relação ao colono e ao futuro da colônia.

## Considerações finais

Portanto, parafraseando Carlo Ginzburg, ao investigar as empresas colonizadoras e os empresários envolvidos na colonização particular no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX, há mais perguntas do que respostas. Os projetos de colonização privados, que fogem à regra, fornecem pistas sobre esse universo colonial, sua complexidade, suas dificuldades. Ao analisar as colonizadoras, seus sujeitos e espaços, de forma individualizada e em escala reduzida, é possível visualizar o mosaico dos diferentes projetos de colonização, seus interesses e finalidades, seus pontos de contato e afastamento. Há ainda muitas lacunas a serem preenchidas em relação às empresas e as colônias particulares fundadas no Estado, tendo em vista a carência de arquivos delegados por esses empreendimentos.<sup>7</sup> É comum perseguir suas pegadas na documentação burocrática produzida pelos órgãos públicos, mas que falam pouco sobre os sujeitos envolvidos e suas trajetórias. Acrescenta-se ainda o emaranhado de em-

---

<sup>7</sup> A coletânea *Colonos, colônias e colonizadoras*, em seus seis volumes, aborda em vários capítulos empreendimentos de colonização públicos e privados situados no sul do país, e os desdobramentos dessas colônias. Parte dos estudos são resultado de monografias, dissertações e teses, produzidas dentro dos limites da documentação, contemplando diferentes recortes teórico-metodológicos e enfoques.

presários, empresas colonizadoras e Estado: ora as empresas se fundem; ora o agente de colonização atua em prol de várias empresas colonizadoras; ora para resolver uma indenização envolvendo vários colonos, funda-se uma pessoa jurídica, no formato de colonizadora; ora as empresas decretam falência; ora o Estado encampa a colônia particular. As situações são múltiplas, mas todas estão conectadas no quesito imigrantes/descendentes/colonos e o acesso à propriedade da terra, viabilizada por particulares ou pelo Estado. Imigração, terras e colonização era um projeto político, econômico, social e cultural, que movimentou migrações transnacionais e regionais, e reconfigurou o perfil étnico-cultural, produtivo e demográfico do Estado: a zona colonial suplantou política e economicamente a zona da campanha pecuarista, reduzindo seu poder e influência, correspondendo aos propósitos do governo castilhista-borgista.

Por fim, havia disponibilidade/oferta de terras para colonização no Estado e demanda/procura por terras, o que franqueou a possibilidade para atuação de empresários e empresas colonizadoras, bem como do próprio Estado. Como um empreendimento capitalista – compra e venda de terras –, requeria a disponibilidade de capital por parte dos empresários para investir no negócio – compra das terras, demarcação, medição, abertura de estradas, registros em cartórios –, bem como um aporte de capital por parte dos colonos para adquirir as terras, além de uma reserva de capital para investir, produzir e se manter em casos de frustração de safra. À primeira vista, os lucros eram elevados, mas, em contrapartida, os riscos eram mais elevados ainda, tanto que a grande maioria dos empreendimentos de colonização permaneceram localizados a uma ou duas colônias, e foram raras as empresas que conseguiram expandir seus domínios a outros núcleos coloniais. Na Primeira República, o Estado chamou a si a colonização das terras públicas, na expectativa de auferir de lucros via venda das terras e cobrança de impostos sobre as terras e a produção. Os dados estatísticos apontam para o aumento da arrecadação, entretanto, a dívida colonial gerada pela inadimplência dos

compradores de lotes coloniais gerou uma bola de neve, que se arrastou por décadas, comprometendo os lucros imaginados.

## Referências e obras consultadas

ARDENGI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões**. Passo Fundo, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **A colônia alemã Blumenau: na província de Santa Catarina no sul do Brasil (Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien)**. Org. Cristina Ferreira; trad. Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

BUENO, Débora. **Imigrantes e o meio ambiente: formação e preservação da zona florestal do Parque Natural Municipal de Sertão (1889-1998)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2019.

CARON, Márcia dos Santos. **Mapear, demarcar, vender... A ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai gaúcho - 1915/1930**. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009.

CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves – vida, obra e significado**. Erechim: São Cristóvão, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

DANIEL, Marcelo Augusto. **Colônia Guaporé: Estado, imigrantes e o acesso à propriedade da terra (1889-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2019.

DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do vale do Rio dos Sinos. **Estudos Leopoldenses** – Série História, v. 3, n. 2, 1999.

DREHER, Martin N. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. **Estudos Leopoldenses**, v. 31, n. 142, 1995.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRITZEN, Vanessa Taís. **“O espírito do herói fundador”**: a representação da Colônia Serro Azul nos escritos do Padre Max Von Lassberg. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2022.

GERTZ, René E. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 133-162.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREGORY, Júlia Leite. **Terra, fortuna e família**: a atuação de Antonio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

GREGORY, Valdir. **Capitalismo, latifúndio, migrações**. A colonização do período republicano no RGS - zona norte e região do Grande Santa Rosa. 1988. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS, 1988.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 19-38.

GRITTI, Isabel Rosa. **A imigração judaica para o Rio Grande do Sul**: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS, 1992.

GROSSELI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses Trentinos (Venetos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

HERWIG, Tutz Culmey. **Die Tochter des Pioniers**. São Leopoldo: Rotermund; Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1984.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço**: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Caxias do Sul: Educs, 2001.

JACOMELLI, Jussara. **Comissão de Terras**: relações de poder em Palmeira. Passo Fundo: UPF, 2004.

KOELLN, Arno. **Porto Feliz, a história de uma colonização às margens do rio Uruguai**. São Leopoldo: Rotermond, 1980.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). **Cadernos Prolam**, vol. 14, fasc. 26, 2015, p. 90-107.

LASSBERG, Max von. **Reminiscências**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo - SP: Unesp, 1992.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no vale do Sinos**. Tese (Doutorado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

MAGRO, Gabriela Luiza. **Colonização particular no oeste catarinense: a Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons Ltda (1910-1934)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020.

MARTIRÉN, Juan Luis. “Historias paralelas”: un estudio comparado sobre los resultados económicos de las empresas de colonización a mediados del siglo XIX: el caso de San Carlos (Argentina) y Santa Maria da Soledade (Brasil). In: VARGAS, Jonas M. (Org.). **Belicosas fronteiras**: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 379-401.

MARTIREN, Juan Luís. **La transformación farmer**. Colonización agrícola y crecimiento económico en la provincia de Santa Fe durante la segunda mitad del siglo XIX. Buenos Aires: Prometeo / Asociación Argentina de Historia Económica, 2016.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **Derrubando florestas, plantando povoados**: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: PUCRS, 2007.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932. São Leopoldo: Oikos/ UNISINOS, 2016.

NEUMANN, Rosane Marcia; BLUME, Welington Augusto. (Org.). **Migrações, territorialidades e ambiente**. São Leopoldo: Oikos, 2023.

NORA, Nilse Cortese Dalla. **Quem chega, quem sai**. A política de distribuição de terras em Jaboticaba. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

RAMBO, Arthur B. A dinâmica da expansão colonial. In: **Anais do IV Seminário Nacional De Pesquisadores Da História Das Comunidades Teuto-Brasileiras**. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, 2002. p. 17-23.

RAMBO, Arthur B. Imigração alemã na AL nos séculos 19 e 20: Argentina, Brasil e Chile. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 107-135, 2003.

RAMBO, Arthur B.; RABUSKE, Arthur (Ed.). **Pe. João Evangelista Rick, SJ., cientista, colonizador, apóstolo social, professor**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1919.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Augusto Pestana, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1927. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 31 de maio de 1928. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1928.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1929. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929.

Relatório da Diretora de Terras e Colonização. Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no Estado, 1919.

Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Engenheiro

João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1915.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

ROSSETTO, Cleiton Antônio. **Entre o público e o privado**: imigração e política de colonização no norte do Rio Grande do Sul (1889-1930). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020.

SAND, João. **“Uma Colônia com um futuro extraordinário”**: a atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, na região do planalto rio-grandense (1898-1904). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2021.

SANTOS, Maria Eduarda dos. **Colônia do Alto Jachuy**: uma colônia alemã, italiana ou holandesa? Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2019.

SCHAEFFER, Jéferson Luís. **Entre colônias e redes sociais**: viúvas neerlandesas e o avanço da fronteira agrária em direção aos arroios Sampaio e Forquetinha – Rio Grande do Sul (1882-1900). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2020.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. **Caboclos, indígenas e colonos**: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928). Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2019.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. **Colonização no Planalto Rio-grandense**: as colônias dos Coqueiros (1928) e Xadrez (1938). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2016.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SILVA, Alisson Wagner Gomes da. **Mathias Steffens (1862-1933)**: um funcionário público dono de terras. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020.

SPONCHIADO, Breno Antônio. **O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS, 2000.

STREIT, Isléia Rossler. **Coronéis e imigrantes:** das lutas pelo poder à conquista do espaço. Saldanha Marinho. 1899 a 1930. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Colonos, colônias e colonizadoras:** aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. V. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Colonos, colônias e colonizadoras:** aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. IV. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Colonos, colônias e colonizadoras:** aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. III. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes.** A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

VANGELISTA, Chiara. Mobilidade social e espacial como objetos da história. In.: **Migrações:** Mobilidade social e espacial. 19º Simpósio de História da Imigração e Colonização. Organizador Martin N. Dreher. São Leopoldo: Oikos, 2010.

VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Coord.). **Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração.** São Leopoldo: Ed. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração.** São Leopoldo: Oikos, 2015.

VICENZI, Renilda. **Terra nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do Oeste catarinense.** 1920-1950., 2003. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. **Os caminhos da madeira:** região Norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: UPF, 2004.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

WITT, Marcos A.; ELMIR, Cláudio P. (Org.). **Imigração na América Latina:** histórias de fracassos. São Leopoldo: Oikos, 2014.

WITT, Marcos A.; ELMIR, Cláudio. P.; TRUZZI, Oswaldo. (Org.). **Imigração nas Américas:** estudos de história comparada. São Leopoldo: UNISINOS; Oikos, 2018.

WOLFF, Gladis Helena. **Trilhos de ferro, trilhas de barro**: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005.

ZILLES, Maria. **Porto Novo**: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933). Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS, 1992.

# A colonização privada sob intervenção: conflitos de terra, reivindicações dos colonos e mediação estatal no sul do Rio Grande do Sul

---

Patrícia Bosenbecker

**N**os arredores da Colônia São Lourenço, em meados de abril de 1868, três homens armados atiraram contra Jacob Rheingantz, diretor e empresário da colônia, que escapou sem arranhões de mais uma tentativa de assassinato. Em 19 de abril, contudo, as notícias de que o empresário teria sido assassinado chegaram a Rio Grande.<sup>1</sup> Porque alguém tentava assassinar o empresário não é uma pergunta difícil de responder. Rheingantz tinha muitas inimizades com proprietários de terras na região e, nesta época, também com colonos. Expulso de São Lourenço pelos imigrantes em dezembro de 1867, após uma grande revolta (veja entre outros Bosenbecker, 2020; Iepsen, 2008; Kolling, 2008), Rheingantz, segundo o jornal que consultamos, teria decidido voltar para a casa da família na colônia. A pergunta mais instigadora talvez seja: o que Rheingantz estava bisbilhotando ao caminhar escondido pelos matos nos arredores da própria colônia? Esta resposta não é simples e requer um esforço para entender as novas posições que a família ocupava, o que perpassa a análise da sua relação com os imigrantes e com o Estado.

---

<sup>1</sup> Biblioteca Rio-Grandense. *O Commercial*, Rio Grande, ano XII, nº 89, p. 1, 20/21, abr. 1868.

Como mostrou Seyferth (1999), quando se trata de conflitos ou desordens em colônias estatais, a ação dos colonos, em geral, era dirigida contra os administradores da colônia, que diretamente eram os representantes do governo e autoridades máximas nos núcleos coloniais. Já em uma colônia privada, o proprietário, que quase sempre é também o diretor colonial, é quem era o alvo dos protestos. Em São Lourenço, Rheingantz era o proprietário do empreendimento, o empresário engajador e o diretor da colônia, numa “posição tríplice”, como alegou Lothar de La Rue, agente intérprete da colonização em seu relatório. Tal posição trazia muito desconforto, pois mesclava problemas com o transporte e contratos assinados na Europa, com os conflitos agrários e as demandas administrativas de toda a população assentada na colônia, centralizando tudo em apenas uma pessoa, também o maior negociante do local. Isto quer dizer que reclamações sobre juros cobrados, valores indevidos, preços pagos pelo feijão e pela batata, medições equivocadas nos lotes e sobre a construção de pontes, por exemplo, passavam pelas mãos da mesma autoridade. Nesse sentido, não eram apenas problemas de planejamento e orçamento que dimensionavam os conflitos, mas problemas administrativos somados a exploração econômica (ver, entre outros, Bosenbecker, 2020).

Como já mostramos anteriormente (Bosenbecker, 2017), o comércio de terras e o comércio de produtos coloniais eram parte de um novo mundo de oportunidades para imigrantes como os Rheingantz. No entanto, no Brasil, o comércio da terra era um negócio novo, em contraste com o privilégio das antigas concessões. Lidar com fazendeiros e posseiros não representava exatamente um conjunto de relações pacíficas. Outro processo complicado era a regularização das terras da colônia. Essa regularização somente iria começar após uma grande revolta de colonos,<sup>2</sup> que eclodiu nas vésperas do Natal de 1867, quando cerca de dois terços dos colonos de São Lourenço se reuniram na casa do empresário para cobrar melhores procedimentos de Rheingantz, especialmente nas questões que envolviam a

---

<sup>2</sup> Abordamos em detalhes a revolta de 1867 na dissertação de mestrado, que foi defendida em 2011, especialmente no capítulo 2. Este trabalho foi revisado e publicado em livro recentemente (2020). A revolta foi movimento complexo que teve importantes consequências não só para os colonos como também para a família Rheingantz.

regularização das terras da colônia e as dívidas dos imigrantes. Depois de grande confusão, o colonizador comprometeu-se a ajustar algumas contas e rever procedimentos, mas, pressionado a cumprir o acordo e, provavelmente, sem condições de arcar com o que havia prometido, deixou às pressas sua própria casa, transferindo-se para Rio Grande, no final de 1867.

Uma diligência composta pelo delegado de polícia de Pelotas e pelo chefe de polícia da província prendeu dez acusados de serem os líderes da revolta<sup>3</sup>. Além disso, foi nomeado pelo governo da província um diretor interino, que também estava incumbido de mapear as condições da colônia. Acontecia, dessa forma, uma verdadeira intervenção na colônia privada, com presença de autoridades da justiça e representantes do governo. Rheingantz voltaria a São Lourenço, provavelmente, em meados de 1869, quando uma comissão especial designada pelo presidente da província recebeu as queixas dos colonos e demandou as medidas necessárias para devolver a ordem à colônia. A comissão seria convocada novamente mais de um ano depois, possivelmente, porque Rheingantz não estava cumprindo o prometido. Há três grupos de problemas desvelados pela revolta: o mau relacionamento que Rheingantz mantinha com parte dos colonos; uma série de irregularidades nas questões concernentes à terra; e um grupo organizado de oposição ao empresário, com especial interesse em fatias comerciais que estavam concentradas nas mãos de Rheingantz.

Se, por um lado, o empresário mantinha uma relação extremamente patriarcal com uma grande parte dos colonos, que ele mesmo chamava de “bons colonos” (Bosenbecker, 2020), por outro, havia parte dos imigrantes que desconfiava de suas atitudes e estava insatisfeita com seus procedimentos, especialmente com a falta de títulos de terras, com as medições imprecisas, com as contas não creditadas a favor dos colonos e com outros procedimentos, como a denúncia de que o empresário abria cartas de imigrantes. Essas eram as queixas relativas ao caráter do empresário, suficientes para quebrar laços de confiança e reciprocidade entre os imigrantes, mas não o bastante para serem levadas em consideração pelas

---

<sup>3</sup> Sobre essas lideranças, veja Bosenbecker (2018)

autoridades locais, como se pode observar em uma correspondência sobre a situação da colônia, em janeiro de 1871:

[...] além de queixas vagas acerca do character do proprietario, que não offercem base alguma para uma intervenção do Governo[,] existião e ainda existem na Colonia de S. Lourenço duas classes de reclamações contra o proprietario: falta da devida discriminação de posse territorial e reclamações contra as contas apresentadas pelo empresario, seja por omissão de quantias pagas ou seja por julgarem os reclamantes as respectivas contas sobrecarregas por quantias [indevidas].<sup>4</sup>

Em meados de 1869, uma Comissão Especial foi nomeada pela Presidência da Província para mediar e resolver os conflitos que se arrastavam após a revolta. A comissão reuniu os colonos<sup>5</sup>, o empresário, representantes do governo e alguns convidados que eram respeitados pelos colonos e serviam de mediadores, gerando dois documentos: um relatório detalhado do agente intérprete e um quadro de reclamações,<sup>6</sup> enviados à presidência. Infelizmente, os acordos da primeira comissão parecem não terem sido efetivados, pois em fins de 1870 uma nova comissão foi convocada. A partir de editais, foram sendo chamados novamente os colonos em cada picada, entre 23 de dezembro e 10 de janeiro do ano seguinte. Quando não estava presente, o empresário era informado de cada reclamação e devia seu parecer sobre as queixas. Essa última comissão produziu um novo quadro de reclamações<sup>7</sup>, como veremos a seguir.

<sup>4</sup> *Correspondência da Comissão informando situação das queixas na colônia (1871)*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, doravante AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, ex. 37.

<sup>5</sup> Além dos colonos reclamantes, o quadro de reclamações e as sessões nas quais os conflitos foram mediados contaram com a participação de outros colonos que auxiliaram nas negociações e também traduziram as queixas, conforme mostra a capa do quadro, pois consta em no verso o nome de vários colonos que, aparentemente, auxiliaram na tradução e organização do documento. Destes apenas alguns aparecem como reclamantes. Constam como presentes: August Beulke, Joseph Kneip, Franz Prietsch, Eduard Thiel, A. Zündler, Johann Peil, Philipp Kaul, Jorge Born, Julius Jacobsen, Johann Bosenbecker, Jacob Scholl, Jacob Brauch, Peter Strieder, Wilhelm Thiel, Johann Link, Conrnelius Lannius, Peter Paul Klumb, David Klumb, Georg Klumb, Friedrich Wilhelm Klumb, Daniel Vach, Carl Häfele, Wilhem Becker, Heinrich Hofmann, Förster, Klein, Peter Könsgen.

<sup>6</sup> Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interpretre da Colonização em Porto Alegre enviado ao Presidente da Província Dr. João Antônio, 14 ago. 1869. E a Tradução dos pactos que foram feitos entre os colonos alemães da colônia São Lourenço e o empresario Jacob Rheingantz em 24 de julho de 1869, que contém o Quadro synoptico das reclamações apresentadas pelos colonos de S. Lourenço á Comm.<sup>ão</sup> especial do Governo, e decisões que ellas tiverão. AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, ex. 37.

<sup>7</sup> Conforme: *Relação dos colonos que apresentavão reclamações á Comm.<sup>ão</sup> em sua 1<sup>a</sup> Sessão 23 - 10br<sup>o</sup> -70*. AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, ex. 37. Apesar de contar apenas com o primeiro dia de trabalhos em seu título, o documento apresenta as queixas de forma contínua, informando as datas posteriores de comparecimento dos colonos.

Foi dessa forma que o governo finalmente resolveu fiscalizar o que acontecia em São Lourenço, uma vez que Rheingantz sempre teve total liberdade para agir da forma que quisesse. Assim, depois de mais de uma década da existência da colônia, os colonos receberiam as escrituras das terras, passadas à totalidade dos imigrantes a partir de 7 de dezembro de 1869 no cartório local do quarto distrito de Pelotas.<sup>8</sup> As autoridades provinciais mobilizaram vários agentes e influentes imigrantes para conseguir encontrar uma solução para tantas queixas. Segundo Lothar de la Rue, que, salvo engano, presidiu as duas comissões, escreveu ao presidente da província<sup>9</sup>:

[...] julgo do meu dever fazer chegar ao conhecimento de V. Ex.<sup>8</sup> o interesse que tomarão neste desempenho o Consul d'Allemanha do Norte o Senr.<sup>9</sup> L. Von Loesse que muito contribuiu para eu obter as concessões feitas aos colonos pelo empresario e o Senr.<sup>9</sup> João Berger, negociante da Cidade do Rio Grande que goza de muita sympathia e confiança na colonia de São Lourenço e que desinteressadamente me acompanhou até ali empregando toda a sua influencia para com os colonos e convencendo-os da justiça e utilidade das medidas propostas. E não foi facil esta tarefa á vista da desconfiança geral que reinava entre os colonos.

Apesar dos esforços, todos pareciam perplexos diante do que tinha acontecido na colônia, como alegou Lothar de la Rue ao mostrar que numa primeira análise a posição ocupada por Rheingantz que “*ao mesmo tempo era empresario, Director e negociante na sua Colonia*”<sup>10</sup> contribuiu para aumentar os problemas em São Lourenço. Por outro lado, havia “*al-guns espiritos mal-intencionados*”, conforme o agente intérprete, que se aproveitaram da situação. Eram os desafetos de Rheingantz, um grupo de colonos formado por aqueles que foram presos como chefes do movimento e outros colonos com grandes expectativas mercantis. Contra esses, Rheingantz usou de todos os recursos para cercear suas ativida-

---

<sup>8</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, doravante APERS. Município de Pelotas. Tabelação do 4º distrito (Boqueirão). Livro Notarial de Notas, n. 2.

<sup>9</sup> *Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interprete da Colonização em Porto Alegre enviado ao Presidente da Província Dr. João Antônio*, 14 ago. 1869. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

<sup>10</sup> *Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interprete da Colonização em Porto Alegre enviado ao Presidente da Província Dr. João Antônio*, 14 ago. 1869. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37, p. 1 e 1v.

des, inclusive de uma força policial, a primeira que a colônia recebeu, constituída por soldados brasileiros pouco tempo antes da revolta. Esses soldados apenas sabiam o nome dos “turbulentos”, porque foram instruídos pelo empresário para vigiar seus desafetos.<sup>11</sup> Assim, como avaliou Seyferth (1999, p. 296), os

[...] erros advindos de um contrato irresponsável e de uma política colonial mal planejada e sem recursos, porém, são sempre imputados aos imigrantes, acusados de “maus colonizadores” com origem social pouco recomendável aos olhos da burocracia oficial...

Após julgadas, as lideranças da revolta de São Lourenço foram absolvidas e retornaram à colônia.

Devido à intermediação do governo provincial, foram executadas uma série de medidas para regularização dos lotes dos colonos e das medições das propriedades limítrofes à colônia e para o retorno da tranquilidade na região. A revolta, dessa forma, teve consequências importantes para os negócios, especialmente por conta dos prejuízos que a família Rheingantz teve com todo o processo de regularização fundiária. Porém, não podemos deixar de lembrar que havia um lucro acumulado de dez anos, ao longo dos quais grande parte do trabalho de regularização não foi realizado. Além do mais, com as convocações para as reuniões da comissão especial, muitos colonos resolveram pagar dívidas, tendo como garantia a mediação do governo. Já a casa comercial que a família mantinha na colônia foi extinta, alterando-se os negócios nesse ramo.

## As reclamações dos colonos

Considerando os problemas mais imediatos dos colonos de São Lourenço, podemos avaliar a situação a partir de dois quadros de reclamações que tratam dos problemas que originaram a revolta e continuavam a persistir na colônia São Lourenço. Tais quadros foram produzidos pela

---

<sup>11</sup> Foram presos como lideranças da revolta os colonos *José Pons, Carlos Rheinbrecht, Felipe Schneider, Guilherme Könzgen e o irmão Pedro Könzgen, Jacob Vogt, Jacob Decker, Chistiano Luis Thurorow, Jeremias Ostenberg e André Paulsen*. As informações são do processo que investigou o conflito: APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Processo Crime n. 520, 1868, cx. 006.0311.

comissão especial nomeada pelo governo provincial para resolver as questões de São Lourenço. O primeiro quadro de reclamações data de julho de 1869, na época em que 143 colonos enviaram reclamações aos representantes da província, e foi organizado pelo então diretor interino da colônia, o Barão Von Kahlden, nomeado pelo governo provincial. Kahlden providenciou a remedição dos lotes, mas o empresário Rheingantz e o governo provincial recusaram-se a pagar a medição das terras, sendo assim suspensos todos os trabalhos. Já o segundo quadro data de dezembro de 1870, finalizado no início de janeiro de 1871, e, além de repetir as informações anteriores, apresenta mais 21 queixas organizadas pela comissão especial, que encaminhou as medições e as conciliações, tendo sido presidida pelo agente intérprete da colonização, Lothar de La Rue. Essa nova comissão foi reorganizada após desavenças entre Jacob Rheingantz e o diretor Affonso Mabilde, “contratado” por intermediação do governo provincial. Para atender a reclamação dos colonos sobre os títulos de propriedade foi necessário esperar a liquidação dos negócios entre Rheingantz e o governo Imperial, que apenas em 1869 entregou os títulos de terras devolutas vendidas a Rheingantz para a construção da colônia.<sup>12</sup> Tal processo, de regularização da área total e títulos de concessão da colônia, gerou ainda mais problemas, conforme mostrou Iepsen (2013) e Kliemann (1986).

No final de 1870, constava, na comissão especial, existirem na colônia 448 lotes e mais 52 “lotes particulares”, que nos parecem terem sido colonos trazidos e assentados por Rheingantz para uma área que não pertencia à colônia e foi retomada por seu verdadeiro proprietário. Os lotes “oficiais” da colônia estavam assim divididos entre as picadas: São Lourenço com 16 lotes, Moinho com 48, Boa Vista com 26, Picada das Antas com 22, Bom Jesus com 80, Quevedos também com 80, Picada Feliz

---

<sup>12</sup> Veja: *Relatorio com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao ex.mo sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1.º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870.* Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870, p. 68-69; *Relatorio com que o excellentissimo senhor conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1.ª sessão da 14.ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 14 de março de 1871.* Porto-Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1871, p. 30-31.

com 64, Travessão Feliz com 10, Harmonia com 62, Pomerânia com 20 e Cerrito ou Serrito, dependendo do documento, também com 20.

Ao todo, as duas comissões de 1869 e 1879 contaram, portanto, com 163 colonos reclamantes, mas em pelo menos duas ocasiões um mesmo colono com propriedade de lotes em picadas diferentes encaminhou reclamações específicas para cada um deles, contabilizando um total de 312 reclamações, sendo que a maioria dos colonos tinha duas reclamações e a minoria uma, constando ainda alguns colonos com três reclamações. Do total de reclamações, cerca de 84% requeriam a medição ou a verificação da medição do lote, que é chamado nos dois quadros de prazo (aqui como simples sinônimo), e pouco mais de 50% exigiam a regularização das estradas das picadas, incluindo desde a simples ligação com a estrada geral até a definição da estrada da picada. Ao todo eram 69 reclamações que envolviam transações financeiras, com pedidos de indenização por prejuízos de natureza variada, irregularidades nas cobranças de juros e confusões entre valores indevidamente creditados ou excluídos das contas, além de acerto de contas por valores de subsídios não contabilizados em Hamburgo (22 reclamações) e de viagens de Rio Grande à colônia (14 reclamações).

Havia ainda dez reclamações diversas e cinco colonos que reclamavam de trocas de lote, entre as quais estavam colonos que acusavam o empresário de ter vendido o lote colonial durante a ausência dos referidos colonos de São Lourenço (dois deles compraram o lote, desmataram e foram a Rio Grande buscar a família, mas ao retornar encontraram o lote ocupado por outra família), além da troca por prejuízos ou insatisfação com a terra e litígios processuais. Sete colonos reclamavam sobre a entrega do título definitivo do lote ou correção dos documentos. Problemas dessa ordem acompanharam o processo de colonização em meados do século XIX, como mostrou Seyferth (1999, p. 297): “ao contrário do que pretendiam o governo imperial e os idealizadores da política de colonização, o estabelecimento de colônias não foi um processo tranquilo de

ocupação de terras devolutas; e nem os imigrantes eram os dóceis camponeses idealizados até pior decreto”.

Um dos colonos não teve aceita sua petição porque não foi considerado mais como colono de São Lourenço, pois havia vendido irregularmente a sua terra e deixado a localidade, já outro colono que pedia para ser creditado valores de passagens por ele pagas não teve sua queixa aceita porque não veio “como colono”. Foram realizadas 14 conciliações, das quais cinco não se verificaram, sendo encaminhadas ou para o juiz arbitral, sem direito a recurso conforme acordado no início da comissão, ou para a presidência da província. No documento de 1870, aparentemente uma das cinco conciliações não verificada em 1869 foi finalmente realizada e uma conciliação que havia sido efetivada foi desfeita. Outros nove colonos foram aconselhados a dar queixa para a autoridade competente sobre a destruição de matos, a irregularidade das estradas e demais disputas entre vizinhos. Entre os problemas relacionados a dívidas e à falta de pagamentos, quase não houve casos aceitos, e os que tiveram queixas aceitas acabaram com processos na justiça.

Assim, para melhor entendimento do tema apresentamos a seguir um quadro, que mescla e explica cada reclamação e ação tomada pelas autoridades. O quadro proporciona uma melhor visão dos acontecimentos e dos conflitos ocorridos em São Lourenço, além de proporcionar aos pesquisadores uma ferramenta importante para conhecer os colonos da região e suas trajetórias de assentamento. E, por conseguinte, uma trajetória dos problemas enfrentados pelos colonos na maior e mais importante colônia privada do extremo sul do país. O quadro foi baseado no quadro de reclamações de 1869, transcrito na mesma ordem com o idioma atualizado, acrescido de notas de rodapé, com explicações mais detalhadas, mas sem a correção do idioma, conforme constam no documento de 1870, que por estar bastante rasurado e confuso, chamaremos de rascunho. Na medida do possível, também foram corrigidos os nomes dos colonos que eventualmente apareciam registrados incorretamente.

Tabela 1 – Quadro de reclamações dos colonos de São Lourenço (1869-1871)

(continua...)

Picadas ou linhas	Nomes dos Colonos	Número	Objeto das reclamações	Decisão	Obs.
Pomerânia	Ludwig Röbbke	1	Medição de seu prazo, de cujo valor diz ter já pago metade, bem como os juros, sem que até o presente tenha o mesmo prazo sido completamente medido e demarcado, não obstante o disposto no Convenio e a promessa do empresário, digo, do Diretor na ocasião d'aquela pagamento.	Proceda-se a medição e demarcação na forma estabelecida pelo convenio; ficando até então suspenso o pagam. <sup>13</sup> dos respectivos juros.	As medição e demarcação d'estes prazos depende da medição judicial das terras particulares que confinam com a colônia.
	August Kiesow	2			
	August Hellwig	3			
	Carl Hanke	4			
	Julius Zarnott	5			
	Ferdinand Sell	6			
	Johann Jwen	7			
	Wilhem Hartwig	8			
	Christian Stern	9			
	Carl Stark <sup>13</sup>	10			
São Lourenço	Christian Thurow	11	Medição de seu prazo que já pagou, indenização dos prejuizos que por falta d'ela tem sofrido e que calcula em 400\$, fora o estrago do mato.	Faça-se a medição, sem a qual não pode ser tomada em consideração a 2ª parte.	-
	Heinrich Schäfer	12	Medição do seu prazo.	Faça-se.	-
	Heinrich Nebel	13 <sup>14</sup>			
	Christian Bohrer	14			
	Georg May	15			
	Frantz Pritsch	16			
	Georg Born	17			
	Peter Hermann	18			
Phillipp Neutzling	19	Idem e mais o pagm. <sup>10</sup> de 180 Thalers prussianos que diz ter entregue ao empresário em Hamburgo e não lhe haviam sido creditados em sua conta que por isso ainda não liquidou.	Não estando provada a alegação propôs-se conciliação que não verificou, nega-se o Emp. <sup>o</sup> o facto e ambos, porém, concordam com [ilegível] a julgam. <sup>10</sup> arbitral em Pelotas, sem recurso.	-	
Moinho	Ludwig Schröder	20	Indenização de diversas quantias que diz não lhe terem sido creditadas, das quais tem, entretanto, recibos e cuja importância calcula em 100\$ mais ou menos	É improcedente a reclamação a vista da informação do diretor e dos documentos que apresentam e que provão justamente o contrário do que alega o reclamante.	
	Christian Kuhn	21	Medição das linhas laterais de seu prazo, e a pagam.to de 125\$, parte que lhe toca do prêmio concedido pelo Gov. <sup>o</sup> ao plantador que colhesse 100 alqueires de trigo.	Quanto a 1ª, faça-se a medição, quanto a 2ª entenda-se com o plantador que o contratou e que recebeu o prêmio em questão.	No rascunho consta também: Conciliaram-se

<sup>13</sup> No rascunho: “Reclama mais que seu prazo tem menos [rasurado] largura no fundo que na frente/Seja verificado pelo agrimensor quanto a esta parte”.

<sup>14</sup> No rascunho: “Em dúvida se pertence a esta [picada] ou á do Moinho”.

Moinho	Valentin Arnold	22	Medição das linhas laterais do seu prazo e indenização da quantia de 50\$ que diz ter pago em 1861 ao empresário e não lhe haver sido creditada, o que pode provar com testemunhas e finalmente da de 15:500, que despendeu com seu transporte do Rio Grande a Colônia.	Não sendo aceitáveis as 2 testemunhas apresentadas pelo reclamante por serem inimigas do reclamado, não pode ser atendida sua reclamação. Acresce que o reclamante já liquidou suas contas e que o reclamado nega tal dívida. Quanto a 1ª p.º faça-se a medição.	
	Friderich Kuhn	23	Indenização de diferentes quantias no valor de 353\$200, que não lhe foram creditadas; e a entrega do título de seu prazo, que já pagou.	Proceda-se a conciliação. [a outra reconheço o que verificou se como se vê do respectivo termo n° 1.] <sup>15</sup>	Verificou-se (Termo n°)
	Jacob Scholl	24 <sup>16</sup>	Verificação da medição de seu prazo e indenização de differ. <sup>es</sup> quantias que entende ter pago indevidamente ao empresário, procedentes de despesa com seu transporte do Rio Grande a Colônia e de frete de um carro de Hamburgo ao Rio Grande, bem os estragos feitos no mesmo carro durante a viagem.	Quanto a 1ª, verifique-se. Quanto ao mais, proceda-se a conciliação, que se verificou não obst. o empresário não lhe reconhecer razão e não.	Verificou a conciliação – dest Termo n° ...).
	Wilhelm Angelow	25	Verificação das linhas laterais de seu prazo, e indenização da quantia de 23\$500 por trabalho seu em contratos de uma estrada e de 200 braças de terra que diz terem-lhe sido cortadas de seu prazo (n° 10) pelo Empr.º.	Quanto a 1ª, verifique-se. Quanto a 2ª, já liquidou sua conta. Quanto a 3ª, não procede visto que o pras comprado pelo reclamante é de 80.000, como consta de seu título.	
	Johann Klumb	26 <sup>17</sup>	Medição de seu prazo e indenização da quantia de 225\$ que diz não lhe haver sido creditada em sua liquidação de contas.	Quanto a 1ª, faça-se a medição. Quanto a 2ª, proceda-se a conciliação, que se verificou (termo n° 3).	Verificou-se. Termo n° ...
	Philipp Kaul	27 <sup>18</sup>	Medição de seu prazo, e a entrega do prazo n° 23 da linha do Moinho em virtude de uma procuração que apresenta dos herdeiros do defunto proprietário do mesmo prazo é Nicolaus Bretz, e mais indenização da quantia de 15\$500 que despendeu com seu transporte do Rio Grande a Colônia.	Quanto a 1ª, faça-se a medição, quanto a 2ª, a vista das informações, nada pode receber a [ilegível], quanto a última, não está provado o seu direito.	

<sup>15</sup> Parte riscada no manuscrito, contudo o significado parece ser de que foi feita verificação e se provou no termo conciliatório.

<sup>16</sup> No rascunho: “Reclama o pagam.<sup>to</sup> das desp. feitas p.º elle com o transporte seu e de sua fam.<sup>a</sup> do Rio Gr.º á col., sendo 22\$ do R. Gr.º á praia de S. Lour. e 32\$ de alli á colônia. Reclama igualm.<sup>te</sup> contra o Empr.º p.º negar-se a vender-lhe um prazo colônial, sendo que p.º a colônia se contractou com Ag.<sup>te</sup> d’aquelle em Hamburgo. Outrossim que o prazo colônial que possui, comprado a outro colono, não tem nos fundos a largura e compr.º devidos. Reclama m.º pela indenização da quantia de 75\$ que lhe foi indevidam.<sup>te</sup> cobrada pelo empr.º do [ilegível] de um carro do reclam.<sup>te</sup> que em seu embarque deixara em Hamburgo p.º não ter m.º lugar no navio e que o Ag.<sup>te</sup> do Empr. Se comprometeo a mandar, bem assim das div.<sup>os</sup> pertences do carro ao prejuizo avalia em 75\$. Já deu queixa ao Dir.<sup>or</sup>./Tem queixa processada na Presid.º e a cujo julgam.<sup>to</sup> appellaõ ambos, reclam.<sup>te</sup> e reclamado.”

<sup>17</sup> No rascunho: “Não se conciliou, sujeitão-se á decisão do proc.<sup>o</sup> em andam.<sup>to</sup> pelo Dir.<sup>or</sup>.”

<sup>18</sup> No rascunho: O valor de 15\$500, que reivindica ser indenizado, corresponde a transporte até a colônia, “que pago de frete á João Klump na occasião em que veio à esta Colônia e cuja quantia lhe devia ser restituída em virtude do convenio. Tem a sua conta [ilegível] 28/Informa o Dir.<sup>or</sup> não lhe ter creditado os 15\$500 p.º não estarem nos livros e reclam.<sup>te</sup> não apresentar docum.to de os ter pago. Q.<sup>to</sup> ao prazo, sabe pelo Empr.º estar a questãõ sujeita ao V. Consul da Prussia/A vista das informações nada pode resolver a Comm.<sup>a</sup>”

Moinho	Oscar Preisler	28 <sup>19</sup>	Indenização de juros por ter pago pelo valor de seu prazo antes de medido e demarcado.	Improcedente a reclamação a vista da informação do Diretor, que o julga infundada por diversas razões.	
	Johann Rosskopf	29 <sup>20</sup>	Indenização da diferença para mais, obtida pelo empresário na venda de um prazo colonial que antes lhe pertencera e que durante uma viagem sua foi vendido a outro por dito empresário, que prometera tal indenização, mediante a que aceitara o reclamante outro prazo por aquele.	Proceda-se a conciliação que não se verificou, apelando ambos para decisão da Presidência G. <sup>a</sup> já foi remetido processo [ilegível] pelo diretor.	Não se verificou apelando ambos para a decisão da Presidência a que já foi remetido o processo organizado pelo diretor.
	Valentin Hollerbach	30	Medição do seu prazo e indenização das despesas feitas com seu transporte do Rio Grande a Colônia.	Quanto a 1 <sup>a</sup> faça-se a medição, quanto a 2 <sup>a</sup> , não tem direito visto não ter vindo como colono.	
	Daniel Fach	31	Indenização das despesas feitas com seu transporte de Rio Grande a Colônia com sua família (20\$000), e das de 25\$ e 11\$500 que diz terem lhe sido indevidamente cobradas por seu título.	Quanto a 1 <sup>a</sup> não tem direito p. que não veio como colono; quanto a 2 <sup>a</sup> é infundada, por quanto os 25\$ são a importância da sisa e os 11:500 os custos de seu proc. <sup>o</sup> em que foi condenado. <sup>21</sup>	
	Adolph Stahlbach	32	Medição de seu prazo.	Faça-se a medição.	
	Johann Peil	33 <sup>22</sup>	Verificação da medição de seu prazo e indenização de pequenas quantias que diz não lhe terem sido creditadas.	Verifique-se. Quanto a 2 <sup>a</sup> , proceda-se a conciliação, se verificou-se. (T. nº 4).	
	Joachim Heiden	34 <sup>23</sup>	Medição de seu prazo e indenização da importância de 10 s. de feijão vendidos ao empresário e que não lhe está creditada.	Faça a medição. Quanto a 2 <sup>a</sup> não provou a alegação.	

<sup>19</sup> No rascunho: “Informa o Dir.<sup>or</sup> que nunca, nem na sua liquid. reclamou tal cousa e que não sabe nem q se funda tal reclamação; [ilegível] que seu prazo foi medido e demarcado pela Comm.<sup>a</sup> do Gov.<sup>o</sup> (B. de Calden) em 1868.”

<sup>20</sup> No rascunho: “Reclama ter em 1859 comprado o prazo nº 28, que como elle se ausentasse da Col.<sup>a</sup> p.<sup>r</sup> um anno, com combinação do empresario, a fim de ganhar alg.<sup>m</sup> dinr.<sup>o</sup>, foi pelo m.<sup>mo</sup> empres.<sup>o</sup> vendido a outro. Voltando á Colônia, recebeu outro prazo com a promessa do Empr.<sup>o</sup> de pagar-lhe a diferença com que sobre o 1<sup>o</sup> preço, foi vendido dito prazo. Proteste haver a diff.<sup>a</sup>. Tem já a queixa em poder do Dir.<sup>or</sup>. /Informa o Dir.<sup>or</sup> que a queixa processada se acha em poder da Presid.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> cujo julgam.<sup>to</sup> appellarão ambos, reclam.<sup>te</sup> e reclamado/Não se conciliarão, appellão p. a decisão do Presid.<sup>a</sup> no proc.<sup>o</sup> supra.”

<sup>21</sup> No rascunho, consta na lateral: “É de lei pagar as custas o que perde a causa.” Consta ainda tanto para Fach quanto para Hollerbach: “Informa o Dir.<sup>or</sup> p. p.<sup>r</sup> falta de tempo ainda não lhes liquidou as contas.”

<sup>22</sup> No rascunho: “Reclama a parte do premio do trigo, que não recebeu.”

<sup>23</sup> No rascunho: “Informa o Dir.<sup>or</sup> que o reclam.<sup>te</sup> obrigou-se a provar o facto mas que até hoje não o fes/Trata da questão q.<sup>do</sup> liquidar a sua conta.”

(continua...)

Antas	Heinrich Gehling	35 <sup>24</sup>	Verificação da medição dos seus prazos por julgar-se prejudicado pela 2ª medição, que lhe tirou mais ou menos 30 braças que lhe haviam sido concedidas com compensação de um banhado que tem em suas terras.	Ao empresário para atender ao reclamante.	Concordarão o Empr. <sup>o</sup> , o reclamante o seu vizinho C. Hübner, que a [divisa] entre as ditas [ilegível] por br. <sup>o</sup> [longo trecho ilegível e rasurado].
	Carl Hübner	36 <sup>25</sup>	Medição de seu prazo e indenização dos juros por ter pago o mesmo prazo antes de medido e demarcado.	Faça-se a medição. É improcedente a reclamação, verificando que já liquidou suas contas.	
Moinho	Adolph Zündler	37	Verificação da medição de seu prazo.	Verifique-se.	
	Johann Link	38 <sup>26</sup>	Indenização dos prejuízos por ele sofridos em consequência de ter sido forçado e abandonar o prazo da Boa Vista, pelo qual trocando com o empresário, que possuía o Moinhos.	Proceda-se a conciliação.	Não se verificou.
Sem informação	Luís Raubach	39 <sup>27</sup>	Mudança da estrada que lhe corta parte do prazo, verificação da medição d'este.	Quanto a 1ª parte, ao empresário para atender a reclamação; quanto a 2ª verifique-se.	O empresário dá 50\$ para os trabalhos da nova estrada.
Antas	Peter Könsgen [per-al]	40 <sup>28</sup>	Não lhe haver sido creditada a quantia de 225\$000 que diz ter pago por conta de seu prazo e de que tem recibo; pelo que ainda não pode fazer completo o pagamento.	Proceda-se a conciliação que se verificou (T. n.º).	Verificou-se (T. n.º...
	Daniel Schwartz	41 <sup>29</sup>	A entrega do seu título por já ter pago o valor do prazo e mudança da estrada que lhe corta parte do dito prazo.	Ao empresário para atender ao reclamante.	O empresário entregara o título quando for à colônia o Escrivão competente – Quanto ao mais, é a mesma questão do n.º 39.
Boa Vista	Heinrich Hax	42	Medição do seu prazo.	Faça-se a medição.	

<sup>24</sup> No rascunho: “O empresario concede desde que o visinho annua/Verifiq. pelo Agrimensor.”

<sup>25</sup> No rascunho: “Medição de seu prazo e seos juros na m.<sup>ma</sup> rasao dos p. pagou ao Empr.<sup>o</sup> nos 1<sup>o</sup> tres mezes, no fim dos que lhe prometteo esta medir-lho. (desde que effectuou o pagmto esta data)/Tem conta liquid., sem eff.<sup>o</sup> a reclam.”

<sup>26</sup> No rascunho: “O prazo da Boa Vista foi era propried. de outro colono, a troca foi feita p.<sup>r</sup> Rheingantz. Tem sua queixa em poder do Dir.<sup>or</sup>/Verif. Pelo Agrim. Ouça-se o Dir.<sup>or</sup> e Empr. Conciliarão-se recebendo Link do Empresario como indenização a metade das terras (Chale) 100\$000 em dinheiro e quitação de sua [divida] de 91\$000.”

<sup>27</sup> No rascunho: “Informa o Dir.<sup>or</sup> q. é injusta tal queixa que nunca lhe foi dada e q se o fosse não aceitaria, p.<sup>r</sup> que se assim acontece, é p.<sup>r</sup> necessid.<sup>e</sup>/ Verifique-se pelo Agrim.”

<sup>28</sup> No rascunho: “Informa o Dir.<sup>or</sup> que não aceitou o recibo d’aquella quantia, p.<sup>r</sup> ter-lhe o [ilegível] o Empr.<sup>o</sup> haver-lhe sido o m.<sup>mo</sup> extorquido á força.”

<sup>29</sup> No rascunho: “Dá o Empr. o Título e m.<sup>s</sup> 50\$ p.<sup>a</sup> a estrada.”

(continua...)

Quevedos	Wilhelm Heller	43	Idem; e indicação definitiva da estrada.	Idem e, quanto a 2ª, ao empresário para atender ao reclamante.	
	Heinrich Dummer	44	Idem	Idem	
	Johann Lemke	45	Idem	Idem	
Boa vista	Johann Adam Kuns <sup>30</sup>	-	-	-	Não sendo colono, não se lhe tomou a reclamação.
	Viúva Schneid	46	Que lhe faça o empresário boa a venda do prazo que comprou a Kuns e bem assim indenização de pequenas quantias, importância de sacos de feijão e batatas que vendeu o seu finado marido aquele Empr. <sup>o</sup> .	Proceda-se a conciliação.	Não se verificou.
São Lourenço	Johann Dietrich	47	Medição do seu prazo.	Faça-se a medição	
Moinho	Johann Peter Platt	-	Indenização das despesas com seu transporte do Rio Grande a Col. <sup>a</sup> .	Ao empresário para atender ao reclamante.	Declarou o empresário em audiência que não podia atender a semelhante reclamação nem a de outro, [ilegível] colono que como este, tenha liquidado suas contas.
Boa Vista	Philipp Seus	48 <sup>31</sup>	Medição do prazo, além de outras reclamações que constam da queixa processada pelo Diretor.	Proceda-se a conciliação. que verificou-se (T. n°)	Verificou-se (T. n°).

<sup>30</sup> No rascunho: “[Provou] ter pago 200\$ pelo prazo col.<sup>a</sup> que possuo, antes de ter sido este vendido p.<sup>r</sup> elle a Schneid a favor de q.<sup>m</sup> cede os 200\$ (Vide questão Link e Schneid) Dis ter m.<sup>s</sup> de [duas] ves querido liquidar suas contas antes da venda e o Empr.<sup>o</sup> [ilegível – negar-se] a isso/Violencia – [Decisão] vem de queixa na autoridade policial.”

<sup>31</sup> No rascunho: “Tem queixa em poder do Dir.<sup>or</sup>/ Medição do prazo/Meça-se/Restituição das despesas feitas com seu transporte do R. Gr<sup>e</sup> a qui/ ~~Concord.~~ ~~o~~ Empr.<sup>o</sup> /Pagam.<sup>to</sup> de uma factura de feij.<sup>a</sup> que vendeu ao Empr.<sup>o</sup> feitas-as com a vantagem de 25% sobre o respectivo preço, devendo as contas ser feitas á vista do original da m.<sup>mas</sup> factura pelo liquidador; p.<sup>r</sup> isso que nos livros do Empr.<sup>o</sup> lhe está creditada quantia inf.<sup>or</sup> ao verdadr.<sup>o</sup> preço/Ind. o Empr.<sup>o</sup> com 25\$;/Diz que a factura importou em 186 [ilegível] 10 [ilegível], aos livros do Empr.<sup>o</sup> a conta é de 170 [ilegível] 29 ¼ [ilegível], mais 25% 42 [ilegível] 22 ¼ [ilegível] á 10 [ilegível] 2 cobertores. 25 [ilegível], 21 [ilegível]/O importe de 57 sacos de batatas que o Empr.<sup>o</sup> deixou de aceitar dep.<sup>s</sup> de haver comprado, resultando perderem-se as suas batatas. Indenização de diversas quantias que não lhe forão devidam.<sup>te</sup> creditadas, result.<sup>es</sup> de generos producto p.<sup>r</sup> elle vendidos ao Empr.<sup>o</sup>, como deve constar das contas exist.<sup>es</sup> em poder do Dir.<sup>o</sup>/Liquidarão suas contas, passando o Empr.<sup>o</sup> ao reclam.<sup>te</sup> o título de seu prazo col.<sup>a</sup>, e este áquelle docum.to de dever-lhe 50\$ pagaveis no 1º de julho d’este anno.”

(continua...)

Bom Jesus	Friedrich Marten	49 <sup>32</sup>	Verificação do prazo, e indenização de uma quantia que indevidamente lhe foi debitada nos subsídios que em Hamburgo recebeu de Agente do empresário, Hühn e C. <sup>a</sup>	Improcedente a vista da informação do Diretor.	
	August Becker	50	Selo em um documento e pagam.to (2\$000) de meio alqueire de trigo (!!!) <sup>33</sup> que, a convite do empresário mandou a Exposição nac. <sup>al</sup> .	Satisfeito em tudo.	
	Hermann Vahl	51	Verificação da medição do prazo.	Verifique-se	
	Carl Neugebauer	52	Idem, e liquidação de sua conta.	Proceda-se a conciliação. que se verificou (T. nº 1)	Verificou-se (T. nº ).
	Ferdinand Müller	53 <sup>3</sup>	Indenização em dinheiro da porção de terreno que falta no seu prazo, calculado há razão do valor que hoje tem de prazos como o seu.	Não tem lugar, visto informar o diretor que é iniqua e de má fé semelhante reclamação por diversas razões [ilegível]	
Bom Jesus	Heinrich Tuchenhagen	54	Verificação da medição do prazo.	Verifique-se.	
	Friderich Hertzberg ou Herzberg	55 <sup>4</sup>	Idem e seu ajuste de conta, a que se nega o diretor por já estarem elas liquidadas antes do convenio.	Idem quanto a 1 <sup>a</sup> , quanto a 2 <sup>a</sup> , improcedente pela razão dada pelo diretor, porquanto [nada costa após a palavra porquanto].	
	Ludwig Kröning	56	Verificação do prazo.	Verifique-se.	
	Heinrich Reichow	57 <sup>5</sup>	Não lhe ter sido creditada a quantia de 300\$ que diz ter ganho em trabalhos de estrada na picada dos Quevedos.	É infundada a reclamação, como se verifica da informação e conta apresentada pelo diretor.	
	Friederich Janke	58	Verificação da medição do prazo.	Verifique-se.	
	Johann Neitzke	59	Demarcação da linha que o divide com o vizinho.	Demarque-se.	

<sup>32</sup> No rascunho: “(Já liquidou suas contas. Está aqui à 8 anos). Seg.<sup>do</sup> informa o Dir.<sup>or</sup> é infundada e injusta tal reclamação, visto que o Empr.<sup>o</sup> ainda lhe fez espontaneas concessões na liquidação de sua conta/Outra reclamação do mesmo colono: Quer uma conta p.<sup>e</sup> extenso desde 1861 até 64, porq. duvida de sua liquid./Reclama m.<sup>s</sup> terem-lhe sido contadas em sua liquid. Pelo Dir.<sup>or</sup> 6 vezes os juros indevidam.<sup>te</sup>.”

<sup>33</sup> Ressaltado no original.

<sup>3</sup> No rascunho: “Seg.<sup>do</sup> a informação do Dir.<sup>or</sup> é iniqua e de má fé a reclamação de F. Müller, porq.<sup>to</sup> comprou redim.<sup>to</sup> 15.000 br.<sup>a</sup> p.<sup>e</sup> 500\$ e não 100br.<sup>a</sup>, com p.<sup>e</sup> engano [escreveu] o Escrivão, de cujo engano perfidam.<sup>te</sup> se quer [apasitor] Müller fora [ilegível].”

<sup>4</sup> No rascunho: O Diretor informou que suas contas estavam há anos liquidadas. O colono também reclamava indenização por passagens de Rio Grande a colônia.

<sup>5</sup> No rascunho: “Informa o Dir.<sup>or</sup> que é apenas desconfiança que o reclam.<sup>te</sup> tem de não lhe haver sido creditada tal quantia; como se pode ver da conta que remethe sob nº [ilegível].”

(continua...)

Bom Jesus	Wilhelm Köpp	60	Verificação da medição do prazo.	Verifique-se.	
	Wilhelm Buss	61	Idem	Idem	
	Friderich Buss	62	Idem	Idem	
Boa vista	Jacob Braecher	63	Medição do prazo.	Faça-se a medição.	
Harmonia	Carl Holz	64	Verificação da medição do prazo.	Verifique-se.	
Antas	Ferdinand Nickel	65	Idem, para corrigir seu título.	Idem	
Quevedos	Jacob Brauch	66 <sup>6</sup>	Que pelo empresário seja paga com os competentes juros a quantia de 440\$ que ao mesmo deu em 1862 p. um prazo colonial que dele foi pelo mesmo empresário vendido a outro.	Proceda-se a conciliação.	Não se verificou a conciliação por negar-se então o reclamante a aceitar o que ele mesmo exigia.
Sesmaria	August Weege	67 <sup>7</sup>	Providencias contra os estragos que em seus matos fazem os vizinhos.	Ao empresário para atender ao reclamante.	Obrigou-se o empresário a fazer os competentes embargos.
Harmonia	Gottfried Lerm	68	Indenização por um ano de trabalho que perdeu no seu 1º estabelecimento na linha do Cerrito, donde foi obrigado a retirar-se por pertencem tais terras ao D.ª Chaves, e verificação da medição do novo prazo.	Não procede a reclamação, visto ter-lhe o empresário vendido tal prazo em boa-fé por que estava ele, como outros compreendido nas terras que comprou do Governo; além disso o reclamante já liquidou suas contas e recebeu a indenização igual a qual outros deu o mesmo empresário. Quanto a 2ª, verifique-se.	

<sup>6</sup> No rascunho: “Reclama que tendo comprado ao empresario em 25 de Agosto de 1862 os seus prazos col. de nº 27 a e 2[8] na linha dos Quevedos pela quantia de 1:000\$000 pagavel á 2 annos pago o transporte na mesma occasião, sendo-lhe descontado o [ilegível] de 120\$000, assim em pagou de facto 440\$000 por cada um dos 2 prazos, obrigando-se o empresario a mandar medir os ditos prazos 8 dias depois da desta compra e pagar-lhe o resp. título de propriedade como tudo prova por um documento firmado pelo empresario. Dias depois vendeu o empresario os mencionados prazos entregando ao reclamante o prazo [ilegível] 36 da mesma linha indicando-lhe mais outro, sem porem nem medir nem um até hoje. Declara ~~Requer~~ então o reclamante que vem ficar com o prazo nº 36 que occupa pelo preço, e suas condições estabelecidas, mas que não asseita outro senão que dos comprados e se não reclama restituição da quantia paga de 440\$00 com os competentes juros./Não concilia, só retira o reclame a sua proposta não obstante o empresario offerecendo á pagar o valor do prazo e os juros competentes até hoje, em [ilegível] a importância da divida do reclam.<sup>te</sup> liq.<sup>do</sup> pelo Diretor de 312\$000. Outro sim [ilegível – propõe] o empresario com o reclam.<sup>te</sup> (querendo) fica com o segundo prazo e pega para liquidação das custas a metade da importância de seu cento [ou conto].”

<sup>7</sup> No rascunho consta que este colono tem as contas liquidadas.

(continua...)

Harmonia	August Lange	69 <sup>8</sup>	Que o empresário lhe receba o seu prazo colonial, por ter ele comprado outro em outra colônia, em consequência de não estar satisfeito com aquele.	Não tem lugar o que reclama, visto não o ter feito q. <sup>do</sup> liquidou sua conta e informar o diretor que tal reclamação só poderá ter por objeto pagar por esse meio o reclamante o que deve ao empresário.	
Bom Jesus	Albert Bergmann, por seu falecido pai Carl Bergmann.	70	Novo título de seu prazo, por estar sem valer o que tem.	Proceda-se a conciliação.	Verificou-se. (T. n <sup>o</sup> ).
Harmonia	Wilhelm Schütze	71	Verificação da medição do prazo.	Verifique-se.	
	Ludwig Mackedanz	72	Idem.	Idem.	
	Friderich Treptow	73 <sup>9</sup>	Terem-lhe sido debitados pelo empresário 112 thalers como adiantamentos sem que nunca os recebesse.	É falsa a alegação, visto constar do recibo por ele passado 113 thalers em Hamburgo.	
	Carl Frömming	74	Verificação da medição do prazo e entrega do título.	Como pede.	
	Carl Lukow	75	Mudança do caminho que passa por seu prazo.	Não procede a reclamação visto já tal caminho servir há 6 anos.	
	Ferdinand Gehrman	76	Medição do seu prazo e entrega do título e indenização do que despendeu com seu transporte do R. Grande a colônia.	Faça-se a medição, quanto ao mais, liquide suas contas.	
Continuação da Harmonia	August Buchweiz	77 <sup>3</sup>	A abertura de um caminho para de seus prazos saírem a estrada geral que comprometendo-se a entrarem com a metade do que para isso for necessário; e bem assim a medição dos respectivos prazos, e finalmente, com excepção de Beiersdorf e Gehrman, indenização do que despendirão com seu transporte do R. Grande a Colônia.	A empresário para atender aos reclamantes. Faça-se a medição; quanto a indenização, não procede, por já liquidarão suas contas.	
	Ferdinand Buchweiz	78			
	Carl Stern	79			
	Johann Beiersdorf	80			
	Friderich Buchweiz	81			
	Ferdinand Neuenfeld	82			
	Ferdinand Gehrman	-			

<sup>8</sup> No rascunho: “Comprou o prazo n. 33 que, como não lhe agradasse, propoz ao Empr.<sup>o</sup> trocar p.<sup>r</sup> outro, ou então ficar com elle indo o reclam.<sup>te</sup> comprar outro sem ou outra colônia, o que fez, pelo que q.<sup>do</sup> hoje entregar aquella./Informa o Dir.<sup>or</sup> que nada sabe á resp.<sup>to</sup> e que sem duvida tal pretensão tem p.<sup>r</sup> objeto pagar o que deve ao Empr.<sup>o</sup>. Tem conta liquid.<sup>a</sup> até Maio do anno p.”

<sup>9</sup> No rascunho: “Recebeu; [prova-se] como a recebeu em forma ajustada pelo Empr.<sup>o</sup> A informação do Dir.<sup>or</sup> é concorde.” Seguindo no rascunho, consta o nome de Ferdinand Gehrman, número 76, como último nesta página, apenas pedindo medição do prazo e entrega do título e despesas de viagem.

<sup>3</sup> No rascunho: do colono número 77 até o número 82, incluindo o nome de Gehrman, que está duplicado, consta a reclamação da abertura da estrada e da medição dos lotes, além de indenização para alguns. A reclamação da estrada está colocada da seguinte forma: “Reclamão caminho p.<sup>r</sup> de seus prazos chega a estrada geral, sendo aquella na extensão de 250 braças m.<sup>s</sup> ou menos; entrando elles com a metade do [q.] p.<sup>r</sup> isso for necess.<sup>o</sup>.”

Quevedos	Wilhelm Bartz	83	Medição de seus prazos e indicação do lugar por onde deve passar a estrada que os comunique com a estrada geral.	Faça-se a medição; quanto a mais a empresário para atender a reclamação.	
	Ferdinand Schlatz	84			
	Friderich Becker	85			
	Ludwig Ehlert	86			
	Friederich Timm	87			
	Gustav Krummreich	88			
	Franz Roschild	89			
	Heinrich Becker	90			
	Heinrich Hepp	91			
	Wilhelm Bund	92			
	Carl Döring	93			
	Johann Radatz	94			
Carl Blank	95				
Johann Peter Berg ou Berger	96				
Pomerania	Carl Krüger	97	Providências para ser inutilizado um caminho que os vizinhos abrirão em suas terras.	Dê queixa contra os vizinhos a autoridade competente.	
Quevedos	Johann Loch	98	Indenização de uma diferença no valor de 6 sacos de feijão que diz ter vendido por um preço ao empresário e por este pago por outro [informado] importando aquela diferença 21\$000. A entrega de seu título por já ter pago sua dívida.	Quanto a 1ª, não tem lugar, a visa das informações; quanto a 2ª ao empresário para atender ao reclamante.	O empresário entregara logo que vá a Colônia o Escr.º competente.
	Jacob Katrein	99	Providencias acerca de uma estrada que passa pelo seu prazo.	A empresário para atender ao reclamante.	
	Friederich Griesbach	100	Indenização das despesas com seu transporte do Rio Grande a Colônia.	Não procede a reclamação por ter já conta liquidada.	
	Peter Wagner	101	Indenização da quantia de 60\$ que diz ter pago ao empresário e não lhe foi por este creditado, da de 31\$320 que lhe foi descontada por [sustento] no Rio Grande e que, entretanto, pagou pessoalmente, e finalmente da despesa de seu transporte daquela cidade à Colônia.	Quanto a 1ª e 3ª, não procede a reclamação visto ter-lhe já sido creditadas tais quantias; quanto a 2ª, ao empresário para atender ao reclamante, cuja conta, entretanto, já está liquidada.	
Bom Jesus	August Liermann	102	Verificação da medição de seus prazos providencias acerca de um caminho que atravessa seus prazos.	Verifique-se, quanto ao 2º ao empresário para atender.	
	Christlieb Tessmer	103			
	August Tessmer	104			
	Heinrich Friederich Strellow	105	Entrega do título do prazo pertencente ao finado Bernardo Boeling, com cuja viúva casou.	Ao empresário para atender aos termos do reclamante.	O mesmo que o nº 98.

(continua...)

Feliz	Albert Pärten <sup>4</sup>	106	Medição dos prazos e designação definitiva da estrada.	Faça-se a medição, quanto a estrada, ao empresário para atender.	Todos liquidarão já suas contas por intermédio do diretor.
	Wilhelm Lütke	107			
	Carl August Knoll	108			
	Friederich Schmiele	109			
	Peter Hansen	11			
	Friederich Voelz	111			
	August Lütke	112			
Ferdinand Timm	113				
Feliz	Otto Tuchtenhagen	114	Medição dos prazos e designação definitiva da estrada.	Faça-se a medição, quanto a estrada, ao empresário para atender.	Todos liquidarão já suas contas por intermédio do diretor.
	Wilhelm Marth	115			
	August Jeske	116			
	Hermann Vollbracht	117			
	Heinrich Strelow	118			
	Ferdinand Holz	119			
	Ludwig Waldow	120			
	Carl Dreckmann	121			
	Friederich Treptow	122			
	Johann Münchow	123			
	Carl Peske	124			
	Freiderich Pranke	125			
	August Hilsinger	126			
	August Bartz	127			
Wilhelm Barz	128				
Carl Vollbrecht	129				
Julius Bubolz	130				
Feliz	Wilhelm Klemtz	131	Medição dos prazos e designação definitiva da estrada.	Faça-se a medição, quanto a estrada, ao empresário para atender.	Todos liquidarão já suas contas por intermédio do diretor.
	Friederich Bast	132			
	Friederich Hardt	133			
	Carl Schulz	134			
	Heinrich Marth	135			
	August Helwig	136			
	August Kuhn	137			
	Albert Schulz	138			
	Hermann Rutz	139			
	Wilhelm Bugs	140			
	Carl Pranke	141			
Franz Lilge	142				
Wilhelm Zimmer	143				

<sup>4</sup> Poderia ser Albert Fanton conforme Coaracy (1957).

<sup>5</sup> No rascunho, consta que todos os colonos de Picada Feliz reclamam da cobrança dos 20 thalers em Hamburgo e da cotação de câmbio. Apenas Hilzinger, Zimmer, August e Wilhelm Barz e Vollbrecht reclamam das medições e da estrada. Nesse documento, os nomes dos colonos estão em outra ordem.

(conclusão)

Feliz	Augusto Zibell	144 <sup>6</sup>	Medição dos prazos e designação definitiva da estrada. Indenização <sup>7</sup> da quantia de 20 thalers que a cada um deles foram adiantadas por ordem do empresário e com consequências debitadas em suas contas, por isso que a outros não foi debitada tal adiantam. <sup>8</sup> ; bem assim do câmbio que entendem ter-lhes sido excessivamente cobrado.		
	August Schulz	145			
	Ernest Schulz	146			
	Carl Doring	147			
	Carl Albert	148			
Carl Grimm	149				
Travessão Feliz	Jacob Pilger?	150	Medição e designação da Estrada. Reclama que tendo dado em 2 de março de 1870 ao Diretor da Colônia queixa de violência contra diversos moradores da linha Feliz desta Colônia, e tendo sido decidido a mesma queixa por este ao Presidente da Prov. foi por ele remetido ao Delegado de Flicia Pelotas, sem que até agora [ilegível] produzido efeito algum.	Levar ao conhecimento da presidência.	
	Jacob Born	151			
	Wilhelm Schroeder	152			
	Friederich Ollermann	153			
	Albert Griep	154			
	Friederich Knuth	155			
	Johann Thürmer	156			
	Wilhelm Borck	157			
	Johann Thürmer	-	Reclama mais que lhe tendo o empresário vendido um meio prazo colonial, começava ele a fazer derrubada e caminho e voltava depois para buscar a sua família com consentimento do empresário; quando, porém, voltara achou o mesmo meio prazo vendido, sem que lhe vendesse outro prazo senão a dinheiro a vista. Não tendo o dinheiro pronto sofreu muitos prejuízos e protesta ser indenizado por estes. (Fora queixa na mão do Diretor).		
Quevedos	Carl Stücker	158	Verificação de seu prazo nº 34.		
Cerrito	Viuva Luisa Ehlert	159	Reclama 5\$000 que lhe não foram descontados, nas despesas de sua passagem do Rio Grande para cá.	Promete o empresário levar em conta a quantia reclamada na ocasião de pagar-se as despesas da escritura de venda.	
Bom Jesus	August Gottlieb Wendler	160	Reclama verificação de seu prazo nº 45	Verifique-se.	
	August Bölke	161	Idem, nº 17	Idem	
	August Ehlert	162	Idem, nº 34	Idem	
Cerrito	Johann Schwede ?	163	Exige-se lhe venda a parte do prazo que ocupava e que fica nos na terrenos área da colônia, tendo a outros parte sido reconhecida como propriedade do Dr. Chaves.		

Fonte: Adaptado pela autora a partir dos seguintes documentos: *Quadro synoptico das reclamações apresentadas pelos colonos de S. Lourenço á Comm.ão especial do Governo, e decisões que ellas tiverão.* e *Relação dos colonos que apresentavão reclamações á Comm.ª em sua 1ª Sessão 23 – 10brº-70.* AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mc. 72, cx. 37.

<sup>6</sup> A partir de Augusto Zibell, os nomes constam apenas no rascunho. Nesse documento os colonos não estão numerados, contudo, continuei a contagem conforme o documento de 1869.

<sup>7</sup> Aparentemente, os 6 colonos aqui reclamantes também questionavam os valores passados em Hamburgo. O quadro está bastante confuso nessa parte, dificultando a leitura.

## Considerações finais

Mostramos nesse trabalho uma continuação das pesquisas realizadas sobre a condição dos imigrantes em uma das maiores colônias privadas do sul do país. Administrada e de propriedade de um grande comerciante alemão e empresário da colonização do Rio Grande do Sul, Jacob Rheingantz, que trouxe como agenciador mais de 600 famílias de imigrantes para serem assentadas em São Lourenço (Bosenbecker, 2017). Como vários problemas de ordem administrativa ou oriundos de políticas migratórias inapropriadas nas colônias estatais, como mostrou Seyferth (1999), os conflitos agrários nas colônias particulares estiveram presentes de várias formas, tanto com relação a regularização das áreas coloniais por seus diretores e proprietários em disputa com fazendeiros ou posseiros quanto com relação aos lotes ou prazos coloniais e a regularização necessária aos colonos, nem sempre efetivamente representados nesse processo conflituoso.

Elaboramos nossa análise a partir de dois quadros de reclamações, produzidos entre 1869 e 1871, a partir de diversas queixas dos colonos a uma comissão estatal nomeada para intermediar os conflitos. Os quadros são extremamente importantes para entender a dinâmica de colonização privada implementada no sul do Rio Grande do Sul. As reclamações mostram não apenas a localização e especificidade dos problemas fundiários da referida colônia, mas também quem são os reclamantes e o que cada colono alegava. Infelizmente, os documentos não apontam todas as soluções ou encaminhamentos realizados, mas, mesmo assim, os dados possibilitam entender a dimensão dos problemas ocorridos na colônia.

Nesse sentido, além de buscar preencher algumas lacunas na história da imigração da região sul do Rio Grande do Sul, bem como sobre a empreitada da colonização privada, também esperamos contribuir ao oportunizamos aos pesquisadores e pesquisadoras o acesso a uma versão dos documentos aqui trabalhados, difíceis de ler e confusos em relação a outros papéis rascunhados do acervo, que parecem exibir a urgência dos

problemas e demandar alguma resposta do poder público frente a uma das principais revoltas de imigrantes da região.

## Referências

BOSENBECKER, Patrícia. Narrativas imigrantes: repensando os -turbulentos- e amotinados nas regiões de colonização alemã. **Revista Latino-Americana de História**, v. 8, n. 20, p. 22-44, 2018.

\_\_\_\_\_. **Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz**. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2017.

\_\_\_\_\_. **Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

COARACY, Vivaldo. **A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957.

HAMMES, Edilberto L. **São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000**. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010. 4 vols

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. 280 pg.

\_\_\_\_\_. O agrimensor que media de menos: os conflitos agrários na Colônia de São Lourenço. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. **Colônias, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013, vol. 3, p. 92-116.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS: terra e poder**. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOLLING, Nilo Bidone. A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS. **Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (2006)**. Entre vales e serras: fronteiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. p. 867-892.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1925.

RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. Colônia de São Lourenço. Breve Histórico de sua fundação, extrahido das notas do arquivo de seu fundador Jacob Rheingantz. IN: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. **Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909. p. 143-164.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.

WITT, Marcos. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

# A atividade empresarial de Antônio Fialho de Vargas na colonização privada do Vale do Taquari (século XIX)<sup>1</sup>

Júlia Leite Gregory

## Introdução

**E**ntre o início do século XIX e as primeiras décadas do XX, estima-se que a América recebeu entre 42 e 60 milhões de imigrantes europeus (Lanza; Lamounier, 2015). Esse processo provocou diversas transformações no território americano, tanto em termos espaciais como sociais e econômicos. No Brasil, a imigração foi entendida como solução para resolver questões que impediam o Império de ser moderno e capitalista, como a Europa. O latifúndio, a escravidão (que estava com os dias contados), a baixa produção de alimentos para abastecer a população e o despovoamento de algumas regiões eram problemas sempre presentes nas discussões parlamentares ao longo do oitocentos (Zarth, 2002). Embora sofresse críticas, o projeto de imigração e colonização de europeus foi representado como processo civilizatório e uma forma mais racional de ocupação das terras devolutas. O pressuposto de

---

<sup>1</sup> O presente texto é uma versão adaptada do artigo originalmente publicado sob o título “Uma história de fracasso ou sucesso? A participação de Antônio Fialho de Vargas e sua empresa no processo de colonização privada (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX).”

superioridade branca estava implícito no plano, ainda que fosse menos evidente nas leis e decretos relativos ao assunto (Seyferth, 2002).

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, os imigrantes se estabeleceram a partir de 1824, sendo que a maioria foi instalada em pequenos lotes coloniais voltados à agricultura desenvolvida com mão de obra familiar. Os lugares para os quais os grupos eram encaminhados foram chamados de colônias, que podiam ser administradas tanto pela iniciativa pública como privada. De acordo com o aumento demográfico das colônias, estas se expandiam para territórios adjacentes ou as famílias se dirigiam para outros núcleos, menos populosos, que possibilitavam a compra de lotes maiores. O aumento da demanda por terra fez crescer o número de empresas privadas interessadas em investir no negócio da colonização, ainda mais em um período de valorização fundiária como foi o século XIX. Mas como ocorriam os empreendimentos coloniais? Por que empresários decidiam aplicar capital nesta atividade? Era um bom negócio? Quem eram os negociantes atraídos por este tipo de investimento?

Estas perguntas podem gerar múltiplas respostas, dependendo dos lugares e sujeitos aos quais forem direcionadas, no entanto, quando a escala de análise é reduzida, é possível visualizar aspectos do processo geral que não poderiam ser detectados em uma escala mais ampla (Levi, 2016). As pesquisas sobre a colonização privada no Rio Grande do Sul oitocentista começaram a aparecer mais recentemente<sup>2</sup>, demonstrando que

[...] cada colônia particular é um micro espaço complexo e singular, resultado de uma negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os *lavradores nacionais*, os proprietários adjacentes, o poder público, e das contingências macro-históricas (Neumann, 2009, p. 575, grifo original).

---

<sup>2</sup> Alguns exemplos são: Gregory (2019), Bosenbecker (2011), Neumann (2009), Martirén (2017), Schaeffer (2020).

Antes do surgimento dessas pesquisas, tínhamos poucas informações sobre os núcleos coloniais privados<sup>3</sup>, que geralmente eram descritos de maneira homogênea, como negócios lucrativos a priori. Não se levava em consideração quem eram os empresários, como estavam constituídas suas redes de relações e quais eram as estratégias econômicas empregadas.

Sendo assim, o objetivo do presente texto é explorar o universo da colonização particular desenvolvida na província do Rio Grande do Sul a partir da análise da trajetória de Antônio Fialho de Vargas, gerente da empresa Batista Fialho & Cia. Esta funcionou durante apenas oito anos, tendo como principais realizações a fundação da Colônia Conventos em 1855, no município de Taquari, e o financiamento do deslocamento de famílias de origem germânica da Europa até o estabelecimento na colônia mencionada. Contudo, Fialho de Vargas ficou envolvido no comércio de lotes de terras para imigrantes e descendentes durante quarenta anos.

## Antecedentes

Antônio Fialho de Vargas nasceu em 1818, na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos<sup>4</sup>, município de Porto Alegre, e faleceu em 1895, na cidade de Taquari<sup>5</sup>. Seu pai, Manoel, era imigrante açoriano, da Ilha do Faial, assim como os avós paternos e maternos. A mãe, Maria Inácia, já nasceu no Brasil. Antônio teve oito irmãos<sup>6</sup>, os quais exerceram diversas profissões e residiram em lugares diferentes, como Porto Ale-

---

<sup>3</sup> O baixo número de pesquisas sobre colônias privadas provavelmente está relacionado ao fato de que é mais difícil encontrar informações sobre elas nas fontes. As colônias públicas, administradas pelo Império ou província, produziram uma maior quantidade de documentos e também de uma maneira mais regular, tendo em vista que os governos procuravam estar atentos ao que ocorria nos espaços coloniais e aos rendimentos de cada um. Além disso, a documentação gerada pelos administradores públicos tinha mais probabilidade de ficar armazenada nos arquivos centralizados, uma vez que a salvaguarda dos documentos produzidos por empresas privadas ficava à mercê do interesse dos indivíduos vinculados a estas.

<sup>4</sup> Livro de Batismos nº 4 (1811-1823). Gravataí, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre, p. 171.

<sup>5</sup> Livro de Óbitos nº 6. Taquary, Paróquia São José de Taquary, p. 37v.

<sup>6</sup> Inventário *post-mortem*. 1866. Inventariado: Manoel Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 330. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

gre, São Leopoldo, Vacaria e Taquari. Os familiares mantinham relações nos negócios, sendo Antônio sócio de seu irmão, Manoel Filho, na empresa de colonização Batista Fialho & Cia.

Manoel Fialho de Vargas Filho (1825-1863)<sup>7</sup> residia no centro de Porto Alegre, em uma das ruas mais ativas da capital, a Rua da Igreja, e a leitura de seu inventário permite visualizar o envolvimento em uma variedade de investimentos, como terras urbanas e rurais, localizadas em diferentes locais, ações e atividades empresariais em geral que lhe permitiram acumular uma fortuna estimada em 15 mil libras<sup>8</sup>. Analisar os negócios de Manoel é fundamental para entender algumas características da sociedade que ele viria a firmar com o irmão Antônio, em 1855.

Antes de criar a empresa de colonização, uma das principais atividades de Manoel era a arrematação de licitações para a construção de obras públicas em Porto Alegre e áreas próximas, como indica a documentação<sup>9</sup>. Nesse ramo, atuava em conjunto com o padrinho, João Batista Soares da Silveira e Souza, na empresa chamada Batista & Fialho. Esta foi responsável pela construção do Teatro São Pedro, da Casa de Correção, da Sociedade Bailante, do prédio da Assembleia Provincial, da ponte do Riacho (ponte de pedra sobre o Arroio Dilúvio, no Largo dos Açorianos), da abertura da Doca (possivelmente um porto no Lago Guaíba)

---

<sup>7</sup> Livro de Batismos nº 5 (1823-1832). Gravataí, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre, p. 50v.

<sup>8</sup> Inventário *post-mortem*. 1875. Inventariado: Manoel Fialho de Vargas Filho. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 289. APERS.

<sup>9</sup> Processo judicial de embargo. 1862. Suplicantes: Manoel Fialho de Vargas Filho e João Batista Soares da Silveira e Souza. Suplicada: Associação Theatral Rio Grandense. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, nº 2829, m. 116, e. 1. APERS. BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1852. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, p. 25. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019. BUENO, José Antonio Pimenta. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. 1850. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, p. 38. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019. MURITIBA, Barão de. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, barão de Muritiba, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1855. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, p. 26. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019.

e do aterro do Mercado Público, em Porto Alegre; duas pontes e a Igreja Matriz da freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos; uma ponte no município de Santo Antônio da Patrulha; uma estrada na serra do Mundo Novo (atual município de Taquara) (Duarte, 2002).

João Batista era padrinho de Manoel e havia emigrado dos Açores, da Ilha de São Jorge, quando tinha doze anos, em 1813 (Duarte, 2002). Também residia na Aldeia dos Anjos, sendo vizinho e amigo da família Fialho de Vargas<sup>10</sup>. O afilhado seguiu a profissão do padrinho, tendo em vista a participação de João Batista na construção de obras públicas desde a década de 1840.

Manoel e João Batista, além de possuírem parentesco espiritual e de serem sócios na empresa Batista & Fialho, tiveram cargos políticos. Este foi vereador em Porto Alegre (1853-1856), Juiz de Paz na Freguesia da Aldeia dos Anjos e Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (Duarte, 2002). Aquele foi deputado na Assembleia Provincial, eleito em 1862<sup>11</sup> (como faleceu um ano depois, não teve uma longa trajetória na política). Os dois também eram proprietários de inúmeros prédios urbanos na capital, além de terrenos rurais, utilizados para render aluguéis. Sendo assim, ambos já tinham alguma experiência com o mercado imobiliário e uma estreita relação com o governo da província, uma vez que é possível depreender certa reciprocidade entre eles. Por um lado, há o serviço prestado pela empresa Batista & Fialho ao governo provincial quando da realização das diversas obras públicas, a disponibilização de casas aos enfermos vítimas da epidemia de cólera<sup>12</sup> e a contribuição fi-

---

<sup>10</sup> Habilitação matrimonial. 1844. João Batista Soares da Silveira e Souza e Ana Joaquina de Jesus. Nº 32, caixa 228. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

<sup>11</sup> NOTÍCIAS do interior. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, n. 73, 15 mar. 1862. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>12</sup> Em 1867, João Batista pôs à disposição do governo todos os prédios urbanos que possuía na capital para auxiliar na epidemia de cólera. MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Falla dirigida a Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura. 1867. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, p. 31. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019.

nanceira para as despesas com a Guerra do Paraguai<sup>13</sup>. Por outro, vemos João Batista sendo condecorado com um título honorífico<sup>14</sup> e Manoel com o cargo de Coronel da Guarda Nacional.

Ressalta-se a proximidade com o governo da província tendo em vista que isso pode ter sido um dos fatores a levar os empresários a investirem na instalação de imigrantes europeus, juntamente com Antônio Fialho de Vargas. Aquele era o responsável pelo processo de colonização no período, portanto, os sócios tinham acesso a informações privilegiadas sobre o negócio, na medida em que possuíam vínculos de reciprocidade com ele. Contudo, também é possível visualizar outros estímulos para o novo investimento. A própria atividade da empresa Batista & Fialho, a arrematação de licitações de obras públicas, indica uma possibilidade. Estradas, pontes e igrejas se fizeram cada vez mais necessárias com o aumento da população da província e o processo de modernização pelo qual ela estava passando. Nos núcleos coloniais que iam se formando, construções como essas eram fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico local, uma vez que proporcionavam a exportação dos gêneros alimentícios produzidos. Assim que uma colônia era criada, os habitantes do lugar ou os próprios empresários logo reivindicavam obras de infraestrutura, seja para melhorar as condições de vida da população ou dar continuidade ao projeto da empresa, preparando o lugar para o recebimento de um maior número de famílias. Por conseguinte, investir no estabelecimento de uma colônia criaria ainda mais demanda por obras públicas, além de ser uma maneira de diversificar as aplicações, estratégia comum entre os empresários oitocentistas<sup>15</sup>. Sendo assim, tudo indica que Manoel e João Batista, junto com Antônio, criaram a colônia

---

<sup>13</sup> João Batista doou um conto de réis para ajudar nas despesas com a guerra. INTERIOR, Notícias do Sul. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 205, p. 2, 26 jul. 1867. Hemeroteca Digital.

<sup>14</sup> João Batista recebeu o título de Comendador da Ordem da Rosa. CAMPANHA do Paraguai. *Almanak*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 1324, 1869. Hemeroteca Digital.

<sup>15</sup> Para um exemplo brasileiro, ver: Fragoso; Rios (1995). A diversificação de investimentos também foi uma estratégia utilizada por empresários que atuaram na colonização privada da província de Santa Fé (Argentina): Martirén (2012).

Conventos, em Taquari, para potencializar os negócios que já estavam acostumados a realizar<sup>16</sup> e variar os investimentos.

## Investir na colonização

A colônia Conventos foi fundada em 1855, no município de Taquari, freguesia de Santo Amaro, distante cerca de cem quilômetros de Porto Alegre. A empresa responsável por ela era a Batista Fialho & Cia., formada por Manoel, João Batista e Antônio. Os sócios adquiriram duas fazendas<sup>17</sup>, localizadas na margem direita do rio Taquari, e as transformaram em inúmeros lotes coloniais. A escolha do lugar pode estar relacionada com a informação transmitida pela Câmara de Vereadores de Taquari ao governo da província, que indicava as fazendas Conventos e Carneiros como um bom local para instalar uma colônia<sup>18</sup>. Tendo em vista a proximidade de João Batista e Manoel com o governo provincial, é provável que eles também tivessem acesso a essas notícias.

Além disso, na década de 1850, o excedente populacional das regiões coloniais mais antigas, como as do Vale do Rio Caí e Vale do Rio dos Sinos, estavam se direcionando para o Vale do Rio Taquari. As migrações internas ocorriam por vários motivos, sendo os principais deles o esgotamento do solo provocado pela agricultura intensiva dos imigrantes e o aumento populacional. Conforme as famílias cresciam e os filhos continuavam com a profissão agrícola dos pais, era necessário comprar áreas maiores, que não estavam mais disponíveis nas colônias antigas. Assim, a família vendia a propriedade e migrava para novas frentes de ocupação ou somente alguns filhos se deslocavam (Roche, 1969). Isso garantia a

---

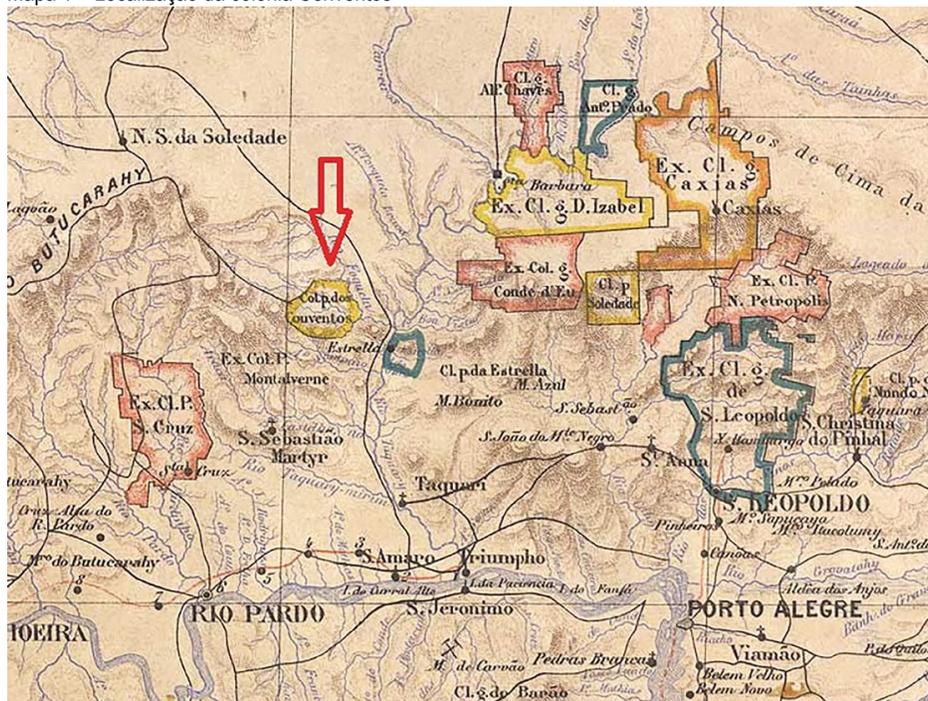
<sup>16</sup> Esta afirmação será desenvolvida mais adiante.

<sup>17</sup> As fazendas foram adquiridas da empresa Claussen e Companhia. Auto de Medição. 1872. Antonio Fialho de Vargas. Nº 390. Taquari. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

<sup>18</sup> O governo provincial estava interessado em instalar uma colônia em Taquari, por isso solicitou à câmara municipal que informasse onde havia terras devolutas. Estas, comunicaram os vereadores, eram de difícil acesso, recomendando ao governo a compra das referidas fazendas, algo que não ocorreu. Correspondência da Câmara Municipal. 13 de junho de 1852. Autoridades Municipais. Taquari, Maço 277, caixa 151. AHRs.

reprodução social do grupo, uma vez que, garantindo mais terras, poderiam continuar desenvolvendo as atividades de costume.

Mapa 1 – Localização da colônia Conventos



Fonte: Adaptado pela autora a partir de: JACQUES, João Candido. *Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Joaquim Alves Leite, 1891. 1 mapa, 70 x 80cm. Escala 1:1.545.925. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart530286/cart530286.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.jpg)>. Acesso em: 04 nov. 2018.

Deste modo, na década de 1850, para quem estivesse interessado em investir na colonização, era uma boa oportunidade atender-se para o território do município de Taquari, pois lá havia demanda por terra. Não era à toa que a maioria dos clientes da Batista Fialho & Cia. era oriunda de São Leopoldo<sup>19</sup>, a primeira colônia do Rio Grande do Sul. No entanto, três anos após a fundação de Conventos, em 1858, os empresários ousaram e decidiram realizar o deslocamento de famílias diretamente da Europa<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> De acordo com a documentação disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul sobre a colônia. Colônia dos Conventos. Colônias, caixa 31, maço 57. AHRs.

<sup>20</sup> Provavelmente este já era um projeto idealizado pelos sócios quando compraram as fazendas para fundar a colônia.

Foram contratados cerca de setenta imigrantes alemães, que saíram do porto de Hamburgo ajustados por Frederico Schmidt<sup>21</sup>, possivelmente um sujeito que atuava como intermediário em uma rede de mediadores responsáveis por atrair imigrantes para se deslocarem ao Brasil.

Schmidt havia sido encarregado por Manoel Fialho de Vargas Filho de executar o trabalho, o que aponta para uma possível divisão de tarefas entre os sócios da empresa. Localizamos João Batista encaminhando os relatórios referentes à situação de Conventos para o governo da província, enquanto Antônio era o gerente da empresa e da colônia, residindo no local e informando João Batista sobre as condições dela. Manoel, por sua vez, ficou responsável pela contratação dos imigrantes. Fazia sentido deixar Antônio se deslocar para Taquari e dirigir o negócio, tendo em vista que os demais sócios já se ocupavam com outras atividades na capital. Analisando a situação mais atentamente, podemos concluir que a aplicação realizada por João Batista e Manoel na criação da colônia pode ter sido uma maneira de auxiliar Antônio, membro da família, a dar início ao negócio, além de diversificar os investimentos. Embora Antônio fosse proprietário de metade da empresa, o capital dispendido e o papel cumprido pelos parceiros foi fundamental para concretizar o projeto.

Logo após a fundação de Conventos, os empresários trataram de solicitar ao governo da província, mais de uma vez, a construção de uma estrada, três pontes e cinco estivas<sup>22</sup>, tendo em vista que o rio Taquari possuía onze cachoeiras que impediam a navegação em determinadas épocas do ano. Isso prejudicava o escoamento da produção dos colonos,

---

<sup>21</sup> Por esse ocorrido, a Batista Fialho & Cia foi acusada de fraudar o prêmio garantido pela província aos particulares que trouxessem colonos europeus. FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. 4 de maio de 1859. Typ. do Correio do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019. Para mais informações sobre as tensões ocorridas entre governo provincial e empresas de colonização, ver Gregory (2019, pp. 86-97).

<sup>22</sup> Correspondência enviada ao presidente da província em 27 de setembro de 1859, Porto Alegre. Observações feitas no mapa geral da colônia dos Conventos em 15 de maio de 1862, Porto Alegre. Colônias. Colônia dos Conventos, caixa 31, maço 57. AHRS.

que às vezes não podiam mandar os gêneros ao mercado por falta de via terrestre. As obras levaram alguns anos para serem construídas e a Batista Fialho & Cia. não realizou nenhuma delas. A justificativa do governo provincial para adiar as construções foi a incipiente população do local ainda no final da década de 1850. Tendo em vista a recente fundação de Conventos, as autoridades consideraram não serem necessárias as obras naquele momento<sup>23</sup>. A estratégia dos empresários estava acertada, afinal, a edificação das estruturas era inevitável, contudo, não seria algo imediato. Além disso, o empreendimento custaria caro, em torno de 50 contos de réis, de acordo com o orçamento da província<sup>24</sup>. Talvez isso também tenha sido motivo para postergar o projeto. Na região do Vale do Taquari, outros indivíduos também buscaram aliar o comércio de terras para imigrantes à arrematação de licitações de obras públicas, como Primórdio Centeno de Azambuja, responsável por construir uma ponte<sup>25</sup> e uma estrada<sup>26</sup>. Isso aponta para uma estratégia comum entre os empresários da província.

Em 13 de abril de 1863, após oito anos de funcionamento, a Batista Fialho & Cia. encerrou as atividades em decorrência da inadimplência dos imigrantes contratados na Europa, de acordo com o prazo estipulado pela empresa para o pagamento. Os contratos firmados com as famílias indicavam que a empresa venderia o terreno e forneceria as sementes e os víveres necessários até a primeira colheita, além de uma quantia em

---

<sup>23</sup> FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Documentos anexos ao relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. 1858. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, p. 102. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019.

<sup>24</sup> FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Documentos anexos ao relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. 1858. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, p. 102. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019.

<sup>25</sup> SERTORIO, João. Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d'esta província, passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente. 20 de agosto de 1870. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019.

<sup>26</sup> MORAES, João Pedro Carvalho de. Falla dirigida à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16ª legislatura. 1875. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense. Disponível em: <www-apps.crl.edu>. Acesso em: 02/01/2019.

dinheiro (60 mil réis para cada pessoa maior de 10 anos e 30 mil réis para cada menor de 1 a 10 anos). A família ficava obrigada a quitar a dívida (adiantamentos, fornecimentos e terreno) dentro de cinco anos<sup>27</sup>. Deste modo, o prazo se encerrava em 1863. Contudo, até este ano, os imigrantes somente haviam pago cerca de 10% do total da dívida, ou seja, a empresa ainda devia receber 21:726\$000 réis (vinte e um contos, setecentos e vinte e seis mil réis)<sup>28</sup>.

A Batista Fialho & Cia. era proprietária de 157 colônias em Conventos. Destas, 9 e meia foram adquiridas pelas 18 famílias oriundas da Europa e 61 por colonos espontâneos. Das últimas, 23 ainda precisavam ser pagas. Tanto as terras que ainda não haviam sido vendidas como as dívidas que precisavam ser cobradas foram divididas entre os sócios quando da dissolução da sociedade. Embora os empresários tivessem se equivocado em relação ao prazo que ofereceram aos imigrantes europeus, não significa que o investimento tenha sido perdido, pois os colonos pagaram as dívidas a longo prazo e com juros. É possível confirmar essa afirmação a partir da leitura dos livros de Tabelionato da região, onde encontramos diversas escrituras de compra e venda de terras em que aparecem os pagamentos dos débitos<sup>29</sup>. Um exemplo é a escritura de Philipp Carl Immich e Philipp Peter Eckhard, que saldaram a dívida após 10 anos<sup>30</sup>. Mesmo com dificuldade, os imigrantes realizavam o reembolso, até porque acabavam ficando dependentes dos empresários que administravam as colônias privadas e, portanto, obrigados a pagar o débito de alguma forma.

Indivíduos como Fialho de Vargas podiam oferecer algo que imigrantes agricultores necessitavam: crédito. Por possuir uma casa de negócios na colônia, o empresário dispunha de produtos importantes para o coti-

---

<sup>27</sup> Cópia xerocada do contrato provisório do imigrante Johann Kaspar Richter. 1858. Arquivos Particulares. Arquivo Histórico de Lajeado.

<sup>28</sup> Escritura de dissolução de sociedade de Baptista, Fialho & Cia. 13/04/1863. Tabelionato de Porto Alegre. 2º Tabelionato. Transmissões/Notas, Livro 77, p. 35v. APERS.

<sup>29</sup> A escritura só era registrada quando ocorria a quitação da dívida.

<sup>30</sup> Tabelionato de Taquari. Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livro 09, p. 68. APERS.

diano da comunidade, a qual ficava em débito pelo fato de a circulação de moeda ser baixa em lugares afastados de centros urbanos, como Conventos. Deste modo, o crédito oferecido por Antônio limitava a liberdade da população local e estabelecia uma relação de dívida e dependência<sup>31</sup>. Na verdade, essa relação já iniciava quando da compra dos lotes coloniais, geralmente feita a prazo, bem como do oferecimento dos subsídios realizado pela Batista Fialho & Cia. A dívida podia ainda aumentar com o passar dos anos, sendo que os colonos tinham a possibilidade de pagá-la de diversas maneiras. Um exemplo é o caso de Fellippe Arend, que além de agricultor era marceneiro e foi contratado para construir a casa de Antônio Fialho de Vargas. Na percepção deste, o serviço foi uma maneira de abater a dívida de Arend, contraída com a empresa Batista Fialho & Cia. em 1858, embora o imigrante tenha acionado a justiça para realizar a cobrança<sup>32</sup>. Além disso, percebemos Antônio como um indivíduo capaz de conseguir melhorias para Conventos e resolver problemas cotidianos, tendo em vista sua posição de gerente e, por conseguinte, a possibilidade que ele tinha de fazer solicitações ao governo provincial, como a construção de pontes e estradas. Nesse sentido, o empresário chegou a disponibilizar o oratório particular de sua casa para batismo de filhos de imigrantes quando ainda não havia uma paróquia no local<sup>33</sup>.

O dispêndio dos empresários com a instalação das famílias europeias também proporcionou que os mesmos e suas famílias continuassem participando do comércio de terras, pois a colônia criada se tornou atrativa para grupos oriundos de núcleos mais antigos. Estes migravam em busca de terras mais férteis, maiores e mais baratas, enquanto os imigrantes que chegavam da Europa procuravam se instalar em colônias que existiam há mais tempo, que eram mais desenvolvidas e ofereciam

---

<sup>31</sup> De acordo com Witold Kula, são características de um mercado pré-industrial, em que não há livre concorrência e os preços não são regulados pelo mercado, mas resultados de transações isoladas (Kula, 1977, p. 459-466).

<sup>32</sup> Processo judicial de Libelo Cível do Cartório Cível e Crime de Taquari nº 2771, m. 50, e. 102, 1874. Autor: Fellippe Arend. Réu: Antonio Fialho de Vargas. APERS.

<sup>33</sup> Livro de Batismos nº 9, Paróquia São José, Taquari, p. 219-222.

melhor infraestrutura. A maioria das famílias que se estabeleceu em Conventos não migrou diretamente da Europa, mas do Vale do Rio dos Sinos e de Petrópolis, no Rio de Janeiro<sup>34</sup>. Aqueles que conseguiam vender as primeiras terras adquiridas e se deslocar espontaneamente para a frente pioneira, como era Conventos, na segunda metade do século XIX, tinham mais condições de se subsidiar e pagar pela nova terra, mesmo a prazo<sup>35</sup>. Era essa clientela que mais interessava as empresas de colonização, pois realizar o financiamento do transporte e garantir os adiantamentos necessários para que pessoas migrassem direto da Europa era muito mais custoso, ainda que necessário para intensificar a procura por terras, atraindo outros grupos.

Deste modo, embora os sócios possam ter considerado o negócio pessimista<sup>36</sup>, o empreendimento garantiu a inserção deles no mercado da terra do Vale do Taquari, beneficiando inclusive seus familiares durante muitos anos. Além disso, como os empresários diversificavam as aplicações, não estavam dependentes somente do retorno financeiro da colônia Conventos, o que permitiu que dessem continuidade nas atividades econômicas mesmo não obtendo os valores estimados dentro do prazo.

## **Diversificar para acumular**

Após o encerramento da sociedade Batista Fialho & Cia., Conventos continuou recebendo imigrantes e o principal indivíduo responsável por vender lotes a eles era Antônio Fialho de Vargas. Este foi o único sócio da empresa a se deslocar para o local e, portanto, aquele que precisou empregar estratégias para inserir-se no novo espaço, pois, aparentemente, a fa-

---

<sup>34</sup> Esta informação foi obtida a partir do estudo genealógico realizado por Richter e Schmidt, que a partir do mapa estatístico da Colônia Conventos de 1861 investigaram a origem das famílias que moravam na colônia naquele ano (Richter; Schmidt, 2018).

<sup>35</sup> As características da condição econômica dos moradores de Conventos foram discutidas em Gregory (2019, pp. 112-122).

<sup>36</sup> Utilizaram essa expressão em uma correspondência. Correspondência ao Presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga, enviada por João Baptista Soares da Silveira e Souza. 27 de dezembro de 1864. Colônias. Colônia dos Conventos. Caixa 31, Maço 57. AHRN.

mília Fialho de Vargas não tinha ligação alguma com a região. Além disso, Antônio não era o único comerciante de terras de Taquari. Havia algumas famílias que já estavam fragmentando suas fazendas quando da chegada do empresário, como os Ribeiro e Azambuja. Faziam parte de uma elite local que compunha o aparelho burocrático imperial e utilizava as redes de relações pessoais para beneficiar os negócios. O embate entre as famílias locais e os empresários recém-chegados é perceptível nas fontes.

No mesmo ano da fundação de Conventos, a Batista Fialho & Cia. solicitou à Câmara Municipal de Taquari<sup>37</sup> a abertura de duas servidões públicas<sup>38</sup>, uma no porto particular das terras de Vitorino José Ribeiro e a outra na margem oposta do rio Taquari. Vitorino era Tenente Coronel da Guarda Nacional e proprietário da fazenda Estrela. Sua família tinha “[...] um grande poder nas esferas políticas e públicas, mostrando-se ser a mais bem relacionada no Vale do Taquari [...]” nas décadas de 1850 e 1860 (Christillino, 2004, p. 225). Além disso, Vitorino também fundou uma colônia particular em suas terras no final da década de 1850, a colônia Estrela, sendo um grande comerciante de terras local. O pedido feito pela empresa foi negado com veemência pelos vereadores, que o interpretaram como uma atitude muito prejudicial ao Tenente Coronel. O objetivo da Batista Fialho & Cia. era melhorar o transporte fluvial de produtos e pessoas entre as duas margens do rio Taquari, tendo em vista que Conventos estava na margem direita e a fazenda Estrela na esquerda.

Alguns anos depois, a conexão entre os espaços foi estabelecida por iniciativa da própria câmara, que passou a ver a comunicação entre as colônias como necessária<sup>39</sup>. Ambos os proprietários concordaram com o projeto. Naquele período, Vitorino Ribeiro já havia morrido e quem administrava a

---

<sup>37</sup> Correspondência da Câmara Municipal. 30 de novembro de 1855. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 277A, caixa 152. AHRs.

<sup>38</sup> A servidão pública é um mecanismo jurídico que converte uma propriedade privada em imóvel de utilidade pública, mediante indenização ao proprietário. A ideia da empresa era poder utilizar o porto particular de Vitorino livremente.

<sup>39</sup> Correspondência da Câmara Municipal. 07 de julho de 1866. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 278, caixa 152. AHRs. Correspondência da Câmara Municipal. 12 de junho de 1872. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 279, caixa 150. AHRs.

propriedade eram a viúva Ana Emília Sampaio e os filhos. O ocorrido demonstra o poder, prestígio e influência que homens como Vitorino possuíam nas regiões que atuavam, assim como as dificuldades de inserção enfrentadas por empresários recém-chegados, que poderiam representar concorrência na venda de lotes coloniais e prejudicar os negócios dos estabelecidos.

Para superar este tipo de obstáculo, Antônio aproximou-se das famílias influentes de Taquari. O que nos induz a concordar com esta afirmação são os casamentos realizados pelos filhos. Dos cinco filhos<sup>40</sup> que se casaram, quatro uniram-se em matrimônio a indivíduos que pertenciam à elite local. Eram descendentes de fazendeiros, detentores de postos da Guarda Nacional, vereadores, tabeliães e escrivães. Os sobrenomes eram Azambuja, Pereira e Vianna. Os vínculos estabelecidos entre as famílias contribuíram para os negócios de Antônio em torno da colonização, tendo em vista que a legitimação de posses era facilitada para aqueles que estivessem amparados por uma boa rede de relações pessoais (Christillino, 2010). Além disso, as ligações familiares também proporcionaram a expansão das vendas de lotes coloniais, uma vez que os Fialho de Vargas e os Azambuja possuíam grandes propriedades confrontantes.

Os casamentos realizados pelos filhos de Antônio realçam a importância do capital relacional em uma sociedade em que as redes sociais se constituem como patrimônio imaterial. De acordo com Beunza (2010), atentar para o capital relacional dos indivíduos e grupos é fundamental para entender a capacidade de ação deles. O capital relacional é entendido como o conjunto de relações úteis dos sujeitos, que podem proporcionar diferentes resultados, dependendo daquilo que se pretende alcançar, como riqueza, poder, influência social ou política. As relações úteis podem corresponder tanto a vínculos duradouros como aos mais ocasionais. A ligação estabelecida pelos Fialho de Vargas com as demais famílias representa um relacionamento que tinha capacidade para durar vários anos, pois o matrimônio

---

<sup>40</sup> Antônio teve treze filhos no total. Antônio Fialho de Vargas Filho casou com Josefina Centeno de Azambuja. José Fialho de Vargas casou com Cândida Vianna de Oliveira. Justina Fialho de Vargas casou com Américo de Azevedo Vianna e Joaquim Fialho de Vargas casou com Isaura Liberalina Pereira.

era um evento familiar muito importante e que gerava frutos. Os netos certamente se beneficiariam com as conexões efetivadas pelos ascendentes.

A elite local de Taquari não era afortunada, mas rica em prestígio social e político (Christillino, 2004). Antônio Fialho de Vargas, oriundo de Porto Alegre, possivelmente conhecia indivíduos detentores de um capital econômico mais elevado. Até mesmo seu irmão, Manoel, possuía uma fortuna de 15 mil libras, valor que ia além dos patrimônios encontrados para Taquari<sup>41</sup>. Contudo, para Antônio, estar amparado por uma rede de relações que pudesse garantir privilégios era mais vantajoso do que ter vínculos com pessoas que tivessem apenas grandes fortunas. Portanto, concordamos com Beunza quando afirma que “[...] el poder efectivo no es el resultado automático de un estatus económico o institucional, sino de unas relaciones de influencia complejas [...]” (2010, p. 274). Sendo assim, a aproximação dos Fialho de Vargas com as famílias de Taquari beneficiou Antônio de duas maneiras. Por um lado, era um modo de garantir uma inserção mais efetiva no local, tendo em vista que a primeira solicitação da Batista Fialho & Cia. feita à Câmara Municipal foi negada com intensidade; por outro, assegurava a ampliação dos negócios coloniais. Com o passar dos anos, percebe-se que Antônio aumentou seu prestígio no município, chegando a ser vereador em dois mandatos e recebendo elogios e autorizações da câmara para comprar terras devolutas em benefício da colonização privada<sup>42</sup>. Por conseguinte, o ingresso na política garantiu ainda mais possibilidades para ampliar as extensões de terra.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> Só para dar um exemplo, os bens de João Xavier de Azambuja, sogro de Antônio Fialho de Vargas Filho, foram avaliados em sete mil libras. Inventário *post-mortem*. 1861. Inventariado: João Xavier de Azambuja. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Lajeado, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 1. APERS.

<sup>42</sup> Correspondência da Câmara Municipal. 13 de outubro de 1879. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 280, caixa 150. AHRs.

<sup>43</sup> Na segunda metade do século XIX, os códigos que organizavam a estrutura fundiária do Império eram a Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de 1854. Nesta conjuntura, o sucesso na afirmação da propriedade estava condicionado ao estabelecimento de sólidas redes de relações sociais em torno das estruturas políticas do Império. Quem julgava os processos de legitimação era o presidente da província, beneficiando assim os indivíduos que possuíam maior proximidade e ligação com as autoridades provinciais. O processo provocou grilagens de terra por parte dos grupos de elite, em detrimento dos pequenos lavradores que também tinham direito à terra, mas que enfrentavam mais dificuldade para garanti-lo (Christillino, 2010). Antônio Fialho de Vargas requereu o direito ou procedeu demarcação sobre terras já ocupadas mais de uma vez (Gregory, 2019).

Entretanto, para que o negócio com o comércio de terras funcionasse, não bastava ter apoio político, também era necessário investir, ao mesmo tempo, em outras atividades econômicas, que assegurassem retornos mais dinâmicos. Analisando a trajetória de Antônio, é possível identificar que a diversificação de aplicações foi uma estratégia utilizada por ele, pois além de adquirir terras para assentar imigrantes, adquiria áreas que proporcionavam a extração e venda de madeiras. Essa era uma das principais atividades do município de Taquari durante todo o século XIX, devido à abundância em pinheiros de araucária. Alguns indivíduos possuíam engenhos de serrar em suas propriedades, utilizados para preparar a madeira para o comércio<sup>44</sup>. Antônio era um deles e, em dois momentos, firmou sociedade com indivíduos para extrair e vender madeiras<sup>45</sup>. A primeira foi com o colono Jacob Feltens, que ficou responsável pela mão de obra, enquanto Antônio disponibilizaria a matéria-prima e as ferramentas necessárias<sup>46</sup>. A segunda foi estabelecida com o filho, Joaquim, que ofereceu as árvores, ferramentas e o serviço, na medida em que o pai forneceu 16 contos de réis para o negócio e se encarregou de comercializar a mercadoria.<sup>47</sup>

Deste modo, Antônio buscava explorar todos os recursos que seus bens ofereciam, seja vendendo lotes coloniais, extraíndo madeiras ou utilizando o rio Taquari para o comércio. Além do engenho de serrar, possuía um de moer cana de açúcar<sup>48</sup>, provavelmente para a produção de

---

<sup>44</sup> Correspondência da Câmara Municipal. 24 de setembro de 1858. Autoridades Municipais. Taquari, maço 277A, caixa 152. AHRs.

<sup>45</sup> Só foi possível localizar duas escrituras, mas isso não significa que Antônio não tivesse organizado outras empreitadas como essas, até mesmo através de acordos privados. Os documentos são apenas indícios de ações mais corriqueiras.

<sup>46</sup> Escritura de contrato de sociedade que Antonio Fialho de Vargas faz com Jacob Feltens. 1º de julho de 1881. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 36, p. 45. APERS.

<sup>47</sup> Escritura de sociedade entre Antonio Fialho de Vargas e seu filho Joaquim Fialho de Vargas, 03 de novembro de 1886. Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 14, p. 59. APERS.

<sup>48</sup> Inventário *post-mortem*. 1881. Inventariado: Maria Inácia da Conceição Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário. Comarca de Taquari. Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 329. APERS.

aguardente<sup>49</sup> e, em sua residência, na colônia Conventos, eram realizadas diversas transações. A bibliografia indica que o local funcionava como uma casa de negócios, hotel, escola, salão de festas e cartório (Schierholt, 1992). Os próprios imigrantes iam até lá para comprar e vender terras entre si, sendo Antônio testemunha dos contratos. Ele atuava como mediador nesses negócios, indicando terras que podiam ser compradas ou vendidas, bem como apontava indivíduos que estivessem interessados em adquirir ou se desfazer de um lote. Como Antônio tinha uma boa circulação na região, tendo residido não só em Conventos, mas também na Vila de Taquari, possuindo terrenos em diversos lugares e se encontrar inserido também no âmbito político, acabava obtendo informações privilegiadas e recursos para fomentar seus negócios enquanto comerciante. Christillino (2004) indica ainda que ele foi um dos maiores prestamistas da região. Foi essa atuação variada que permitiu a Antônio ter uma grande desenvoltura no comércio de terras, como evidencia o gráfico 1.

O gráfico é resultado da seleção de 297 escrituras públicas em que o negociante aparece como comprador ou vendedor na região do Vale do Taquari<sup>50</sup>. Apenas 27 documentos correspondem a compras de particulares, entretanto, Antônio também adquiriu terras devolutas durante a década de 1860<sup>51</sup>. As áreas obtidas eram grandes e aos poucos foram sendo fragmentadas para tornarem-se lotes coloniais destinados a famílias de imigrantes, como aponta o volume de vendas de imóveis rurais. Já as transferências de terras urbanas dizem respeito a terrenos comercializados na então Vila de Lajeado, núcleo urbano que começou a se formar em Conventos a partir de década de 1870. A amostra engloba também transações envolvendo a empresa de Antônio, Batista Fialho & Cia., tanto no período em que estava em atividade, como após a sua dissolução. Contudo, representam apenas 13% do total das vendas, evidenciando que a

---

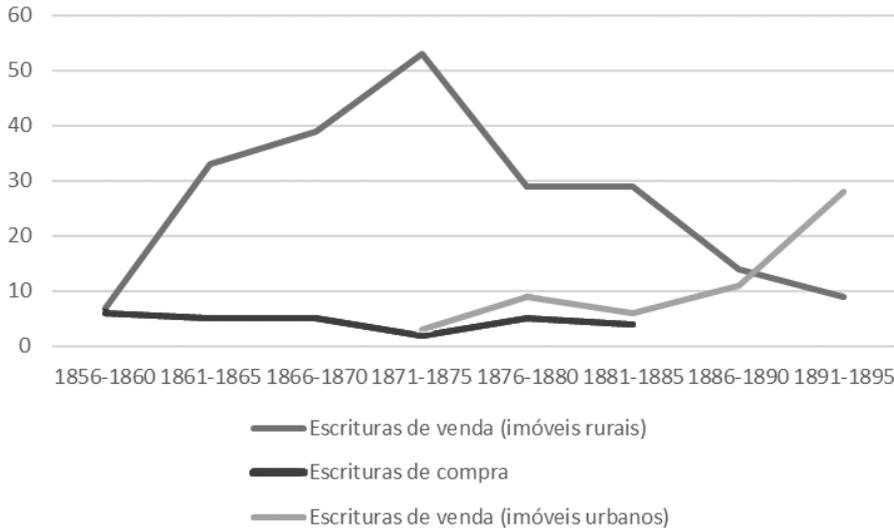
<sup>49</sup> Era uma importante atividade econômica do município. Correspondência da Câmara Municipal. 10 de agosto de 1854. Autoridades Municipais, Taquari, maço 277, caixa 151. AHRs.

<sup>50</sup> Na segunda metade do século XIX, a região correspondia a três municípios: Taquari, Estrela e Lajeado.

<sup>51</sup> Registro das Cartas de Compra das Terras Devolutas. Repartição Especial das Terras Públicas em Porto Alegre. Fundo Imigração, Terras e Colonização, Códices, C356. AHRs.

sociedade não teve destaque nos negócios do comerciante, embora ela tenha sido fundamental para a inserção no mercado de terras.

Gráfico 1 – Volume de escrituras de compra e venda de terras realizadas por Antônio Fialho de Vargas



Fonte: Escrituras em que Antônio Fialho de Vargas aparece como vendedor e comprador. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

As áreas adquiridas pelo empresário lhe garantiram retorno financeiro ao longo dos quarenta anos em que participou da atividade. Entretanto, esse retorno só foi visível a longo prazo, pois em um primeiro momento, parecia um péssimo negócio, tendo em vista a alta inadimplência dos imigrantes pouco tempo após a fundação de Conventos. O comércio se tornou lucrativo quando as correntes de migração interna se tornaram mais intensas, ocasionando maior procura por terra. O núcleo criado pelos empresários se tornou atrativo para grupos interessados em adquirir lotes maiores, mais férteis e mais baratos do que os que possuíam colonização antiga, como São Leopoldo. Deste modo, os donos do negócio precisavam estar preparados para um amadurecimento que viria com o tempo, bem como para o tipo de pagamento realizado pelos colonos: a

prazo e dificilmente em moeda corrente. Por isso, a combinação de diferentes atividades econômicas com o comércio de terras era fundamental, pois a lucratividade deste só apareceria com o passar das décadas.

Outro ponto a ser levado em consideração por aquele que quisesse atuar no setor era a própria continuidade do comércio. Era necessário ter sempre um estoque de terras disponível para a venda, na medida em que ele ia se esgotando em determinados locais. As fazendas Conventos e Carneiros, adquiridas em 1855, garantiram a comercialização de lotes e terrenos nos quarenta anos seguintes, mas começavam a dar sinais de escassez na década de 1870, com a formação de um núcleo urbano. Atento a isso, Antônio Fialho de Vargas expandia sua atuação na região comprando outros espaços, mas na década de 1890, o Vale do Taquari já estava repleto de colônias, sendo necessário ampliar o horizonte. E foi o que o empresário fez ao adquirir terras no município de São Luiz Gonzaga<sup>52</sup>, localizado no planalto gaúcho. Assim, Antônio repetia a mesma estratégia de quarenta anos antes, visando obter lucros com o avanço da colonização sobre o território do Rio Grande do Sul, conduzida pelas iniciativas privada e pública e pelos próprios colonos. Nos anos 1850, era para o Vale do Taquari, Santa Cruz, Santa Maria e Silveira Martins que o excedente populacional das colônias dos Vales dos Rios dos Sinos e Caí se dirigiam. A partir de 1890, o fluxo se encaminharia para o planalto, atingindo General Osório, Cerro Azul, Ijuí e São Luiz Gonzaga (Roche, 1969).

E se Antônio voltava a executar o mesmo planejamento de meados do oitocentos, era porque ele havia tido êxito e sabia que os resultados seriam favoráveis novamente. Além disso, mesmo tendo falecido logo após comprar as terras do noroeste do estado, os descendentes continuariam a ser beneficiados por seus investimentos. Deste modo, entende-se que o comércio de terras intensificado pela colonização europeia era um negócio seguro, devido à valorização fundiária e à grande procura por terra, mas de retorno a longo prazo, pois os colonos pagavam em prestações e

---

<sup>52</sup> Inventário *post-mortem*. 1895. Inventariado: Antonio Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 475. APERS.

levava alguns anos para que os fluxos migratórios se tornassem contínuos e atraentes. Essa condição fazia com que os empresários diversificassem as aplicações, investindo em engenhos, moinhos, comércio de madeiras e empréstimo de dinheiro, a exemplo de Antônio Fialho de Vargas.

## **Considerações finais**

Com o objetivo de lançar novas questões ao processo de colonização privada, buscou-se realizar uma análise relacional (Grendi, 2009) da trajetória de Antônio Fialho de Vargas. Fazendo uso de uma variedade de fontes e, sem excluir dados e relações, foi possível enxergar Antônio imerso em redes sociais capazes de promover sua inserção e manutenção no comércio de terras. Partindo dos próprios atores sociais que tinham envolvimento com Antônio, como os sócios da Batista Fialho & Cia., por exemplo, procurou-se desenvolver um estudo indutivo (Imízcoz, 2004). Sem a análise da atuação de Manoel e João Batista na capital, não conseguiríamos entender a formação da empresa de colonização e o quanto estavam imbricadas as relações familiares e econômicas.

O negócio efetuado pelos parceiros em Taquari pode não ter ocorrido da maneira como esperavam, mas observando os acontecimentos a longo prazo, percebe-se que foi uma transação acertada. Na década de 1850, período em que a emigração europeia ainda estava em fase inicial, promover o estabelecimento de uma colônia era necessário para atrair outros fluxos, que se deslocavam internamente, ou seja, a aplicação de capital efetuada pela Batista Fialho & Cia. era essencial para que ocorresse a inserção no mercado da terra. O investimento era seguro, embora fosse necessário possuir um leque variado de investimentos, que proporcionassem retornos dinâmicos, na medida em que o comércio de terras só era lucrativo a longo prazo.

Além disso, foi possível verificar que não bastava ter capital e fazer uso de estratégias econômicas para dar continuidade aos negócios. Estar amparado por uma rede social que garantisse apoio político e legitimida-

de nas ações era imprescindível, ainda mais em uma região com a qual não havia familiaridade. Antônio Fialho de Vargas foi um negociante que diversificava as aplicações para potencializar os rendimentos. Como trabalhava com um sistema de pagamentos a prazo e nem sempre em dinheiro, não podia depender somente de uma fonte de renda. Foi a combinação de diferentes investimentos, aliada ao estabelecimento de novas redes de relações pessoais, que fizeram com que o indivíduo garantisse sucesso econômico durante 40 anos de atuação no mercado da terra.

## Referências

BEUNZA, José María Imízcoz. El capital relacional. Relaciones privilegiadas y redes de influencia en el Estado español del siglo XVIII. In: BEUNZA, José María Imízcoz; KORTA, Oihane Oliveri (Eds.). Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen. Madri: Sílex, 2010, p. 227-281.

BOSENBECKER, Patrícia. Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877). Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

DUARTE, Miguel A. de O. Um “empreiteiro de obras” açoriano em Porto Alegre. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002, p. 358-377.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro *et al* (Org.). Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 197-224.

GREGORY, Júlia Leite. Terra, fortuna e família: a atuação de Antonio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 19-38.

IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras - História* 5, 2004, p. 115-140.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1977, p. 459-466.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *Cadernos Prolam*, vol. 14, fasc. 26, 2015, p. 90-107.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 18-31.

MARTIRÉN, Juan Luis. Lógica de planeamiento y mercado inmobiliario en las colonias agrícolas de la provincia de Santa Fe. Los casos de Esperanza y San Carlos (1856-1875). *Quinto Sol*, v. 16, n. 1, 2012, p. 1-26.

MARTIRÉN, Juan Luis. “Historias paralelas”: un estudio comparado sobre los resultados económicos de las empresas de colonización a mediados del siglo XIX: el caso de San Carlos (Argentina) y Santa Maria da Soledade (Brasil). In: VARGAS, Jonas M. (Org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 379-401.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

RICHTER, Waldemar L.; SCHMIDT, Heinz. *Pioneiros de Conventos: 1861*. Lajeado: Edição do Autor, 2018.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

SCHAEFFER, Jéferson Luís. *Entre colônias e redes sociais: viúvas neerlandesas e o avanço da fronteira agrária em direção aos arroios Sampaio e Forquetinha – Rio Grande do Sul (1882-1900)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2020.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado I*. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *REVISTA USP*, n. 53, 2002, p. 117-149.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

# Nova Berlim: o *hinterland* no vale do rio Taquari (1882-1900)

---

Jéferson Luís Schaeffer

## Introdução

**N**a segunda metade do século XIX, a colonização alemã no Rio Grande do Sul avançou em direção ao vale do rio Taquari, capitaneada pela atuação de companhias colonizadoras privadas. Nesse contexto, formou-se a colônia Nova Berlim, foco e recorte do presente estudo, realizado a partir da revisão bibliográfica e a análise de fontes primárias. Uma pesquisa mais ampla e detalhada da temática encontra-se na monografia intitulada “Entre Colônias e Redes Sociais: viúvas neerlandesas e o avanço da fronteira agrária em direção aos arroios Sampaio e Forquetinha – Rio Grande do Sul (1882-1900)”, realizada entre os anos de 2016 e 2020.

## Colônia Nova Berlim: um perfil obscuro

Primeiramente é preciso definir o que se entende por Nova Berlim. Esse território tinha uma extensão de quatro léguas quadradas e compreendia as terras existentes entre o arroio Sampaio e o rio Forqueta, ambos afluentes do rio Taquari. Na atual configuração territorial, a Colônia Nova Berlim compreendia boa parte dos municípios inseridos nas microrregiões oeste e centro-oeste do Vale do Taquari (Figura 1): Canu-

dos do Vale, Forquetinha, Lajeado, Marques de Souza, Santa Clara do Sul e Sério.

Em estudo realizado por Flores (2015, p. 90), a autora constatou que a “carência de documentos e de memorialistas mantém obscuro o perfil da primitiva Nova Berlim”. A referência bibliográfica mais antiga sobre a referida Colônia, encontrada ao longo do percurso desta pesquisa, consta na obra de Amstad ([1924] 1999, p. 126) e tem sido reforçada até os dias atuais por distintos estudiosos da temática:

Todo o *Hinterland* das antigas colônias de Fialho, situadas na margem direita do Taquari, havia sido aberto por duas grandes companhias colonizadoras. A área da primeira delas, Nova Berlim, estendia-se de Sampaio até Forqueta. Fundada em 1868, significou, na verdade, a continuação da Colônia Santa Emília. Como Santa Emília, ela foi dirigida por algum tempo pelo engenheiro Carlos Trein.

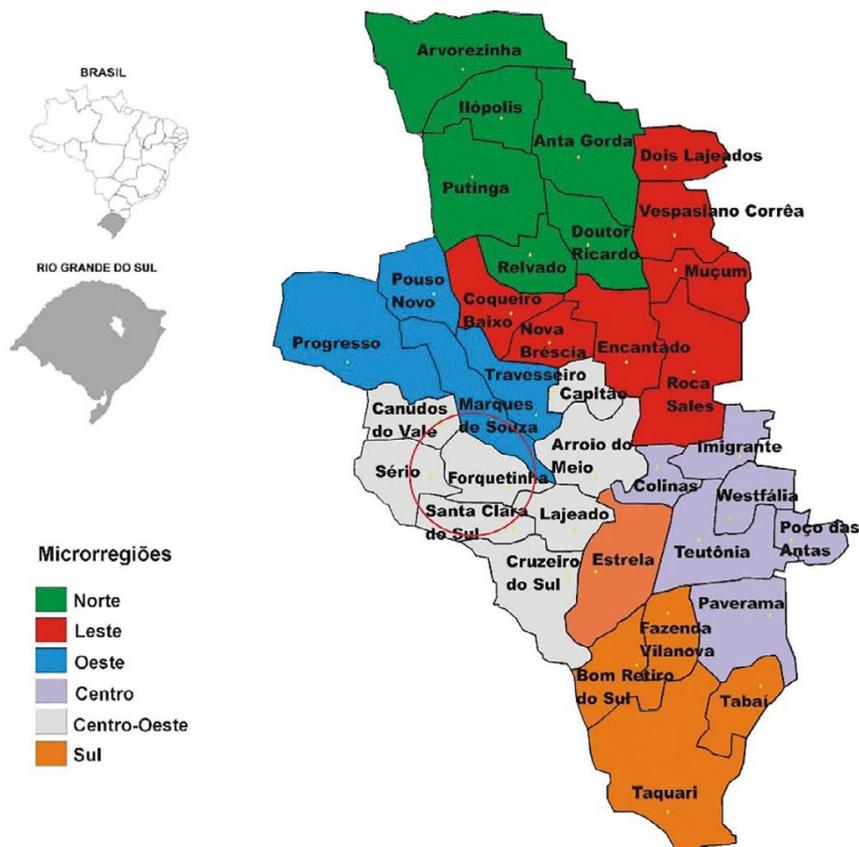
Em pesquisa recente, Schaeffer (2020) apresentou uma interpretação que diverge da histórica referência de Amstad ([1924] 1999): ao invés de considerar a Colônia Nova Berlim enquanto uma continuidade da Colônia Santa Emília<sup>1</sup>, constatou que Nova Berlim foi um prolongamento da já mencionada Colônia Conventos. Segundo essa interpretação, a repercussão da colonização inicial de Conventos teria despertado o interesse de diversos empresários nas terras que ficavam no *Hinterland* dessa Colônia com o intuito de garantirem o futuro dos negócios no comércio imobiliário.

---

<sup>1</sup> Colônia fundada no ano de 1862 em terras dos irmãos Pereira situadas junto ao arroio Sampaio, hoje correspondentes aos municípios de Venâncio Aires e Mato Leitão. Ver Fröhlich (2005) e Flores (2015).

Figura 1 – Mapa do território Nova Berlim atual

# Vale do Taquari



Fonte: CODEVAT, grifo do autor.

De acordo com Christillino (2010), as áreas florestais do vale do rio Taquari ainda representavam uma fronteira de ocupação aberta na década de 1850, as quais permitiram a ampliação do incipiente mercado de terras na província meridional. As terras da família Fialho, situadas na margem direita do Rio Taquari e mencionadas por Amstad, era a Fazenda Conventos<sup>2</sup>, adquirida pela empresa Baptista, Fialho & Cia no ano de

<sup>2</sup> Terras situadas no atual município de Lajeado/RS.



Em 18 de maio de 1862, Manoel Fialho de Vargas Filho, Joaquim Francisco Dutra Júnior, Francisco Baptista da Silva Pereira e a empresa Baptista, Fialho & Cia, representada por Antônio Fialho de Vargas, efetivaram a compra<sup>4</sup> de quatro léguas quadradas de terras na margem direita do rio Taquari, as quais já haviam sido requeridas no ano anterior à Fazenda Nacional. A localização do território, bem como, os nomes dos seus peticionários, permite inferir que o título passado na mencionada data faz referência ao território onde foi estabelecida a Colônia Nova Berlim e que esses se tratavam de seus acionistas.

Curiosamente, nesse mesmo contexto, a empresa gerente da Colônia Conventos, Baptista, Fialho & Cia, informou em relatório<sup>5</sup> ao Governo da Província que o território da sua Colônia havia sido aumentado em quatro léguas quadradas, compradas em nome da empresa que atendia por uma nova razão social, Baptista, Pereira, Fialho & Cia. De acordo com esse mesmo relatório, o território continuaria a ser colonizado pelo mesmo nome de “Colônia dos Conventos”.

Durante o percurso da presente pesquisa, não foi encontrado nenhum documento que remetesse a fundação da Colônia com a denominação “Nova Berlim”. Essa designação apareceu somente a partir da década de 1870 em escrituras de compra e venda de lotes coloniais, onde é atestada a atuação da empresa Baptista, Pereira, Fialho & Cia e o gerenciamento do território Nova Berlim.

Cabe ao historiador, nessas circunstâncias, problematizar os documentos e analisá-los através de um olhar crítico, sendo que a presença ou ausência de documentos depende de causas humanas (Le Goff, 2003). Sendo assim, entende-se que a mencionada obscuridade na qual se encontrava o processo de constituição da Colônia Nova Berlim residia numa intenção oculta aos documentos da época.

---

<sup>4</sup> Título passado a favor de Manoel Fialho de Vargas, Joaquim Francisco Dutra Júnior, Francisco Baptista da Silva Pereira e Baptista Fialho & Cia em 18/05/1862. Registro das Cartas de Compra das Terras Devolutas. Fundo Imigração, Terras e Colonização, Códice 356. *AHRS*, Porto Alegre.

<sup>5</sup> Mapa geral da colônia dos Conventos de 15 de maio de 1862. Fundo Imigração, Terras e Colonização, maço 57, caixa 31. *AHRS*, Porto Alegre.

Dado o contexto de avanço da fronteira agrária em direção ao vale do rio Taquari e a privatização das áreas florestais, essas informações corroboram com a hipótese de Schaeffer (2020), de que os integrantes da empresa Baptista, Fialho & Cia já almejavam por meio da solicitação de um prolongamento da Colônia Conventos, a fundação de um novo núcleo colonizatório. Nesse sentido, a obscuridade da primitiva Colônia Nova Berlim se justifica em silenciosas estratégias de empresários que visavam a seguridade de seus futuros negócios imobiliários.

### **“A companhia vendeu grandes partes dessa área a particulares”**

Com base em Roche (1969), salienta-se o impacto da colonização europeia no vale do rio Taquari, que na segunda metade do século XIX se expandia nessa direção por meio das Colônias particulares de Conventos, Estrela e Teutônia. Nesse mesmo sentido, destaca-se a considerável participação da iniciativa privada no empreendimento colonizador, visto a única Colônia provincial estabelecida mais próxima a estes entornos ter sido a Colônia Monte Alverne, em 1859.

O empreendimento colonizador privado funcionou por meio da atuação de companhias colonizadoras, as quais promoviam o loteamento e a comercialização de áreas florestais, angariavam colonos e garantiam a abertura de estradas.<sup>6</sup> Segundo Christillino (2004, p. 247), as companhias colonizadoras

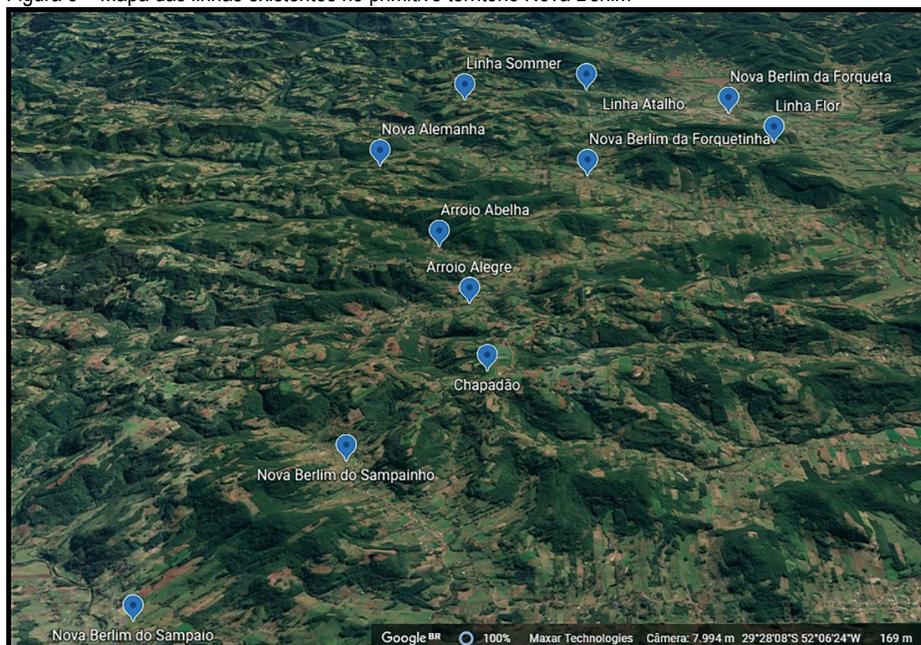
[...] foram montadas, principalmente, no Rio Grande do Sul no período de 1850 a 1920 para comercializar lotes de terras a imigrantes europeus e seus descendentes, e que no início do século XX intensificaram suas atividades no oeste de Santa Catarina e do Paraná. Ocorria tanto a ação individual dos possuidores que loteavam e comercializavam suas áreas individualmente, e aqueles organizados em torno de companhias, que envolviam um número maior de proprietários. Estes comercializadores de terras foram os grandes beneficiados pela Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul, legitimando e revalidando títulos de áreas “abandonadas” e fundando colônias particulares nas mesmas.

---

<sup>6</sup> Sobre a atuação de companhias colonizadoras entre o final do século XIX e início do século XX no vale do rio Taquari, ver Trombini, Laroque e Castoldi (2017).

As terras adquiridas pela nova empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia foram subdivididas em núcleos colonizatórios menores, denominados de linhas<sup>7</sup> (Figura 3). Schaeffer (2020) identificou pelo menos onze linhas no primitivo território Nova Berlim, cujos lotes seguiram o padrão de 100.000 braças quadradas (48,4 hectares) e foram negociados por distintos comerciantes.

Figura 3 – Mapa das linhas existentes no primitivo território Nova Berlim



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Earth, 2020.

Segundo informações contidas no inventário<sup>8</sup> de Manoel Fialho de Vargas Filho, sócio da empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia e falecido no ano de 1863, a referida empresa teria se comprometido a introduzir no território Nova Berlim quarenta famílias no período de quatro anos, sob pena de voltarem ao domínio da Fazenda Nacional. Em 1867 a viúva

<sup>7</sup> Além da designação “linha”, Roche (1969) e Dreher (2014) também mencionam o termo “picada”, que correspondiam à forma básica de penetração em áreas florestais.

<sup>8</sup> Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Porto Alegre nº 289, de 1875. APERS, Porto Alegre.

de Manoel, Maria Rita de Andrade Fialho, atestou que o prazo não fora cumprido e que as terras estavam lhe sendo “[...] ultimamente tomadas pelo Governo [...]”.

O contexto de crise fez-se sentir também na Colônia vizinha de Santa Emília, cuja decadência se deu no início da década de 1880 com a morte de seus sócios e a impossibilidade financeira dos herdeiros em realizar investimentos no empreendimento colonizador (Fröhlich, 2005). Nessa conjuntura surgiram novos personagens na história da colonização do território Nova Berlim e, por consequência, de Santa Emília.

Entre estes estava o comerciante luso-brasileiro Manoel Py, que se juntou à empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia em 1872 por meio da aquisição da terça parte que Joaquim Francisco Dutra Júnior possuía na referida sociedade.<sup>9</sup> Manoel Py foi um próspero comerciante estabelecido em Porto Alegre que investiu no ramo têxtil (Reichel, 1993), além de ter ocupado outros diversos cargos no setor privado da capital (Strohaecker, 2005).

As terras que Manoel Py havia comprado em 1872 situavam-se na margem esquerda do arroio Alegre, no território Nova Berlim, e foram revendidas<sup>10</sup> em 1877 para a companhia colonizadora Huch & Cia<sup>11</sup>. A partir de então, além da empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia, o território Nova Berlim contaria com a atuação de uma segunda companhia colonizadora: a Huch & Cia. A existência de vendas e da atuação de outros comerciantes no território de Nova Berlim, já havia sido atestada pelo pastor Rudolfo Saenger ([1934] 1998, p. 35, grifo do autor) nas crônicas da Paróquia Evangélica de Marques de Souza:

---

<sup>9</sup> Escritura de venda que fazem o Major José Alves Valença e sua mulher a Manoel Py. Tabelionato de Porto Alegre, 1<sup>o</sup> Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 87, p. 167. *APERS*, Porto Alegre.

<sup>10</sup> Escritura de venda que fazem Manoel Py e sua mulher a Huch & Cia. Tabelionato de Porto Alegre, 2<sup>o</sup> Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 91, p. 107. *APERS*, Porto Alegre.

<sup>11</sup> Companhia colonizadora estabelecida em Porto Alegre, representa por Ricardo Huch, a qual foi a principal acionista da sociedade Carlos Schilling, Lothar de La Rue, Jacob Rech, Guilherme Koop & Cia, responsável pela colonização da Colônia privada Teutônia (Schaeffer, 2020).

A região foi colonizada, em princípios de 1880, por uma sociedade privada, a assim chamada “*Berliner Gesellschaft*”. [...] No arquivo municipal de Lajeado também não existe nada sobre o assunto, pois o município foi criado posteriormente. Esta sociedade era proprietária da área de terras que vai da atual localidade de Forqueta até Bastos, incluindo Forquetinha, Nova Berlim-Forquetinha até Sampaio. **A companhia vendeu grandes partes desta área a particulares**, que as colonizaram por conta própria.

Segundo a escritura de compra e venda, a área adquirida pela Huch & Cia limitava-se a 14 lotes coloniais, tendo a companhia colonizadora dado início a comercialização no ano de 1883 por intermédio do procurador Roberto Júlio João Paulssen. No entanto, a atuação de Huch & Cia no território Nova Berlim foi efêmera, tendo se limitado à pequena parcela das terras adquiridas junto ao arroio Alegre, as quais foram comercializadas até o final da década de 1880.

Por outro lado, a venda da parte que Manoel Py possuía na empresa Baptista, Pereira, Fialho & Cia não significaria a sua saída da sociedade ou dos negócios imobiliários envolvendo o território Nova Berlim. Considerando que a revenda realizada por Manoel Py a Huch & Cia foi onerada em quatro vezes mais do que o valor pago anos antes por Py, é sugerível que o negócio estivesse relacionado a investimentos posteriores realizados pelo referido comerciante nesse mesmo território.

O caráter enganoso das transações mercantis também foi considerado por Levi (2000) ao discorrer sobre o comércio de terras em Santena, na Itália. Para o autor, o tabelião somente registrava a sanção final de uma série de contratos silenciosos, que haviam sido influenciados por laços de parentesco, vizinhança, amizade, clientela ou caridade. Nesse sentido, Motta e Guimarães (2007, p. 115) chamaram a atenção para a relevância do cruzamento de fontes, salientando que

[...] cabe aos historiadores reconhecer a necessidade de um exercício diário de análise e cruzamento de fontes, de localização de personagens cujas trajetórias – uma vez reveladas – auxiliem na reconstrução dos conflitos agrários no século XIX, bem como permita trazer à luz concepções de justiça em sua relação com o direito à terra.

No início da década de 1880 começou a ser mencionada em fontes documentais relativas a esse território uma nova companhia colonizadora, denominada de “Schiött, Py & Cia”. Segundo Schaeffer (2020, p. 133), “[...] o ano de 1882 marcou a ascensão da sociedade Schiött, Py & Cia sobre o território Nova Berlim”. Em referências bibliográficas relacionadas a Colônia Santa Emília, Fröhlich (2005) e Flores (2015) também mencionam a companhia colonizadora Schiött, Py & Cia como responsável pela continuidade da colonização de Santa Emília.

As menções a empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia foram encontradas na documentação até o ano de 1882, momento em que é formalizada a companhia colonizadora Schiött, Py & Cia<sup>12</sup>, constituída com base na aquisição das terras coloniais remanescentes das Colônias Nova Berlim e Santa Emília. Sobre o processo de transição da colonização iniciada pela empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia para a companhia colonizadora Schiött, Py & Cia, Schaeffer (2020, p. 132) atestou o seguinte:

A empresa parece ter dado início à comercialização dos primeiros lotes nas linhas Sampaio, Sampainho, Atalho e Forqueta até 1882, sendo assumidas a partir de então pela sociedade Schiött, Py & Cia, que deu continuidade às linhas já abertas e iniciou o loteamento das demais que integravam o território Nova Berlim, a citar, Forquetinha, Alegre, Abelha, Nova Alemanha, Flor e Sommer.

É importante ressaltar que havia nessa conjuntura um comércio de terras operante no vale do rio Taquari, caracterizado pelos empreendimentos pioneiros de Conventos, Estrela e Teutônia, do qual a companhia colonizadora Schiött, Py & Cia se beneficiou, além dos investimentos já realizados no território Nova Berlim pela empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia antes de 1882. No entanto, quando a companhia colonizadora Schiött, Py & Cia adquiriu as terras remanescentes das Colônias Nova Berlim e Santa Emília, também assumiu as dívidas dos colonos que ainda não haviam pago os lotes negociados com os primitivos proprietários.

---

<sup>12</sup> A companhia colonizadora foi regida por um contrato social datado de 10/09/1882, o qual não foi localizado em sua integridade durante o percurso da pesquisa (Schaeffer, 2020).

Manoel Py, que chegou a ser sócio gerente da empresa Baptista, Fialho, Pereira & Cia, também atuou como sócio gerente da companhia colonizadora Schiött, Py & Cia. Schaeffer (2020) encontrou referência a oito partes sociais referentes à companhia colonizadora Schiött, Py & Cia, embora não tenha conseguido elucidar todas. Entre um dos principais acionistas estava o empresário alemão Hans Adolf Zacharias Schiött, estabelecido em Porto Alegre.

Também eram acionistas da companhia colonizadora Schiött, Py & Cia os alemães Friedrich Wilhelm Bartholomay e Carl Trein Filho, importantes figuras políticas da vila de Santa Cruz, com vínculo na Guarda Nacional e que possuíam experiência no âmbito imigratório. Bartholomay e Trein, que eram cunhados, adquiriram de Manoel Py, ainda em 1882, partes sociais da referida companhia.<sup>13</sup>

Bartholomay era engenheiro de formação e foi diretor da Colônia Nova Petrópolis (Schröder, [1931] 2019), tendo posteriormente se estabelecido na Colônia Santa Cruz, onde foi considerado por Noronha (2012) um dos principais empresários e investidores. Trein exerceu o cargo de diretor da Colônia Santa Cruz entre os anos de 1869 e 1872 (Cunha, 1988) e, além de ter dirigido a Colônia provincial Monte Alverne, foi designado no ano de 1882 para ser o diretor dos núcleos coloniais Nova Berlim e Santa Emília (Dilleburg, 1980).

Carl Trein Filho tornou-se referência para a companhia colonizadora Schiött, Py & Cia por tê-la representado em inúmeras negociações, da qual é mencionado como sócio-diretor. Essa afirmação justifica o fato de autores como Amstad ([1924] 1999) e Roche (1969) terem atribuído a fundação da Colônia Nova Berlim a Carl Trein Filho. Além da atuação de Trein, Schaeffer (2020, p. 185-186) também destacou a importância dos procuradores locais no comércio das terras no território Nova Berlim, a exemplo de Peter Blauth:

---

<sup>13</sup> Escritura de hipoteca que fazem Frederico Guilherme Bartholomay e sua mulher, Carlos Trein Filho e sua mulher a Manoel Py. Tabelionato de Porto Alegre, 3º Tabelionato, Contratos, Livro nº 03, p. 69, *APERS*, Porto Alegre.

As vendas de lotes coloniais efetuadas nas linhas Alegre e Abelha da Colônia Nova Berlim pela sociedade Schiött, Py & Cia, foram realizadas pelo próprio sócio diretor Carl Trein F<sup>o</sup>, em conformidade à cláusula oitava do contrato social da empresa de 10/09/1882, além deste também ter nomeado por meio de diversas procurações, Peter Blauth para lhe representar durante as transações. [...] Peter Blauth teve ativa participação no comércio de terras promovido por Schiött, Py & Cia no vale do arroio Forquetinha e seus afluentes, tendo sido o responsável por passar praticamente todas as escrituras referentes às linhas Forquetinha, Alegre, Abelha e Nova Alemanha da Colônia Nova Berlim.

Segundo análise dos Livros de Notas do 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Tabelionato de Estrela entre os anos de 1882 e 1891 e 1<sup>o</sup> Tabelionato de Lajeado entre os anos de 1891 e 1900, as principais atividades da companhia colonizadora Schiött, Py & Cia no território Nova Berlim concentraram-se nas terras existentes junto ao arroio Forquetinha e seus afluentes, com maior intensidade entre os anos de 1890 e 1893. A liquidação formal da companhia colonizadora Schiött, Py & Cia ainda carece de informações precisas, tendo suas vendas diminuído gradativamente a partir de 1896 e não sido encontrada mais referência alguma a empresa a partir do ano de 1898.

## Considerações finais

Longe de apresentar conclusões definitivas, espera-se que os apontamentos realizados ao longo do texto tenham contribuído na elucidação do processo de constituição da Colônia Nova Berlim e sua inserção no contexto da atuação de companhias colonizadoras no vale do rio Taquari. Sem ter a pretensão de esgotar a temática, entende-se que o estudo fornece elementos para futuras pesquisas.

Nesta pesquisa foram analisadas bibliografias que divergiram a respeito da Colônia Nova Berlim e, por meio do cruzamento de fontes diversas, ressaltou-se a importância de estudos pontuais que elucidem o obscuro processo de constituição da primitiva Nova Berlim.

Tendo em vista que as sociedades Schiött, Py & Cia e Huch & Cia se tratava de empresas de colonização privadas, não foram localizados documentos relativos à contabilidade delas, tampouco relações de com-

pradores ou mapas estatísticos das linhas, como é comum encontrar em Colônias geridas pela Província ou pelo Império.

## Referências

AMSTAD, Theodor. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. Trad. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, [1924] 1999.

CHRISTILLINO, Christiano. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período 1840-1889)**. 2004, 374 f. Dissertação (Mestrado em História da América latina) – UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

CHRISTILLINO, Christiano. **Litígios ao Sul do Império: A Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 2010. 353 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2010.

DILLEBURG, Jorn.Sergio R. Carlos Trein Filho. In.: MÜLLER, Telmo L. **Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 268-270.

DREHER, Martin Norberto. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigrantes boêmios**. Porto Alegre: IHGRGS, 2015.

FRÖHLICH, Cláudio Carlos. **Colônia de Santa Emília, Venâncio Aires**. Nova Petrópolis: Amstad, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Pienonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREGORY, Júlia Leite. **Terra, Fortuna e Família: A atuação de Antônio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX)**. 2019, 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2019.

MOTTA, Márcia Maria Menendes; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revisitada: Fontes e Metodologia de pesquisa. **Diálogos**. Maringá, v.11, n. 3, p. 95-117, 2007.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante no sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. 2012, 371f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REICHEL, Heloísa. A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACAMAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 255-275.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Vol. I. Ed. Porto Alegre: Globo S.A., 1969.

SAENGER, Rudolfo. **Nossa História (Do início até 1920)** – Crônica da Paróquia Evangélica de Marques de Souza. Trad. Armindo L. Müller. Lajeado, [1934] 1998.

SCHAEFFER, Jéferson Luís. **Entre colônias e redes sociais: viúvas neerlandesas e o avanço da fronteira agrária em direção aos arroios Sampaio e Forquetinha – Rio Grande do Sul (1882-1900)**. 279 f. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, 2020.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até o ano de 1859**. 2 ed. São Leopoldo: Oikos, [1931] 2019, p. 103.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). *Scripta Nova: Revista Electronica de Geografía Y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona, Vol. IX, N° 194, 2005.

TROMBINI, Janaine; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; CASTOLDI, Ana Paula. As companhias colonizadoras no processo da imigração italiana em territorialidades do Vale do Taquari/Rio Grande do Sul. *CLIO - Revista Histórica*, Recife, n. 35, p. 178-200, 2017.

# Imigrantes europeus no sul de Santa Catarina: o caso da Colônia Grão-Pará (1882)

---

Tatiane Soethe Szlachta

## Introdução

A colonização não indígena do território que conhecemos como Brasil teve início há cinco séculos, com a chegada dos portugueses. A partir de então, a povoação é ditada pelos grandes ciclos econômicos e pelas diretrizes estabelecidas pela coroa. Inicialmente, o foco foi o litoral, para a defesa do território e a exploração do pau-brasil, e o nordeste, onde se desenvolveu e prosperou a lavoura açucareira. Mais tarde, ocorreu uma interiorização para a exploração do ouro na região de Minas Gerais e para a criação de gado, que supria as necessidades do trabalho nas minas. Posteriormente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, prosperou a lavoura cafeeira.

Considerando que nenhum dos grandes ciclos econômicos se desenvolveu em Santa Catarina, com exceção da criação de gado, que se deu no século XVII, no planalto, boa parte do território que hoje compreende o Estado permaneceu longe dos interesses colonizadores até o século XIX. Até mesmo as áreas do litoral e extremo sul do território português, na época Laguna, não contavam com uma colonização efetiva e uma população numerosa.

Segundo Osório (2020), a Coroa portuguesa cuidou de proteger seus limites com a Espanha, estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, mas seu interesse, de fato, estava no nordeste açucareiro. Dessa forma, o litoral catarinense recebeu um significativo contingente populacional

apenas na primeira metade do século XVIII, com imigrantes vindos de Açores e Cabo Verde. Enquanto isso, o interior era habitado por esparsas famílias luso-brasileiras e indígenas.

Uma mudança neste cenário aconteceu no século XIX, especialmente a partir da segunda metade do século, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850) e da Lei de Terras (1850). Essas leis atuaram complementarmente, causando mudanças importantes no cenário político, econômico e social brasileiro. Isso, porque a Lei Eusébio de Queiroz, promulgada em 4 de setembro de 1850, proibiu o tráfico de africanos escravizados no império (Brasil, 1850a), iniciando o processo de substituição da mão de obra africana escravizada pela mão de obra livre e assalariada. Promulgada alguns dias depois, em 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras dispôs sobre as terras devolutas, com o objetivo de separá-las das particulares para o estabelecimento de futuras colônias (Brasil, 1850b). A partir da promulgação da referida lei, a única forma de acesso à posse de terras foi a compra.

O império brasileiro iniciava, assim, um processo de substituição da mão de obra africana por imigrantes europeus livres e assalariados, que satisfariam a necessidade de mão de obra nas fazendas de café para ocupar os chamados “vazios demográficos”, promovendo um “branqueamento da população” (Selau, 2006). Tais objetivos do governo brasileiro configuraram-se como posturas equivocadas e racistas, uma vez que as áreas consideradas “vazias” já eram ocupadas por diversos povos indígenas, que buscavam refúgio nos interiores – onde o colonizador não havia chegado – como forma de resistência a uma tentativa de integração forçada. Por outro lado, o branqueamento da população fazia parte de uma crença racista de que a prosperidade e o desenvolvimento brasileiro se dariam apenas por meio da miscigenação entre europeus, africanos e seus descendentes.

Esses foram alguns dos motivos que intensificaram a imigração europeia para o Brasil e a formação de colônias. No decorrer do século XIX, Santa Catarina foi palco da criação de dezenas de colônias públicas e privadas, que levaram a povoação não indígena para o interior do território da então província, dizimando as populações indígenas no processo.

Uma das colônias criadas nesse contexto foi a Colônia Grão-Pará (1882), sobre a qual apresentaremos um estudo de caso, realizado a partir de um estudo bibliográfico e documental, com a análise de elementos contidos em documentos da Empresa Colonizadora Grão-Pará, disponíveis para a consulta no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício, em Orleans/SC. Para isso, será abordado o estabelecimento da Colônia Grão-Pará, identificando a postura adotada por seus dirigentes em relação à imigração. Em seguida, serão discutidas as etapas da imigração, desde o recrutamento dos imigrantes ao seu estabelecimento no novo lar.

## **A Colônia Grão-Pará**

Com a mudança na legislação brasileira no que se refere à imigração, em especial após a promulgação da Lei de Terras (1850), foram intensificados os trabalhos de medições de terras para a implantação de colônias em Santa Catarina. No sul da província, onde seria posteriormente instalada a Colônia Grão-Pará, as medições tiveram início em 1867, com a expedição do engenheiro Manoel da Cunha Sampaio.

Segundo Tonetto, Ghizzo e Pirola (2015), as medições tinham o objetivo de determinar a posição de terras devolutas dos vales do Rio Tubarão e do Rio Araranguá em relação à cidade de Laguna. Naquele momento, a comissão considerou a navegabilidade do Rio Braço do Norte, afluente do Rio Tubarão, perigosa, e a quantidade de terras devolutas na área, pequena. Tais argumentos foram utilizados como justificativa para caracterizar a região como imprópria para o estabelecimento de colônias. Dois anos depois, a comissão foi dissolvida. No entanto, até aquele momento, já haviam sido discriminadas as terras devolutas do Vale do Tubarão até o Rio Mampituba, oportunizando a criação de colônias em seu território.

Novas medições voltaram a ser realizadas em 1870, visando ao cumprimento da Lei nº 1904, promulgada em 17 de outubro de 1870, que estabeleceu um patrimônio em terras para a princesa Isabel e seu esposo, o Conde d'Eu, por ocasião de seu casamento. Esse patrimônio seria composto

por 49 léguas de terras, na província de Santa Catarina, e outra porção do mesmo tamanho na província de Sergipe. A referida lei permitia, ainda, a venda de metade das terras a colonos dispostos a cultivá-las (Brasil, 1870).

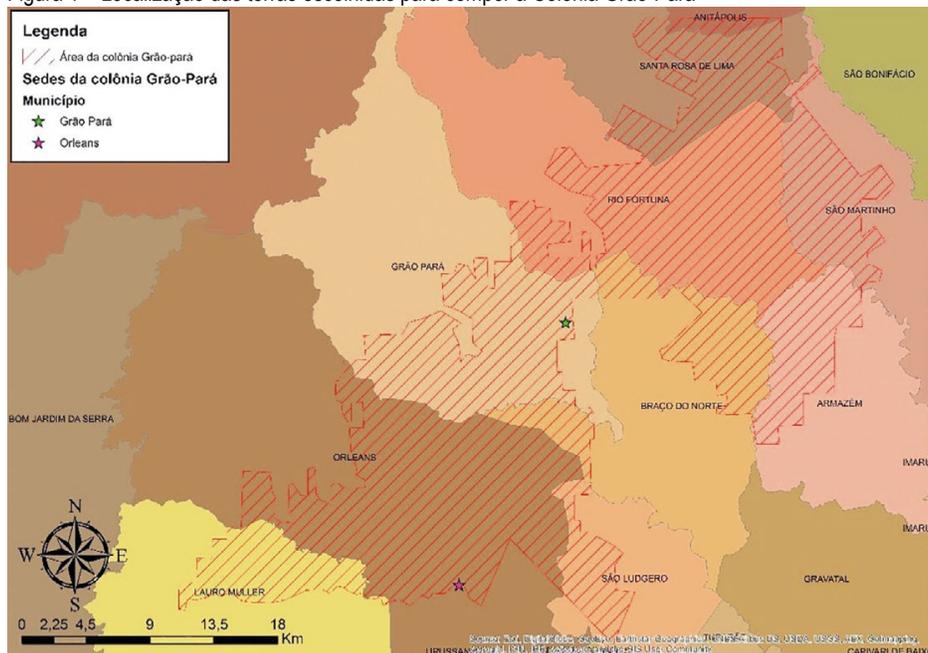
Diante disso, João Carlos Greenhalgh e Manoel da Cunha Sampaio foram contratados para medir 12 léguas quadradas nos vales dos rios Tubarão e Araranguá, respectivamente, para compor o patrimônio dotal (Tonetto; Ghizzo; Pirola, 2015). Ao final das medições, as terras do Vale do Tubarão foram escolhidas. Para Osório (2020, p. 207), a preferência pelas terras citadas pode ser atribuída ao fato de que:

[...] as elites de Tubarão lideradas pelo coronel Luís Martins Collaço, tencionaram para que a colonização tivesse início no vale do rio Tubarão como forma de impulsionar o comércio da Vila de Tubarão que se configurava como um importante entreposto para o comércio dos colonos do interior com a praça de Laguna, onde, a partir do seu porto, os produtos eram comercializados com outras províncias do país. Do mesmo modo que os futuros investimentos realizados no vale do Tubarão fariam valorizar sobremaneira as terras que, em grande medida, se concentravam nas mãos dessa mesma elite política e econômica, lembrando que, no final de 1868, já se aventava a possibilidade da exploração do carvão nas terras do Visconde de Barbacena e a construção de uma estrada de ferro que pudesse escoar a produção mineral, o que, de fato, foi concretizado quinze anos mais tarde.

O autor ressalta ainda que Luís Martins Collaço era procurador da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, tendo acompanhado de perto as medições e orientado a escolha das terras no Vale do Tubarão. Tal escolha atendeu aos seus interesses pessoais e aos de uma elite regional, além dos interesses dos futuros donos das terras. Outro ponto que influenciou a escolha foi a existência do carvão mineral, visto que na época impulsionou o desenvolvimento regional (Osório, 2020).

Uma vez aprovada a escolha das terras por Suas Altezas Imperiais – SS.AA.II, Princesa Isabel e Conde d'Eu, tiveram início, em 1881, as medições, para compor uma gleba de 12 léguas entre os rios Tubarão e Braço do Norte (Lottin, 2002). Essa parcela estava situada, conforme a figura abaixo, no que atualmente corresponde às terras dos municípios de Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Armazém, São Martinho e Braço do Norte.

Figura 1 – Localização das terras escolhidas para compor a Colônia Grão-Pará



Fonte: Szlachta (2020).

O passo seguinte foi dado em 15 de novembro de 1881, por meio de uma sociedade entre SS.AA.II e o comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, para o estabelecimento de imigrantes na colônia que estava sendo criada (Lottin, 2002). A partir da celebração do acordo, foram iniciados os preparativos para a efetivação da colonização. Enquanto o comendador recrutava os imigrantes, processo que será discutido mais à frente, o diretor da colônia, Charles Mitchel Leslie, cuidava dos preparativos em uma sede provisória em Braço do Norte (Dall’Alba, 1986). Em 1882, foi construída a sede da Empresa Colonizadora, batizada como “Grão-Pará”, em referência ao título do primogênito de SS.AA.II, D. Pedro de Alcântara Luiz Felipe Maria Gaston.

A sede construída estava localizada em um local denominado “forçada”, nas proximidades de onde ocorre o encontro de dois rios, Pequeno e Braço Esquerdo (marcado com uma estrela verde na figura acima). A escolha do local para a implantação da sede se deu sob a seguinte justificativa:

[...] convém para o estabelecimento da colônia que a Sede Central esteja próxima aos caminhos e comunicações abertos naquele lugar, que assim dão animação ao colono que procura estabelecer-se na dita colônia e mesmo não há outro lugar mais conveniente para a Sede Central, sendo no centro das terras do Patrimônio, e para dali desenvolver-se os estabelecimentos da colônia, sendo assim o lugar central de onde devem seguir as vias de comunicação para todos os pontos dos estabelecimentos de colonos e outros lugares comerciais na proximidade (Lottin, 2002, p. 42).

Anos mais tarde, em passagem pelo sul de Santa Catarina para a inauguração da *The Donna Thereza Christina Railway Company Limited*, um dos donos da Terra, o Conde d'Eu, visitou a sede da colônia. Na ocasião, decidiu por sua transferência para o núcleo colonial de Orleans do Sul (marcado na figura 1 com estrela cor de rosa). Tal decisão pode ser atribuída à construção da estrada de ferro, que passaria pelo núcleo de Orleans do Sul. Dessa forma, a transferência da sede seria realizada para um local com melhores vias de acesso para o trânsito de pessoas e mercadorias.

A transferência para a nova sede foi efetivada em 1888. No ano seguinte, pouco antes de terem os bens confiscados, em decorrência do banimento da família real no advento da República, os condes venderam suas terras do patrimônio à Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil. Após novas vendas, a colônia foi extinta em 1984, quando seus últimos bens foram transferidos ao último diretor, como forma de compensação aos direitos sociais devidos (Dall'Alba, 1986). A Colônia Grão-Pará encerrou suas atividades com pouco mais de um século de funcionamento.

## **A postura em relação à imigração**

O contrato firmado em 1881 com o comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior lançava as primeiras diretrizes para o estabelecimento de colonos, considerando a política brasileira, que priorizava imigração europeia. Acerca disso, em seu 11º artigo, o contrato determinava que “[...] os colonos a se estabelecerem poderão ser da (escolha) de J. Caetano Pinto, brasileiros ou estrangeiros, mas o número dos primeiros não poderá exceder o dos estrangeiros” (Lottin, 2002, p. 22). Seguindo esse princípio,

a Colônia Grão-Pará recebeu imigrantes europeus vindos principalmente da Alemanha, Itália e Polônia.

O recrutamento dos contingentes imigrantes se dava por editais e propagandas espalhados por toda a Europa, por meio de publicações em jornais, principalmente, como é possível observar no anúncio abaixo.

Figura 2 – Propaganda da Colônia Grão-Pará veiculada na Europa

**ATTENZIONE!**  
Nazionali e Forestieri  
**COLONIA GRÃO-PARÁ**  
MUNICIPIO DE TUBARÃO  
PROVINCIA DI SANTA CATERINA

Volevo approfittare dell'occasione di osservare  
**LOTTI COLONIALI**  
in questa colonia di grande futuro, si deve apprezzare perché, per questa colonia, fra altri vantaggi, dei seguenti:  
Lughi moltissimo salubri  
Buon clima  
TODALE AL DEL SUO EUROPA  
Buone acque  
Eccellenti legnami di legge  
Buone strade  
Riche terre!  
Servio ottimamente per piantare  
Canna di zucchero  
Cotone  
Tabacco  
Frumento  
Grain Euro  
Faveoli  
Risi  
Etc. etc. etc.

Se desiderate informazioni GRATIS fra i coloni la migliore parte o semenza di tutti gli oggetti del coltura più profitabile per il  
**MERCATO**

Si tratta di stabilire nella colonia una  
**MACCHINA CENTRALE**  
per la fabbricazione dei  
Prodotti agricoli  
facili  
Farina di frumento  
I fertili valle dei fiumi  
Braco do Norte  
Pequeno  
Capivaras  
Sanga morta  
Pinheiros  
Larangeras,  
Hypopolito  
Craterio  
Tubarão  
e altri numerosi altri ed altri.

questo sono persone munite di terreni soprattutto a questa colonia tanto favorita GARANTONO AI COSTANTINI ricorrendo ai momenti  
**INDIPENDENZA I FELICITÀ**  
Come attestano i attuali e felici coloni tedeschi che possiedono, da pochi anni, i Beni Braco do Norte

INVIATEMI CON QUESTA COLONIA  
**GRÃO-PARÁ**

Già esistono popolazioni di Tedeschi e Italiani i quali sono rinchiusati, per i loro proprii suoi parenti ed conosciuti d'Europa

— Separati da tanta qualità non ci scanda per i coloni nuovi —

Ufficio della Colonia—Solo Braco do Norte, 1° Maggio 1883.  
Il Direttore della Colonia—C. M. S. LESLIE  
Il Ingegnere—CARLOS OTTON SCHLAPPAL.

Si trova questa colonia vicino del villaggio del Tubarão Laguna e per lunghi viaggi, campo de qual è Campos de Lagos Serracima e la Ferrovia in costruzione ed è costruita per questa COLONIA GRÃO-PARÁ dove l'uomo colonizzatore, in breve, capitate nel trasporto dei prodotti di nostro coltura per il  
**DESTIERO**  
capitale della provincia, e molosse per  
**RIO DE JANEIRO**  
capitale dell'Impero.  
Non ci mancherà buoni mercati!  
Gli missioni tra obbietto nel Braco do Norte costruite per coloni tedeschi e nazionali, meai d'istruzione per tutti saranno proporzionati per iniziativa dell'impresa.

Per i passaggi per i coloni furono intrinseco coll' Sgr. Virgilio José Villela e sulla LAGUNA coll' Sgr. Alexandre Marchner Hyorip, a chi gli presentati mostrano in abito d'uomo persone mongeritate lavoratori economici, condizioni speciali per essere  
**ADMESSI**

**NON PERDANO TEMPO!**  
in tutti della zona d'Europa, GIÀ PRENUPATE, de buoni coloni lavoratori colti dall' onorevole ed insensibile capo dell'impresa, Hm. Sgr. commendatario Joaquim Galvão Reis Junir per gli quali si fa per conto dei coloni il taglio dei boschi e costruire case provvisorie ed uno tutti, che si vano fare in grande scala; quali, insieme coll' preventivo dell'impresa delli Strade coloniale interne, formano lavori, nel suo giorno dimoranti per gli coloni che si collocano  
**ORA!**  
**PENTANTO, NON PERDANO TEMPO!**  
Non si fa forenzioni ne offito dei terreni la questa colonia, Sono venduti per titoli di proprietà

per prezzi ragguarabili, scaglie  
**A CONTANTI O A TERMINI**

1. **OSSERVAZIONE.** In questa Colonia il Colono può ottenere un lotto più miratore, con case per abitare, e sufficiente terreno, —pillo della bonaglia,— per la sua prima piantagione; e può anche ottenere un lotto di terreno, lo stesso giorno. Avrà sempre vicini, giacché si case costruite sui fondi contigui suo ben stabili. **2. OSSERVAZIONE.** Parlandi agli e conosciuti possono stabilirsi nella stessa località. **3. OSSERVAZIONE.** E questo un grandissimo vantaggio, poiché immediatamente stabilire il colono nella sua famiglia nel lotto che avrà scelto nella sua patria adottata. **4. OSSERVAZIONE.** Per questo tutti questi vantaggi in qualunque altro luogo.

In Rio de Janeiro, intendersi coi Rappresentanti dell' Impresa, i Sigg. LE COCQ, OLIVEIRA & C<sup>a</sup>, Via di Visconde de Inhaúma, 12.

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans/SC.

Com o propósito de despertar o interesse das pessoas para a imigração, eram feitas diversas promessas. De acordo com Osório (2020), a localização da colônia, o clima e a qualidade das terras eram exaltados junto à promessa de uma infraestrutura adequada para o recebimento de colonos e a circulação de mercadorias. Os argumentos eram sedutores e transmitiam a imagem de que havia um grande empreendimento no sul de Santa Catarina.

Nos textos transcritos por Lottin (2002), é possível identificar outras promessas feitas aos imigrantes. A primeira era a possibilidade de naturalização, como cidadão brasileiro, oferecida a todo estrangeiro que residisse no país há mais de dois anos. O processo seria facilitado para aqueles que adquirissem terras ou estabelecessem indústria ou comércio. Além disso, oferecia-se a garantia de liberdade de culto para aqueles que seguissem outra religião, senão a católica, mesmo que ela não fosse considerada oficial no Brasil.

Em textos produzidos pelo diretor da colônia, Charles Smith Leslie, a colônia estabelecia parâmetros comparativos entre os colonos de diferentes nacionalidades. Em textos transcritos por Lottin (2002), o diretor deixa claro o objetivo de estabelecer uma economia agrícola na colônia. Para tanto, afirma que os estrangeiros se mostram mais adequados que os nacionais, demonstrando predileção pelos alemães.

[...] O alemão tem até hoje mostrado maior predileção para a lavoura da terra; enquanto os italianos e portugueses têm-se dedicado mais ao comércio e às indústrias inclusive construções [...]

Os alemães sem contestação, sobressaem, comparados com os outros estrangeiros; e a diferença torna-se enorme comparados com os nacionais.

Sem dúvidas há bons italianos, há bons portugueses e há bons nacionais; porém a porcentagem dos bons alemães é maior que a dos outros estrangeiros; e entre os nacionais encontram-se poucos que trabalham como os bons estrangeiros, mormente os vindos das zonas frias e temperadas [...] (Lottin, 2002, p. 82-83).

Tais afirmações, feitas por Leslie e transcritas por Lottin (2002), soavam um tanto etnocêntricas, pois colocavam o imigrante de determinada nacionalidade — o alemão — acima dos demais. Essa postura in-

terferiu diretamente no tratamento dado ao colono de diferentes etnias, uma vez que o estabelecimento dos alemães era privilegiado, o que se justificava por sua aptidão ao trabalho agrícola.

O idioma, por si só, dificultava a comunicação entre imigrantes vindos de nações distintas. Outros fatores culturais, como a religião, poderiam gerar conflitos. Por esse motivo, a empresa colonizadora estabeleceu pontos de concentração de colonos de uma mesma nacionalidade, fortalecendo a convivência pacífica de um grupo étnico, distanciando-o de outro. Embora não seja mais regra, hoje ainda é perceptível a concentração de descendentes de determinadas etnias em alguns pontos da antiga colônia.

É importante ressaltar que os governos dos países de origem dos imigrantes estavam a par de todo o processo de imigração e instalação na colônia, por meio de relatórios encaminhados pelo próprio comendador. De acordo com Lottin (1998), o relatório enviado em 1883 ao governo italiano causou entraves à imigração para a América, especialmente para o Brasil. O motivo era que o governo italiano considerava as garantias oferecidas aos colonos insuficientes e exigia a garantia, por parte da empresa, de um ano de nutrimento ao colono.

A preocupação do governo italiano, conforme observado acima, era garantir a sobrevivência do imigrante durante seu processo de estabelecimento na colônia. Tal preocupação é justificável, visto que, ao chegar à colônia, o imigrante deveria iniciar a produção de gêneros agrícolas para consumo próprio, não obtendo retorno imediato. Ao oferecer um ano de nutrição, a empresa estaria garantindo a sobrevivência do colono até que a lavoura começasse a produzir.

Com vistas a resolver esse impasse, o comendador convidou o cônsul italiano no Brasil para verificar *in loco* a situação da colônia. Ao mesmo tempo, procurou concentrar suas atenções na Alemanha e no Tirol, território localizado entre a Áustria e a Itália, pois havia o compromisso de se estabelecer 100 famílias na colônia durante aquele ano (Lottin, 1998).

Dessa forma, é perceptível que a imigração europeia não se desenvolveu sem entraves. Ao contrário, enfrentou diversos percalços, mesmo

depois do estabelecimento dos colonos, tendo em vista que muitos compravam seus lotes de forma parcelada e não conseguiam quitá-los, ou então não se adaptavam à região.

## Da Europa ao Brasil

A viagem da Europa para o Brasil era longa e cansativa, um grande desafio a ser vencido por aqueles que buscavam uma vida melhor. A Europa do século XIX passava por inúmeras transformações e instabilidade. Em parâmetros gerais, a população crescia, e faltavam terras para a continuidade da atividade agrícola, que estava cada vez mais voltada para suprir a matéria-prima da crescente indústria. A população sofria com a falta de terras cultiváveis, a fome e o desemprego, resultantes de uma profunda mudança econômica e social. Na Alemanha e na Itália, somavam-se a essas questões o fator político, representado pelas guerras de unificação.

Inseridas nesse cenário conturbado, muitas pessoas foram atraídas pelos editais, que prometiam uma vida nova nas colônias brasileiras. A promessa foi suficiente para muitas famílias abandonarem sua vida na Europa, levando apenas pertences pessoais; aquelas que detinham alguma propriedade, geralmente as vendiam, com a finalidade de utilizar o dinheiro na aquisição de terras no Brasil. A respeito disso, Lottin (2002) afirma que a orientação dada aos imigrantes era a de que trouxessem instrumentos para o trabalho na lavoura, pois os que eram vendidos na Europa possuíam qualidade superior àqueles vendidos no Brasil. Além disso, segundo o mesmo autor, pertences pessoais de vestuário, louças, móveis em quantidade indispensável e instrumentos de trabalho eram isentos de direitos de importação quando transportados junto aos seus respectivos donos.

O primeiro navio de imigrantes vindos diretamente para a colônia foi o Scrvia, que partiu do porto de Gênova em 22 de novembro de 1883, chegando à colônia em 9 de janeiro de 1884. O grupo de passageiros desse navio era composto por 117 pessoas vindas do Tirol Italiano, pertencen-



É importante ressaltar que as condições das estradas na época eram péssimas. Não eram raros os trechos que se restringiam a uma estreita picada no meio da mata, já utilizada pelos tropeiros em suas viagens. Aliás, os caminhos existentes na colônia, até o início da imigração, tinham origem no tropeirismo. Apenas trechos mais utilizados contavam com estrutura para a passagem de carro de boi, o que também era raro na época em questão. A circulação no dia a dia era realizada exclusivamente a pé ou com o auxílio das mulas, no caso dos tropeiros.

A partir da criação da *The Donna Thereza Christina Railway Company Limited*, os imigrantes passaram a realizar o trajeto de Laguna até Orleans — sede da Colônia — de trem. Com o funcionamento da estrada de ferro, o transporte de pessoas e mercadorias foi favorecido, incentivando a vinda de mais colonos, inclusive de outras colônias catarinenses.

## **O estabelecimento e os primeiros anos na colônia**

Após uma viagem longa e cansativa, as famílias de imigrantes buscavam se estabelecer na colônia. Os imigrantes que chegavam eram recebidos na sede da Empresa Colonizadora, que, além de vender os lotes coloniais, dispunha de galpões onde ficavam hospedadas as famílias. Enquanto isso, os homens acompanhavam os agrimensores na escolha de seus lotes e na construção de um primeiro rancho que serviria de moradia para a família (Dall’Alba, 1986).

Conforme registros do livro de lotes provisórios da Colônia Grão-Pará, obtido em consulta ao CEDOHI, os primeiros lotes foram vendidos em 25 de setembro de 1882 e comprados de forma parcelada. No primeiro ano de funcionamento da Colônia Grão-Pará, foram vendidos dezenove lotes para oito compradores, número que cresceu exponencialmente nos anos seguintes.

De acordo com alguns documentos da colônia, transcritos por Lottin (2002), cada família poderia adquirir um lote de 48,4 hectares. Não era permitida a venda de lotes vizinhos, com exceção dos casos em que

irmãos quisessem se estabelecer próximos um ao outro. Para promover a valorização dos lotes, eles eram vendidos intercaladamente, de modo que ficasse um lote vazio entre dois lotes ocupados. A crença era de que essa postura favoreceria as vendas futuramente. Na prática, não foi isso o que aconteceu. Ao verificar os registros de posse provisória dos lotes, foi possível constatar que não foram raras as vezes em que um único comprador adquiriu lotes vizinhos. Conforme os registros, com a chegada de um grupo de imigrantes de mesma origem, eram vendidos lotes próximos, mesmo quando não havia vínculo familiar entre eles.

O pagamento dos lotes, por sua vez, poderia ser efetuado à vista ou em parcelas acompanhadas por juros, e, uma vez firmado o acordo, o colono recebia um título provisório de posse, que seria substituído por um definitivo quando a dívida fosse quitada. O que, inicialmente, parecia ser uma negociação simples se mostrou difícil de cumprir, visto que ao imigrante que ainda não havia quitado sua dívida era imposta uma série de limitações. Uma delas, segundo Lottin (2002), era que a derrubada da mata nativa poderia ser realizada apenas nas partes do lote que seriam destinadas às plantações, à construção de moradias e às instalações de manufaturas para o desenvolvimento agrícola. Essa postura proibia, por exemplo, a venda da madeira nativa.

Como a exploração de madeira para o comércio não era viável para aqueles que não haviam quitado seus lotes, o que correspondia à maioria dos colonos, a alternativa mais viável era a agricultura. Entretanto, apesar do auxílio da colônia para a derrubada da mata e preparo da lavoura para a produção de gêneros de primeira necessidade, houve muita dificuldade. Em primeiro lugar, não havia suplementos agrícolas, os instrumentos de trabalho se restringiam à enxada, foice, machados e picaretas. Outro problema era a falta de mão de obra, que no início era exclusivamente familiar, tendo em vista que os vizinhos estavam a quilômetros de distância, e não havia estradas. Nessa situação, os imigrantes sentiam-se sozinhos e desamparados.

A respeito da postura adotada pela Empresa Colonizadora Grão-Pará, tendo em vista a situação em que se encontravam os primeiros colonos, Lottin (1998, p. 42) descreve que

Nos primeiros tempos a Empresa os visitava quinzenalmente para distribuir sementes, pagar um auxílio em dinheiro para a compra das principais necessidades e fazer uma avaliação do estado de saúde do pessoal. Quanto às sementes eram acompanhadas de instruções sobre o plantio e feito o seu acompanhamento até a colheita. Além das culturas temporárias como milho, feijão, batata, cana-de-açúcar, arroz e outros, incentivavam o plantio de frutas com a distribuição de videiras, laranjeiras e outras. Relatórios existentes demonstram que eram os colonos orientados e fiscalizados apontando aqueles que não se interessavam pelo trabalho.

É perceptível que as ações da Empresa Colonizadora visavam apenas ao desenvolvimento inicial de uma lavoura policultora, com a produção de gêneros de primeira necessidade. Nesse momento, o trabalho agrícola era realizado para a subsistência da família. Produzir e vender excedentes era praticamente impossível, considerando a dificuldade de escoamento da produção. Levavam-se dias, a pé, para chegar às cidades mais próximas, Tubarão e Laguna.

A situação foi invertida com o estabelecimento de relações comerciais entre os colonos e os tropeiros. Os últimos desciam a Serra Geral em direção às cidades do litoral para vender seus produtos, principalmente charque e queijo, e recebiam encomendas para serem trazidas das cidades; ao passarem pelo território da colônia, pediam pouso para os colonos. Essa relação comercial na Colônia Grão-Pará é descrita por Ascari (2015).

Na situação em que viviam, muitos colonos apresentavam dificuldade para quitar seus lotes. Pensando nisso e na melhoria da infraestrutura da colônia, a empresa oferecia o abatimento de parte da dívida àqueles que prestassem serviço na abertura de estradas. Na opinião de Lottin (1998), ações como essa, junto ao fornecimento de gêneros alimentícios, ferramentas e assistência médica, formavam uma boa assistência. A partir de 1899, os colonos já tinham condições de promover seu desenvolvimento sem a tutela da empresa. O autor prossegue afirmando que aos

novos colonos eram oferecidas as mesmas condições, até que adquirissem sua independência econômica.

Entretanto, tais ações não foram suficientes, dado que muitos colonos não se adaptaram às condições de vida na colônia e emigraram para outras cidades ou estados. Outro motivo para a emigração foi a dificuldade de quitar os lotes adquiridos, uma vez que era difícil obter um mercado consumidor para sua produção agrícola. Somada a esses motivos estava a presença dos indígenas Laklãnô/Xokleng, com os quais os colonos tiveram inúmeros conflitos.

A respeito desse último motivo, Dall’Alba (1986) traz inúmeros relatos nos quais os indígenas invadiram as propriedades dos colonos em busca de comida, roubaram ferramentas ou mataram animais, motivados pela fome e invasão de seu território tradicional. Em alguns casos, ocorreu a morte de imigrantes, como descrito por Dall’Alba (1986, p. 50).

Em 1888 os índios mataram um velho italiano desarmado, Bashiroto, no Rio Pinheiros. Alguns meses depois mataram outro velho italiano, Meneghetti, também desarmado, na Ilha Grande, o que causou que umas 40 famílias italianas emigraram da Colônia, quase todas para desgraça delas. [...]

No caso de 1893 os índios mataram uma moça polaca de 20 anos de idade, no Rio dos Cachorrinhos, também desarmada. O efeito foi idêntico ao precedente. Algumas 15 famílias saíram para o Rio Grande do Sul.

Os índios ambas as vezes foram castigados.

Nos relatos acima, vemos que o autor atribui ao ataque dos indígenas a emigração de dezenas de famílias. Ele fala também que os indígenas foram “castigados”, sem especificar quais foram as medidas tomadas em relação aos ocorridos. Apesar da falta de detalhes, e considerando o contexto da época, é possível presumir que a resposta foi violenta. Isso, porque a presença dos indígenas era considerada pelos poderosos da época um empecilho à colonização. Com o objetivo de resolver a situação, os colonos e a própria Empresa Colonizadora contratavam colonos especializados em caçar e matar os indígenas, os chamados bugreiros. Como resultado, menos de um século após a criação da Colônia Grão-Pará os indígenas foram exterminados.

Figura 4 – Bugreiros e suas vítimas



Fonte: Acervo Sílvio Coelho dos Santos.

A principal preocupação do governo e da empresa colonizadora ao apoiar a atuação dos bugreiros era evitar o êxodo de mais famílias, para que o empreendimento não fosse inviabilizado. Além disso, é importante ressaltar que os imigrantes que vinham para a Colônia Grão-Pará não eram informados sobre a existência de indígenas em suas terras, pois os dirigentes da empresa acreditavam que isso os desestimularia. Dessa forma, aos imigrantes eram feitas promessas de uma terra fértil, que dispunha de boas comunicações com os centros comerciais e possibilidades de desenvolvimento, omitindo a presença indígena, já conhecida pelos dirigentes da colônia.

Ao chegar, os imigrantes percebiam que a realidade era bem diferente do que lhes fora prometido. Por esse motivo, durante todo o processo de estabelecimento de colonos, não foram raros os casos de abandono de terras e partida para outras regiões.

Na figura abaixo, vemos uma planta da referida colônia, contendo a divisão de lotes com os nomes de seus respectivos compradores. O aglo-

merado de lotes na imagem impossibilita estipular sua quantidade, mas permite a conclusão de que o desenvolvimento da colônia, apesar dos percalços, atingiu o resultado esperado, com a venda da maior parte das terras.

Figura 5 — Planta da Colônia Grão-Pará



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans/SC.

É importante ressaltar que a área da figura acima que apresenta poucos lotes corresponde à parte mais próxima da Serra Geral. Essa região estava mais distante dos centros urbanos; seu relevo se apresentava cada vez mais acidentado conforme avançava em direção à Serra Geral; o clima era mais frio e exposto a ventos; o solo apresentava qualidade inferior quando comparado ao restante da colônia; além de ser onde os indígenas Laklãnõ/Xokleng, que fugiam da colonização, buscavam refúgio. Esses e outros fatores fizeram com que essa fosse a última parcela da colônia a ser ocupada por colonos.

## Considerações finais

A Colônia Grão-Pará foi um dentre tantos empreendimentos que fizeram parte de uma política brasileira de colonização do país durante o século XIX. Como visto, um dos principais objetivos era povoar as áreas consideradas vazias, o que correspondia à grande parte das terras do sul do Brasil. Dessa forma, desprezando a existência de povos indígenas, como os Laklãnõ/Xokleng, o governo e as empresas colonizadoras investiram na imigração europeia como alternativa para a colonização.

Desde o planejamento até seu funcionamento, a Colônia Grão-Pará foi pensada de acordo com os interesses de certos grupos sociais, a começar pela escolha das terras que iriam compor o patrimônio dotal da Princesa Isabel, que favoreceu a elite tubaronense e o desenvolvimento daquela cidade. Ademais, para que o empreendimento não fosse inviabilizado, a existência dos indígenas Laklãnõ/Xokleng na encosta da Serra Geral foi omitida. Os imigrantes ficaram cientes da presença indígena apenas quando já haviam se estabelecido na colônia.

Não bastasse essa omissão, ao chegarem à colônia, os imigrantes percebiam que a maior parte das promessas que lhes haviam sido feitas ainda na Europa eram ilusórias. Não havia um comércio desenvolvido para a venda do que produzissem, nem vias para o escoamento de sua produção. Ao contrário, havia mata fechada, perigos e ausência de qualquer infraestrutura. Mesmo com o auxílio prestado pela empresa colonizadora nos primeiros anos, a dificuldade era expressiva.

Com o sentimento de que haviam sido enganados e sem uma perspectiva de quitar os lotes que haviam adquirido de forma parcelada, não foram raros os casos em que as famílias abandonaram a Colônia Grão-Pará, seguindo para outras regiões de Santa Catarina ou até mesmo outros estados. Somadas a essas condições havia o conflito com os indígenas, que causou mortes de ambos os lados, assim como a emigração de muitas famílias.

O discurso da Empresa Colonizadora era contraditório. Eram prometidos suporte e infraestrutura aos colonos, mas esses recursos não eram oferecidos. Nem mesmo as diretrizes para a colonização e o assentamento dos imigrantes foram seguidas à risca, o que, na prática, fez com que a colonização ocorresse de forma bem diferente do que fora planejado. Ainda assim, é possível afirmar que a colonização atingiu seu objetivo, pois a maior parte dos lotes foi vendida e, em um processo complexo, a região se desenvolveu.

Diante do exposto, não apresentamos esta pesquisa como algo pronto e acabado, e sim como um processo em desenvolvimento. Para aprofundar as ideias apresentadas no decorrer do texto, são necessárias mais análises, especialmente nos documentos da empresa colonizadora, que muito tem a revelar sobre o processo de colonização do sul de Santa Catarina.

## Referências

ASCARI, Moisés. **E Moisés disse**: Histórias da família, da política, do município e os causos reunidos nos 74 anos do ex-prefeito de Grão-Pará. Grão-Pará: O Centenário, 2015.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. [S. l.], [1850]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. [S. l.], [1850]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.904, de 17 de outubro de 1870**. Estabelece para Sua Alteza Imperial a Senhora D. Izabel Christina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras nas Provincias de Santa Catharina e Sergipe. [S. l.], [1850]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1904-17-outubro-1870-552796-publicacaooriginal-70287-pl.html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DALL'ALBA, João. Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Florianópolis: Edição do Autor, 1986.

LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000: História e desenvolvimento**. Elbert: Florianópolis, 1998.

LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial Grão-Pará: 120 anos**. Grão-Pará: Prefeitura Municipal, 2002.

OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Apropriação Territorial e o Papel das Elites Locais no Processo de Modernização na Região Sul Catarinense no Século XIX**. 2020. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9446>. Acesso em: 7 abr. 2022.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88727>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SZLACHTA, Tatiane Soethe. **O papel dos diversos segmentos sociais no genocídio dos povos indígenas Laklânô/Xokleng na Colônia Grão-Pará, entre os séculos XIX e XX**. 2020. 257 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16234>. Acesso em: 2 jul. 2021.

TONETTO, Eusébio Pasini; GHIZZO, Idemar; PIROLA, Lenir. **Colônia Azambuja: A imigração italiana no sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2015.

# A atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & Cia, na região do Planalto Rio-Grandense, 1898-1904<sup>1</sup>

---

João Sand

## Considerações iniciais

**A**o final do século XIX houve o processo descrito por Jean Roche (2022) como *enxamagem*, respectivamente a sua terceira fase: o salto para o Planalto. Este processo se deu por fatores que favoreceram o empreendimento colonizatório na região, destacam-se: a fundação da Colônia Ijuí, em 1890, uma colônia mista de investimento público e a construção do trecho da ferrovia São Paulo – Rio Grande, entre Santa Maria e Cruz Alta, em 1894, integrando a região antes isolada, ao Rio Grande do Sul, e consequentemente do Brasil.

O Planalto recebeu olhares de sujeitos que, sozinhos ou em sociedade, viam a oportunidade de lucrar através da fundação de Colônias<sup>2</sup>, que se valorizou cada vez mais. Estes investimentos de colonização particulares poderiam ser de capital nacional, como é o caso deste estudo, a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, onde três sujeitos constituíram

<sup>1</sup> Este capítulo é resultado da pesquisa desenvolvida no trabalho de conclusão de curso, intitulado “*Uma Colônia com um futuro extraordinário*”: a atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, na região do planalto rio-grandense (1898-1904) defendido na Universidade de Passo Fundo, em 2021.

<sup>2</sup> O termo “Colônia” quando escrito em maiúsculo se refere ao empreendimento agrícola onde os (i)migrantes adquiriram terras e foram assentados, já “colônia” com a escrita em minúsculo, se refere ao lote adquirido pelo colono, a sua propriedade onde criou raízes. Sendo que em uma Colônia havia muitas colônias.

uma firma social; ou poderiam ser de capital de origem internacional, a exemplo da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer<sup>3</sup>, que adquiriu terras de particulares e frações do Governo do Estado, a fim de fundar nas terras situadas em Cruz Alta, a Colônia Neu-Württemberg, em 1898.

Fundada em 1898, com registro legal em Porto Alegre, mas de capital estrangeiro com sede formal em Leipzig, Alemanha, a Colonizadora Meyer, de propriedade do intelectual Dr. Herrmann Meyer, sócio proprietário do Instituto Bibliográfico de Leipzig, passou por várias reestruturações jurídicas, e atuou no comércio de terras e colonização de 1897 a 1932, quando encerrou oficialmente as suas atividades (Neumann, 2014, p. 84).

Este estudo tem como objetivo analisar a formação e a atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, na região do Planalto Rio-grandense, de 1898, início da formação do núcleo colonial, até 1904, quando a Colonizadora entrou em liquidação. Esta empresa adquiriu, via compra, parcelas de terras de proprietários de Cruz Alta, Passo Fundo e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nas quais fundaram a Colônia General Osório, em 1898 - atual município de Ibirubá -, situado à margem esquerda do rio Jacuí, no município de Cruz Alta.

Partindo de uma questão geral – os processos migratórios - dentro do recorte de colonização de terra, busca-se compreender as particularidades da formação e povoamento da Colônia General Osório. Tendo em vista que cada Colônia particular constitui um microuniverso próprio, em uma escala maior todas seguem um conjunto normativo comum, mas internamente, sua gerência, estrutura e formação variam. Cada empreendimento varia e se diferencia dos demais, neste sentido podem ser realizados por uma sociedade, empresa ou um único indivíduo; de capital nacional ou estrangeiro; limitada a compra a um grupo étnico ou confessional específico; com um projeto de colonização definido ou apenas a compra e venda de terras, ambas visando o lucro; poucos lotes grandes ou muitos lotes pequenos; dentre outros (Neumann, 2016).

---

<sup>3</sup> Sobre a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, ver os estudos de Rosane M. Neumann, principalmente sua obra *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnica particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)* (2016).

Este trabalho em termos teórico-metodológicos dialoga com a micro-história italiana, no que se refere ao jogo de escalas e ao método do indiciário, pautando-se em autores como Carlos Ginzburg (1987, 1989) e Giovanni Levi (1992, 2000, 2009), atrelada ao estudo das redes sociais dos sujeitos, neste caso os proprietários de terras das regiões de Cruz Alta e Passo Fundo. A respeito das fontes, para analisar a formação da Colonizadora e a trajetória das terras formaram a Colônia General Osório serão utilizados: os inventários *post-mortem* e testamento dos sócios da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA e contratos de terras da empresa.

A Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA foi formada por membros da elite política e econômica cruz-altense, proprietária de uma área de 12.421 hectares de terras (124.211.728m<sup>2</sup>), cujo projeto de colonização era a venda de terras a compradores em potencial, independentemente de sua origem étnica ou confissão religiosa. Mapear a atuação e os propósitos de colonização desses empreendedores e seu empreendimento de colonização particular contribui para ampliar e fomentar as discussões sobre imigração e colonização da região do Planalto Rio-grandense.

## **A fundação da empresa e a formação da Colônia**

A Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, em meio ao cenário de colonização das terras de Cruz Alta, foi fundada em primeiro de outubro de 1898, tendo como sócios: o Coronel Serafim Fagundes da Fonseca, Diniz Dias Filho e José Annes. A empresa tinha como objetivo a compra e venda de terras para colonização, bem como o comércio de madeiras e de produtos industriais e manufaturados. Seu capital inicial era de Rs. 100:000\$000.<sup>4</sup> Não apenas pretendia realizar a venda em lotes para colonos (i)migrantes, mas também a venda de produtos de constru-

---

<sup>4</sup> Contrato de Sociedade da Colonizadora Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, em 01/10/1898. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

ção civil e produtos que garantissem o pleno desenvolvimento da colônia, tendo outra fonte de lucro além da venda das colônias.

O sócio Diniz Dias Filho era advogado e ex-deputado estadual pelo Partido Liberal, o qual designou-se à gerência da empresa, seu irmão José Annes Dias, morador e comerciante de Cruz Alta, era responsável pela conta bancária da Colonizadora. Já o Coronel Serafim Fagundes da Fonseca não ocupava, até onde conseguiu-se analisar, nenhuma posição na empresa, porém a Colonizadora carrega seu nome, levando a crer que ele contribuiria com seu nome, sua posição social e poder local e junto ao PRR de Cruz Alta, para facilitar na compra de terras (privadas ou públicas), agilizando os processos. Ele era proprietário de terras no Distrito do Vallos, e por ser o chefe republicano deste distrito, onde a Colônia General Osório foi fundada, pressupõe-se que Serafim Fagundes possuía influência na área e conhecia os demais proprietários e as condições que as propriedades estavam, isto é, se haviam construções, áreas de matas, pastos, plantações ou criação de animais.

O contrato de sociedade ainda possuía uma cláusula sobre a liquidação da empresa, levada a cabo os sócios concordassem em dissolvê-la, ou caso um dos sócios viesse a falecer, como de fato aconteceu em 1904, com a morte de Serafim Fagundes da Fonseca. Com isso cabia ao gerente realizar o balanço ativo e passivo, quitar todas as dívidas e dividir o capital da Colonizadora entre todos os demais sócios e herdeiros do sócio falecido.

A Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA era a típica companhia de colonização criticada por Herrmann Meyer, já que era concorrente direta dele, tendo por único empenho vender terras e lucrar com isso, vendendo lotes o mais rápido possível, possuindo um moinho ou casa comercial (Neumann, 2016).

O referido colonizador [Herrmann Meyer] criticou as demais companhias de colonização particular atuantes no Rio Grande do Sul, suas concorrentes, empenhadas apenas na especulação de terras, procedendo à venda dos lotes coloniais, mas não uma infraestrutura mínima, como uma escola, a qual os próprios colonos precisavam providenciar. Além disso, para essas empresas era indiferente a nacionalidade dos colonos, desde que pagassem pelos seus lotes (Neumann, 2015, p. 32).

Não havia em sua infraestrutura casas comerciais, fundadas somente a partir de 1903, ou escolas, que seriam construídas pelos próprios colonos da Colônia General Osório entre 1906 e 1907 (Revista Ibirubá, 1990). Fica claro que, por mais que a Colonizadora vendesse aos colonos produtos para a terra e para construção civil, além de industriais e manufaturados, o objetivo principal era a lucrar com a venda dos lotes da Colônia.

Para formar a Colônia, a Colonizadora adquiriu terras em dois momentos: ao longo dos anos de 1898 e 1899, adquiriu terras de particulares de Passo Fundo, Jaguarão e Cruz Alta, localizadas a margem esquerda do Rio Jacuí; em 1904 foi realizada a compra de terras públicas do governo do Estado. Para assegurar a posse incontestável da grande propriedade, a Colonizadora realizou junto ao cartório de Cruz Alta o Registro Torrens<sup>5</sup>. O Registro Torrens é uma modalidade de sistema registral de propriedade imóvel rural, criado em 1858 na Austrália, e passou a ser conhecido pelo nome de seu idealizador, o irlandês Robert Richard Torrens. No Brasil, foi adotado no início do período republicano, com a edição do Decreto 451-B, de 31 de maio de 1890. O Registro Torrens torna a propriedade da terra incontestável, sob a garantia do Estado.

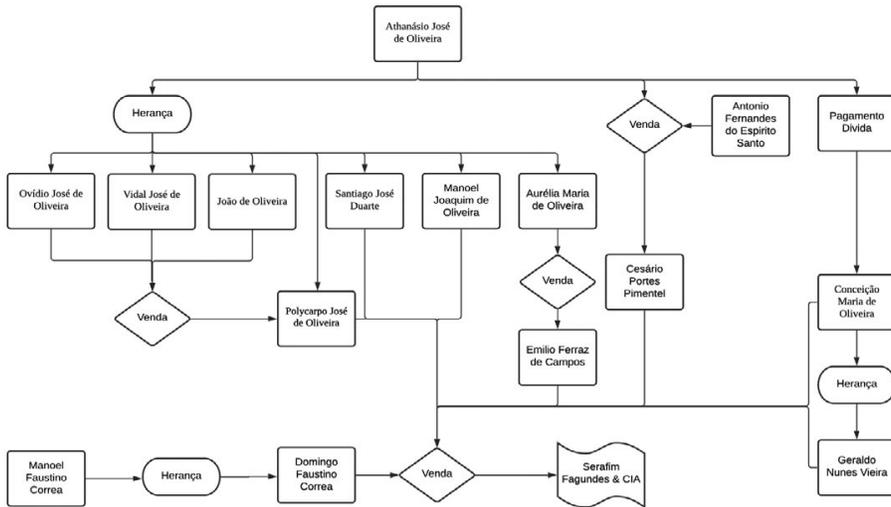
Em casos de disputas entre proprietários pela posse de terras, o Registro Torrens era incontestável, mas precisava respeitar a Lei de Terras de 1850. Tanto a Lei de Terras quanto o Registro Torrens não informam, na maioria das vezes, no título de legitimação e escritura de compra e venda a extensão da área da propriedade. Essa prática pode ser creditada à ignorância ou interesse dos declarantes, com vistas a expandir seus domínios ou livrar-se de possíveis contestações futuras, o que em muitos casos gerava processos de duplo registro da mesma área (Ortiz, 2009). Desta forma, possuindo capital para realizar o processo, a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA pretendia evitar possíveis contestações a respeito da propriedade que compôs a Colônia General Osório.

---

<sup>5</sup> Sobre o Registro Torrens, ver Costa (2021).

As terras adquiridas pela Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA limitavam-se à margem esquerda do Rio Jacuí, a Colonizadora fez então um “mapeamento” dos proprietários das áreas desejadas, conforme a análise dos contratos de compra percebe-se uma semelhança entre os vendedores.

Figura 1 – Trajetória das terras de particulares adquiridas pela Empresa Colonizadora Serafim Fagundes e CIA



Fonte: Dados compilados pelo autor, a partir das escrituras de compra e venda de terras anexadas ao Registro Torrens da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA.<sup>6</sup>

Como é possível observar, as terras de particulares adquiridas pertenciam a dois proprietários, a saber: Athanásio José de Oliveira e Manoel Faustino Correa. Contudo, não foram compradas diretamente deles, mas sim de seus herdeiros, como Ovídio José de Oliveira, Vidal José de Oliveira, João de Oliveira, Polycarpo José de Oliveira, Santiago José Duarte e Manoel Joaquim de Oliveira; ou sujeitos que haviam adquirido frações da área e as revendem à Colonizadora, como é o caso de Emílio Ferraz de Campos

<sup>6</sup> Pública Forma de traslado de escritura de compra e venda. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

que anteriormente havia adquirido as terras de Aurélia Maria de Oliveira, e Cesário Portes Pimentel, que havia adquirido terras de Athanásio e de Antônio Fernandes do Espírito Santo; ou ainda sujeitos que receberam as terras como pagamento de dívida e mais tarde venderam, como é o caso de Conceição Maria de Oliveira, com cujo marido, Athanásio possuía uma dívida, e com a morte do sujeito, a dívida foi paga em terras que foi dividida entre Conceição Maria de Oliveira e seu filho Geraldo Nunes Vieira. Essa rede de parentesco entre proprietários fica evidente no caso das terras adquiridas de particulares para compor a Colônia General Osório.

Ao confrontar diferentes documentos, como escritura, inventário, memorial de medição, esses laços tornavam-se mais visíveis e acabavam remontando as primeiras famílias ali estabelecidas e a circulação da propriedade de terras nas mesmas (Neumann, 2016, p. 320).

Várias hipóteses podem ser levantadas a respeito dos motivos que levaram os proprietários a venderem suas terras para a Colonizadora: a primeira é que os proprietários receberam nas terras de herança, aqui referindo aos herdeiros de Athanásio José de Oliveira e Manoel Faustino Correa. Tendo em vista que não moravam na propriedade, mas sim em Passo Fundo e Jaguarão, a venda para a Colonizadora foi uma oportunidade de ganhar dinheiro com uma propriedade que não dava retorno financeiro a seus donos. Dentro dessa mesma lógica podemos pensar que esses sujeitos viram essa oportunidade de venda para poder investir em outro lugar, adquirir terras mais próximas de onde moram ou de investir em uma empresa; outra hipótese é que a Colonizadora pressiona após a primeira compra, os proprietários ao redor para ampliar o espaço da Colônia General Osório, podendo ser uma pressão política, tendo em vista que os sócios da Colonizadora estavam ligados a uma elite política de Cruz Alta, como é o caso de Serafim Fagundes da Fonseca, líder do PRR no Distrito dos Vallos. A respeito dessas propriedades que outrora pertenceram a Athanásio José de Oliveira e Manoel Faustino Correa, e que foram vendidas para a Empresa Colonizadora Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, tem-se os seguintes dados:

Tabela 1 – Compra das terras e registro da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes &amp; CIA

Vendedor (Particular)	Data escritura	Data registro	Valor Pago (Rs.)
Manoel Joaquim de Oliveira	25/08/1898	17/02/1899	250\$000
Emilio Ferraz de Campos	25/10/1898	17/02/1899	250\$000
Polycarpo José de Oliveira	25/10/1898	17/02/1899	1:000:000
Geraldo Nunes Vieira	24/12/1898	17/02/1899	350\$000
Santiago José Duarte	26/01/1899	20/02/1899	250\$000
Dona Conceição Maria de Oliveira	06/02/1899	20/02/1899	150\$000
Domingo Faustino Correa	11/02/1899	11/02/1899	8:000\$000
Cesário Portes Pimentel	09/05/1899	24/05/1899	30:000\$000

Fonte: Dados compilados pelo autor, a partir das escrituras de compra e venda de terras anexadas ao Registro Torrens da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA.<sup>7</sup>

Nota-se na Tabela 1 que as terras pertencentes à Athanásio José de Oliveira foram adquiridas por valores igual ou inferiores a Rs. 1:000\$000, novamente há uma exceção no caso de Cesário Portes Pimentel, do qual a propriedade fora adquirida por Rs. 30:000\$000, sendo a compra mais cara de particulares, realizada pela Colonizadora. Já as terras que pertenciam a Manoel Faustino Correa foram vendidas por Rs. 8:000\$000. Cabe salientar que as terras de Manoel Faustino Correa, uma área de 10680000m<sup>2</sup>, foram divididas entre Domingos Faustino Correa e Manoel de Deus Dias. No dia 10/02/1899, Domingos adquiriu a metade dessa área de Manoel pelo valor de Rs. 6:000\$000, e no dia seguinte, 11/02/1899, ambas as partes que formavam a área foram vendidas à Colonizadora pelo valor de Rs. 8:000\$000.

Além disso, nota-se que as negociações com os particulares já ocorriam antes da fundação da Colonizadora, como é o caso da compra de Manoel Joaquim de Oliveira. Podemos supor então que, mesmo antes da fundação, os sócios da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA já realizaram um “mapeamento” dos proprietários de terras da região onde viria a ser fundada a Colônia General Osório. Durante os anos de 1898 e 1899, a Colonizadora foi adquirindo as propriedades, contudo, o

<sup>7</sup> Pública Forma de traslado de escritura de compra e venda. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

registro só seria feito em sua maioria durante o mês de fevereiro de 1899, com exceção das terras de Cesário Portes Pimentel, última adquirida. E pode-se pressupor que a Colonizadora deixou acumular de duas a quatro escrituras por vez, para o registro junto ao cartório de Cruz Alta.

O que diferencia essas propriedades que elevam seus valores? De maneira geral, o tamanho da propriedade, e a qualidade dela. Entretanto, os documentos não informam a área exata das propriedades adquiridas, com exceção da área de Domingo Faustino Correa, que possuía “uma parte de matos e terras de cultura” de 1.068 hectares, sendo o valor pago Rs. 7\$49 por hectare. As demais propriedades são citadas como “partes de matos”, podendo variar em “parte de matos e terras de cultura”, “parte de matos e capoeiras” e “parte de matos e terras de lavrar”. Dessa forma, tem-se Polycarpo José de Oliveira (quatro partes de matos), Geraldo Nunes Vieira (uma parte de matos e terras de cultura), Emilio Ferraz de Campos e Manoel Joaquim de Oliveira (uma parte de matos e capoeiras), Dona Conceição Maria de Oliveira (uma parte de matos e terras de lavradas) e Santiago José Duarte (uma parte de matos), percebe-se que as terras com maior porcentagem de matos, ou constituídas apenas por matos tinham um valor de em média Rs. 250\$000.

O caso de Cesário Portes Pimentel se diferencia dos demais, já que fora adquirido um sítio denominado São Carlos, o qual possuía em sua propriedade: casas de madeira, galpões, engenho de serrar madeira, moinho com todos os seus acessórios, cercados para lavouras, poteiros e mais benfeitorias, matos, pastagens, capoeiras.<sup>8</sup> Essas informações reforçam a hipótese de que as terras adquiridas dos herdeiros de Athanásio José de Oliveira e Manoel Faustino Correa não tinham retorno financeiro, e que os proprietários não residiam no local.

---

<sup>8</sup> Escritura pública de venda de um sítio – Primeiro Cartório do Notariado da cidade de Cruz Alta, livro nº 41, folhas 77 a 89. 02/05/1899. Escritura de compra e venda; título de legitimação. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

Mesmo que as escrituras e registros não explicitem o tamanho das terras, pressupõe-se que elas teriam a extensão por volta de 100 hectares. Sabe-se que o tamanho da Colônia General Osório no final do processo de Registro Torrens era de 142.354.728 m<sup>2</sup>, ou seja, aproximadamente 14.235 hectares. Tendo em vista que as terras adquiridas do Estado do Rio Grande do Sul tinham a extensão de 124.211.728 m<sup>2</sup>, aproximados 12.421 hectares<sup>9</sup>, e que as terras adquiridas de Domingo Faustino Correa possuíam 10.680.000 m<sup>2</sup>, ou seja, 1.068 hectares, restando 8.463.000 m<sup>2</sup>, 846 hectares, os quais são as terras registradas sem citar a extensão. Estes 846 hectares divididos pelos nove registros que não possuem informações do tamanho da propriedade, representam aproximadamente 94 hectares por escritura.<sup>10</sup> Tendo em vista a variação do preço pago por elas é provável que as propriedades também tivessem variados tamanhos, o Sítio São Carlos adquirido de Cesário Portes Pimentel teve seu valor elevado por conta, como já dito, de já possuir construções na propriedade, criando a hipótese de que talvez neste local onde foram fixados os primeiros colonos até que construíssem suas moradias em suas colônias, sendo esta então a sede da Colônia General Osório.

O empreendimento inicial da compra das terras de particulares gerou um custo de 46.250\$000, 46% do caixa ativo da Colonizadora de Rs. 100:000\$000. Estes gastos seriam cobertos conforme as colônias fossem sendo vendidas. Juntando com o valor de compra das terras do Estado do Rio Grande do Sul, a Colonizadora teve um gasto total de Rs. 102:806\$364. Um fato interessante é que após a demarcação das terras, realizado pelo agrimensor Antonio Pimentel e os auxiliares, engenheiros Sebastião Avelino Fernandes Chagas e João Leivas de Car-

---

<sup>9</sup> Escritura de venda de terras de cultura que faz o Governo do Estado a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cartório do Notariado de Porto Alegre, livro nº114, folhas 37 a 38. 19/03/1904. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

<sup>10</sup> Pública Forma de traslado de escritura de compra e venda. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

valho, o valor total da propriedade de 143.354.728 m<sup>2</sup> da Colonizadora era Rs.200:000\$000, (dobrando o valor inicial investido pelos sócios da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA<sup>11</sup>.

Tabela 2 – Balanço ativo e passivo da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes &amp; CIA

ATIVO:		TOTAL
Em dívidas ativas	Rs.106:612\$350	
Em Semoventes	Rs.1:200\$000	
Em imóveis	Rs.52:500\$000	Rs.160:312\$350
PASSIVO:		
A credores	Rs.38:952\$680	
A Capital	Rs.39:817\$965	
Lucros sujeitos a liquidação	Rs.81:541\$705	Rs.160:312\$350
CARTA DE CAPITAL		TOTAL
Ao sócio Diniz Dias		
Capital realizado	Rs.17:778\$775	
Sua quota de lucros a liquidar	Rs.27:180\$568	Rs.44:959\$343
Ao sócio José Annes Dias		
Capital realizado	Rs.13:369\$190	
Sua quota de lucros a liquidar	Rs.27:180\$568	Rs.40:549\$758
Ao sócio Serafim Fagundes da Fonseca		
Capital realizado	Rs.8:670\$000	
Sua quota de lucros a liquidar	Rs.27:180\$568	Rs.35:850\$568

Fonte: Tabela de balanço ativo e passivo da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, em liquidação, anexada ao Inventário post-mortem do sócio Serafim Fagundes da Fonseca, Cruz Alta, 31 de outubro de 1904.<sup>12</sup>

Conforme observa-se na Tabela 2, com dados informados no inventário post-mortem do sócio Serafim Fagundes da Fonseca, ao entrar em liquidação em 1904, a Colonizadora teria em capital ativo, um total de Rs. 106:612\$350 referentes à venda de lotes para 64 colonos, sendo que cada lote era vendido a Rs. 500\$000. Ainda possuía Rs. 1:200\$000 em semoventes (bois mansos e bestas mansas) e um “engenho de serra movido

<sup>11</sup> Relatório de agrimensura. Antonio Pimentel, agrimensor, Cruz Alta, 30/7/1899. Certidão fornecida em Cruz Alta, em 11/02/1905. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

<sup>12</sup> Balanço Ativo e Passivo da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. 31/10/1904. Inventário post-mortem de Serafim Fagundes da Fonseca. Inventariante: Serafim Fagundes da Fonseca; Inventariados: Maria Annes da Fonseca, Diniz Dias. Entrada do processo: 16/11/1904. Cruz Alta. Cartório da Provedoria de Cruz Alta. N 46, M 3, E 64. APERS.

para cereais, acessórios, casa e galpões, estes e aquelas em mau estado” com valor avaliado em Rs. 5:000\$000 e ainda tendo outros 95 lotes que não haviam sido vendidos, totalizando Rs. 52:500\$000.

Já no passivo, a Colonizadora tinha de pagar Rs. 38:952\$680 referentes ao pagamento da compra de terras do Estado do Rio Grande do Sul e, de Cesário Portes Pimentel, sendo Rs. 31:052\$680 ao primeiro e, Rs. 7:900\$000 ao segundo. O Capital refere-se ao investimento dos sócios, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Capital investido pelos sócios da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA a serem pagos

Capital		TOTAL
Pelo capital do sócio Diniz Dias	Rs.17:778\$775	
Idem do sócio José Annes Dias	Rs.13:369\$190	Rs.39:817\$965
Idem do sócio Serafim Fagundes da Fonseca	Rs.8:670\$000	

Fonte: Tabela de balanço ativo e passivo da *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA*, em liquidação, anexada ao Inventário post-mortem do sócio Serafim Fagundes da Fonseca, Cruz Alta, 31 de outubro de 1904.<sup>13</sup>

Por fim a sobra dos valores após quitação das dívidas deveria ser dividida entre os três sócios da Colonizadora, os lucros a serem repartidos entre os sócios seria Rs.27:180\$568 a cada um. Não se possui dados do momento em que estes investimentos dos sócios foram feitos, crê-se que durante os anos a empresa recebeu o capital dos sócios, para pagamentos de dívidas ou aquisição de novas propriedades ou na manutenção da Colônia.

Com a Colônia General Osório já fundada e já recebendo algumas famílias de migrantes vindos de Santa Cruz, Estrela, Cachoeira, Rio Pardo etc., a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA negociou, em 1904, com o governo do estado para adquirir 12.421 hectares, de terras públicas próximas à Colônia. Sobre a venda de terras públicas, era previsto pelo Decreto nº 313, de 4 de julho de 1900,

<sup>13</sup> Balanço Ativo e Passivo da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. 31/10/1904. Inventário post-mortem de Serafim Fagundes da Fonseca. Inventariante: Serafim Fagundes da Fonseca; Inventariados: Maria Annes da Fonseca, Diniz Dias. Entrada do processo: 16/11/1904. Cruz Alta. Cartório da Provedoria de Cruz Alta. N 46, M 3, E 64. APERS.

Art. 40 – Os adquirentes de terras do Estado, situadas fora das zonas colonizadas e não contíguas a estas, ficarão obrigados a inscrever-las sob o regime do Registro Torrens dentro do prazo que lhes for marcado no ato da alienação, sob pena de nulidade desta, sendo o preço neste caso restituído pela Fazenda do Estado, com dedução de 25%. Feita a inscrição, os compradores deverão exhibir o título do registro afim de fazer-se na Secretaria de Obras Públicas a conveniente anotação (Decreto nº 313, de 4 de julho de 1900).

O decreto nº 313 de 04 de julho de 1900 dispõe sobre o serviço de terras públicas, legitimação de posses, medição, conservação e alienação das terras devolutas. Em resumo, os artigos 21, 22 e 23, estão dentro do segundo capítulo do decreto *Do domínio público e particular e da legitimação da posse*, e referem-se à medição e demarcação das terras.

Pelas datas, pressupõe-se que o processo se refira a demarcação dos lotes que seriam vendidos aos colonos, uma vez que as terras de particulares já haviam sido adquiridas. Em 1904, a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA adquiriu cerca de 12.421 hectares de terras públicas, a quantia de terras adquiridas na totalidade seriam 14.734 hectares, com a medição das terras foram excluídos do total de 23.143.000m<sup>2</sup> de terra, cerca de 23.143 hectares. Destes, 19.143 hectares eram terras particulares já adquiridas pela Colonizadora, e 4.000 hectares referentes a posses que ainda não haviam sido legitimadas.

Saibam quando virem esta publica Escritura de compra e venda, que no ano de mil novecentos e quatro da era cristã, dos dezenove dias do mês de Março, nesta Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, em meu Cartório perante mim Notário e as duas testemunhas no fim nomeadas e assinadas, compareceram, de uma parte, como Outorgante vendedora, a Fazenda do Estado, representado por seu Procurador Fiscal e Direito do Contencioso Doutor Antonio Marinho Loureiro Chaves, e, de outra parte, como Outorgante Comprador, Serafim Fagundes e Companhia, representados por seu sócio Diniz Dias, os próprios, conhecidos de mim e das testemunhas referidas. E, pelo representante da Outorgante Vendedora me foi dito perante as referidas testemunhas, que, em virtude de despacho de dezoito de março coerente do Doutor Secretário de Estado interino dos Negócios da Fazenda, exarada no officio numerado quinhentos setenta e dois (572) da mesma data do Doutor Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas; vendia, como efetivamente vendido tem por esta Escritura e na melhor forma de Direito, nos termos do mesmo officio, aos Outorgados Compradores, pelo preço de meio real por metro quadrado, em moeda corrente, e sob as duas condições seguintes, uma área de 124:211:728m<sup>2</sup> de terras situadas na serra do Jacuhy, a mar-

gem esquerda do rio do mesmo nome, no terceiro distrito do município de Cruz Alta, no lugar denominado Colônia General Osório, limitando-se, ao Norte com terras particulares, a Leste com terras particulares e o arroio “grande”, a Oeste com o rio Jacuhy e terras particulares e ao Sul com terras particulares, excluídos já da área total de 147:354:728m<sup>2</sup> ali compreendida, não somente a parcela de 19:143:000m<sup>2</sup> correspondendo a três posses tituladas que os Outorgados obtiveram por compra, mas também a de 4:000:000m<sup>2</sup> equivalentes as posses sujeitas a legitimação.<sup>14</sup>

A Colonizadora pagou o total de Rs.62:105\$364 pelas terras públicas adquiridas, duas parcelas de Rs.15:526\$466 haviam sido pagas em julho e novembro de 1904, sendo pago até então Rs.31:052\$932, 50% do valor total da compra. No balanço ativo e passivo da Colonizadora, feito durante à liquidação da empresa devido a morte de Serafim Fagundes em 1904, consta que ainda havia a dívida de Rs.31:052:680.

A partir do que foi exposto, conclui-se até o momento que a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA foi uma das que atuou no cenário de colonização das terras de Cruz Alta, adquirindo terras de diversos proprietários, porém em outros tempos essas diversas propriedades estavam reunidas em apenas uma, que por conta de vendas, pagamento de dívidas e heranças, acabaram se fragmentando, não possuindo retorno financeiro para os proprietários, sendo a venda para a Colonizadora uma oportunidade de receber dinheiro e comprar terras mais próximas de sua residência ou de investir em outro negócio.

## **A liquidação da Colonizadora e o futuro da Colônia General Osório**

Antes de partir para a análise da venda dos lotes da Colônia General Osório, é preciso saber o que aconteceu com a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA após a morte do sócio Serafim Fagundes da Fonseca, em 1904. Como explicado anteriormente, o contrato de sociedade previa que, com a morte de um dos sócios a gerência deveria rea-

---

<sup>14</sup> Pública Forma de traslado de escritura de compra e venda. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

lizar o processo de liquidação, efetuando os cálculos do balanço ativo e passivo da empresa e dividindo os lucros entre os sócios restantes e os herdeiros de Serafim Fagundes.

O coronel não possuía filhos, sendo sua única herdeira sua esposa Dona Maria Annes da Fonseca que herdou o seguinte patrimônio: algumas moradias na cidade de Cruz Alta, todas mobiliadas; terras no povoado de Santa Maria e Cadeado, suas terras localizadas no 3º distrito de Cruz Alta, denominado Vallos; uma parte de suas propriedades arrendadas; e os animais: 52 rezes de criar, 12 cavalos, 12 bois mansos, 350 ovelhas, 8 éguas, 1 reprodutor fino, 1 dito fino, 1 potrilho e 5 mulas redomonas. Além de propriedades e animais, possuía capital nas ações do Teatro Carlos Gomes, de valor mínimo de Rs.100\$000 cada uma, e com o balanço ativo e passivo da Colonizadora, recebeu a quantia de Rs.35:850\$568. Também havia de receber Rs.10:948\$100 em dívidas ativas, e Rs.9:214\$600 referentes a venda de animais para Franklin Veríssimo. Em dívidas, devia um total de Rs. 76:093\$150. Após a morte de Serafim Fagundes e receber os lucros da Colonizadora, Dona Maria Annes da Fonseca não se envolveu mais com a empresa.

No livro produzido pela comunidade evangélica da IECLB de Ibirubá/RS, há um documento que indica a quem coube a responsabilidade sobre a Colônia General Osório.

Escritura pública de doação de dois terrenos urbanos na sede da Colônia General Osório; 4 alqueires de terras situadas contíguas ao cemitério católico existente na mesma Colônia; meio alqueire de terras onde se acha situados Cemitério Protestante da mesma Colônia e um pequeno poteiro ou Piquete situado próximo à Serraria à vapor da mesma Colônia que faz com outorgante doadora a firma [Empresa Colonizadora] Dias & Dias, representada por seu sócio Diniz Dias, e como outorgada donatária a comunidade protestante representada pelos cidadãos Otto Arnold [pastor protestante], Henrique Christiano Wohlenberg, Germano Schwanke, Frederico Bohr e Carlos Karnopp como abaixo se declara (Resgate Histórico, 2007, p. 17).

Três anos após a liquidação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, a Empresa Colonizadora Dias & Dias já atuava como Colonizadora responsável pela Colônia General Osório. Não se teve acesso

a mais documentos referentes a Empresa Colonizadora Dias & Dias, mas é fato que a gerência ficou sob responsabilidade, novamente, de Diniz Dias Filho. Ainda sobre a empresa, ela recebia investimentos dos familiares dos sócios, como é o caso da esposa de José Annes Dias, Adelaide Dias, que faleceu em 1909; o casal teve um filho chamado Sylvio, que faleceu em 1907, portanto seu testamento previa que todos seus imóveis, móveis e direitos a capital fossem divididos primeiramente na metade com seu marido José Annes Dias, e a metade de sua parte fosse dividida entre seu marido e seu pai Emigdio Bonorio, ou seja 25% da totalidade dos bens do casal seria dividido entre José e Emigdio. No entanto, a parte de seu pai seria dada na casa onde que o casal residia, em Cruz Alta, caso o valor do imóvel não fosse o suficiente para pagar os 25%, José Annes Dias pagaria em dinheiro o que faltar. Em seu inventário post-mortem havia em imóveis, móveis e semoventes o valor total de Rs.31:900\$000, capital e lucros na Empresa Colonizadora Dias & Dias, sendo o valor inventariado Rs.35:000\$000. Esse valor como descrito, foi investido pelo casal, e dívidas a receber no valor de Rs.5:000\$000m totalizando o valor de Rs.71\$900:000, o qual Rs.35.950\$000 já pertencia a José Annes Dias, e do valor restante Rs.17.975\$000 (25% do total) deveria ser pago a seu pai Emigdio Bonorio<sup>15</sup>.

Como não se sabe o capital que a Empresa Colonizadora Dias & Dias possuía, acredita-se que a sociedade possuía o mesmo capital da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, mas fica evidente que diferente de Maria Annes da Fonseca, esposa de Serafim Fagundes, Adelaide Dias possuía uma participação no capital ativo juntamente com seu marido José Annes Dias.

O sócio e gerente da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA e da Empresa Colonizadora Dias & Dias, Diniz Dias Filho, faleceu em 1909, seu inventário foi dividido entre sua esposa Elvina da

---

<sup>15</sup> Juízo Distrital de Cruz Alta. N 53, M 3, E 64. Autos de Inventário. Inventariante José Annes Dias, Inventariado Adelaide Dias. 1909. APERS.

Motta Dias e seu filho Diniz Dias<sup>16</sup>. No inventário de Diniz Dias Filho havia o capital da Empresa Colonizadora Dias & Dias, a qual entrou em liquidação após a morte do sócio, sendo o valor total da sociedade Rs.90:087\$800, que deveria ser dividido após a liquidação da empresa. O inventário total (excluindo o capital da Colonizadora em liquidação) a ser dividido entre ambas as partes era de Rs.125.689\$786, ficando Rs.62:844\$893 para cada um. O capital e lucros da liquidação da Empresa Colonizadora Dias & Dias dividido ficou: para Elvina da Motta Dias, Rs.32:155\$306; e para seu filho Diniz Dias, Rs.48:794\$896. Totalizando o valor de Rs.80:950\$202, sendo então repassado ao sócio José Annes Dias, do valor total da liquidação, o valor de Rs.9.137.598.<sup>17</sup>

O *Almanak Litterario e Estatístico* de 1913 ao falar sobre a Colônia General Osório, menciona a morte do sócio Serafim Fagundes, e a continuidade nos negócios de colonização dos irmãos Dias, e com a morte de Diniz Dias, a Colônia ficou sob a direção de José Annes Dias. Diniz Dias é visto como o verdadeiro fundador da Colônia, o que reforça a ideia de que carregava o nome de Serafim Fagundes para conseguir facilidades por conta de sua posição social e política em Cruz Alta.

General Osorio. – Colônia particular, a Leste da cidade, fundada em 1898, nas matas do Jacuhy, pela firma social Serafim Fagundes & Companhia. Com o falecimento do socio Fagundes, ficaram os sobreviventes, irmãos Diniz e José Annes Dias com a sociedade, sob a razão social de Dias & Dias, atualmente em liquidação pela morte do capitão Diniz Dias, que, aliás, pode ser considerado como o verdadeiro fundador da colônia, onde sua falta é assaz sentida e seu nome acatado com veneração. Hoje em dia esse importante núcleo acha-se sobre a direção exclusiva do Sr. José Annes Dias, abastado capitalista desta praça [Cruz Alta] (*Almanak Litterario E Estatístico*, 1913, p. 86).

No ano de 1915, aparecem em algumas edições do jornal *Città di Caxias: Periodico Settimanale D'Interesse Coloniale* o anúncio de colô-

---

<sup>16</sup> A família Dias possui em cada geração um Diniz Dias, nessa pesquisa o primeiro a aparecer foi Diniz Dias, o Barão de São Jacob, seu filho Diniz Dias Filho, sócio da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA e da Dias & Dias, e seu filho Diniz Dias, sócio da Dias & Sobrinho, até onde se conseguiu apurar, este último também possui um filho chamado Diniz Dias.

<sup>17</sup> Juízo Distrital de Civil e Crime de Cruz Alta. N 462, M 10, E 62. Devolução de Herança. Inventariante Diniz Dias, Inventariado Elvina V. da Motta Dias. Autos de Inventário. Inventariante Diniz Dias, Inventariado Diniz Dias. 1921. APERS.

nias à venda na Colônia General Osório, no novo núcleo, 15 de Novembro. O anúncio era feito pela Empresa Colonizadora Alberto Schmitt & CIA, e possuía 200 lotes de 242 m<sup>2</sup> cada.

#### EXCELENTE COLÔNIA “GENERAL OSÓRIO”

25km de distância. da cidade de Cruz Alta.

Núcleo “15 Novembro” Município de Cruz Alta, com ainda 200 lotes coloniais de 242m<sup>2</sup> cada.

Os títulos referentes às referidas terras encontram-se integralmente legalizados nesta Companhia.

Os compradores têm o prazer de ir aos escritórios: da colônia “Rio do Peixe 7 Setembro” ao Sr. “Otto Koelher” ou da colônia “General Osório” na localidade “15 Novembro”, ao Sr. “Guilherme Foltz” que eles estão autorizados a mostrar as terras e realizar os contratos.

Informações mais detalhadas são fornecidas pelo escritório da Cruz Alta e pelo representante de Caxias, Sr. Giacobbe Brunetta que possui mapas muito perfeitos que mostram a situação dos “lotes” e outras instruções convenientes para os interessados que desejam visitar as colônias e comprar terra.

Endereço telegráfico

Colonizadora Cruz Alta <sup>18</sup>

Em setembro 1923 foi realizado o inventário e partilha dos bens de José Annes Dias, que havia falecido em fevereiro do mesmo ano. Como não possuía herdeiros diretos, o inventário foi dividido entre: sua irmã Anna Dias da Fonseca, representada pelo seu filho Pacífico Dias da Fonseca; sua irmã Josephina Dias da Paixão; seu sobrinho filho de seu irmão Diniz Dias Filho, Diniz Dias; seus sobrinhos, filhos de sua irmã Angélica Annes Dias, Israel Dias Domingues, Angélica Domingues Martins, casada com Francisco Antônio Martins, Josephina Domingues Kruel, casada com Leopoldo Kruel, Dalila Domingues Araujo, casada com Theodolino do Amaral Araujo, Stella Domingues Kruel, casada com João Carlos Kruel e Anna Dias Domingues, casada com José Schinetski.

O que nos interessa no inventário de José Annes Dias é a liquidação da firma que tinha em sociedade com seu sobrinho Diniz Dias, a Dias & Sobrinho, o capital da empresa liquidada foi de Rs.44:105\$050.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Tradução livre do autor. Fonte: *Città di Caxias: Periodico Settimanale D'Interesse Coloniale*, 26/04/1915. Disponível em: Hemeroteca Digital Nacional. Ainda há no mesmo anúncio a oferta de terras da Colônia Rio do Peixe e da Colônia Colorado.

<sup>19</sup> Cartório do Civil e Crime. N 2570, M 79, E 63. Inventário amigável. Inventariante Anna Dias da Fonseca, Inventariado José Annes Dias. 1923. APERS.

Os outorgantes declaram que se acham liquidados os negócios da firma Dias & Sobrinho, formada entre o inventariado e seu sobrinho Diniz Dias, pelo que declaram que fica este desobrigado de qualquer prestação de contas, referente á mesma sociedade, que fica sendo considerada, para todos os fins de direito, como dissolvida, e o mesmo socio sobrevivente desonerado de toda e qualquer responsabilidade referente a mesma firma, para com os herdeiros do socio falecido.<sup>20</sup>

Também vale destacar que José Annes Dias possuía sete lotes na Linha 7 da Colônia General Osório, no valor de Rs.4:500\$000 cada um, um lote na Linha Jacuhy no valor de Rs.4:500\$000, dois lotes no Polígono 7, no valor de Rs.2:500\$000, no perímetro urbano da Colônia possuía três terrenos no valor total de Rs.546\$430. Possui também na Colônia 24 alqueires de terra em litígio, sob valor total de Rs.2:000\$005. Esses lotes foram divididos entre seus herdeiros.

Portanto, pode-se perceber que após a morte do sócio Serafim Fagundes da Fonseca, a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA entrou em liquidação e em seu lugar surge a Empresa Colonizadora Dias & Dias, com os dois sócios os irmãos Diniz Dias Filho e José Annes Dias. Após a morte de Diniz Dias Filho, surge a Empresa Colonizadora Dias & Sobrinho, agora composta por José Annes Dias e seu sobrinho Diniz Dias. Nesse meio tempo a Empresa Colonizadora Alberto Schmitt & CIA começou a vender terras no núcleo 15 de Novembro da Colônia General Osório. Após a morte de José Annes Dias, a Empresa Colonizadora Dias & Sobrinho entra em liquidação, não sendo possível saber se seu sobrinho Diniz Dias continuou com o negócio de companhias de colonização.

## **A medição e venda dos lotes**

Para realizar a medição da Colônia General Osório foi enviado o agrimensor Hjalmar Tufvesson, auxiliado por Erhardt Mertel e Peter Nicknich (Revista Ibirubá, 1990, p. 06). Essa medição se deu nas terras adquiridas de particulares e em 1904 foram anexadas ao Registro Torrens as terras públicas adquiridas. Em seu relatório de medição descreve:

---

<sup>20</sup> Cartório do Civil e Crime. N 2570, M 79, E 63. Inventário amigável. Inventariante Anna Dias da Fonseca, Inventariado José Annes Dias. 1923. APERS.

O imóvel em referência constitui um vasto complexo de terras lavradas com matos e capoeiras situado a margem esquerda do rio Jacuhy, terceiro distrito deste município, e abrange uma serraria servida por motor hidráulico, diversas e grandes casas de moradia, galpões para depósito de madeiras e onde funciona a mesma serraria e ainda muitas e pequenas casas e paióis para depósito de cereais situadas em mais pontos do imóvel e desta cidade cinquenta quilômetros mais ou menos, possui estradas de rodagem magníficas. As referidas terras, loteadas e cultivadas em grande extensão são de uma uberdade extraordinária prestando-se admiravelmente para cultura da vinha, cana de açúcar, trigo, arroz e todos os cereais aclimáveis nesta zona. São abundantemente regados por caudalosos rios e arroios onde se encontra força hidráulica para movimentar mecanismos ou engenhos, mesmo aqueles que demandam de propulsor extraordinário<sup>21</sup>.

O fato de haver serrarias e o aproveitamento dos rios e arroios indica que não necessariamente o colono que se instalasse na Colônia General Osório precisaria conseguir seu sustento da terra, além de também indicar a existência de moradias grandes e pequenas na Colônia, algumas já existentes antes da compra pela Colonizadora, adquiridas juntamente com as terras de Cesário Portes Pimentel, outras construídas pelos colonos, além de galpões onde poderiam armazenar suas ferramentas e os excedentes da produção.

A proximidade com Cruz Alta e as estradas que ligavam a sede do município também demonstram o estabelecimento de relações da Colônia com a sede. Sobre o solo, o agrimensor considera muito fértil devido às condições climáticas e a proximidade dos rios e arroios. Conclui o relatório avaliando o imóvel em Rs.200:000\$000, e que a Colônia possuiria um “futuro extraordinário”.

Os proprietários deste imóvel Tenente Coronel Serafim Fagundes da Fonseca, Advogado Capitão Diniz Dias e comerciante José Annes Dias membros componentes da firma social Serafim Fagundes & Companhia, fundaram em dito imóvel a colônia particular que denominaram “Colônia General Osório” que promete um futuro extraordinário, não só pelas condições naturais antes mencionadas como também pela amenidade do clima em tudo igual do da esplêndida região Serrana.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Memorial de agrimensura apresentado por Hjalmar Tufvesson, 11/01/1905. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

<sup>22</sup> Memorial de agrimensura apresentado por Hjalmar Tufvesson, 11/01/1905. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

A respeito dos lotes coloniais, os tamanhos variavam entre 25 e 48,4 hectares cada<sup>23</sup>, conforme consta no balanço ativo e passivo, havia 95 colônias de 48,4 ha cada, que não foram vendidas, o que totaliza 4.598 ha de terras<sup>24</sup>. No Registro Torrens consta que a Colônia General Osório possuía a área de 14.235 ha, dessa forma haviam sido vendidos até 31 de outubro de 1904, 9637 ha de terras. Há informações apenas do valor dos lotes de 48,4 há, Rs.500\$000, já sobre os de 25 ha, não há informações. Contudo, Zarth (1997), ao tratar do preço dos lotes coloniais, apresenta um valor de Rs.15\$000 por hectare.

Se, no período imediatamente anterior ao da criação de núcleos coloniais e da construção da ferrovia, a terra de cultura ou de matos tinha um preço irrisório, a partir desses eventos os seus preços cresceram enormemente. Em 1901, na colônia de Cadeado, um hectare valia cerca de quatorze mil réis; em Ijuí, colônia próxima, em 1913 os preços atingiam a média de cinquenta mil réis o hectare; em 1926, os números indicam valores de 15 mil e 214 mil réis na colônia General Osório, com condições idênticas às daquelas (Zarth, 1997, p. 68).

Considerando que os dados de Zarth (1997) a respeito da Colônia General Osório referem-se a 1926, considera-se o valor por hectare igual ao da Colônia de Cadeado; assim, cada hectare valia Rs.14\$000 e, portanto, uma colônia com 25 ha custava Rs.350\$000. Os colonos adquiriam, em sua maioria, grandes quantidades de terras, nos dados de devedores da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, é possível identificar diversos sujeitos que adquiriram vários lotes coloniais, como é o caso de João Wolmeister, que em 1904 devia para a Colonizadora Rs.7:700\$000. Pode-se pressupor que ele adquiriu, no mínimo, 15 colônias de 48,4 ha cada, ou 22 colônias de 25 ha cada, ou ainda possa ter adquirido uma grande área sem se importar com o valor das colônias, mas pelos valores pagos é possível afirmar que João Wolmeister adquiriu no mínimo 500 ha. Vale ressaltar que não se pode concluir qual o tamanho total da compra, visto que era o valor que João Wolmeister devia em 31 de outubro de 1904.

---

<sup>23</sup> Algumas colônias eram de 20 alqueires, sendo que cada alqueire equivale a 2,42 ha.

<sup>24</sup> Balanço Ativo e Passivo da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. 31/10/1904. Inventário *post-mortem* de Serafim Fagundes da Fonseca. Inventariante: Serafim Fagundes da Fonseca; Inventariados: Maria Annes da Fonseca, Diniz Dias. Entrada do processo: 16/11/1904. Cruz Alta. Cartório da Provedoria de Cruz Alta. N 46, M 3, E 64. APERS.

A Colônia General Osório não foi uma grande receptora de imigrantes, mas sim dos descendentes destes, a partir da segunda geração. Conforme Roche (2022, p. 343), das 500 famílias instaladas na Colônia em 1926<sup>25</sup>, 91,8% migraram das antigas Colônias alemãs; 3,3% das antigas Colônias italianas; 4,2% de Colônias da região do Alto Jacuí; e 0,7% eram imigrantes alemães.

General Osório acolheu os descendentes deles [dos imigrantes alemães] a partir da segunda geração brasileira, isto é, de trinta a quarenta anos depois da imigração. Ainda de trinta a quarenta anos começava a nova migração, desta vez de General Osório (Roche, 2022, p. 356).

Essas migrações se davam, em sua maioria, por membros da mesma família, como por exemplo a família Adiers - em 1900 Albert Adiers, Robert Adiers Sobrinho e Karoline Adiers migraram de Santa Cruz e se instalaram na sede da Colônia. Em 1901, Wilhelm Adiers também migrou, mas se instalou na Linha 3. Esse processo de migrações familiares fica evidente no caso da Colônia General Osório, pois muitos familiares acabavam migrando em conjunto para uma nova Colônia, mas não necessariamente famílias se instalariam na mesma linha, ou na colônia ao lado, mas buscavam estreitar os laços de parentesco.

A periodicidade deste movimento, portanto, aparece claramente, assim como seu caráter familiar, visto que, em 1926, encontramos, de um lado, muitos irmãos em uma mesma Linha, e, de outro lado, em Linhas próximas, vários chefes de família portadores do mesmo nome e parentes chegados: 2 Lamb, 2 Krantz, 2 Wetzel, 3 Class, 4 Braatz, 5 Horsts... (Roche, 1969, p. 362).

Jean Roche (2022), buscou exemplificar o mecanismo da *enxamegem* a partir da Linha 5 da Colônia General Osório. Traçando a trajetória de 20 famílias, desde a chegada do antepassado imigrante no Brasil, a instalação em General Osório, e novamente a migração interna para novas Colônias. Um dos casos de migrações familiares rumo à Colônia General Osório, analisado por Roche (2022) é a família Garmatz.

---

<sup>25</sup> Esse número corresponde apenas às famílias de membros da comunidade evangélica de Ibirubá/RS, em 1926.

As famílias nº 7, 8 e 9 são as de Arthur, Carl e Richard Garmatz, cujo pai emigrara da Pomerânia para Rio Pardinho (Santa Cruz), em 1867. Os três irmãos fixaram-se em General Osório no ano de 1902. Arthur teve 3 filhos, todos agricultores. O filho mais moço era solteiro em 1950, a filha esposara o colono Edgar Freitag e vivia com o irmão e o pai, que comprou a propriedade de Carl (lote nº 8), falecido; nesse meio-tempo Carl teve 8 filhos, 4 varões e 4 mulheres. Duas filhas casaram com colonos dos arredores, a terceira seguiu com o marido para Palmeira em 1948, a quarta casou em Porto Alegre. Um dos filhos esposou uma filha de colono da vizinhança e vive com o sogro na Linha IV; o segundo, desde 1935, é marceneiro em Cruz Alta; o terceiro, empregado no comércio, em Porto Alegre, desde 1947; o quarto, professor primário, desde 1946, na Linha V. Richard, o último dos três irmãos Garmatz, também falecido, teve 10 filhos, 7 varões e 3 mulheres. Um menino e uma menina morreram; os sobreviventes são todos agricultores; o mais moço vive no lote paterno, 5 filhos instalaram-se na Linha Arroio Grande (pequena migração), uma das filhas vive em Três Passos desde 1941, e a outra, a partir de 1947, em Santa Rosa (Roche, 2022, p. 357-358).

Os três irmãos se instalaram na Linha 5 da Colônia, em 1902 ainda se instalou na Linha Baixa Arroio Grande Waldemar Garmatz, vindo de Rio Pardinho, e em 1903, Karl Garmatz Filho, também de Rio Pardinho, se instalou na Linha 4. Fica evidente nesse caso a ligação pelo sobrenome das famílias, que muitas vezes pode ser o fator decisivo para migrar para outra Colônia.

Desta forma, as migrações internas, tais como pudemos estudá-las em General Osório, estão bem ligadas à sucessão das gerações numa mesma propriedade. Não somente são periódicas, mas também de famílias, pois que estão condicionadas pela conservação do lote paterno e pelos casamentos dos filhos, dos irmãos e das irmãs. Ordinariamente dois ou três irmãos emigram juntos ou se encontram na nova colônia, estreitando, assim, os laços de parentesco, cujo nó permanece mantido pela casa paterna, onde ficou o mais moço dos filhos, que assegura, com a guarda dos velhos pais, a conservação de uma coesão ao mesmo tempo afetiva e social. É, portanto, no quadro de uma ou duas famílias escolhidas pela sua antiguidade e pela sua disseminação que convém precisar as características da enxamagem (Roche, 2022, p. 360).

A Colônia General Osório teve seus lotes adquiridos por diversas famílias oriundas das antigas Colônias alemãs e italianas, muitas vezes um mesmo sujeito adquiria vários lotes de uma só vez, seja para dividir entre seus filhos ou para revender futuramente. Os lotes eram adquiridos diretamente da Colonizadora, e variavam entre 25 a 50 hectares. É comum ver na Colônia General Osório vários sujeitos de uma família

migrando para a mesma linha, ou famílias com o mesmo sobrenome que se instalaram na Colônia em outra linha.

## **Considerações finais**

A região do Planalto Rio-grandense foi palco de diversos empreendimentos de sociedades de colonização particulares, no final do século XIX, que atendiam à demanda e aos interesses da municipalidade de Cruz Alta. Contribuindo para regularização da posse da terra, formação do minifúndio e produção de subsistência para abastecer a sede do município. Dentre os complexos coloniais formados por essas empresas de colonização, uma delas foi, a Colônia General Osório, obra da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Essa Colonizadora adquiriu terras particulares e públicas, as dividiu em lotes que variavam de 25 hectares e 50 hectares, e os vendeu para colonos vindos principalmente das antigas zonas de colonização alemã e italiana. Tratava-se de um negócio de compra e venda de terras, auferindo lucros.

O desmonte do latifúndio transparece nessa transação. As terras particulares adquiridas pela Colonizadora faziam parte de duas grandes propriedades pertencentes a Athanásio José de Oliveira e Manoel Faustino Corrêa, após a morte destes sujeitos suas terras foram divididas entre seus herdeiros e credores. A Colonizadora reuniu estas terras em uma grande propriedade novamente, fragmentando-a e revendendo em pequenas colônias, multiplicando assim o valor da terra e dos seus lucros. Para evitar incômodos com reivindicações e conflitos envolvendo terras, a Colonizadora realizou o Registro Torrens, o qual asseguraria a propriedade da terra em suas mãos, em um momento ainda de propriedade precária da terra.

Com a morte do sócio Serafim Fagundes da Fonseca, em 1904, e a extinção da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, os sócios restantes, José Annes Dias e Diniz Dias, formaram a Dias & Dias, a qual possuía o mesmo objetivo da antiga empresa. E após a morte de Diniz

Dias, em 1909, considerado o verdadeiro fundador da Colônia General Osório, seu filho, também Diniz Dias, forma com seu tio a Dias & Sobrinho, que passa a administrar a Colônia. No final, todos morreram.

O estudo da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, ou melhor, das Colonizadoras que administraram a Colônia General Osório, contribui para compreender o processo de migração para as novas Colônias do Planalto Rio-grandense, as relações entre os proprietários de Cruz Alta e Passo Fundo e os empreendimentos coloniais de Colonizadoras particulares ou de sujeitos particulares. Também é possível identificar interesses políticos por trás dos processos de colonização, e como as elites políticas articulavam-se em trocas de favores, no caso da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA podemos ver o interesse do PRR de Cruz Alta em desenvolver a Colônia General Osório para assegurar os votos do partido nas eleições.

Portanto, Colônia General Osório foi um grande investimento da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, conforme foi crescendo e se desenvolvendo, mudou seu nome para Ibirubá e emancipou-se de Cruz Alta em 1954. Hoje o município é um polo da indústria de implementos agrícolas, tornando-se foco de movimentos pendulares, onde muitos trabalhadores de Cruz Alta e região se dirigem diariamente para o município de Ibirubá para trabalhar.

## Referências

COSTA, Caio Gomes da. **O Registro Torrens pelo trópico de capricórnio:** a importação de um ideal econômico australiano para o Brasil. São Paulo. 2021. Dissertação [Mestrado em Direito] - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo. 2021.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais.** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história.** São Paulo, SP: Unesp, 1992.

NEUMANN, Rosane Marcia. As Companhias Colonizadoras na região de Passo Fundo na Primeira República. In: **Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional.** Passo Fundo. 2015.

NEUMANN, Rosane Márcia. Colonizadora Meyer: impasses na compra e registro de propriedade da posse boi preto e Colônia erval seco. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 83-96, jul./dez. 2014.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura:** o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932. 1. ed. São Leopoldo: Oikos/ UNISINOS, 2016. v. 1. 703p.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes:** A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2006.

RESGATE HISTÓRICO: centenário da comunidade evangélica de Ibirubá/RS. 2006.

REVISTA IBIRUBÁ. Pólo regional de integração: ano 35. Rio Grande do Sul. Edição 1990.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** 2. ed. compl., ver., atual. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SAND, João. **“Uma Colônia com um futuro extraordinário”:** a atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, na região do planalto rio-grandense (1898-1904). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2021.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920.** Ijuí: EdiUNIJUÍ, 1997.

# Reflexões sobre pequenos núcleos coloniais particulares no Planalto Rio-grandense (1897-1938)

---

Kalinka de Oliveira Schmitz

## Introdução

A colonização no Rio Grande do Sul ocorreu de diferentes formas desde seu início. Inicia-se com os projetos públicos<sup>1</sup> de São Leopoldo (1824), Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara (1826), ou alguns anos depois com os projetos particulares<sup>2</sup> como Mundo Novo (1846) – criada por Tristão Monteiro –, Nossa Senhora da Soledade (1855) – criada pela empresa Montravel & Cia –, ou a Colônia São Lourenço (1858) – criada por Jacob Rheingantz. A partir de tais exemplos, é possível observar que a colonização de iniciativa particular, seja por empresa ou por indivíduos, teve seu início após algumas décadas do início desse processo no Estado.

Tal descompasso entre o início da colonização pública e da inserção da iniciativa privada pode ter contribuído para a maneira como os empreendedores particulares desenvolveram seus projetos, visto que esta-

---

<sup>1</sup> Sobre esses primeiros projetos públicos de colonização, destacamos as obras de Marcos Justo Tramontini (2000) sobre São Leopoldo, e de Marcos Antônio Witt (2015) sobre a colonização no mega espaço São Leopoldo – Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Quanto à estudos sobre colonização particular desse período, apontamos para consulta as obras de Patrícia Bosenbecker (2017) envolvendo a família Rheingantz que abarca a criação da Colônia São Lourenço e o livro de Júlia Leite Gregory (2021) sobre a colonização privada no Vale do Taquari.

vam como observadores do que ocorria nos projetos públicos. Com um cenário colonizatório já mais bem desenhado, e possuindo o Estado uma população colonial crescente, contando também com a entrada constante de imigrantes – em suspensão apenas durante o período da Guerra Civil Farroupilha –, quem possuísse o interesse em ingressar no negócio lucrativo que a colonização se tornava, poderia tomar os projetos públicos como exemplos, do que fazer e do que não fazer em seu próprio empreendimento.

Dessa forma, desde que surgiram os primeiros núcleos coloniais criados por particulares, ocorreu um crescimento da ocorrência de tais projetos ao longo da segunda metade do século XIX e principalmente ao final deste século e o período da Primeira República. Cabe mencionar projetos coloniais como o complexo colonial de Neu-Württemberg criado por Herrmann Meyer (1897-1898) (Neumann, 2016), General Osório (1898) (Sand, 2021) ou ainda a colonização empreendida pela *Jewish Colonization Association* com os núcleos Filipson e a Fazenda Quatro Irmãos, iniciadas no início do século XX, a primeira na região central do Estado e a segunda na região Norte do Rio Grande do Sul (Gritti, 2013).

Considerar que havia uma observação realizada por particulares sobre a colonização pública iniciada primeiro, pode ajudar a compreender o fato de que a maior movimentação particular no campo colonizatório no Rio Grande do Sul tenha ocorrido após esse processo chegar no Planalto, a partir dos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. A colonização particular foi superior numericamente, em comparação à criação de projetos públicos de colonização: até 1924, cerca de 80% dos projetos eram da iniciativa privada. Ocorre, contudo, que mesmo diante de tal preponderância numérica, a área colonizada por tal iniciativa era inferior àquela dispendida pelo poder público em seus projetos (Neumann, 2016).

A partir de então, com a oferta de lotes coloniais em projetos públicos ou em projetos particulares, os imigrantes e seus descendentes

poderiam ser atraídos ou optarem por diferentes ideias de colonização, partindo de seus próprios interesses, ou ainda do fato de possuir ou não conhecidos/familiares já instalados em alguma Colônia<sup>3</sup> sul rio-grandense. Acompanhando a maneira como a colonização pública se desenvolvia, e ciente das possibilidades de lucro que viria da entrada num mercado de terras que se fortalecia no momento, indivíduos ingressaram em tal nicho, atuando individualmente ou a partir da criação de empresas de colonização.

As empresas e particulares que se envolviam em tal negócio, poderiam firmar acordos com o governo para a concessão de terras colonizáveis mediante o comprometimento dos particulares em arregimentar imigrantes na Europa e trazê-los para a então Província de Rio Grande de São Pedro, dentro de determinado período. Outras maneiras de adquirir terras para colonizar era a compra de terras junto ao governo, ou ainda adquirir tais porções junto a grandes proprietários, quando não utilizando áreas já próprias (Cem Anos, 2005). Por conta da forma como adquiriam as terras para seus empreendimentos, e sem muita possibilidade de expandir a área original – e ter novos ganhos no mesmo empreendimento –, os fundadores dos núcleos coloniais se retiravam quando se realizava a venda total dos lotes disponibilizados por eles (Neumann, 2016).

Por mais que Theodor Amstad (2005) tenha expressado que a vantagem da colonização particular fosse a rapidez com a qual era executada, com custos menores que a colonização pública e principalmente para ele, observassem uma separação étnica e confessional, são características que podem ser ao menos questionadas. Obviamente, a defesa de uma colonização homogênea étnica e confessional faz sentido considerando o mote da obra e o contexto ante o qual ela fora produzida – seu autor ser um padre alemão que produziu a obra para o centenário da imigração

---

<sup>3</sup> A utilização do termo Colônia, em maiúsculo, faz referência aos projetos de colonização. Por seu turno, quando estiver em minúsculo – colônia –, estaremos nos referindo aos lotes coloniais que compunham o todo maior que era a Colônia.

alemã, tendo como pano de fundo conflitos mundiais envolvendo também a Alemanha (2005, p. 7).

Ainda assim, a relativa maior rapidez e menores custos do empreendimento poderiam acabar resultando em ônus para aqueles colonos que se instalassem em tais projetos. Muito embora projetos particulares pudessem ofertar infraestrutura e serviços públicos básicos, havia aqueles que, por serem pequenos projetos em sua maioria, seus fundadores poderiam não possuir meios ou não ter interesse em realizar o melhor atendimento aos compradores de lotes. A rapidez com que tais projetos poderiam ser concluídos, bem como o fato de que, findada a venda de lotes, os indivíduos que administravam os núcleos coloniais se retiravam, poderia deixar os colonos sem o amparo devido caso fossem acometidos por doenças ou problemas que afetassem a produção agrícola e seu sustento.

Com isso, ainda que a colonização pública possuísse diversos problemas em sua execução, poderia ofertar aos colonos um maior atendimento de suas necessidades, além de menores preços por lotes, bem como diferentes possibilidades de pagamento. O fato que depreciava o empreendimento público ante os olhos de muitos colonos eram justamente os últimos pontos levantados por Amstad, o caráter misto de sua colonização. É em partes decorrente dessa preferência em se assentar em Colônias formadas por pessoas da mesma origem ou confissão religiosa, que além da elevação do preço da terra no Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República, e da ainda disponível oferta de lotes em projetos públicos, houvesse aqueles que optassem por migrar para a nova frente de colonização que iniciava no oeste catarinense (Schmitz, 2021).

De qualquer maneira, ambos os tipos de colonização – pública ou particular – possuíam ônus e bônus, a depender de inúmeros fatores que incidiam sobre esses projetos, seus administradores e os colonos que davam movimento ao processo colonizatório que ocorreu. Devido às características de cada um, poderiam atrair mais ou menos a população colonial, independendo igualmente da extensão de cada projeto, sendo muito

mais importante as possibilidades de pagamento dos lotes coloniais e as condições de reprodução sociocultural dos colonos, com a disponibilidade de amigos e familiares adquirirem lotes próximos ou a oferta de serviços religiosos e culturais.

Na região do Planalto rio-grandense, o interesse pela instalação de núcleos coloniais, com o argumento principal sendo a produção alimentícia, já era observado desde 1877, quando a câmara de Cruz Alta solicitava a ida de colonos para aquele município (Zarth, 1997; Neumann, 2012). Formada principalmente por propriedades voltadas para a pecuária, e com a agricultura sendo praticada em menor escala pelos lavradores nacionais, havia uma preocupação para com a produção e oferta de alimentos para a população urbana do município. Havia igualmente, a existência de vastas áreas de matas que não estavam sendo utilizadas, por não se adequarem à principal atividade econômica do município, a pecuária. Tal cenário de subutilização de áreas de mata em grandes propriedades, que depois do avanço da colonização são destinadas ao loteamento, é uma das hipóteses para o surgimento das Colônias Coqueiros e Xadrez, bem como, provavelmente, dos outros dois empreendimentos, visto ser a lógica empregada em outros projetos coloniais que já estudados.

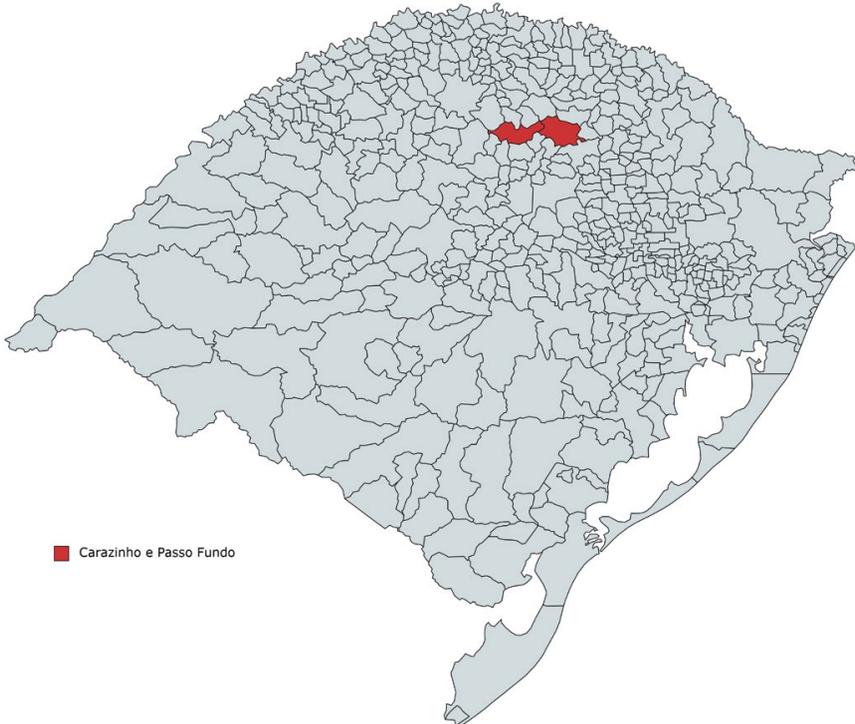
Por mais que houvesse tal interesse, as dificuldades de deslocamentos de pessoas e principalmente de produtos, era um fator de entrave para a criação de Colônias em regiões mais distantes de onde a colonização ocorria no momento. Com a expansão gradativa, o movimento colonizatório chega no Planalto a partir da década de 1890, quando há a criação tanto de núcleos particulares quanto de núcleos públicos<sup>4</sup>, que passam a serem vetores de transformações do cenário agrário que era observado até então. Desde a criação de tais núcleos, inúmeros outros surgiram e contribuíram em alguma medida para as alterações observadas em torno da propriedade da terra.

---

<sup>4</sup> Desse início do processo colonizatório no Planalto rio-grandense, citamos aqui algumas Colônias: Ijuí (1890), Guarita (1891) (colônias públicas); General Osório (1898) e Neu-Württemberg (1898) (colônias privadas). O número, porém, de Colônias criadas ao longo da Primeira República, vai muito além das citadas aqui.

Esse espaço, onde ocorre a aplicação de tais projetos de vendas de terras a colonos e outros interessados em adquirirem lotes de terra, faz parte do todo maior da região do Planalto rio-grandense que observava o fortalecimento da colonização desde os últimos anos do século XIX. Dessa forma, além do interesse em capitalizar terras que poderiam não estar sendo utilizadas de maneira que dessem retorno financeiro, havia vários exemplos de outros núcleos de colonização na região, de maneira que possa ter ocorrido inspiração ou tomada de exemplo sobre como proceder com áreas agricultáveis, mas subutilizadas nas grandes propriedades a que faziam parte.

Mapa 1 – Localização dos municípios de Carazinho e Passo Fundo atualmente



Fonte: Produzido pela autora. Site: mapchart.net

A partir do mapa acima, além de observarmos a localização e a proximidade dos dois municípios, de maneira a melhor ilustrar o espaço

onde as colonizações citadas ocorriam. Possibilita refletir sobre a circulação que poderia ocorrer, visto a ligação existente por muito tempo entre os, agora, dois municípios.

Isto posto, o presente artigo visa refletir sobre empreendimentos de colonização particulares que não necessariamente possuíam um projeto específico, extensão considerável ou documentações diversas para serem utilizadas por pesquisadores, mas que ainda assim contribuíram no processo de colonização de áreas no Norte do Rio Grande do Sul, juntamente com projetos melhores estabelecidos seja de particulares ou do governo estadual. Para tal, partiremos nossa reflexão a partir das seguintes Colônias: Dona Júlia (1897); Tamandaré (1915); Colônia de Coqueiros (1928) e Colônia Xadrez (1938). Em comum, tais núcleos coloniais são criados no que viria a ser o município de Carazinho/RS, emancipado de Passo Fundo no ano de 1931.

Mesmo que estes núcleos coloniais possuam alguns anos de diferenças entre suas criações, a escolha por tais ocorreu pelas ligações que existiam entre elas, tais como os fundadores ou a região onde se localizam. As diferenças que possam existir, contudo, não são impeditivos para a realização de reflexões partindo dessas Colônias, e reforçam antes de tudo, a diversidade de empreendimentos coloniais que existiram no Rio Grande do Sul naquele período histórico.

Para tal, será utilizada a História Comparada, amparada por autores como José D'Assunção Barros (2014), Jürgen Kocka (2014), Oswaldo Truzzi (2005). A reunião destes núcleos coloniais citados anteriormente, para uma análise sobre o processo de colonização no Planalto rio-grandense a partir de pequenos empreendimentos de venda de terras, permite analisar e identificar semelhanças e diferenças entre ambos e as suas variações, visto que até atingirem o objetivo final que é a venda de terras, podem possuir diferenças nesta trajetória (Barros, 2014).

Ao mesmo tempo, enquanto a comparação é realizada ao reunir vários núcleos coloniais, é necessário que essas Colônias possibilitem estu-

dos independentes entre si (Kocka, 2014); logo, analisar a maneira como tais empreendimentos “se vendem” para atrair compradores, a existência ou não de um projeto definido de colonização para além da venda da terra, e as redes que os empreendedores possuíam e ativavam para legitimar o negócio, não é intrínseco a uma análise conjunta.

A escolha pela utilização do método comparativo para estudar os processos de colonizatórios/migratórios é, para Truzzi (2005) benéfica, uma vez que apresenta duas ou mais realidades para as perguntas a serem realizadas nos estudos. Amplia-se então o leque de respostas para as perguntas guias dos estudos, dadas as particularidades encontradas em cada caso, que são formados por um espaço e por pessoas diferentes.

## **A colonização particular e suas documentações**

Por conta da forma como se organizavam para realizar a colonização, com empresas formadas para a execução de terras que poderiam ser já de propriedade de algum dos envolvidos, e tendo em primazia o interesse apenas na venda da terra ou algum processo que poderia ser resultante da colonização – como a extração de madeira – pode não ter ocorrido uma preocupação extensa com a organização e registro dos acontecimentos que envolviam o empreendimento.

Independentemente do tamanho/extensão do empreendimento colonial, a existência ou não de uma organização bem documentada acaba impactando nas possibilidades da realização de estudos sobre tais projetos. Sand (2021) demonstra que, mesmo um empreendimento de mais de 14.000 hectares como foi a Colônia General Osório, objeto de seu estudo, não possuía um projeto de colonização efetivo, tendo o lucro com a venda de terras a principal preocupação.

Não possuir uma organização definida, com guarda de documentos e registros de suas ações, não significa, contudo, que não possuíssem motivos ou objetivos para além da venda de terra (por mais que esta pudesse ser a principal preocupação). A partir do exercício comparativo realizado

a partir de duas outras Colônias, para além de seu objeto de estudo, a Colônia General Osório, Sand (2021) realiza uma revisão sobre os interesses políticos na Colônia Saldanha Marinho<sup>5</sup>, tal como havia na Colônia General Osório, embora esta última possuísse uma grande preocupação com os interesses lucrativos dos envolvidos na companhia de colonização responsável. Por seu turno, o outro empreendimento colonial citado pelo autor, Neu-Württemberg, um projeto étnico alemão, possuía o intento de ser um espaço de preservação do *Deutschtum*<sup>6</sup>. Embora os três projetos fossem empreendimento particulares, se faz interessante destacar que apenas o último possuía capital financeiro estrangeiro.

Essas diferentes preocupações que podem ter movido os envolvidos na colonização, acaba por impactar na produção ou preservação de materiais a serem acessados e utilizados por historiadores interessados em pesquisar pequenos projetos de colonização particular. Assim, ao passo que há projetos com grande variedade de documentos como os que Neumann utiliza (2016), há aqueles empreendimentos com uma ausência de fontes detalhadas, como no caso de Sand (2021); para driblar tal falta de documentações, Sand fez uso de testamentos e inventários dos sócios da empresa de colonização. Utilizar registros de transações de propriedades, encontrados em registros de imóveis (Schmitz, 2019), é outra possibilidade, ainda que o acesso a tais possa ser dificultado, a depender do posicionamento do local sobre acesso aos seus registros.

Para a discussão reflexiva aqui realizada, partiu-se de informações presentes em livros de memorialistas locais, que, à parte do discurso ufanista, realizaram pesquisa documental de forma a embasar seus escritos. Buscou-se menções às Colônias estudadas em vários locais, como os Relatórios de Presidente da Província ou ainda em jornais através do uso da Hemeroteca Digital; no primeiro local de busca, não houve

---

<sup>5</sup> Sobre a Colônia Saldanha Marinho, ver Streit (2003).

<sup>6</sup> O *deutschtum* pode ser compreendido como a procura pela manutenção da germanidade das populações de origem alemã (Neumann, 2016).

resultados, e no segundo, menções apenas sobre a Colônia Tamandaré<sup>7</sup> foram encontradas. Pesquisa em arquivos, em busca de documentações como testamentos e inventários, não foi possível realizar. Isto posto, se manteve a ideia de realizar esse exercício reflexivo, mesmo com tais dificuldades, por entender a importância de discussões sobre os pequenos empreendimentos colonizatórios. Discutir casos de núcleos coloniais que acabam tendo pequena relevância em um espectro mais amplo, mas que tiveram um papel local na reorganização da propriedade da terra, poderia ser mais fácil com objetos concretos; assim, utilizar essas Colônias como guias da reflexão proposta, visa facilitar para o leitor a compreensão do que fora proposto.

Diferentemente do observado, por exemplo, no complexo colonial de Neu-Württemberg criado por Herrmann Meyer e estudado por Rosane Neumann (2016), já no período republicano, ou no empreendimento da Colônia de Conventos da Batista Fialho & Cia, objeto de estudo de Julia Gregory (2021), no início da segunda metade do século XIX, grande número das inúmeras pequenas Colônias que contribuíram para a colonização na região, não possuía tal nível de organização. Sem demonstrar interesse ou necessidade em uma rígida organização e registros, acabaram legando poucas fontes, e quando estas existem, são localizadas de maneira esparsa em diversos locais – arquivos, registros de imóveis e afins –, ou até mesmo podendo estar retido com algum descendente (quando não descartado).

Tal dificuldade para a reunião de fontes referentes a tais pequenos projetos de colonização, acaba contribuindo para que haja poucos estudos sobre essa parcela de empreendimentos, ao menos para a região onde as

---

<sup>7</sup> A primeira menção é no jornal A Federação, na edição número 86, de 12 de abril de 1918, na página 5. Trata-se de um elogio aos resultados agrícolas da “florescente colônia Tamandaré”, que obteve bons resultados apesar do período de seca sofrido e o problema com gafanhotos que atingiu principalmente o Norte do Rio Grande do Sul em 1917/1918. A segunda menção, é também no jornal A Federação, na edição de número 122, de 26 de maio de 1923, na página 3. Esta segunda menção era referente a um saque realizado na dita Colônia por “um grupo de assistidas, composto por trinta e tantos bandoleiros”, causando grandes danos econômicos. Esta menção de maio de 1923, pode confirmar o caráter político da criação de tal núcleo, visto a participação de José Antônio Vargas, perrepista de Carazinho.

Colônias objetos deste artigo se encontram. Tais Colônias ainda, são citadas na relação de Colônias particulares realizada por Amstad (2005), ao final de seu livro, principal menção que existe sobre a existência desses pequenos projetos de venda de terras. Inclusive, pela falta de um projeto mais bem definido de colonização ou de oferta para determinado tipo de colono – por caráter étnico ou religioso –, possibilita considerar que esses empreendimentos são muito mais projetos de venda de terras que acabam se aproveitando do fluxo de população colonial que passa a se deslocar pelo interior do Estado em busca de novas terras.

Ou seja, por mais que integrem o espaço das *colônias novas*<sup>8</sup>, são empreendimentos que não visam uma colonização propriamente – ou uma colonização considerando apenas a transação capitalista da venda da terra ao interessado –, apenas se aproveitando da população excedente oriundas de projetos coloniais mais antigos. Logo, os casos aqui utilizados para reflexão, se encaixam na ideia de que o mais importante era a venda de terras, até pela extensão de terras indicarem para a possibilidade de uma ação pontual de proprietários de terras que pretendiam angariar lucros num mercado em crescimento. A única Colônia que pode destoar de tal consideração é a Colônia Tamandaré, que tem por trás uma empresa de colonização que possuiu outros projetos de colonização na região, e que é citada por Rückert (1997) como uma das principais colonizadoras em Passo Fundo. A Colônia Tamandaré e a Colônia Coqueiros, acabam se tornando sedes de municípios que se emancipariam de Carazinho na década de 1990; a saber, Almirante Tamandaré do Sul e Coqueiros do Sul, respectivamente.

De qualquer maneira, a colonização/venda de terras para colonos ou nacionais, fosse pública ou particular, teve papel importante para um

---

<sup>8</sup> Esse termo se refere aos núcleos coloniais criados a partir do final do século XIX na região do Planalto rio-grandense, com a chegada de imigrantes, mas principalmente com o excedente populacional oriundo das primeiras zonas de colonização do Rio Grande do Sul, identificadas como *colônias velhas*. As colônias novas localizavam-se nas áreas de matas não utilizadas para a criação de gado; contudo, eram espaços já ocupados por nacionais e indígenas, o que acarretou diferentes problemas conforme a colonização se expandia (Neumann, 2017).

novo ordenamento agrário que passaria a ser observado na região do Planalto rio-grandense. Interesses capitalistas sempre estiveram presentes na venda de terras para quem possuísse meios para pagar pela propriedade de lotes de terras, ainda que seja mais destacada nos projetos particulares de diferentes tamanhos. Considerando uma preocupação maior em auferir lucros com a venda de terra, fosse a quem fosse, é de se considerar que também nacionais e não apenas colonos tenham participado de tal processo, embora ainda tenha havido um bom número dessa população que tenha se deslocado para outras regiões – e que posteriormente seriam atendidos pelo Serviço de Proteção aos Nacionais<sup>9</sup>.

## **A colonização na região de Passo Fundo e Carazinho**

A presença da iniciativa privada na região do Planalto rio-grandense foi marcada inicialmente de maneira mais intensa com a construção e expansão das estradas de ferro que, além de alterar o espaço com os trilhos de ferro e toda a infraestrutura necessária e a mão de obra utilizada, acabava por também se envolver na venda de terras contíguas às linhas férreas. O final do século XIX observa o início da atuação de empresas de colonização tanto de capital estrangeiro quanto de capital nacional, algumas até com sede em Porto Alegre, que, cientes do processo de desenvolvimento e valorização das terras do centro-norte rio-grandense, voltavam sua atenção para ela (Rückert, 1997).

Considerando as possibilidades de ação de indivíduos e empresas de diferentes negócios nesta região do Estado, Rückert (1997) afirma que o comércio de terras na região de Passo Fundo seria mais antigo e maior que a colonização oficial. Com uma ocupação desde meados do século XIX, a grande região de Passo Fundo era já densamente povoada

---

<sup>9</sup> O Serviço de Proteção aos Nacionais foi criado e implantado primeiramente na Colônia de Santa Rosa a partir de 1915, e posteriormente passou a ser aplicada por outras Comissões de Terras e Colonização do governo estadual. Tal serviço consistia em atuar para regularizar a situação dos nacionais que possuíam apossamentos de terras, mas não tinham meios financeiros para a regularização; tal Serviço possibilitava o pagamento do lote a partir da prestação de serviço em obras públicas, administrados pelas comissões de terras e colonização.

e ocupada com propriedades de terras reconhecidas; como consequência de tal fato, quando o fluxo de colonos migrantes se direciona para ali, encontravam um complexo cenário fundiário onde estariam se inserindo (Rückert, 1997; Neumann, 2017).

Com uma ocupação prévia já consolidada, e com a observação do crescente interesse e demanda por lotes coloniais, empresas de colonização particulares teriam sido, de acordo com Rückert (1997), mais ativas no mercado de terras no município, uma vez que agiam a partir da venda de terras próprias ou da compra de áreas diretamente de terceiros para lotear. Diferentes participações em diferentes empreendimentos, parcerias entre particulares e empresas em diferentes níveis, visando ao fim a venda de terras a quem pagasse, contribuem para considerar que “a região colonial de Passo Fundo apresenta uma formação multifacetada, tanto no que se refere às suas colônias, quanto aos sujeitos envolvidos, no caso, colonos e colonizadores” (Neumann, 2017).

Para além desse comércio prévio à venda de terras para a colonização, havia aqueles que adquiriam terras públicas através da solicitação de indenizações<sup>10</sup>, decorrentes de problemas como a presença de posseiros intrusos em outras áreas. Dos pedidos de indenização pagas com áreas de terras, havia aqueles que solicitavam que tal pagamento fosse realizado na região de Passo Fundo, já visando as possibilidades de negócios com a colonização de tais áreas, ou ainda, a exploração de madeira que também desempenhava papel importante e era, muitas vezes, alinhada com a colonização.

As quatro Colônias que serão objeto de análise aqui podem ser agrupadas em dois grupos. As Colônias Dona Júlia e Tamandaré<sup>11</sup> surgem

<sup>10</sup> Um caso exponencial, como o próprio autor classifica, é o processo de indenização a Mathias Steffens, estudado por Állison Wagner (2020). Mathias Steffens participa de um longo processo de indenização do governo estadual, que deveria indenizá-lo com extensa área de terras; a opção de escolher receber áreas no município de Passo Fundo passaria pelo interesse em participar do processo colonizatório, utilizando as terras a receber para lotear e vender a colonos, e capitalizar sobre a indenização, se utilizando de conhecimento prévio sobre esse nicho de negócio e seu capital social.

<sup>11</sup> Atualmente, o que era a Colônia Dona Júlia faz parte ainda do território de Carazinho, enquanto a Colônia Tamandaré compõe parte do município de Almirante Tamandaré do Sul.

no que ainda é o município de Passo fundo, e contam com um nome em comum entre seus fundadores; ambas possuem, como fundador principal ou como partícipe da sua fundação, José Antônio Vargas. Único fundador da Colônia Dona Júlia, constituiu firma juntamente com Miguel Matte e João Dias de Meira (Firma Matte, Vargas e Meira), para a fundação da Colônia Tamandaré.

Esta empresa que fundou a Colônia Tamandaré, no então município de Passo Fundo, foi responsável pela criação de outra Colônia também em 1915, a Colônia Tesouras, em Palmeira (Cem anos, 2005). Considerando ações individuais como a de José Antônio Vargas na Colônia Dona Júlia, e ações como as da empresa Matte, Vargas e Meira, é possível inferir na existência de uma rede de contatos e negócios, além do conhecimento das possibilidades regionais para a venda de terras, visto a localização de tais núcleos. Além de partícipe na criação das Colônias analisadas neste artigo, Vargas era pecuarista, e membro do Partido Republicano em Carazinho (Ecker, 2007); logo, não se pode descartar os interesses políticos que poderiam estar envolvidos na venda de lotes coloniais e consequente aumento de eleitores na região, com a expectativa que fossem apoiar o partido daqueles responsáveis pela sua instalação na nova região e novo lote colonial, tal como vimos em Sand (2021).

A existência de uma rede de contatos para negócios, em diferentes esferas permitiria uma seguridade tanto pela ação colonizatória quanto pela propaganda de tais empreendimentos; o capital social e representatividade acabariam sendo, então, legitimadoras para esse negócio. Isso é refletido também em negócios que antecedem a criação e venda dos lotes coloniais, ou seja, a negociação e compra de terras de pequenos proprietários que existam na área onde se pretendia implantar a colonização.

Já o segundo grupo, formado pelas Colônias Coqueiros e Colônia Xadrez, são criadas a partir de áreas da Fazenda dos Coqueiros, que atualmente pertencem ao município de Coqueiros do Sul. Esses dois casos de colonização surgem do interesse da família Guerra, proprietária

da Fazenda, em lotear algumas áreas de mata que não estariam sendo utilizadas para alguma outra atividade lucrativa. Tal possibilidade pode ter sido também atentada para os outros casos, uma vez que Rückert (1997) afirma que este era uma ação de vários grandes proprietários, que optavam por lotear e vender áreas arborizadas sob suas propriedades.

Dentro da tipologia de colonização particular, via de regra, dividida entre a colonização realizada por empresas de colonização, utilizando como exemplo o caso da Colônia Tamandaré através da Firma Matte, Vargas e Meira, ou de particulares (pessoa física), como a Colônia Dona Júlia, criada apenas por uma das pessoas que compunha a firma citada anteriormente. Mas entre esses dois exemplos de iniciativa privada na colonização, há a parceria entre um indivíduo e alguma empresa de colonização, como é o caso das Colônias Coqueiros e Xadrez. No caso destas últimas, possuindo uma origem em comum das terras utilizadas para a demarcação dos lotes coloniais, o proprietário da Fazenda dos Coqueiros, Homero Guerra procura parceria com pequenas empresas que ajudariam na propaganda sobre a venda de lotes nas referidas colônias (Schmitz, 2019).

Primeiro empreendimento criado a partir de áreas da Fazenda dos Coqueiros, a Colônia Coqueiros tem seu início no ano de 1928; é também o maior dos dois núcleos coloniais, com 130 lotes colocados à venda. Como o segundo núcleo é criado dez anos depois, ou seja, em 1938, é possível inferir que os resultados obtidos com a primeira inserção no mercado colonizatório, tenha contribuído para que Homero Guerra<sup>12</sup> resolvesse lotear e vender outra área da fazenda, após a divisão desta como herança entre ele e suas irmãs (Schmitz, 2019). Desde a compra da propriedade pela família Guerra na virada do século XIX para o século XX, as terras

---

<sup>12</sup> Membro da família à frente da criação da Colônia Coqueiros e idealizador da Colônia Xadrez, Homero Guerra também pode ter tido interesses políticos – para além dos econômicos – na criação de núcleos coloniais e no consequente aumento populacional do distrito/município de Carazinho. Figura importante da política carazinhense, participou da comitiva que pleiteou a emancipação do então distrito de Passo Fundo, e após, se tornou o 1º prefeito do novo município, no ano de 1931 (VARGAS, 1981).

da fazenda sofreram então, com várias alterações, ampliações e fragmentações (ampliação, divisão por heranças e colonização). Reforça-se então, o cenário agrário dinâmico encontrado na região, impactado diretamente com o avanço da colonização, onde propriedades eram expandidas para posteriormente realizarem o desmembramento em pequenos lotes rurais a serem vendidos para colonos.

Não possuindo projeto colonizatório para além da venda de lotes de terras, ou até mesmo um registro jurídico específico para este comércio de terras, obter documentação sobre tais empreendimento pode ser tarefa difícil. Optar por vender os lotes de terras para colonos a partir de seu próprio nome, ao invés de passar as áreas para uma empresa específica de colonização, poderia poupar os envolvidos de burocracias que poderiam desviar tempo e recursos, tornando atrativo realizar as vendas por conta própria ou ainda definir extraoficialmente os acordos com empresas, para se valer de uma possível legitimidade e confiança perante os interessados em comprar terras na região.

Consideramos que a parceria entre o proprietário das terras e as empresas teria ocorrido principalmente para a questão propagandísticas, pelo fato de que a partir das matrículas de registro de compra e venda realizadas nas Colônias em questão, são, em sua maioria, envolvendo alguém da família Guerra e o colono adquirente, sendo encontradas pouquíssimo envolvimento de empresas em tais registros<sup>13</sup>.

A parte do fato da presença de uma empresa de colonização seja diminuta no caso das Colônias criadas por Homero Guerra, a fragmentação de partes da propriedade sua e da sua família, seguiram aspectos observados em outros núcleos coloniais surgidos no Planalto rio-grandense no período da Primeira República. Ainda que possuindo áreas colonizáveis dentro da Fazenda dos Coqueiros, não tenha sido necessário adqui-

---

<sup>13</sup> Um estudo mais detalhado sobre esses núcleos coloniais pode ser encontrado no artigo de minha autoria, denominado *A relação entre a alteração da propriedade no norte rio-grandense com a colonização a partir das Colônias dos Coqueiros (1928) e Xadrez (1938)*, publicado na Revista Semina no ano de 2019.

rir áreas para a incorporação na colonização, se faz importante destacar os ganhos econômicos e políticos que surgiram a partir de 1928 e 1938.

## Considerações finais

Este artigo, antes de tudo, pretendeu propor reflexões gerais acerca de empreendimentos colonizatórios que, embora possam ter tido importância local para a ocupação do espaço e inserção deste de maneira mais incisiva na economia regional, não tenham sido de grande expressão se observados em um nível mais amplo no Estado. Não que por isso não sejam úteis para refletir sobre o processo colonizatório que ocorreu em toda a região do Planalto rio-grandense. Embora de extensão ou importância regional menor do que outros projetos colonizatórios de maior fôlego, são partes das bases da ocupação atual na região, e por isso, adentrar o espaço de reflexões sobre a colonização e a reorganização agrária do início do século XX.

Foram ainda, empreendimentos que contribuíram com enxertos multiétnicos na região até então formada predominantemente por nacionais e indígenas, gerando, como não poderia deixar de ocorrer, processos de alteridades nem sempre cordiais. Convém destacar, que, devido ao caráter introdutório das reflexões apresentadas, há espaço para estudos de maior fôlego sobre estes projetos, destarte a pouca disponibilidade de fontes ou a sua dispersão em diferentes locais de guarda.

Nas quatro Colônias objetos da reflexão neste estudo, é possível observar como os indivíduos que chefiavam tais negócios estavam diretamente ligados ao negócio, uma vez que eram vendidos os lotes por eles próprios em sua maioria. A existência de empresas de colonização se demonstra variada, sendo um caso o de reunião de pessoas diretamente envolvidas no negócio – Colônia Tamandaré –, ou muito provavelmente apenas para a realização de propaganda junto ao público-alvo da colonização – Colônias Coqueiros e Xadrez. A política foi outro aspecto observado em tais empreendimentos que, por conta de seus fundadores, eram

utilizadas para a expansão de base eleitoral e força regional, a partir da fragmentação da terra e a inserção de grande número de pessoas nos municípios.

Por fim, podemos afirmar que o principal papel destes pequenos empreendimentos coloniais tenha sido dinamizar o mercado da terra em municípios já com grande ocupação de propriedades, trabalhando na fragmentação da propriedade da terra nas primeiras décadas do século XX, ainda que se possa considerar um movimento contrário atualmente – ampliação territorial de propriedades rurais.

## Referências

- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOSENBECKER, Patrícia. **Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017. 248 p.
- CEM ANOS de germanidade no Rio Grande do Sul**, São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005.
- ECKER, Adari. **A trilha dos pioneiros**. Passo Fundo: Berthier. 2007.
- GREGORY, Julia Leite. **Uma história social da colonização privada: Empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- GRITTI, Isabel Rosa. As Companhias Colonizadoras e a intrusão de terras no Norte do Rio Grande do Sul: o caso da Fazenda Quatro Irmãos 1948-1950. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social**. 2013. p. 1-14.
- KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286. Agosto 2014.
- NEUMANN, Rosane Marcia. Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colônia da Colonizadora Meyer (Planalto Rio-Grandense, 1897-1932). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v.16, 2º semestre. p. 313-336, 2012.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Terras e colonização**: a formação da região colonial de Passo Fundo. In: MACHADO, Ironita; GERHARDT, Marcos (orgs). *História do Mundo rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017. p. 112-138.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra** – Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931. Passo Fundo: Editora UPF, 1997.

SAND, João. **“Uma Colônia com um futuro extraordinário”**: A atuação da *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA*, na região do Planalto rio-grandense (1898-1904). Trabalho de conclusão de curso (graduação em História). Universidade de Passo Fundo. 2021. 70 p.

SCHMITZ, Kalinka de O. A relação entre a alteração da propriedade no norte rio-grandense com a colonização a partir das Colônias dos Coqueiros (1928) e Xadrez (1938). **Revista Semina**. v. 18, n. 2. p. 34 – 54. ago/dez 2019.

SCHMITZ, Kalinka de O. “Entretanto, são ávidos de terras, pois sabem por experiência, constituírem elas excelente emprego para suas economias”: a colonização no Rio Grande do Sul e a migração de colonos para Santa Catarina. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 804-838, 2021.

STREIT, Isléia Rossler. **Entre ditos e não-ditos**: o coronelismo e a imigração. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000.

TRUZZI, Oswaldo. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Z; TRUZZI, O. (orgs). **Estudos Migratórios** – perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

VARGAS, Alvaro Rocha. **Do Caapi ao Carazinho** – notas sobre 300 anos de História. Carazinho – Editora jornal Noticioso. 1981.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

WAGNER, Álison. **Mathias Steffens (1862-1933) um funcionário público dono de terras**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade de Passo Fundo. 2020. 62 p.

## Fontes

Jornal A Federação – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

# Empresas colonizadoras e colonização do antigo Cruzeiro

---

Marilize Radin Fratini  
José Carlos Radin

## Introdução

O processo de colonização do Sul do Brasil, sobretudo do contexto da emancipação política (1822) até meados do século passado, é repleto de experiências nas quais vários grupos de imigrantes e de descendentes protagonizaram uma nova territorialização da região. Tendo isso presente, nesse capítulo, objetiva-se caracterizar a experiência de colonização ocorrida em parte do “território contestado”, que formou o município de Cruzeiro – SC (1917, atual Joaçaba), condicionada por uma série de fatores, como a disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, a Guerra do Contestado e, em especial, a intensa atuação de empresas particulares de colonização, bem como do interesse do poder público em fazer avançar tal projeto. Assim, ao longo da primeira metade do século XX, essas empresas se aproveitaram de facilidades viabilizadas pelo poder público, além da difusão de representações favoráveis aos colonizadores e contrárias aos grupos estabelecidos, impulsionando a reocupação de parte significativa do território. Os principais protagonistas dessa movimentação foram agricultores brancos, em geral provenientes das primeiras colônias sulinas.

O contexto de passagem do Império para a República foi de intensas discussões por parte da intelectualidade brasileira em aspectos que envolviam a ideia de nação, a necessidade de construção da cultura e identidade nacional, a mestiçagem e o branqueamento da população, o trabalho cativo e o livre, o ingresso de imigrantes, entre outros. Também foi intenso o debate sobre o efetivo domínio do território e de seu aproveitamento econômico sob a perspectiva da expansão capitalista em curso no país. Para o enfrentamento de tais situações e superação daquilo que se considerava problemas estruturais do Brasil, era forte a defesa do ingresso de imigrantes, com predileção para os brancos da Europa central. Nesse cenário, essa intelectualidade ansiava, conforme De Luca (1999), influir nos destinos do país novo, “em sua infância”, para que fosse possível colocá-lo em sintonia com os seus “verdadeiros valores”. Nesse desafio, ao interpretar o país, considerava-se fácil “estabelecer uma relação de causa e efeito entre presença da população branca e desenvolvimento econômico”. Assim, o fator decisivo da vida nacional, mais importante de qualquer outro, seria a composição étnica de sua população. Sem esse cuidado, o Brasil não teria chances futuras de “vir a integrar o concerto das nações”.

Nessa perspectiva de “branqueamento” da população brasileira, como destacou Oliveira Vianna (1938, p. 180 e 198) as “combinações de hereditariedades favoráveis” gerariam “mestiços superiores”, desde que a cor da tez e a forma dos cabelos fosse, principalmente, “do tipo antropológico do homem branco”. No processo de miscigenação, esse conjunto de caracteres permitiria uma ascensão mais fácil dos mamelucos. Por isso, salientava a importância do ingresso de imigrantes com tais características, dizendo que esse movimento “não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura, mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue”. Acrescenta, ainda, que o fato de no Brasil haver “as seleções naturais e

sociais”, estaria se acelerando de forma extraordinária o “processo redutor dos elementos bárbaros”.

Tal compreensão evidencia como foi sendo construído o entendimento da conveniência de se aliciar imigrantes brancos e de privilegiá-los, concedendo-lhes vários benefícios, mesmo que essa reengenharia social implicasse em deixar à margem as populações já estabelecidas. No processo de colonização do sul do Brasil, grosso modo, predominou esse pensamento que foi se tornando hegemônico desde a emancipação política, quando o ingresso de imigrantes brancos passou a ser preocupação constante das autoridades. Destarte, para atraí-los, acenava-se com diversos favorecimentos, tais como o pagamento de passagens, o fornecimento de vários auxílios no momento da chegada, a concessão de direitos em similitude com os brasileiros e, principalmente, pelo fato de se viabilizar ao imigrante o acesso à propriedade da terra, situação nitidamente verificada nas várias experiências dos assentamentos agrícolas da região. A condição de privilégio que, em geral, tiveram os imigrantes, pode ser demonstrada pela legislação que foi sendo produzida acerca do tema, sistematizada por Luiza Horn Iotti (2001).

No território que viria a formar o município de Cruzeiro, a preocupação com a colonização pode ser observada no Decreto imperial 10.432 (Brasil, 1889), que definia a contratação da empresa para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Nele se previu para a empresa construtora a “cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionais”, nas margens da linha férrea. Em tais terrenos se deveria assentar imigrantes, como estabelecia no artigo XLIV, o qual asseverava que: “15% das famílias estabelecidas poderão ser nacionais. As outras serão de imigrantes europeus...”. A grande quantidade de terras concedidas à empresa *The Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, como mostrou Delmir José Valentini (2015), serviu para que ela não apenas explorasse a madeira, mas para que a terra fosse vendida aos colonos, atividades que se intensificaram a partir da segunda década do século XX.

A expansão da colonização desse território ganhava força a partir da combinação de alguns fatores, sobretudo pela consolidação dos efeitos da Lei de Terras (1850), a qual foi dando contornos definitivos à propriedade privada da terra. Destaque-se, também, o Acordo de Limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina (1916), que oficializou a incorporação de aproximadamente 28.000 km<sup>2</sup> ao território catarinense, sendo que a maior parte dessa área constituiu os municípios de Chapecó e de Cruzeiro, criados em 1917. Tais definições davam maior segurança legal no processo de apropriação privada da terra, em franca expansão na região. Em decorrência da assinatura do acordo interestadual de limites, o governo catarinense se obrigava a reconhecer títulos que haviam sido concedidos pelo Paraná. Nesse sentido, destaque-se (Radin, 2009) que a *The Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, pleiteava o registro definitivo, junto ao governo de Santa Catarina, de 72.815 hectares. Além dela, outras empresas colonizadoras faziam pedidos semelhantes de registros de áreas, da mesma forma, bastante expressivas.

Acrescente-se que o ano de 1916 também marcou o final da Guerra do Contestado. Com isso, as autoridades passaram a impor um controle maior sobre os “posseiros/intrusos” ou grupos estabelecidos, protagonistas do conflito, que teve, como causa mais profunda, a disputa pelo domínio do território no qual residiam. Assim, o fim da Guerra também era visto como fator que favoreceria a comercialização das terras e o consequente avanço da colonização.

Foi a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, na margem esquerda do rio do Peixe, o fator que mais impulsionou a reocupação do território. A edificação do moderno meio de transporte também foi determinante na mudança da dinâmica social e econômica, pois foi gradativamente atraindo pessoas para a sua área de abrangência. A reocupação dessas áreas fomentou a emergência de várias iniciativas econômicas ligadas ao extrativismo da madeira, à prestação de serviços, ao pequeno comércio e pequenas indústrias, entre outras.

Assim, a partir do transcurso da segunda década do século passado, esse conjunto de fatores contribuiu profundamente para impulsionar o processo de colonização das terras “devolutas” do antigo “território contestado”, as quais formaram a base da nova e significativa fronteira agrícola. Nela se observou intensa atuação de empresas privadas de colonização que, sobretudo nas décadas de 1920 a 1940, desencadearam ativa campanha publicitária e atraíram milhares de migrantes, em sua maioria, agricultores descendentes dos imigrantes que haviam ocupado os primeiros assentamentos agrícolas do Rio Grande do Sul.

## **A nova fronteira agrícola e a mercantilização da terra**

No limiar do século XX, a campanha modernizadora do país, almejada pela intelectualidade, visava uma nação unida e próspera, o que ainda se apresentava como um desafio, sobretudo na parte meridional, com divergências de limites e com expressivas áreas consideradas “sertões demograficamente vazios”. A ocupação com imigrantes seria a forma ideal para efetivar o projeto modernizador também na região Sul. De modo genérico, segundo Radin (2022, p. 22-23), tal perspectiva serviu de justificativa e permeou o processo de expansão para o interior, expressa pela ideia de progresso, amplamente difundida com advento da República. Os interesses do mercado que moviam tal conquista seriam atendidos, quando se fizesse a terra produzir.

O Brasil, tido como um “país agrícola”, conjecturava a necessidade de ampliar a apropriação e aproveitamento efetivo da terra. As políticas que decorriam da Lei de Terras de 1850, destinadas à regularização e à comercialização, foram se fazendo perceber no território contestado, em especial, a partir da resolução do litígio, em 1916, período em que os projetos de colonização foram intensificados. É importante pontuar que os municípios de Chapecó e Cruzeiro, emancipados em 1917, ocuparam a maior parte do território que, pelo acordo interestadual, passou a ser catarinense. Também, no entender de autoridades catarinenses,

a afluência de migrantes para essa nova fronteira agrícola, efetivaria o domínio sobre as “terras incultas”, legitimando a posse e tornando-as economicamente produtivas.

País novo e despovoado, o Brasil só na imigração terá o fator essencial ao seu progresso econômico. Sem o braço alienígena, um país como o nosso, de população rarefeita e de uma extensão territorial que equivale a 16 vezes a França e 289 vezes a Bélgica, não pode entrar no combate pacífico de que falava Waldec Rousseau, em que a vitória depende do progresso da economia e da superioridade na produção e em que as nações disputam mercados e não províncias. (Ramos, 1914, p. 6).

A preocupação, exposta na mensagem apresentada pelo governador Vidal de Oliveira Ramos, corrobora com as inquietações do contexto nacional, na aurora do século XX. Era corrente o entendimento de que a “falta de organização, disciplina e tenacidade” de um país imenso, com enormes “áreas desertas”, habitado por “população escassa, sendo em maioria esmagadora analfabeta e desprovida de civismo”, não levaria ao progresso então almejado. Assim, somente a emergência de uma nova hierarquia social, constituída com a contribuição do elemento branco europeu ou descendente, seria capaz de superar o estigma de atraso, de ocupar os “vazios” e de estabelecer uma melhor contribuição na tarefa de edificar uma nação afinada com os propósitos capitalistas.

Nesse contexto, colocam-se os impactos da construção da estrada de ferro São Paulo Rio-Grande para o redesenho agrário do município de Cruzeiro e do Oeste catarinense. A concessão de terras devolutas efetivada pelo governo federal, como parte do pagamento pela execução da obra, serviu de base para impulsionar o processo de ocupação dessa fronteira. Era corrente a ideia de que a “ferrovia colonizatória”, ao atrair imigrantes europeus e/ou seus descendentes, pelo aceno da propriedade privada da terra, conduziria à modernização da região e a inseriria na economia nacional.

Nas décadas iniciais do período republicano, quando as terras devolutas haviam passado para a jurisdição dos Estados, o poder público catarinense alegava dificuldades para assumir o projeto de “ocupar o

sertão”. Assim, a tarefa foi gradativamente sendo passada às empresas colonizadoras, fato claramente observado no processo de demarcação e ocupação das terras de Cruzeiro. A mercantilização da terra, no formato praticado pelas empresas, atraiu milhares de descendentes de europeus das colônias de imigrantes, do Rio Grande do Sul. Nesses locais se observavam diversas dificuldades quanto à subsistência, decorrentes também do empobrecimento do solo agrícola, da precariedade de técnicas para recuperá-lo, da escassez de novos lotes e do conseqüente encarecimento, entre outras. Por outro lado, a publicidade das empresas colonizadoras acenava que, em Santa Catarina, haveria abundância de terras férteis e baratas, reavivando a possibilidade de conquista da propriedade de terra e de prosperidade. As expressões “terras velhas”, reportando-se às primeiras colônias de imigrantes e, “terras novas” para aquelas do Oeste catarinense, eram comuns nesse contexto.

As práticas efetivadas no município de Cruzeiro foram identificadas em boa parte do território do sul do Brasil no limiar do século XX. Por elas se pleiteava que a região pudesse se modernizar e que, como cita Tania de Luca (1999, p. 49), contribuíssem para “dar sentido de conjunto ao país, inculcar no seu povo a consciência do próprio valor [...] combater o seu ‘estado mórbido’ e equipará-lo ‘às raças adultas, emancipadas e sadias’”. A territorialização e o desenvolvimento imaginado seriam capitaneados pelas empresas colonizadoras e protagonizados pelos grupos direcionados à nova fronteira, pois eles estariam imbuídos dos princípios e valores para tal. Pleiteava-se, com isso, como acenou Adelar Heinsfeld (2015, p. 38), a organização fronteiriça e consolidação do Brasil-nação.

Nesse cenário, despontaram dezenas de empresas que operaram na mercantilização da terra, sobretudo no antigo território contestado. A reocupação das terras, seguindo os moldes das áreas dos primeiros assentamentos de imigrantes, favorecia a comercialização de lotes e a geração de lucros a tais empresários. Para o Estado, ao menos nas primeiras décadas do século XX, a ação colonizatória também seria oportuna, considerando que contribuiria para a superação do “atraso” da região. A

demarcação das terras e posterior venda dos lotes, a construção de estradas vicinais à ferrovia, a edificação de escolas, de igrejas e de outras obras de infraestrutura concretizaria o processo de expansão capitalista, de forma “terceirizada” pelo Estado às empresas, o que isentava o poder público de tais responsabilidades. As práticas apareciam em mensagens do governo catarinense, que argumentava em seu favor.

O processo consiste em pagar em terras o preço das estradas construídas sujeitando, porém, os respectivos construtores, a condição de colonizar dentro de determinado tempo os terrenos cedidos, sob pena de estes, ao fim do respectivo prazo reverterem ao Estado sem indenização de qualquer espécie. (Luz, 1920, p. 47).

A manifestação do governador Hercílio Luz evidencia que a prática do pagamento às empresas, em terras, pela construção de estradas, seria uma forma eficaz de facilitar o processo colonizatório e conseqüente “modernização do sertão”. A projeção de vias que ligassem as várias regiões do Estado, do litoral até o extremo oeste, justificaria a cessão de terras aos empresários. A aliança entre poder público e privado resultaria no “aproveitamento imediato de uma grande riqueza até agora inativa sem onerar a despesa pública com encargos impossíveis” (Luz, 1920, p. 47).

A prática relacionada ao domínio privado do território contribuiu para a superação da ideia de posse, a qual guiava os grupos tradicionais desde tempos imemoriais. O processo de mercantilização das terras retalhou o território e, simultaneamente, promoveu a exclusão dos grupos mais pobres, como os caboclos e indígenas, quanto o acesso à terra. Em geral eles eram caracterizados como atrasados, avessos ao progresso e vistos como empecilhos aos projetos propostos pelo governo e pelas empresas colonizadoras. Isso se observa no discurso proferido, pelo então Governador Coronel Vidal de Oliveira Ramos, ao Congresso Representativo, em 1914 (Ramos, 1914, p. 06), quando justifica as condutas de resistência, por parte dos “habitantes dos nossos sertões”, à ocupação das terras pelos agricultores e, também, a sua forma de “ocupar e cultivar”, originadas da condição de “ignorância e analfabetismo” em que vivem os “infelizes sertanejos”.

Nesse contexto, as empresas colonizadoras foram favorecidas, com a propagação de tais representações, em seu objetivo de promover a migração de grandes contingentes populacionais e criação de núcleos coloniais. Nessas áreas, o foco da produção familiar, além da subsistência, gradativamente foi sendo o viés mercantil, situação que produziu uma dinâmica comercial e industrial no município.

Por sua vez, a ferrovia São Paulo-Rio Grande, considerada uma porta de entrada e de saída para os produtos excedentes dos agricultores, exerceu um papel muito importante para a colonização de todo o vale do rio do Peixe. O crescimento progressivo que decorreu da formação dos núcleos de colonização era frequentemente enaltecido e relacionado à presença dos agricultores nas margens da via, como foi destacado por José Ferreira da Silva, referindo-se à região de Cruzeiro.

Onde homens ativos e experimentados no comércio de gêneros coloniais montavam as suas casas de negócio, as suas pequenas indústrias, ativando transações não só com os colonos, na compra dos gêneros que estes produziam, como com as firmas do Rio Grande e São Paulo. A estrada de ferro mantinha-os em contato permanente e seguro com esses centros, facilitando igualmente a vinda de novos braços, de novas energias, para o desbravamento da fertilíssima região, que seria, graças e esse meio de transporte, ao trabalho persistente, a coragem e ao entusiasmo de lavradores ativos e inteligentes, transformada em breve em uma das mais ricas e prósperas de todo o estado de Santa Catarina. (Queiróz, 2016, p. 16)

Tais perspectivas evidenciam o significado econômico que a terra assumiu com a expansão da colonização. Enquanto mercadoria, assumiu valor de troca e cada vez mais foi percebida como possibilidade de fonte de renda, balizando o caráter do processo de ocupação do território de Cruzeiro. As facilidades e os incentivos proporcionados pelo poder público, aliadas a proximidade com a ferrovia, condicionaram as transformações nas terras do município e da região.

A atuação intensa de tais empresários, bem como seus interesses corporativos, fica bastante evidente num espesso Memorial (1933), da “Sociedade União dos Colonizadores”, que afirmava representar mais de vinte empresas colonizadoras da região, endereçado ao recém-no-

meado Interventor de Santa Catarina, Aristiliano Ramos. No Memorial são feitas uma série de sugestões e, sobretudo, reivindicações acerca da proteção da atividade de venda das terras e da cobrança de impostos. Salientam que as empresas não poderiam ser “tratadas como inimigas do bem público” por cumprirem um papel importante para o Estado, promovendo a ocupação dos espaços ainda não aproveitados economicamente. Faziam forte questionamento quanto à modificação da cobrança de impostos sobre a terra, o que teria atingido os pequenos proprietários e que isso prejudicaria os negócios das empresas e, por conseguinte, os próprios interesses do Estado. Argumentavam que a atividade de colonização que desenvolviam era “contrária ao latifúndio” e que seu interesse não era o de “guardar grandes áreas, mas vendê-las o mais depressa possível”. Alertavam que o novo Regulamento do Imposto de transmissão prejudicaria os colonos, pois esses adquiriam pequenas áreas, com o intuito de cultivá-las. Isso destoaria do trato que as empresas do mesmo fim receberiam nos estados vizinhos.

A atuação das diversas empresas colonizadoras, na nova fronteira agrícola (Tabela 1), evidencia como a mercantilização da terra se tornou em negócio palpitante. Em geral, eram formadas por grupos de sócios, com diferentes participações de capital. Muitos sequer conheciam as terras comercializadas pelas empresas, onde geralmente atuava um preposto ou o sócio com participação menor de capital acionário. A esse cabia à gestão das demarcações, a apresentação dos lotes aos compradores, a recepção dos agricultores e a resolução de eventuais problemas ligados ao ofício.

Saliente-se que a perspectiva liberal, colocada como suporte da modernização do Brasil, faria avançar a o capitalismo na região e, nessa empreitada, as empresas colonizadoras seriam imprescindíveis. Empenhados em comercializar as terras, os empresários da colonização, difundiam a ideia de que a divisão em pequenos lotes era a melhor estratégia para incrementar a população rural, desenvolver a agricultura e promover o progresso almejado.

Tabela 1 – Empresas colonizadoras que atuaram no município de Cruzeiro

Colonizadora	Sede	Área de atuação
<b>Brazil Railway Company</b> (Subsidiárias) <i>Brazil Development and Colonization Company e Southern Brazil Lumber e Colonization Company</i>	Portland (Estados Unidos)	Cruzeiro: várias áreas próximas a ferrovia
Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia.	Santa Catarina	Cruzeiro: Colônia Bom Retiro (Luzerna).
Colônia Petry, José Petry.	Santa Catarina	Estação de Rio Bonito (Tangará).
Colônia Piccoli: Augusto e Reynaldo Piccoli.	Santa Catarina	Videira, Estação Rio das Pedras/ Campos Novos.
Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.	São Paulo/ Rio Grande do Sul	Cruzeiro: Catanduvas, Ponte Serrada, Irani, Vargem Bonita, Ouro, Capinzal, Piratuba e Concórdia.
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.	Rio Grande do Sul	Cruzeiro: Concórdia, Arabutã, Ipumirim e Lindoia do Sul.
Luce, Rosa & Cia.	Rio Grande do Sul	Cruzeiro: Concórdia, Seara, Itá e Paial
Empresa Povoadora e Pastoral Theodore Capelle & Irmão – Jean Leon Capelle	São Paulo	Cruzeiro: Rio das Antas, Piratuba e Concórdia
Angelo De Carli, Irmão & Cia. – Colônia Irany	Rio Grande do Sul	Cruzeiro: Ponte Serrada, Vargem Bonita, Irani e Passos Maia
Empresa Colonizadora Nardi, Rizzo, Simon & Cia.	Rio Grande do Sul	Cruzeiro: Seara – Colônia Rio Branco

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de anúncios do jornal *Staffetta Riograndense* e Nodari (2002).

As empresas colonizadoras que atuaram no município de Cruzeiro se instalaram no contexto da construção da ferrovia São Paulo Rio-Grande. Como se evidenciou, tratou-se de um cenário que favoreceu tais negócios, sobretudo pela facilidade de deslocamento de pessoas e de produtos, o que valorizou sobremaneira as terras da região e foi criando uma nova dinâmica social e econômica. A *Brazil Railway Company*, responsável pela exploração da linha férrea, junto com suas subsidiárias *Brazil Development & Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, fez avançar o processo de demarcação e reocupação das novas terras, assim como do extrativismo da madeira.

A *Brazil Railway Company*, empresa do magnata americano Percival Farquhar, através de seu engenheiro João Teixeira Soares, recebeu ainda no final do Império, pelo Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889 (BRASIL, 1889), a autorização para “construção, uso e gozo” da ferrovia. Dentre as cláusulas mais emblemáticas, no que tange a fronteira, está a concessão gratuita de terras devolutas em uma extensão de 30 km para cada lado do eixo da linha, para fins de colonização. No entanto, com a queda da Monarquia, o contrato sofreu alterações, pelo Decreto n. 305, do dia 7 de abril de 1890 (BRASIL, 1890), mas, mesmo assim, mantinham-se as concessões, reduzindo-as para 15 km de cada lado da ferrovia. As cláusulas que tratavam especificamente da ocupação e colonização foram consideradas sem valor, o que desobrigava a empresa de uma série de compromissos e abria espaço para a atuação de outras empresas privadas.

Pela análise de Márcia Janete Espig (2012), era estratégico o objetivo principal que norteava os interesses do governo republicano para a construção. A ferrovia cortava vastas áreas das províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e isso possibilitaria rápido deslocamento de tropas para o sul do continente, no caso de conflitos. Entretanto, em 1907, foi assinado um importante decreto que, entre outras questões, recolocava a colonização dos terrenos marginais à ferrovia.

Pela clausula VIII do decreto n. 6.533[...], obrigou-se a companhia a promover a colonização das terras marginaes da estrada, o que, sem dúvida, será um dos factores mais poderosos para o incremento desta importante via ferrea que atravessa, presentemente, vasta extensão de terras pouco povoadas e quasi incultas, comquanto disponham de riquezas naturaes de bom aproveitamento. (*Apud* Espig, 2012).

Segundo Delmir José Valentini (2015, p. 116) a *Brazil Railway Company* teve participação direta no processo colonizatório ao criar colônias através de suas subsidiárias ou agindo indiretamente através de contratos repassados a empresas particulares que assumiam os serviços nas glebas adquiridas. Por sua vez, Paulo Pinheiro Machado (2004) destaca ainda, a afirmação do Engenheiro Érico Gréseke que, designado pelo

governo catarinense, em 1913, para a medição de terrenos devolutos, assegurou que a região estaria pronta para receber os imigrantes e descendentes. O corpo de segurança da *Brazil Railway* já havia “limpado” a região da presença de “intrusos”.

Foi nesse cenário que diversos empresários da colonização comercializaram grandes áreas de terras, que não estavam em posse de fazendeiros, efetivando o projeto almejado pelo poder público em relação à região. Tal entendimento é corroborado pela declaração do presidente da província, Felipe Schmidt, em 1918, quando descreve ao Congresso Representativo que o

[...] serviço de colonização realizado pela Brasil Company em Herval, Rio Capinzal e Rio do Peixe, feito com elementos nacionais ou estrangeiros aqui domiciliados, vai concorrendo para o aumento da nossa produção agrícola e para que sejam desbravadas e conhecidas as regiões até então desabitadas e incultas e que começam agora a ser povoadas. (Schmidt, 1918, p. 48)

A conjugação de fatores, nas primeiras décadas do século XX, favoreceu a atração de empresários da colonização ao município de Cruzeiro, como foi o caso de Henrique Hacker. Associado a um grupo de investidores do Rio Grande do Sul, em 1916, fundou a “Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Racker e Cia”. Adquiriu uma área de 40.000 hectares, dividindo-a em lotes que, nos padrões da época, poderiam acomodar aproximadamente 1.500 famílias de colonos. Assim, a colônia Bom Retiro passou a receber agricultores dos primeiros assentamentos de imigrantes alemães e italianos. Acerca de tal empreendimento, afirma José Ferreira da Silva (Queiroz, 2016, p. 16), que por estar na margem oposta da ferrovia, o engenheiro construiu uma balsa para facilitar o deslocamento de pessoas e de mercadorias para a estação Herval.

As técnicas de convencimento adotadas pelas empresas exploravam a ideia de melhoria na condição de vida e de possibilidade de um futuro melhor. Eunice Nodari (2002, p. 39), evidencia que os agentes utilizavam todos os meios que estavam à sua disposição para persuadir as pessoas a comprarem as terras. Os anúncios, patrocinados pelos empresários da

colonização nos jornais de circulação nas colônias do Rio Grande do Sul apresentavam os novos assentamentos como local que traria, além do acesso a terras férteis e em abundância, a garantia de comercialização da produção, visto a proximidade com a ferrovia.

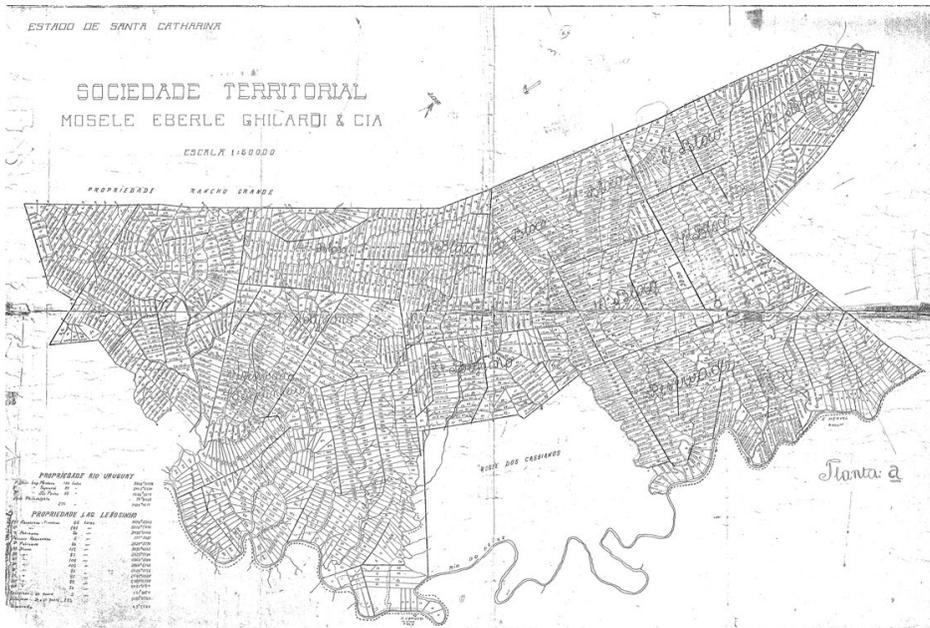
Numa publicidade, divulgada em italiano e voltada para às primeiras colônias italianas, em fevereiro de 1920 (*Staffetta Riograndense*, 1920, n<sup>o</sup> 44, p. 3), pela colonizadora H. Hacker & Cia., fica evidente a estratégia da empresa em destacar que suas terras eram próprias a pequenos agricultores, que estavam localizadas muito próximas à ferrovia, com boas estradas de acesso e, portanto, conectadas com os grandes centros de consumo do país, como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Também, como artifício para facilitar a comercialização, destacava a existência de escola e de igreja, o que permitiria a manutenção da cultura e costumes da família.

A prática publicitária adotada pela empresa colonizadora de Henrique Hacker, em geral, foi assumida pela maioria das empresas particulares que aturam no Vale do Rio do Peixe e Oeste catarinense. Em 1923, sócios da empresa H. Racker e Cia. aliaram-se ao empresário Leonel João Mosele e fundaram a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia. Dois anos mais tarde, fruto de associação parcial entre as duas, surgiu a Sociedade Territorial Mosele, Eberle & Ahrons Ltda. Sobre tais empresas, destaca Nilson Thomé (2006, p. 275), elas cravaram as bases para a colonização de Bom Retiro, Leãozinho, Capinzal, Rio do Peixe e Uruguai, com porções também na margem esquerda do Rio do Peixe, no município de Campos Novos, alcançando ainda a região de Concórdia.

A Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia. possuía inicialmente o domínio de grande extensão de terra na margem direita do Rio do Peixe, como pode ser observado na Figura 1. A empresa adquiriu e loteou boa parte do território do velho Cruzeiro, atuais municípios de Joaçaba, Ouro, Catanduvas, Jaborá, Presidente Castelo Branco, Ipira e Peritiba. Pela imagem se observa a característica dos lotes rurais, que seguem um padrão de

em média 24 hectares, correspondentes a uma colônia. José Carlos Radin (1996, p. 80) destaca que a sede da empresa se localizava em Porto Alegre, mas um dos sócios, Leonel João Mosele, residia em Marcelino Ramos, facilitando assim, as transações comerciais em Santa Catarina. Essa era uma prática comum no tocante à administração das colônias. As empresas colonizadoras recrutavam agentes que atuavam no convencimento para a aquisição das terras nessa nova fronteira agrícola.

Figura 1 – Planta da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Guilardi & Cia.



Fonte: Acervo Gilson Ratti (Joaçaba-SC).

Na propaganda da empresa Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., Figura 2, são identificados diversos encarregados atuando em suas respectivas localidades, no intuito de recrutar o maior grupo de colonos para a ocupação dos assentamentos no território de Cruzeiro. Igualmente, salienta a grande quantidade de terras comercializadas ao longo do processo de colonização do município e a acuidade das empresas privadas na execução do empreendimento. Em 1925, a empresa colonizadora também adquiriu

da *Brazil Development & Colonization Company* 3.346 lotes coloniais, com o encargo de colonizar a gleba “Rio Engano”. Carlos Fernando Comassetto (2007, p. 9) acrescenta que em 1932, com o desígnio de concretizar a reocupação do espaço de Concórdia, então distrito de Cruzeiro, foram divididos 3.638 lotes rurais e 256 lotes urbanos.

Figura 2 – Propaganda da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.

# Sociedade Territorial

## MOSELE, EBERLE, AHRONS & Cia.

PROPRIETARI DELLE FUTUROSE COLONIE CONCORDIA E HERVAL  
I DUE MAGGIORI CENTRI DI GRANDE PROGRESSO DELLA  
ZONA COLONIALE DI SANTA CATHARINA SITUATI NELLE  
VICINANZE DELLE STAZIONI DI MARCELLINO RAMOS E HERVAL.

**Acqua e clima:** — l'acqua vi é abbondante e eccellente, tutti i terreni sono misurati in modo che ogni colonia sia servita di acqua corrente in quantità. Quanto al clima é il migliore che si possa desiderare, e si assomiglia molto a quello dei nostri municipi della colonia italiana, perciò molto adatto alla cultura di ogni sorta di cereali, specialmente *miglio, frumento, fagioli, fieno, alfafa*, oltre il buon vino perché i vigneti vi fruttano benissimo.

**Strade e commercio:** — oltre alla favorevole situazione delle nostre terre che si trovano vicine alla strada di ferro, sono pure servite da ottime e numerose strade carreggiabili, proprie per auti e camions, costando per questo pochissimo il frete per il trasporto dei generi coloniali alle stazioni.

Nelle nostre colonie il colono può stabilirvisi subito e produrre in quantità qualunque genere coloniale perché trova immediatamente dove venderlo a buoni prezzi, per trovarsi in mezzo al commercio e perciò dove non mancano mai buoni compratori.

**COLONI:** — ricordatevi che comprando terreni lontani dal commercio commettete un grande sbaglio, perché non solo non otterrete buoni prezzi per la vendita dei vostri prodotti come sarete soggetti a pagare carissimi i generi che sarete obbligati a comprare per il vostro consumo, come *sale, zucchero, riso, petrolio* e altri, come pure avrete il disvantaggio di essere lontani da tutti i ricorsi e perciò privi di strade, scuole e di chiese. Ricordatevi pure che comprando terreni di prima qualità vicino ai centri commerciali, e ancora il migliore negozio perciò tutti quelli che desiderano impiegare bene il loro capitale, devono acquistare delle nostre colonie in CONCORDIA o HERVAL.

**Prezzi e condizioni di pagamento:** — ZONA DI CONCORDIA di 3.000\$000 a 3.800\$000 per colonia di 24 ettari — ZONA DI HERVAL di 3.200\$000 a 4.800\$000 conforme la colonia. Pagamenti in tre prestazioni uguali, a vista a sei mesi e a dodici mesi senza juro, pagando anticipato faremo lo sconto nella base di 12% all'anno.

**Conduzione:** — per quelli che preferiscono non viaggiare in ferrovia l'impresa dispone di splendidi e comodi auto-omnibus da qualunque punto della colonia italiana fino a Marcellino Ramos oppure a Concordia. Viaggio gratuito di andata e ritorno per quelli che comprano, e costerà 100\$000 per quelli che non comprano.

Per maggiori informazioni dirigersi ai nostri scrittoi di Caxias, Marcellino Ramos o Herval (Santa Catharina) oppure ai gerenti João Mosele e Leonel Mosele.

(26-a)

Fonte: *Staffetta Riograndense*, 18 de abril de 1929, p. 04.

As observações precedentes justificam as políticas adotadas pela empresa em períodos anteriores. Na propaganda divulgada pelo *Jornal Stafetta Riograndense* em 1927, “o progresso alcançado pelo Distrito de Concórdia”, com a existência de duas casas de comércio, um hotel, uma serraria movida a turbina, a qual gerava energia elétrica para a sede da empresa, era considerado o grande diferencial. A estrada ligando o distrito de Cruzeiro a Marcelino Ramos, em fase final de execução, também era apontada como marco para o desenvolvimento local. (*Staffetta Riograndense*, 16 de fev. de 1927, p. 04). Destaque-se que os atuais municípios de Arabutã, Ipumirim e Lindoia do Sul também tiveram a atuação direta da empresa na organização das propriedades agrícolas.

A empresa colonizadora Luce, Rosa & Cia. Limitada, com sede em Porto Alegre, foi fundada em 1915 e empreendeu boa parte dos negócios no estado de Santa Catarina. Além do distrito de Concórdia, a colonizadora atuou no loteamento e comercialização do território do velho Cruzeiro, que corresponde atualmente aos municípios de Seara, Itá e Paial. Em seus estudos, Márcia dos Santos Caron (2009, p. 85) expôs que os acionistas da empresa mantinham estreitas relações com representantes do poder político rio-grandense o que favoreceu a aquisição de terras no nordeste do Rio Grande do Sul, e, com a capitalização da empresa, posterior expansão para o estado vizinho.

As práticas de organização adotadas pela Luce, Rosa & Cia. evidenciam arranjos comuns no processo de aquisição e comercialização das terras. A mercantilização por essa e demais empresas, aliava interesses privados e os do Estado, que buscavam a ocupação efetiva dos espaços considerados “vazios”. Em Santa Catarina, ela figura entre as primeiras empresas a comercializar terras na região do Contestado. Segundo Caron (2009, p. 91), em 1921, o sócio e representante da empresa, José Petry, recebeu um Título de Concessão de Terras Públicas expedido pelo governo catarinense, de uma área de 1.095,1 hectares, parte do distrito de Sertãozinho. A concessão, somada às áreas da Fazenda Sarandy e parte da Fazenda Barra Grande, no distrito de Concórdia, adquiridas em

1919, resultou em 14.926,6 hectares de terras contíguas, destinadas ao projeto de colonização.

A empresa colonizadora Ângelo de Carli & Cia., fundada em 1914, atuou especialmente nos atuais municípios de Irani, Ponte Serrada e Vargem Bonita. Seguiu o mesmo viés de ocupação das áreas que as demais empresas e, seus agentes de comercialização, mesmo que as terras não estivessem tão próximas à Ferrovia São Paulo-Rio Grande, reforçavam a ideia de que a área tinha acesso a ela, além de exaltar a quantidade e a qualidade das terras. Em divulgação da venda de lotes na Colônia Irani (Cruzeiro), em 1928, destacava-se as grandes possibilidades de produção devido à fertilidade do solo, ao clima e às boas estradas que davam acesso à estação Herval. Já a Vila de Cruzeiro era descrita como um centro dinâmico onde qualquer gênero poderia ser comercializado, o que facilitaria a vida do colono (*Stafetta Riograndense*, 1928, nº 38, p. 4). Acerca dessas estratégias, Arlene Renk (2006, p. 69) também destaca que a fertilidade do solo aliada à criação de infraestrutura mínima seriam os principais alicerces para a atração dos compradores rio-grandenses. Ainda, em relação à empresa de Ângelo de Carli & Cia., como foi descrito por Radin (2009, p. 196), na década de 1950 ela figurava entre as mais prósperas de Caxias do Sul. Paralelamente, as atividades de Colonização em Cruzeiro, investia no extrativismo madeireiro, na região de Caçador. Também, em Herval d'Oeste, construiu uma fábrica de fósforos e atuava na extração de erva-mate.

Os relatos perpetrados, quando da passagem do governador Adolfo Konder por Ponte Serrada, em 1929, dão conta de que no local vivam “apenas quatro famílias”. Claro está que, por esse número, a autoridade desconsiderava as famílias caboclas, tendo em vista se tratar de local habitado pelo grupo. Os registros mostram que, no deslocamento de Cruzeiro até Irani e Ponte Serrada, Konder enfatizou a excelência do sistema rodoviário e que a presença de assentamentos familiares representaria “a conquista da civilização” (Boiteux, 1931, p. 9-10).

A colonizadora Ângelo de Carli & Cia. também fez uso da prática de divulgação, no Rio Grande do Sul, da venda das terras, através de propagandas em jornais que circulavam nas regiões dos primeiros assentamentos de imigrantes. Dava ênfase à terra barata e fértil e a possibilidade de os colonos prosperarem e de se tornarem proprietários. Na década de 1930, os agentes que atuavam na região de Ponte Serrada, ao divulgar a venda dos lotes, segundo Arlene Renk (2006, p. 73), salientavam que neles havia pinheirais e, portanto, seriam mais valorizados devido a possibilidade de comercialização da madeira, ou ainda, terrenos “limpos”, sem a madeira, mais baratos. Essa estratégia visava facilitar a venda dos terrenos, permitindo que mais gente pudessem adquirir.

A Empresa povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão, sediada em São Paulo e dirigida pelo francês Theodore Jean Leon Capelle, apostando na lucratividade do negócio, também direcionou suas atividades para Cruzeiro, especificamente para a região de Concórdia e Piratuba. Carlos Fernando Comassetto (2007, p. 8) ressalta que o maior empreendimento da empresa esteve atrelado à negociação de aproximadamente 32.500 hectares da gleba Rancho Grande, com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

É relevante pontuar que a extensão da propriedade Rancho Grande foi pleiteada judicialmente pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande junto ao governo catarinense. Como destacou Nilson Thomé (2007, p. 289), o governador Hercílio Luz questionava a posse das terras tituladas ao sindicato de Farquhar pelo Paraná. Somente em 1924 quando foi encerrada a questão judicial entre o Governo e a *Brazil Railway Company*, acertaram-se as bases para a efetiva colonização e o repasse a para empresa Theodore Capelle & Irmão.

Contudo, as disputas judiciais entre a referida empresa e o Estado catarinense pela expedição de títulos de propriedade não podem ser consideradas o único entrave que permeou a colonização da propriedade Rancho Grande. No processo de comercialização das terras e da fixação

dos agricultores, Cristina Dallanora (2020, p. 57-58) pontua a intensificação da expropriação dos habitantes da região o que resultou em levantes como, por exemplo, os que ocorreram no município de Cruzeiro, em 1921, com o propósito de impedir a demarcação das terras. Muitos posseiros que ocupavam a região também acionaram judicialmente a EFSPRG alegando que a desapropriação era indevida, estando suas terras além da área demarcada pelo Estado<sup>1</sup>.

O processo de apropriação privada da terra e da colonização aos agricultores, não foi nem de longe pacífico e sem conflitos. As empresas, movidas pela perspectiva do lucro e amparadas na legislação, adotaram condutas que excluía ou marginalizavam as populações tradicionais. Por outro lado, a característica dos assentamentos familiares, em lotes que tinham 24 hectares como referência de tamanho, condicionou a forma de ocupação, nesse sentido se diferenciando do latifundiário presente em grande parte do país. Incumbidas pelo Estado de fixar agricultores, tidos como portadores do *ethos* do trabalho, as empresas colonizadoras retalharam as terras do município de Cruzeiro e atraíram para a nova fronteira agrícola grandes contingentes populacionais.

Esse cenário do início do século XX modificou profundamente a história do município de Cruzeiro e da região, seja pela forma de domínio ou pela dinâmica socioeconômica que decorreu da migração. Seu território possuía uma área de 7.680 Km<sup>2</sup>, no ato da criação e, nessa vasta extensão, a baixa densidade demográfica era apontada pelo governo como o principal empecilho para o almejado progresso, por isso também tais empresas eram bem vistas pelas autoridades.

## **A migração para o velho Cruzeiro**

A colonização de Cruzeiro esteve diretamente atrelada à expansão capitalista, simbolizada na privatização da terra, em particular pela

---

<sup>1</sup> Acerca dessas disputas judiciais impetradas por posseiros contra a Companhia EFSPRG no município de Cruzeiro, na década de 1920, ver, Frattini; Radin (2022, p. 187-206).

atuação das empresas colonizadoras, responsáveis por efetivar assentamentos de agricultores em todo o território do ex-Contestado. Para tal, souberam aproveitar-se do fator ferroviário, que era importante meio tanto para o deslocamento de pessoas quanto para a comercialização de produtos, o que ia transformando as terras do município em um capital valioso. Por isso foi se construindo uma teia de interesses em torno da colonização. Ao repassar a comercialização das terras ao setor privado, o Estado buscava também repassar as responsabilidades com a infraestrutura, além de potencializar a arrecadação de impostos.

A questão agrária, no início do século XX, estava diretamente vinculada aos ideais de modernização da fronteira, que se dariam pela efetiva ocupação do território. Nesse sentido a migração de descendentes de europeus, considerados portadores do *ethos* do trabalho, era tida como a alternativa para a superação do atraso que a região se encontrava. Nessa perspectiva a colonização, segundo João Carlos Tedesco (2008, p. 7-8), simbolizou a ação de homens sobre um determinado espaço. Promoveu a negociação da terra e implicou na transformação da relação homem-natureza, homem-terra, homem-mercadoria.

No caso de Cruzeiro, sobretudo até meados do século passado, destaca-se a intensa atuação das empresas de colonização, tanto na estruturação das colônias em si, que se estabeleciam na nova fronteira, quanto pela comercialização dos lotes. A mercantilização da terra nessa região do território ex-contestado estava intimamente ligada às condições das antigas colônias do Rio Grande do Sul, de onde partiu a maioria dos migrantes.

O crescimento demográfico de Cruzeiro evidencia o significado exercido pela ferrovia, aliada às estratégias dos empresários na reocupação pela colonização, pelo grande fluxo de migrantes a esse território. O município que foi criado com extensão territorial de 7.680km<sup>2</sup>, contava, conforme dados do IBGE, com 13.335 habitantes e, em 1940, alcançou 36.448. Acrescente-se a esse número a população do município de Con-

córdia, que havia se emancipado de Cruzeiro em 1934, e contava com população de 32.754 habitantes (IBGE, 1956, p. 597). Os números que se referem à população do território que formou Cruzeiro são ainda mais expressivos quando comparados a Chapecó, cuja extensão territorial era de mais de 14.000km<sup>2</sup> e, em 1920, registrava população de 11.315 habitantes, passando a 44.660 em 1940.

Destaque-se que parte significativa dessa população da nova fronteira agrícola era formada principalmente por descendentes de italianos e alemães que migraram das primeiras colônias do Rio Grande do Sul. Esses migrantes, convencidos de que as terras de Cruzeiro ofereciam uma melhor condição de vida, adquiriram os lotes comercializados pelas empresas, favorecendo o processo colonizador ambicionado pelo poder público. A propriedade agrícola familiar facilitou, dessa forma, a reocupação dos “vazios improdutivos”, pelos migrantes, imbuídos da ideia de conquistar sua propriedade e de melhorar a sua condição social.

O processo histórico de povoamento e de colonização de Cruzeiro permite identificar, dessa forma, a significativa participação das empresas colonizadoras. Foram elas que, como afirma Eunice Sueli Nodari (2002, p. 50),

[...] com suas diferentes técnicas souberam trabalhar com as insatisfações as esperanças dos teutos e itálos, mostrando-lhes que na nova vida a ser iniciada teriam condições de manter as suas práticas socioculturais e o seu padrão econômico ou mesmo melhorá-lo.

Reproduzindo as práticas agrícolas de seus antepassados, em terrenos acidentados, de vales e matas, que caracterizam o município de Cruzeiro e o vale do rio do Peixe, favoreceu-se a expansão da pequena propriedade agrícola, gerida e trabalhada pela família. Nesse tipo de agricultura prevaleceram culturas de verão, como as do milho e feijão e as de inverno, como a alfafa e o trigo; permitindo que a produção fosse além do consumo próprio. O excedente, principalmente de trigo, era levado a grandes centros de abastecimento através da ferrovia, mas gradativamente também sendo processado por uma gama de moinhos coloniais,

que emergiram na região. Assim, essa produção camponesa deu suporte a uma dinâmica econômica que diferenciou o município de outras áreas com ocupação diferente, como as do latifúndio.

## Considerações finais

O período que compreende o final do Império e o início da República foi de grandes transformações no país, que também se fizeram sentir no antigo território Contestado. A intensificação da demarcação de terras favoreceu o avanço da apropriação privada de imensas áreas e a reocupação desses “sertões”, sobretudo pela fixação do elemento branco. Nesse cenário, o território de Cruzeiro, e do Oeste catarinense, constituiu-se em base de uma significativa fronteira agrícola.

Diversas empresas de colonização exerceram um papel decisivo no processo de reocupação do território, sobretudo após a construção da Ferrovia São Paul-Rio Grande. A *Southern Brazil Railway Company* e suas subsidiárias, bem como diversas outras empresas privadas, atraíram, para Cruzeiro, milhares de agricultores, em sua maioria descendentes de imigrantes das primeiras colônias do Rio Grande do Sul, vistos como ideais para promover o progresso almejado pelas autoridades, em especial quando comparados às populações já estabelecidas, que foram alijadas do processo.

A estratégia de mercantilização das terras adotadas pelas referidas empresas foi a de dividi-las em lotes destinados à agricultura familiar. Para tal, realizaram intensa campanha publicitária, dirigida especialmente à população das áreas dos primeiros assentamentos de imigrantes. Em seus anúncios exploravam vários elementos como a proximidade com a ferrovia, além da fertilidade do solo, da produtividade e da possibilidade de comércio, dos preços atrativos das terras, da abundância de madeira e, conseqüentemente, das grandes possibilidades de ascensão social e econômica. Nesse cenário, até meados do século XX, tais empresas atraíram para Cruzeiro dezenas de milhares de migrantes agricul-

tores. Para as autoridades, a atividade das empresas colonizadoras foi considerada complementar ao interesse público, justamente por fixar os migrantes ao território e por torná-lo produtivo.

## Referências/fontes

BOITEUX, José Arthur. **Oeste Catarinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931.

BRASIL. **Legislação informatizada**. Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Legislação informatizada**. Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D305.htm). Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Legislação informatizada**. Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>. Acesso: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. **Recenseamento do Brasil**. Introdução. Realizado em 1 de setembro de 1920. V: 1, Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1922.

CARON, Márcia dos Santos. **Mapear, demarcar, vender...** A ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda. no Alto Uruguai gaúcho – 1915/1930. (Dissertação). Passo Fundo: UPF, 2009.

Colônia Irani. **Staffetta Riograndense**. Garibaldi, Rio Grande do Sul, 1 de fevereiro de 1928, Ano XIX, nº 38.

COMASSETO, Carlos Fernando. A posse e a comercialização da terra na Colônia Rio Uruguai entre 1920 e 1950. **Anais XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

COMASSETO, Carlos Fernando. **“Os colono só trabalha”**: A colônia rio Uruguai: Aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-1950. (dissertação). Passo Fundo: UPF, 2008.

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no Ex-Contestado**: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. (Tese). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia História**. v. 28, n. 48, Belo Horizonte, p. 849-869, jul./dez. 2012.

FRATTINI, Marilize Radin; RADIN, José Carlos. Disputas judiciais, posse da terra e migração à Cruzeiro – SC. In: RADIN, José Carlos; GRITTI, Isabel Rosa (org.). **Eternos migrantes**: em busca da terra prometida. Passo Fundo: Acervus, 2022, p. 187-206.

H. Hacker & Cia. Porto União. Colônia Bom Retiro. **Staffetta Riograndense**. Villa Garibaldi (Conded'Eu), 5 de fevereiro de 1920, Ano XI, nº 44.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Org). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Conselho Nacional de estatística. **Aspectos da economia agropecuária - 1940/1950**: Região Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1956.

IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e colonização**: legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LUZ, Hercílio Pedro da. Santa Catarina. Mensagem apresentada pelo Governador Hercílio Pedro da Luz ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 22 de jul. de 1920.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MEMORIAL da Sociedade União dos Colonizadores, ao Exmo. Snr. Interventor do Estado de Santa Catarina, Aristiliano Ramos. Florianópolis, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Herval [d'Oeste], 23 de abril de 1933.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para ocupar; atuação das companhias colonizadoras. **Esboços**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 29-51.

OLIVEIRA VIANNA. **Evolução do povo brasileiro**. 3. ed. Bibliotheca Pedagogica Brasileira, Vol. 10. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de (org.). **Álbum comemorativo do cinquentário do município de Joaçaba**. 2 ed. Joaçaba: [s.n.], 2016.

RADIN, José Carlos. Apropriação privada da terra nos sertões sulinos. In: KOLLING, Paulo José; SILVA, Marcio Antônio Both (org.). **Terra e poder**: vivências e lutas sociais no campo. Passo Fundo: Editora Acervus, 2022.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 1996.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RAMOS, Vidal de Oliveira. Santa Catarina. Sinopse do Quatriênio de 1910-1914, apresentada pelo Governador Coronel Vidal de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 20 de jun. de 1914.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006.

SCHIMIDT, Felipe. Santa Catarina. Mensagem apresentada pelo governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 8 de set. de 1918.

Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. **Staffetta Riograndense**. Vila Garibaldi, Rio Grande do Sul, 16 de fevereiro de 1927, Ano XVIII, nº 41.

Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. **Staffetta Riograndense**. Vila Garibaldi, Rio Grande do Sul, 18 de abril de 1929.

TEDESCO, João Carlos. Os Comerciantes e suas múltiplas correlações - região colonial italiana do Rio Grande do Sul na primeira metade do século 20. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Passo Fundo: Ed. Clio; Porto Alegre: Est. Edições, 2008, p 199- 228.

THOMÉ, Nilson. **A formação do homem do Contestado e a educação escolar na República Velha**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação. São Paulo, 2006.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra e Vida; Chapecó: Editora UFFS, 2015.

# *Volksverein*: associação com ares de colonizadora (1912-1956)

---

Carlise Schneiders

## Introdução

**N**a edição número 09 do ano de 1920 da revista *St. Paulus-Blatt*, ocupa lugar a partir da página 04 o estatuto atualizado da *Volksvereins für die deutschen Katholischen in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para alemães católicos do Rio Grande do Sul)<sup>1</sup>. O estatuto determina a atuação da entidade:

O motivo da associação é a promoção da ordem escrita, em especial o acompanhamento dos católicos alemães sobre o desenvolvimento das novas funções sociais e religiosas em crescimento e a escolarização para trabalhos práticos em relação ao desenvolvimento intelectual e econômico de todas as profissões. A associação ao mesmo tempo dá atenção especial às questões religiosas básicas da sociedade. A língua oficial da associação é alemã. É de se citar que a *Volksverein* é orientada pela autoridade dos bispos e o principal bispo responsável é o bispo metropolitano (Traduzido pela autora)<sup>2</sup>.

É nesse sentido que organizações associativas dos alemães e teuto-brasileiros do sul do país funcionavam em sua maioria. Em todas as localidades onde a imigração alemã se concentrou, apareceram também inúmeras associações, clubes e sociedades, elas projetavam e organizavam grupos com membros definidos, regras estabelecidas e objetivos

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, ambos os nomes podem ser utilizados para designar a associação, tanto *Volksverein*, quanto União Popular.

<sup>2</sup> ST. PAULLUS-BLATT. Estatuto da Sociedade União Popular. Nº 9, 1920, p. 04. Arquivo da Associação Antônio Vieira, Porto Alegre – RS.

claros, normalmente atuando em setores sociais das comunidades em busca da promoção da germanidade (*Deutschtum*)<sup>3</sup>. O objetivo dessas agremiações era, principalmente, conservar a cultura alemã entre os associados. Nos primeiros anos da colonização alemã no Rio Grande do Sul, os colonos dedicavam grande parte de seus esforços na construção material da colônia, deixando em segundo plano a formação espiritual. No entanto, a partir dos anos de 1860 uma diversidade de “formas de lazer que se destinam ao espírito e ao coração, [...] sociedades de canto, orquestra, sociedades de teatro, círculos de leitura, etc.” (Cem anos de germanidade... 2005, p. 302) começam a ocupar espaço no cotidiano da população teuto-brasileira.

Além das atividades culturais de lazer, havia associações que se encarregavam de questões financeiras, educacionais, religiosas e de colonização, afinal, a Colônia era o palco central das atividades de qualquer associação. Dessa forma, objetiva-se, no presente texto, fazer um panorama da Sociedade União Popular para alemães católicos do Rio Grande do Sul ou *Volkverein*, enquanto associação que se preocupava tanto com questões “do espírito” quanto com a construção de novas zonas de colonização.

Assim, a partir de análises de cartas trocadas entre os padres da associação, estatutos, artigos e propagandas publicados na revista da associação *St. Paulus-Blatt* e bibliografia a respeito, busca-se fazer uma análise da atuação da *Volkverein* enquanto associação e colonizadora a partir do método micro histórico. Segundo Geovanni Levi (2011, p. 135), “a micro-história é essencialmente uma prática historiográfica [...] o método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador”, nesse sentido, é importante frisar a utilização da variação de

---

<sup>3</sup> Em síntese, a Germanidade (*Deutschtum*) objetiva que os imigrantes alemães e seus descendentes sejam cidadãos brasileiros, preservando, no entanto, características culturais e de identidade étnica alemãs a partir da conservação da língua alemã, das características raciais e culturais dos imigrantes. Essa ideologia era defendida principalmente por membros das elites dos núcleos coloniais, principalmente aqueles ligados às igrejas, às escolas, aos centros de comércio ou profissionais liberais, uma das principais formas de divulgar e preservar a ideologia era a partir da imprensa (Arendt, 2006).

escalas defendido por Revel (2010). Dessa forma, a micro-história em conjunto com a variação de escalas fornecerá subsídios para pensar a partir da *Volksverein* a atuação de associações no contexto da colonização alemã no sul do Brasil para manutenção da germanidade que envolvem diretamente ideais religiosos, políticos, culturais e econômicos arraigados nas sociabilidades das colônias de população alemã e teuto-brasileira e como entidade colonizadora.

A *Volksverein*, enquanto associação de caráter universalista, de atuação direta em diversos campos da sociedade, teve lideranças tanto de caráter clerical jesuíta, quanto de leigos. No entanto, as ideias dos projetos da associação e a execução dos trâmites necessários para tal, eram majoritariamente feitos pelos padres jesuítas, e sendo estes letrados e eruditos, deixaram escritas centenas de páginas acerca das suas andanças, ideias e projetos no sul do país. Essa cultura escrita da organização facilita o acesso às fontes e amplia o debate acerca de sua atuação. Encontram-se nesses registros, diversas referências à projetos e objetivos da *Volksverein*, e da mesma forma, incongruências sobre alguns pontos e projetos não atingidos.

A partir disso, busca-se no primeiro momento deste artigo, analisar a criação da *Volksverein*, seu projeto de organização, seus objetivos e as ferramentas utilizadas pela associação para efetivação de suas metas. Na segunda parte da proposta, parte-se para a criação da “Colônia Modelo” em 1926 no oeste de Santa Catarina. A Colônia Porto Novo, idealizada pela associação, ocupa espaço importante na construção ideológica da *Volksverein*, pois seria povoada apenas por alemães e teuto-brasileiros católicos, que buscavam crescimento econômico e preservação da língua e da cultura teuto-brasileira. Por isso, diversos esforços são realizados desde a compra do território até a venda dos lotes e posteriormente, da implantação de escolas, igrejas e organização das sociedades.

A última parte desta análise se concentra nos anos do pós-Guerra, a partir de 1945. Nesse momento, feita a instalação e conquistada a quase

independência da “Colônia Modelo”, os esforços se concentram novamente em encontrar um espaço para fundar uma espécie de “Porto Novo II” e ampliar as influências dos ideais de germanidade da *Volkverein*. É preciso antecipar que os estudos sobre esse período ainda são iniciais, o que se propõe aqui é o início de um debate sobre a tentativa de implantação de colônias étnicas e confessionais em meados dos anos de 1950 no Brasil pela *Volkverein*.

## **Associações como forma de afirmação da identidade**

Há um ditado que diz que “se três alemães se juntarem, um clube estará formado”, a máxima pode parecer extravagante, no entanto, a tradição germânica de formação de sociedades não ficou esquecida na pátria-mãe, pelo contrário, os imigrantes e seus descendentes cultivaram (e ainda cultivam) esse tipo de reunião social. Seyferth afirma que “tais associações se constituíram como expressão da *Kultur* alemã, daí advindo seu papel como lugares de afirmação da etnicidade” (1999, p. 25). Ainda segundo a autora, diversas associações (*Vereine*) são organizadas no Brasil principalmente partir da metade do século XIX, essas associações possuíam caráter social e poderiam ser: sociedades esportivas e de lazer, de ginástica, tiro, futebol ou bocha; sociedades formadas por grupos de trabalhadores, como comerciantes ou agricultores; e sociedades de ajuda mútua que arrecadavam bens para hospitais, asilos, fundos para aposentadorias e pensões, majoritariamente para a comunidade étnica (Seyferth, 1999).

Elemento importante dessas organizações é a conservação do idioma, central na manutenção da germanidade, principalmente através de cantos, literatura e teatro. Esse elemento central aparece não apenas nos clubes e associações, mas também em outras formas de ampliação da cultura germânica, como o grande volume de circulação de periódicos. Jornais, revistas e *Kalenders*, principalmente, são fundados também a partir da metade do século XIX e contribuem massivamente para a ex-

pansão da cultura, das crenças e para a formação da etnicidade germânica no Brasil. Para os idealizadores desses movimentos, é fundamental preservar essa identidade,

Afinal, que valor teria a emigração da velha pátria, a expansão na nova pátria às vivências históricas tão relevantes somadas ao progresso material caso os imigrantes alemães do Rio Grande do Sul não tivessem preservado os seus bens culturais, não tivessem continuado no cultivo do espírito? Sem esse conteúdo espiritual, sem o desenvolvimento cultural, nossa germanidade não passaria de uma casca sem caroço! (Cem anos de germanidade..., 2005, p. 289).

Nessa perspectiva é interessante empregar dois termos debatidos por Silva (2000, p. 81) quando este diz que “Identidade e Diferença não são, nunca, inocentes”. Segundo o autor, ambos os conceitos são empregados para demarcar simbolicamente o espaço em que os indivíduos estão inseridos, e que isso representa, acima de tudo, uma disputa de poder. Pois, onde existe diferença, existem hierarquias de poder. Nessa perspectiva, a união de alemães em clubes, associações e na organização de periódicos para afirmação e difusão de sua cultura seria uma forma de disputa de poder. Afirmar a sua identidade para se diferenciar dos demais e garantir, dessa forma, a inclusão de seus membros no “nós” (os germânicos residentes no Brasil) em oposição ao “eles” (todos os outros grupos étnicos brasileiros).

## Origens ideológicas: os padres jesuítas

Os padres jesuítas responsáveis pela construção ideológica da *Volksverein* no Rio Grande do Sul, tinham em sua formação grande influência da restauração católica, movimento organizado pela igreja na Alemanha contra a *Kulturkampf*<sup>4</sup>. A restauração católica na Alemanha, enquanto reação do movimento de secularização que acontecia nos Estados-democráticos em nascimento na Europa, defendia a volta aos preceitos do

---

<sup>4</sup> Em tradução literal, *Kulturkampf* significa “luta pela cultura”, foi um movimento de disputa na Alemanha promovido por Otto Von Bismarck no século XIX que defendia a laicização do Estado. Esse movimento tira forças da Igreja Católica que retruca com o movimento de restauração católica.

Concílio de Trento. O mesmo movimento também seguia o Ultramontanismo, que defendia a infalibilidade papal e a centralidade da Igreja de Roma (Rambo, 2013).

Dessa forma, visto que o Estado visava diminuir a influência do catolicismo diante da população, a Igreja se volta para o povo e constrói uma gama de ferramentas para essa aproximação. Segundo Schallenberger,

Na tentativa de recuperar o seu espaço de influência social, política e cultural, a Igreja Católica foi se declinando, cada vez mais, para as questões sociais, aproximando-se dos trabalhadores, organizando-os em associações, em entidades assistenciais, em sindicatos e em cooperativas. A diversidade das formas de intervenção social fomentou o desenvolvimento de eixos de convergência para as atividades associativas, que tiveram no Partido do Centro (*Zentrumspartei*) a coordenação das ações políticas e na União Popular (*Volkverein*) o ponto de convergência das ações educativas, sociais e religiosas (Schallenberger, 2009, p. 24).

Diante desse cenário, o primeiro-ministro Prussiano, Otto Von Bismarck, não satisfeito com a atuação da Igreja católica e em especial dos padres da Companhia de Jesus pela sua atuação política, expulsou o grupo do Império Alemão, oficialmente em 1873. Cerca de 750 membros precisavam encontrar novos postos de trabalho e o sul do Brasil foi um desses locais. A preferência dos padres, naquele momento, era de trabalhar com grupos de imigrantes alemães e seus descendentes, o que no Rio Grande do Sul encontrou solo fértil (Werle, 2011).

A presença jesuítica nas colônias alemãs, no entanto, não se deu apenas a partir da expulsão destes do Império Alemão. Alguns padres jesuítas espanhóis já se encontravam em território gaúcho anteriormente. Mas, indiferente da origem, os padres tinham a opinião unânime de que as colônias de alemães estavam desamparadas espiritualmente. Essa situação acabou por incentivar os planos jesuítas. Sua atuação no Sul do Brasil se organizou de forma muito parecida com o trabalho que estava acontecendo em território europeu durante a restauração católica: organizar paróquias e fiéis; realizar congressos católicos que objetivavam discutir os problemas da colônias e encontrar soluções; criar associações de classe que representasse e oferecesse soluções às necessidades dos

trabalhadores; cuidar da educação nas colônias; uso da imprensa para disseminação de sua doutrina, entre outros (Werle, 2011). Segundo Monteiro (2009, p. 2), a romanização da igreja que ocorre no sul do Brasil com o advento da restauração católica, implica em uma série de práticas religiosas, principalmente educacionais, que formam, posteriormente, a elite burguesa das regiões metropolitanas, o que garante “a reprodução a manutenção do pensamento católico conservador”.

Enquanto na Europa os movimentos socialistas de organização de trabalhadores iam de vento em popa, o social-catolicismo surge para dar conta da demanda. Conservadora, a igreja precisava garantir seus domínios e expandir a sua doutrina. Dentre as investidas da Restauração para determinado cenário, estava a organização de *Katholikentage*, “assembleias anuais de todas as associações católicas da Alemanha, nas quais se tiravam as grandes orientações para a política do social-catolicismo” (Shallenberger, 2009, p. 80). Da mesma forma, se objetivava a criação de uma associação que abarcaria a “necessidade de uma organização mais efetiva dos católicos para que os fundamentos da cultura, da nacionalidade e da própria organização social fossem balizados no cristianismo” (Shallenberger, 2009, p. 80). Essa associação se efetivou em 1890 sob a denominação de União Popular para a Alemanha Católica (*Volksverein*).

No Brasil, organizações associativas também estavam sendo organizadas pelos padres jesuítas, dentre as figuras, a que mais se destacou foi o padre Theodor Amstad,

Os seus superiores da ordem, aproveitando seus conhecimentos especializados e a sua tendência para o trabalho social, destacaram no como sacerdote volante a percorrer no lombo do cavalo, qual autêntico gaúcho, os núcleos coloniais fundados pelos imigrantes alemães no Estado, com a incumbência de prestar-lhes assistência religiosa, ao mesmo tempo que esclarecia e orientava os colonos imigrados sobre culturas, seleção de sementes, tratamento da terra, mercados compradores, etc, animando os nas árdua tarefa de pioneiros e desbravadoras dos nossos sertões e infundindo no seu espírito a consciência de classe e a ideia cooperativista como fatores eficazes na organização e defesa dos interesses económicos dos núcleos fundados (Requerimento da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul ao Exmo. Snr. Dr. João Gonçalves, Porto Alegre, 22 jun. 1955, fl. 1).

O seu contato com os colonos o fez perceber as mazelas sociais em que se encontravam grande parte dos trabalhadores, principalmente em relação ao acesso material de gêneros industrializados e a venda dos gêneros produzidos nas colônias, dessa forma, por sua iniciativa, funda-se a *Bauernverein*, Associação Riograndense de Agricultores.

## ***Bauernverein***

Grande parte das associações que estavam ligadas ao lazer e a cultura, e até mesmo os de ajuda mútua tinham como público-alvo os moradores de determinada localidade dentro do grupo étnico. Outro tipo de associação eram as que tinham como público-alvo todos os membros de determinada categoria dentro do estado ou até mesmo, do sul do país, exemplo disso é a Federação do Cantores do Rio Grande do Sul ou a Sociedade Alemã de Amparo Mútuo (Cem anos de germanidade..., 2005). No final do século XIX, quando um número considerável de associações já estavam consolidadas e atendiam as mais diversas demandas locais, formou-se a Associação Riograndense de Agricultores ou *Bauernverein*, por sugestão e pioneirismo do Padre Theodor Amstad SJ.

O padre Amstad, pequeno no porte, mas grande no coração e no seu ideal, era amigo, conselheiro e defensor dos colonos, e através dos contatos com os diversos núcleos na sua visitação periódica aos mesmos, conhecia bem as necessidades e os problemas desses pioneiros da pequena agricultura no Estado. Depois de diversos anos de preparação e doutrinação dos agricultores imigrados, fundou o *Bauernverein* (Sociedade dos Colonos), organização de caráter interconfessional, congregando, indistintamente, colonos católicos e protestantes com o objetivo de arregimentá-los, para que, fortalecidos pela união, pudessem solucionar com mais facilidade, os muitos e graves problemas que se afligiam nos primórdios da colonização no estado (Requerimento da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul ao Exmo. Snr. Dr. João Gonçalves, Porto Alegre, 22 jun. 1955, fl. 1).

A demanda da criação da associação seria pela vasta produção de gêneros (principalmente da agricultura) nas colônias teuto-brasileiras, a dificuldade logística e a dependência de países estrangeiros industrializados quando diz respeito à produtos “vestuário, instrumentos de tra-

balho e instalação de moradias” (Rambo, 1988, p. 110). A partir disso, a atuação da associação seria fundada em: amparo jurídico aos agricultores do Rio Grande do Sul; e melhoria da agricultura e da pecuária, com divulgação de técnicas agrícolas, principalmente através do periódico da *Bauernverein*, o *Bauerfreund* (amigo do agricultor).

Entre 1899 e 1909 a *Bauernverein* idealizou projetos de colonização e de organização de finanças. Uma de suas principais contribuições foi a fundação das Caixas Rurais<sup>5</sup>, que posteriormente se transformaram nas Cooperativas de Crédito. Segundo Werle (2014), houve um esforço amplo por parte, principalmente, de Amstad para a fundação das Caixas Rurais e dentre os principais problemas para a sua implementação estava o convencimento dos agricultores sobre a sua eficiência e a importância de poupar. A primeira Caixa Rural implementada no Rio Grande do Sul foi na Linha Imperial, interior de Nova Petrópolis no ano de 1902.

É importante frisar, nesse contexto, que a implementação das Caixas Rurais não serviria apenas para o avanço material dos colonos, segundo Werle (2014), o projeto tinha objetivos tanto para crescimento material dos colonos e das colônias, tanto quanto de formação moral, promoção da unidade colonial e das sociabilidades baseadas na cultura germânica de organização familiar.

Outra realização importante da associação, foi a implementação de uma colônia interconfessional alemã no noroeste gaúcho, a Colônia Serro Azul (atual município de Cerro Largo). A Colônia foi fundada em 1902, objetivava reunir colonos alemães e teuto-brasileiros católicos ou protestantes, mas com preceitos étnicos germânicos. No entanto, foi justamente a característica interconfessional da associação que acabou por dividir a *Bauernverein* em dois grupos. Em 1912 a associação se dividiu entre católicos, que criaram a *Volksverein*, e protestantes, que deram continuidade à *Bauernverein* sob a denominação de Liga Colonial.

---

<sup>5</sup> O tema é amplamente discutido na tese de Márcio José Werle (2014).

## **Volkverein**

Sob clara inspiração alemã, no Congresso Católicos de 1912, em Venâncio Aires-RS, os padres jesuítas, ainda sob a liderança de Theodor Amstad, criam a *Volkvereins für die deutschen Katolichen in Rio Grande do Sul*, que em 1934 foi registrada com o nome Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul. A associação objetivava formar (ou manter) comunidades católicas e alemães em perfeita harmonia, de acordo com os preceitos religiosos e com progresso econômico. Dessa forma, a *Volkverein* organizou diversos instrumentos de multiplicação da sua doutrina. Werle ressalta a atuação da companhia com a publicação de periódicos (jornais e almanaques); fundação de hospitais e asilos, escolas e seminários; realização dos *Katholikentage* (Congressos Católicos), cujos temas estavam relacionados com a situação e problemas econômicos, sociais, espirituais e culturais dos colonos; e a organização do *Sparkass* (O Sistema de Crédito “Caixa Rural União Popular”) (Werle, 2000, p. 19).

Dentre os mecanismos de difusão de uma ideia de sociedade, a *Volkverein* iniciou ainda em 1912 a edição de uma revista que difundia os preceitos da associação, a *St. Paulus-Blatt*, inteiramente escrita em alemão. Klauck (2009, p. 93) diz que a imprensa foi utilizada de forma massiva para “manter os católicos, católicos”. A revista era organizada em seções, e abarcava as mais diversas esferas da vida social dos colonos, desde a vida espiritual e religiosa, seções sobre educação e catequese, seções práticas sobre a vida laboral na colônia, seção de classificados e uma categoria voltada para as mulheres.

Essa revista é fundamental para a efetivação do projeto da *Volkverein*, pois segundo informações levantadas por Klauck (2009), em 1914 existiam cerca 9000 sócios assíduos e todos estes recebiam interferência direta ou indireta da *St. Paulus-Blatt*, pois a maioria dos sócios tinha acesso à revista e lia as matérias contidas nela. É importante lembrar que os meios de comunicação ainda eram extremamente raros nas casas brasileiras desse período, ainda mais nas regiões remotas que este estudo abarca,

por isso a importância de uma revista como a *St. Paulus-Blatt*. A revista teve sua circulação interrompida no período do Estado Novo, justamente pela característica da língua alemã, mas voltou a circular após 1948.

## **A Colonização Alemã e a *Volksverein***

A primeira Colônia alemã implantada no Estado do Rio Grande do Sul, ainda durante o século XIX foi a Colônia São Leopoldo, em 1824. Segundo Jean Roche (1969, p. 94) a colonização alemã no Rio Grande do Sul teve duas fases: a primeira, entre 1824 e 1889, quando o governo imperial, e depois o provincial, eram responsáveis pela colonização; e a segunda fase, após a Proclamação da República (1889), quando os estados ficam responsabilizados pela colonização. Entre 1830 e 1845 a chegada de novos imigrantes foi suspensa, tanto por problemas internos da província, quanto por problemas políticos no Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Após 1845, no entanto, a entrada de novos imigrantes voltou a acontecer, Arthur Rambo (2003) destaca que até 1880 grande parte das terras entorno dos Rios Sinos, Caí, Taquari, Pardo e Jacuí estavam ocupadas, por isso, o fluxo de colonos agora se orientava para o norte e para o oeste do Estado.

Segundo Rosane Neumann (2016), no caso do Rio Grande do Sul, o governo positivista de Júlio de Castilhos (1891-1891/1893-1898) defendeu a imigração espontânea e a transferência das responsabilidades pelos imigrantes para as colonizadoras privadas. A partir de 1914, no entanto, o governo estadual encerrou o contrato com o Governo federal e cessou a entrada de novas levas de imigrantes, pois, as zonas coloniais antigas já resultavam em um contingente populacional suficiente para ocupar novos territórios, além de que essa população já possuía um conhecimento avançado em relação à terra e a colonização.

Ademais, em 1915 “a população de descendentes e estrangeiros formava mais de um terço da população total do estado [...] a assimilação

---

<sup>6</sup> Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845) e Abdicação de Dom Pedro I (1831).

desse contingente à população nacional era urgente e necessária” (Neumann, 2016, p. 49). Esse contexto levou à expansão da fronteira agrícola do estado gaúcho e a formação de uma “nova zona colonial” no norte e noroeste do Rio Grande do Sul, Rambo assinala que,

A partir daí, a região se transformou num grande laboratório de experiências de colonização. Entre os anos de 1890 e 1930, foram implantadas no mínimo quatro modelos. Ijuí foi uma iniciativa do governo federal, Santa Rosa, do governo estadual e Santo Ângelo, um projeto municipal. Todas as demais colonizações foram empreendimentos particulares, ou de empresas, ou de pessoas físicas, ou de associações (Rambo, 2003, p. 131).

Esse processo migratório foi batizado por Jean Roche (1969) de “enxamagem dos pioneiros”, que é caracterizada pelas migrações rurais de imigrantes e seus descendentes para novas zonas de colonização. Quatro fases desse processo são descritas pelo autor: a Primeira fase: até 1850, a ocupação da periferia de São Leopoldo; a Segunda fase: entre 1850 e 1890, a marcha para o oeste; a Terceira fase: a partir de 1890, o salto para o planalto; e a Quarta fase: desde 1914, êxodo do Rio Grande do Sul. É importante frisar, nesse sentido, que, para Roche, as migrações internas dos colonos “dadas sua amplitude e duração, tiveram mais importância do que o próprio movimento migratório” (p. 319).

As primeiras fases da enxamagem deixavam mais claro que o esgotamento da terra e a grande natalidade das famílias não permitia a permanência de todos os familiares nos antigos lotes, no entanto, os processos migratórios pós 1914, direcionados para Santa Catarina, Paraná e até mesmo, os países vizinhos Argentina e Paraguai, levantam outras hipóteses,

Ao analisarmos a saída de colonos rio-grandenses para o Estado vizinho, não podemos deixar de considerar como sendo reflexo de algumas políticas públicas criadas pelo governo positivista que estava no poder. Principalmente, a partir de 1908, com a criação da colônia Erechim, o governo passou a incentivar uma colonização mista, isto é, abarcando tanto colonos/imigrantes quanto caboclos, além de não restringir a uma única confessionalidade em seus núcleos coloniais. Essa formação heterogênea da colonização pública nem sempre agradava aos colonos, que tinham sua preferência por colônias onde pudessem se agrupar com seus pares – étnicos e confessionais (Schmitz, 2021, p. 824).

Essa política governamental implantada pelos governos gaúchos com a implantação de colônias mistas como motivo para a migração para locais fora do estado também é reforçada por Pe. Amstad (Cem anos de germanidade..., 2005, p. 131).

Havia duas razões que explicam o surgimento do fenômeno nada desejável da febre da emigração: o sistema de colonização do governo estadual do Rio Grande do Sul e a especulação dos compradores e vendedores de terras. Já que a maioria das colônias particulares e das pertencentes a companhias colonizadoras, haviam sido ocupadas, restavam aos colonos à procura de terras para assentamentos, as colônias do governo. O sistema de colonização dos atuais governantes positivistas consiste em abrir colônias mistas nas quais são assentadas misturadas pessoas das mais diversas nacionalidades. Esse sistema não agrada nem aos colonos de descendência alemã, nem ao se descendência italiana, nem aos de descendência polonesa. Isso fez com que, durante os últimos dez anos, os melhores elementos possuidores de mais capital fossem fixar-se fora de nosso Estado, em colônias confessionais e etnicamente separadas em Santa Catarina, Paraná e Argentina.

Dessa forma, a “febre migratória” levou para fora do Rio Grande do Sul um número impressionante de pessoas, Segundo Roche (1969, p. 357) em 1940, havia 76 394 brasileiros nascidos no Rio Grande do Sul que residiam em de Santa Catarina, e 14 800 no Paraná, na década seguinte esse número aumentou para um total de 156 411 riograndenses. Esses migrantes ocupavam, majoritariamente, áreas do interior dos estados e mantinham-se agricultores, ainda segundo Roche, o índice equilibrado entre homens (52%) e mulheres (48%) indicava que a regra era a migração de famílias inteiras, o que facilita a reprodução de um *habitus* camponês já desenvolvido em solo gaúcho.

O modo de vida dos colonos praticado nas colônias velhas é mantido quando se emigra para as colônias novas e é carregado na mala quando se vai para as colônias novíssimas, apesar de não existir um apego pela terra, pois, segundo Roche (1969), os descendentes de colonos migram, pelo menos, uma vez durante a vida, muitas características culturais permanecem no seio dessas populações, principalmente com aqueles que migram para colônia étnicas e/ou confessionais.

## Efetivação dos projetos: a criação de uma “colônia modelo”

A *Volkverein* se insere no início do século XX como uma possibilitadora dos processos migratórios que aconteciam com intensidade em direção a novos locais de colonização. Diferentemente de outras companhias colonizadoras, o lucro não era o principal objetivo da Associação. Em carta escrita por Balduino Rambo em 1946, ele diz que “A União [Popular], depois de tudo isso [colonização de Porto Novo] é pobre como um rato de igreja, ou pior do que isso, porque um rato de igreja pelo menos não tem dívidas”<sup>7</sup>. Os planos da *Volkverein* estão muito mais voltados à reprodução e manutenção da germanidade, dessa forma, a principal intenção da associação no início do século, era conseguir uma gleba de terra, preferencialmente em território gaúcho para implantar uma colônia nos moldes de Serro Azul, contudo, exclusivamente católica.

Segundo Jungblut (2015), já em 1915 os representantes da União Popular dedicavam esforços para encontrar um território passível de colonização étnica e confessional. Enquanto Pe. Rick defendia o início da busca por glebas fora do Rio Grande do Sul, Pe. Amstad ainda defendia que a colônia deveria ser fundada em território gaúcho. Diversas visitas, negociações e propostas circularam entre os líderes da *Volkverein*, de Companhias Colonizadoras e de integrantes do governo, envolvendo especialmente Carlos Torres Gonçalves, diretor de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul. No entanto, como já frisado anteriormente, o governo positivista que liderava o RS, tinha na figura de Carlos Torres Gonçalves um de seus principais defensores, o que significava que a ideia da *Volkverein* de constituir uma colônia homogênea em solo gaúcho era incompatível com os ideais positivistas, visto que eles defendiam as colonizações públicas e mistas.

---

<sup>7</sup> RAMBO SJ, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: D. Antonio Zattera, Bispo de Pelotas. Porto Alegre, 28 ago. 1946. Caixa 1.4.1.6 - SUP 1-16 - Pasta SUP-14 - Doc. 1. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

Os impedimentos governamentais foram, provavelmente, o fator que levou a *Volksverein* para fora do Estado, pois Torres Gonçalves permaneceu na Diretoria de Terras e Colonização entre 1908 e 1928, tempo suficiente para concretizar diversos planos e defender o ponto de vista governamental calcado no positivismo. Durante esse período, diversas foram as tentativas de conseguir territórios devolutos do Estado para a tão sonhada colonização, contudo, “a tática do Governo foi sempre a mesma” (Jungblut, 2015, p. 159), retornando aos padres católicos que a proposta estaria “em análise”.

Enquanto isso, no entanto, o território catarinense mais à oeste do Estado estava sob domínio da Empresa Chapecó-Pepery, que por diversos problemas financeiros vendeu uma parcela de seu território à *Volksverein*, em 1926. Ao lado do território em negociação, já estava, desde 1922, sendo desenvolvida a Colônia Porto Feliz, sob liderança de Hermann Faulhaber, que também possuía a ousadia dos padres jesuítas, constituindo naquela localidade uma colônia alemã e protestante. Dessa forma, as colônias Porto Feliz e Porto Novo seriam cúmplices na manutenção da língua e da cultura alemã. Há de se destacar, no entanto, que a comercialização de terras em uma Colônia homogênea é mais difícil que a comercialização de terras em colônias mistas, já que, apenas elementos específicos são preferidos para o projeto. Essa dificuldade, além de outros problemas internos em relação à colonização de Porto Feliz levou Faulhaber ao suicídio em 1926 (Neumann, 2016).

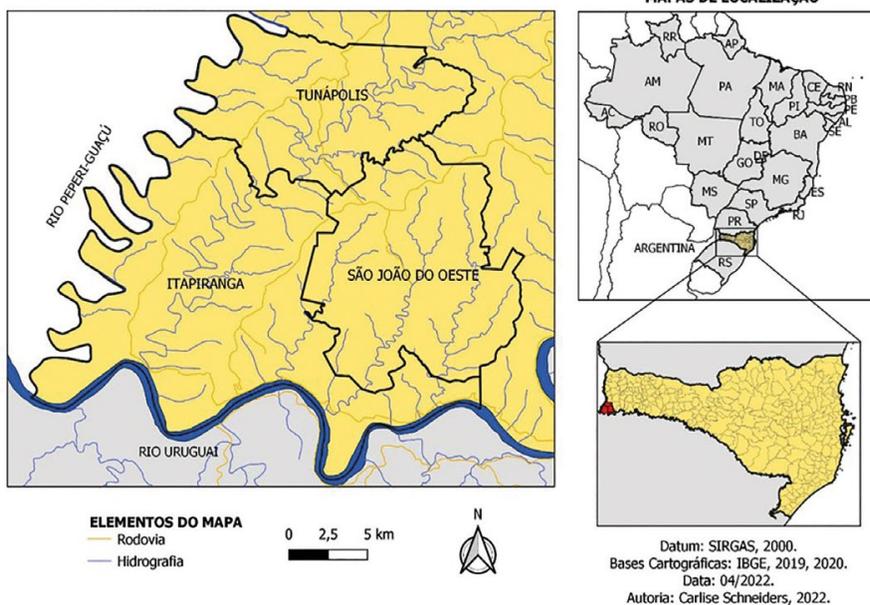
A questão financeira, no entanto, não é central quando se trata de Porto Novo, apesar de haver uma grande circulação de propagandas do território, a finalidade da *Volksverein* é a venda de terras para a efetivação do projeto ideológico, em primeiro lugar. A questão do lucro foi, inclusive, um dos fatores impeditivos de parceria entre a *Volksverein* e Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia, ainda em 1917. Segundo Nunes (2015), a *Volksverein* havia fechado um acordo com a empresa para que uma parte do território fosse colonizada apenas por alemães católicos para que a Associação pudesse lá aplicar o seu projeto, no entanto, o advento da I Guerra Mundial diminuiu significativamente o contingente migratório alemão

no Estado, o que impossibilitou a empresa de manter o território reservado à *Volkverein* intacto. Essa experiência alertou as lideranças da União Popular sobre a impossibilidade de unir os seus objetivos ideológicos com os objetivos puramente capitalistas das Empresas Colonizadoras.

Os recursos financeiros utilizados para a compra dos primeiros 100 lotes de terra em território catarinense vieram das Caixas Rurais, que no momento da compra tinham Albano Volkmer como presidente. A efetivação da compra e assinatura do contrato aconteceu em 28 de janeiro de 1926, na sede da Caixa União Popular em Santa Cruz do Sul, na presença de Albano Volkmer como representante das Caixas Rurais, Pe. João Rick e Jacob Becker como representantes da *Volkverein* e Hermann Faulhaber como representante da Empresa Chapecó-Pepery Ltda. (Jungblut, 2000). Mais tarde, outra área foi adquirida, totalizando 58.397 hectares, ou 2340 lotes com 24,8 hectares em média por lote (Mayer; Schneider, 2021; Rohde, 1996, p. 25).

Mapa 1 – Configuração espacial da região da Colônia Porto Novo atualmente, 2022

**MAPA DA REGIÃO DE ITAPIRANGA - SC**



Fonte: Criado pela autora, a partir das Bases Cartográficas do IBGE 2019 e 2020. Software utilizado: QGIS



Último núcleo agrícola fundado, o de Porto novo, o maior e mais bem projetado, com uma área de 23000 alqueires, constitui hoje a área de um novo município denominado Itapiranga, sede daquela colônia. E possuía uma população superior de 15000 almas. Dentro da gleba colonizada existem 800 km de estradas de rodagem, construídos pela União Popular, possuindo ainda telefone “automático”, que liga a sede a todas as sub-sedes, como particulares entre si.<sup>8</sup>

Até 1960 a economia Itapiranguense era majoritariamente de subsistência, com a venda de excedente, a base da agricultura se orientava sob a criação de suínos e plantio de fumo para a venda, e o plantio de arroz, mandioca, milho, produção de leite e ovos para consumo doméstico. Indústrias de porte familiar, como madeireiras, ferrarias e olarias, também estavam no território. A União Popular se orgulhava em mostrar os resultados materiais dos colonos,

Possui ainda Porto Novo um dos melhores e mais bem aparelhados hospitais da região. Assim como a sociedades recreativas, pequenas indústrias e um comércio bem organizado. A produção agrícola se desenvolve de ano para ano. Exporta por safra cerca de 15.000 cabeças de porcos gordos e 2.000.000 de quilos de tabaco em folha, sem mencionar os demais produtos, como milho, feijão, ovos, aves, frutas, etc.<sup>9</sup>

Além dos ganhos materiais, a União Popular também investiu fortemente na reprodução de sua ideologia, com escolas, seminários e igrejas espalhados por todo o território,

Existem em Porto Novo mais de 30 escolas primárias, uma escola complementar para a formação de professores, dois Colégios dirigidos por religiosos e um Seminário Menor, para a formação de sacerdotes católicos. Nada menos de 1700 crianças frequentam a escola como uma assiduidade de 98,5%. Em virtude dessa difusão do ensino primário e da assiduidade excepcional de quase 100%, não há analfabetos em Porto Novo.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul. [Requerimento]. Destinatário: Exmo. Snr. Dr. João Gonçalves, Porto Alegre, 22 jun. 1955. Caixa 1.4.1.6 SUP 17-42 Pasta SUP 25 - Doc. 9, fl 03. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

<sup>9</sup> Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul. [Requerimento]. Destinatário: Exmo. Snr. Dr. João Gonçalves, Porto Alegre, 22 jun. 1955. Caixa 1.4.1.6 SUP 17-42 Pasta SUP 25 - Doc. 9, fl 03. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

<sup>10</sup> Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul. [Requerimento]. Destinatário: Exmo. Snr. Dr. João Gonçalves, Porto Alegre, 22 jun. 1955. Caixa 1.4.1.6 SUP 17-42 Pasta SUP 25 - Doc. 9, fl 03. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

O requerimento de 1955 destaca os feitos da União Popular, ressalta os números exitosos da colonização de Porto Novo<sup>11</sup>, no entanto, sua organização e doutrina não são experiências que deveriam ficar apenas neste território. Segundo o mesmo documento “diante de pedidos insistentes, que lhe tem sido dirigidos por muitos agricultores” (fl. 4) a *Volksverein* estava à procura de novos territórios para ocupação e colonização, para isso, precisava de “uma gleba intata mínima de 20 a 25.000 alqueires de terras de mata virgem, no sul do paiz (S. Catarina ou Paraná), zona de clima temperado, livre de posseiros, de solo fértil e de preço razoável” (fl. 5).

### **Após Porto Novo, a *Volksverein* tem mais planos**

A primeira metade do século XX representou, para as populações germânicas do sul do Brasil, uma série de desafios e mudanças de perspectivas em suas políticas e práticas. Até o início do século XX, o imigrante alemão, bem-visto pela sua boa vontade para o trabalho e o empreendimento capitalista da pequena propriedade, foi bem recebido pelo império e sua política de colonização e imigração. Contudo, a república trouxe para o centro do debate a questão da miscigenação dos povos europeus com a população nacional, dessa forma, o imigrante germânico já não atendia a ideologias raciais, pois se provou, ao longo do século XIX que grupos de germânicos são “irredutíveis” e não se misturam com a população nacional (Seyferth, 1996).

Essa concepção criou o estereótipo dos quistos étnicos e ligou o alerta para o perigo alemão, essas noções dão conta de que os grupos de teuto-brasileiros no sul do Brasil estariam reproduzindo preceitos pan-germanistas, sob influência estrangeira o que ameaçaria a construção da identidade e da unidade nacional. A 1ª Guerra Mundial reforçou a ideia

---

<sup>11</sup> Cabe apontar que segundo dados do IBGE de 1960, havia em Itapiranga 688 pessoas acima de 10 anos que não sabiam ler nem escrever, o que equivalia a 4,58% da população total do município, que em 1960 estava em 15011 pessoas (IBGE, 1960).

e dificultou o modo de reprodução camponesa reformadora de germanidade em curso em muitas colônias no sul. Após o fim da 1ª Guerra, alguns anos se passaram até que as atividades dos grupos e associações de língua alemã pudesse voltar a atuar como no período anterior à Guerra. A própria *Volkverein* interrompeu a promoção de Congressos Católicos entre 1916 e 1926 em função da grande disseminação da língua e cultura alemã nesse tipo de evento (Schallenberger, 2009, p. 221).

Entre 1926 e 1937 as organizações teuto-brasileiros voltaram a atuar de forma mais intensa, nesse período, como já colocado anteriormente, fundou-se a Colônia Porto Novo. Após 1937, no entanto, dois fatores primordiais interviram para a atuação das associações, periódicos e outras formas de disseminação da germanidade, inclusive a *Volkverein*: a implantação do Estado Novo, por Getúlio Vargas, e a instauração da 2ª Guerra Mundial. Durante esse período, o modo de vida de muitos grupos teuto-brasileiros teve grandes interferências por parte do governo federal, já que o processo de nacionalização proibiu o uso da língua alemã, entre outros fatores de interferência.

Após o fim da Segunda Guerra, no entanto, as atividades das associações, grupos e periódicos teuto-brasileiros puderam voltar à ativa, e é nesse contexto em que a *Volkverein* volta a imprimir esforços para a construção de uma “Porto Novo II”. Logo após a Guerra, já em 1946, houve uma negociação entre o Pe. Balduino Rambo com o Bispo de Pelotas, Dom Antonio Zattera, que, interessado no capital social da *Volkverein*, entra em contato com a associação para a colonização de Hulha Negra, no sul do Rio Grande do Sul.

Consegui falar com todos os membros da Diretoria da União Popular. Desde o primeiro momento, o interesse foi unânime e grande. Terminada a guerra e praticamente concluída a colonização de Porto Novo; dada ainda a necessidade de se empreender a colonização da zona campestre, uma vez que as terras de mato já estão escasseando, todos se manifestaram positivamente, em parte até com entusiasmo.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> RAMBO SJ, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: D. Antonio Zattera, Bispo de Pelotas. Porto Alegre, 28 ago. 1946. Caixa 1.4.1.6 - SUP 1-16 - Pasta SUP-14 - Doc. 1. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

Na mesma carta, Rambo destaca os pontos para a colonização de Hulha Negra se efetivar por parte da *Volkverein*:

1. O plano de colonizar, da parte da União, a zona de Hulha Negra, é bom e aceitável.
2. Os colonos não faltarão; antes haverá falta de terras, pois segunda a opinião dos entendidos, o colono no campo necessita de cerca duma quadra, razão porque dificilmente se poderão localizar, no terreno até agora previsto, mais de 200 famílias.
3. A Diretoria unanimemente se manifestou pouco favorável ao plano da desapropriação por parte do governo, porque isto cria animosidades e facilmente resulta em gritaria nos jornais; acham que seria preferível resolver o assunto pacificamente, comprando as terras, em condições vantajosas, dos próprios donos.
4. Em geral, não houve inclinação para ter o governo como intermediário. A razão não está no terreno do lucro, pois o plano é antes de crear uma espécie de sociedade ou cooperativa colonizadora, em que os próprios interessados empenham o seu capital ficando todo o lucro e risco dentro das responsabilidades desta entidade. A União não entraria financeiramente, mas apenas emprestaria os seus homens e o seu prestígio. Esta sociedade se comporia, portanto, aos já residentes em Hulha Negra, especialmente dos nomes constantes da lista, mais os colonos futuros. Os lucros reverteriam nas benfeitorias locais, incluindo escola, igreja, hospital.
5. É indispensável prever a maior quantidade de terras possível, que deve ser comprada duma vez, porque senão nos próprios valorizamos as terras, devendo mais tarde pagar do próprio bolso esta valorização.
6. Condição essencial são a criação de escolas mais a cura de almas por sacerdotes que entendem a língua dos colonos.<sup>13</sup>

As condições impostas pelo Pe. Rambo ao Bispo de Pelotas não diferem dos planos de colonização do início do século, a *Volkverein*, enquanto associação que pregava os preceitos de germanidade, não permitiria que uma colonização governada por ela não andasse conforme o seu estatuto, segundo Pe. Balduino Rambo, “a razão porque quereríamos antes proceder na colonização de um modo particular [...] é porque é preciso realizar o princípio antigo e comprovado da União: não queremos mistura de credos, que redundam em dano dos católicos e não traz proveito a ninguém”.

---

<sup>13</sup> RAMBO SJ, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: D. Antonio Zattera, Bispo de Pelotas. Porto Alegre, 28 ago. 1946. Caixa 1.4.1.6 - SUP 1-16 - Pasta SUP-14 - Doc. 1. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

A máxima pregada pela associação, mesmo após duas décadas, ainda permanecia a mesma, e não estava aberta a negociações.

As negociações para colonização de Hulha Negra continuaram até o final do ano, outras cartas trocadas entre os membros interessados davam conta dos elementos aqui já abordados, em carta de 3 de dezembro de 1946 para o Bispo Zattera, Balduino Rambo reforça que “a União deve ter plena liberdade para colonizar com elementos de sua escolha, isto é, católicos; é sabido que o governo faz a mistura de todos os credos e nacionalidades, sistema que nós não tomaremos debaixo do nosso nome”. Gabriel Arns, membro da União Popular e grande interessado na colonização de Hulha Negra também trocou correspondência com Rambo, ambos enfatizam o grande interesse e possibilidades de negócio na região. Em dezembro de 1946, Rambo enviou uma carta para Arns e destaca que ficou “espantado ao ver que o secretário de Agricultura não tinha a menor objeção a que vendêssemos a terra e nos apegássemos aos nossos princípios. Cerca de 75 quadras estariam imediatamente disponíveis para nós”<sup>14</sup>. Esse posicionamento do Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul difere do posicionamento ressaltado por Carlos Torres Gonçalves, secretário responsável pela colonização no início do século.

Mesmo com os devidos esforços, a colonização do território pela *Volkverein* não se efetivou, e as fontes que foram utilizadas neste trabalho não revelam o motivo, no entanto, é importante notar que novas zonas coloniais estavam sendo procuradas no pós-guerra, e os esforços não param por aí. Em carta do Padre Albano Berwanger para Padre Balduino Rambo em 1951, o primeiro mostra sua preocupação em relação à inércia da *Volkverein* em relação à ocupação de novos espaços coloniais,

---

<sup>14</sup> RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Gabriel Arns, Porto Alegre, 25 de dezembro de 1946. Caixa 1.4.1.6 - SUP 1-16 - Pasta SUP-14 - Doc. 4. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

Prezado P. Balduino

Mais uma vez, quero chamar a atenção de V. R. sobre a conveniência de se darem os passos necessários para uma colonização em Paraná. As terras em Porto Novo estão sendo vendidas em tempo acelerado. As companhias que colonizam Toledo e arredores praticamente já venderam as 11 mil colônias e está para comprar mais 3 mil do governo, com os quais fazem fortuna. Se a Central das Caixas das S.U.P. empenharem junto ao governo para obter terras para seus associados e se contentar com um lucro mais módico, estou certo que poderíamos organizar um II Porto Novo. Mas se continuarmos dormindo nas palhas, sem demora será tarde.<sup>15</sup>

Durante o Estado Novo os esforços nacionais em ocupar às regiões mais à oeste do país se mostraram intensos, de fato, desde o início da República no país houve um movimento de incentivo para ocupação dos “vazios demográficos” e das regiões de fronteira. Esse movimento, no entanto, ganha força com Getúlio Vargas, visto que a integração nacional passava pela ocupação de novos territórios, ainda não devidamente explorados. Segundo Galvão,

A chamada “Marcha para o Oeste” foi um projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico. Visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da Nação. A proposta governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior, com objetivo de integrar e consolidar o País, de acordo com uma visão de unidade (Galvão, 2011, p. 2).

No contexto mais ao sul do país, a marcha para o oeste afetou fortemente os três estados do sul. Segundo Jean Roche (1969, p. 351-352) “a febre do Paraná” tirou do Rio Grande do Sul um número considerável de pessoas. Nesse contexto de intensas migrações, alguns dirigentes da *Volksverein* se mostravam aflitos com a situação da associação, na mesma carta destacada acima, Pe. Berwanger se diz preocupado que a *Volksverein* tenha uma “Padre de bolsa”, se referindo ao secretário itinerante, “apenas para vender *Paullusblätter*”, visto que historicamente, a atua-

---

<sup>15</sup> BERWANGER SJ, Albano. [Correspondência]. Destinatário: Pe. Balduino Rambo, Campinas, 29 de setembro de 1951. Caixa 1.4.1.6 - SUP 1-16 - Pasta SUP-14 - Doc. 7. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

ção do secretário itinerante estava muito voltado para a implantação de novas colônias e de conversas com membros da sociedade civil para organizar processos migratórios, que apenas para vender exemplares do periódico *St. Paullus-Blatt*, e que por esse motivo, a associação estava se tornando uma *Papierverein* (Associação de papel).

Em 1952, em outra carta trocada entre Pe. Berwanger e Pe. Rambo, o primeiro ressalta que,

[...] estamos na última oportunidade de emprendermos uma colonização nos três estados sulinos. Capanema é a única região ainda limpa de intrusos, porque falta estrada de acesso. Cheguei perto do limite. A região é fertilíssima. A estrada está avançando e também os intrusos, os aventureiros que querem “saquear” terra do governo.<sup>16</sup>

A “Marcha para o Oeste”, não apenas incentivada pelo governo federal, também recebia apoio do governo do Estado, segundo a carta de 1952 de Albano Berwanger para Balduino Rambo, “Capanema já tem prefeito eleito, sem sede, com poucas dezenas de famílias, mas muito dinheiro, pois o Estado dará aos municípios recém-criados do Oeste durante 10 anos 2 milhões de cruzeiros”. Além do interesse em Capanema, na mesma carta, Berwanger ressalta as terras da Companhia Sul-Brasil, “Estive em Romelândia, onde estão entrando calmos católicos de origem alemã. Já estão vendendo a 25 contos a colônia. Creio que a Sul-Brasil nos venderia a 12-15 contos a colônia já medida, ficando a nosso cargo fazer a entrada”.

Diversos são os contatos entre os padres jesuítas e destes com autoridades e intermediadores, em algumas cartas, declaram as reuniões e contatos que tiveram com deputados e autoridades para conseguir a posse de algum território para implementar um novo projeto de colonização. Em 1955, um requerimento é redigido e enviado a João Gonçalves, Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) solicitando a doação do “Terreno Andrada”, pertencente ao Governo federal,

---

<sup>16</sup> BERWANGER SJ, Albano. [Correspondência]. Destinatário: Pe. Balduino Rambo, Porto Novo, 04 de dezembro de 1952. Caixa 1.4.1.6 - SUP 1-16 - Pasta SUP-15. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

localizado à margem direita do “rio Iguassú, entre os seus afluentes, os rios Gonçalves Dias e Adelaide”, no extremo oeste do Paraná. No requerimento, a associação lista os feitos desde a sua fundação e ressalta o seu interesse na aquisição do Terreno Andrada,

Pretende a União Popular obter desse órgão autárquico federal, proprietário em espetativa da gleba referid e incumbido de promover e orientar a imigração e colonização no país, uma área mínima de 20 a 25.000 alqueires do referido “TERRENO ANDRADA”, para poder realizar o seu novo projeto de colonização nacional.

A união popular se distingue das demais congêneres, como entidade colonizadora. A característica fundamental dessa distinção está em que as empresas privadas de colonização, que atuam no paiz, tem objetivo meramente comercial. Compram e vendem terras, realizando operações imobiliárias, com o fim de proporcionar o máximo de lucro aos seus acionistas ou cotistas, sem preocupar-se com a ocupação e cultura das terras vendidas. A União Popular, ao contrario, não considera, como aqueles, o fator lucro, mas se preocupa em sua atividade colonizadora, precipuamente, com o aspecto social e humano do problema e com a finalidade agrícola propriamente dito. Coloniza não para auferir lucros, mas para proporcionar terras e agricultores tradicionais, que as desejam povoar e explorá-las com o auxílio de seus filhos, criando, assim, a pequena propriedade rural e o bem da família. [...]. Uma colonização assim realizada, por entidade idônea e tradicional no ramo, com agricultores profissionais e experimentados em solo brasileiro, no regime da pequena propriedade rural, explorada pelo seu dono com o auxílio dos membros de sua família, sem visar lucros, por certo, corresponderá inteiramente aos patrióticos e alevantados propósitos desse Instituto e aos anseios da nossa pátria.<sup>17</sup>

No Paraná, um dos intermediadores é Arno W. Vier, nas cartas, assina-se como Dr. amigo, ex-aluno e parente de Pe. Balduíno Rambo, e lhe presta informações sobre as negociatas da União Popular com o Governo do Estado e a CITLA<sup>18</sup> (Clevelândia Industrial e Territorial LTDA.)

<sup>17</sup> Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul. [Requerimento]. Destinatário: Exmo. Snr. Dr. João Gonçalves, Porto Alegre, 22 jun. 1955. Caixa 1.4.1.6 SUP 17-42 Pasta SUP 25 - Doc. 9, fl 04-05. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

<sup>18</sup> Durante a década de 1950 a CITLA se envolveu em uma série de problemas envolvendo as terras do oeste do Paraná, nas cartas, Arno Vier diz que o Governador do Estado é o maior acionista da Empresa, mas que para fins políticos não é revelado esse detalhe. Os eventos que envolvem a empresa e a ocupação de terras resultam na Revolta dos Posseiros, em 1957. Para saber mais sobre a Revolta dos Posseiros, ver: Pegoraro (2008).

Tive uma audiência especial com o governador atual eleito, o senhor Moises Lupion, onde fora muito bem recebido. Fui sozinho falar com sua Excia; largando os deputados e acionistas da CITLA, o que os desagradou muito, pois elas insistiam em ir junto na audiência com o governador (são um salafras). O governador me falara o seguinte: Conheço muito bem a vossa organização, e estou muito interessado na vinda de vossa gente para cá. Mas o caso da CITLA está muito encrencado. Esperem nos organizarmos os ministérios, até o dia 2(2) depois dessa data poderemos atender-vos melhor, e farei todo o possível a fim de termos tudo na base legal<sup>19</sup>.

Não param no Paraná as investidas para novas colonizações por parte dos padres jesuítas, Pe. Balduino Rambo em carta enviada em 1952 para Pe. Mello SJ, diz que

Minha viagem para o Mato Grosso teria, como finalidade secundaria, a exploração de terras porventura colonisaveis com elementos Riograndenses. No RGS já não ha terras disponíveis; Sta Catarina esta loteando os últimos pedaços; o Paraná está sendo invadido por uma verdadeira migração de povos. Precisamos de novas terras para as novas gerações. Estou plenamente inteirado das dificuldades que se opõem a uma colonização de terras tropicais, mesmo com elementos d'aqui. Apesar disso não o julgo impossível, nem indigno de estudo. Colocar europeus em terras tropicais como o Mato Grosso seria mais do que um crime, seria uma inépcia<sup>20</sup>.

Mesmo não havendo uma intencionalidade clara como nas experiências no Paraná, principalmente por causa dos elementos geográficos tropicais do Mato Grosso, há um interesse em conhecer a região e estudar a possibilidade. A colonização em território mato-grossense é incentivada a partir de 1940 e, mesmo o Pe. Rambo achar que seria uma “inépcia” enviar colonos “europeus” ao território, a migração do Sul para o centro-oeste é intensificada a partir de 1970. Além disso, cabe lembrar que a maioria dos colonos do sul do Brasil da década de 1950 não é mais europeia, mas descendente daqueles que vieram em décadas anteriores e já estão bem adaptados ao território nacional.

---

<sup>19</sup> VIER, Arno. [Correspondência]. Destinatário: Pe. Balduino Rambo, Maringá, 03 de janeiro de 1956. Caixa 1.4.1.6 SUP 17-42 Pasta SUP 25 - Doc. 11. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

<sup>20</sup> RAMBO SJ, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Mons. A.S. de Mello SJ, Porto Alegre, 21 de julho de 1952. Caixa 1.4.1.6 SUP 17-42 Pasta SUP 25 - Doc. 2. Coleção de Obras Raras e Especiais do Memorial Jesuíta Unisinos.

Dentre os materiais e cartas aqui citados, em nenhuma há informações sobre o fechamento de algum desses acordos, até o momento não há informações em trabalhos acadêmicos sobre a aquisição de terras por parte da *Volksverein* para a implantação de uma nova colônia. Há de se especular que nenhuma dessas negociações tenha tido êxito, visto o nível de exigências da associação, que em meados dos anos de 1950 tinha objetivos um tanto quanto exuberantes.

## Considerações finais

A expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, ao final do século XIX, joga à luz uma grande quantidade empresas colonizadoras privadas. Essas empresas objetivam a compra de um grande território, sua divisão e demarcação e posterior venda aos colonos. Majoritariamente, companhias colonizadoras particulares preveem lucro (Neumann, 2016; Sand, 2021; Caron, 2009; Schallenberger; Schneider, 2009). A maioria das colonizadoras particulares, além disso, não tinha grande preocupação com a infraestrutura e com o amparo dos colonos após a sua instalação no território, se retirando da Colônia após a venda de todos os lotes (Schmitz, 2019).

Nesse cenário, há algumas exceções, como colonizadoras que possuíam um projeto de colonização étnica e/ou confessional, o que acarretava no interesse específico nos elementos que comporiam a colônia, e na presença, a longo prazo, da companhia no território. Esse é o caso da Colonizadora Meyer e a colônia Neu-Württemberg (1897) e a Empresa Chapecó-Pepery Ltda. e a Colônia Porto Feliz (1922) (Neumann, 2016). No caso de projetos de colonização particulares com objetivos ideológicos, religiosos e étnicos, existe uma preocupação mais intensa em relação à infraestrutura e ao amparo espiritual e material dos colonos, no entanto, a lógica do lucro ainda prevalece.

Diferentemente de companhias privadas que, mesmo com projetos variantes, sempre almejavam o lucro, a *Volksverein für die deuschten*

*Katholischen in Rio Grande do Sul*, era uma organização associativa que não tinha objetivos financeiros. Na sua atuação enquanto colonizadora, predominou a preocupação em relação ao amparo material, educacional, cultural e religioso dos colonos após o seu assentamento em novo território. É importante frisar, no entanto, que no seu projeto efetivado, a Colônia Porto Novo (1926) havia uma atuação, tanto dos padres jesuítas, quanto da população que visava a manutenção e permanência de uma língua e cultura específicas, pautados na germanidade e na religiosidade católica. Esses elementos levantam alguns questionamentos sobre questões identitárias e de aceitação ao diferente. O que mais chama a atenção, no entanto, são os esforços contínuos, já nas décadas de 1940 e 1950 de uma aquisição de terras para fundar uma nova zona de colonização étnica e confessional.

## Referências

ARENDDT, Isabel Cristina. Representações de germanidade no “Jornal Geral para o Professor”. **Dimensões**, nº 18, p. 104-138, 2006.

CARON, Márcia dos Santos. **Mapear, demarcar, vender...** A ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai Gaúcho – 1915/1930.

Cem anos de germanidade no R.G.S. – 1824-1924. Trad. Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

FUNDAÇÃO IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística – Departamento de Censos. **Censo Demográfico de 1960**: Santa Catarina. Série Regional, Volume I Tomo XV- 2ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, 2011.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco-Íris Gráfica e Editora, 2000.

JUNGBLUT, Roque. **Max Von Lassberg**: vida, obra, tributos. Porto Alegre; Letra & Vida, 2015.

KLAUCK, Samuel. **O apostolado da imprensa**: a revista St. Paulus-blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR. 294 f: il. 2009.

LEVI, Geovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 135-164.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A romanização do catolicismo e os instrumentos de restauração católica dos jesuítas no Brasil. **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

NUNES, Maria Zilles Magno. **O começo de Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933)**. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015.

RAMBO, Arthur Blásio. Imigração alemã na AL nos séculos 19 e 20: Argentina, Brasil e Chile. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 107-136, jun. 2003.

RAMBO, Arthur Blásio. **Jesuítas no Sul do Brasil: o projeto pastoral**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013.

RAMBO, Arthur Blásio. **Associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. São Leopoldo: Eduni-sul, 1988.

REVEL, Jaques. Micro-História, macro-história: O que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, 15(45), 434-444, 2010.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário – imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SCHALLENBERGER, Erneldo. SCHNEIDER, Iara Elisa. Políticas de colonização: uma análise da região oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. **Revista de Estudos Sociais**, ano 11, n. 21, v. 1, 2009.

SCHMIT, Kalinka de Oliveira. “Entretanto, são ávidos de terras, pois sabem por experiência, constituírem elas excelente emprego para suas economias”: a colonização no Rio Grande do Sul e a migração de colonos para Santa Catarina. Porto Alegre: **Aedos**, v. 13, n. 28, outubro 2021.

MAYER, Leandro; SCHNEIDER, Maikel G. (Org.) **Porto Novo: povoação de católicos alemães na mata virgem no sul do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2020.

SEYFERTH, Giralda. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil: Kultur e etnicidade. **Travessia**. Maio-Agosto 1999.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCB, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

WERLE, André Carlos. Religião e Etnia na formação da Colônia Porto Novo (Extremo Oeste Catarinense). **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 8, n. 8, p. pp. 17-32, jan. 2000.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina**. Curitiba: CRV, 2011.

WERLE, Márcio José. **“Um por todos e todos por um”**, uma história das Caxas Rurais. 2014. 211 f. Tese (Doutorado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

# Angelo de Carli, Irmão & Cia: colonização da Fazenda Ressaca em Ponte Serrada (1920-1940)

---

Leticia Maria Venson

## Introdução

O presente capítulo tem por objetivo analisar a atuação da Companhia Colonizadora Ângelo de Carli Irmão & Cia no território que compreendia parte da Colônia Militar do Xaçepó. A Colônia foi instalada na então Província do Paraná em março de 1882 e manteve seu funcionamento sob administração do Ministério da Guerra até meados do ano de 1908 quando passou para o regime civil. A Colônia Militar foi uma tentativa de proteger e ao mesmo tempo estimular a ocupação da região que estava sendo disputada diplomaticamente com a Argentina, na chamada “Questão de Palmas”.

Em 1908 o território da Colônia passou a ser responsabilidade exclusiva do Estado do Paraná, que tinha como obrigação legalizar os títulos expedidos pelos militares a favor dos colonos que viviam na região, porém com a Guerra do Contestado e o acordo de limites de 1916 a responsabilidade de gerir esse território passou ao Governo de Santa Catarina, que como estratégia de ocupação investiu na colonização via empresas colonizadoras, sendo uma delas a Colonizadora Ângelo de Carli, Irmão & Cia.

Como fonte de análise utilizaremos o jornal o *Staffetta Riograndense* de Caxias do Sul, um jornal católico destinado a colônia italiana, onde foram vinculadas diversas propagandas da companhia colonizadora aqui abordada. Também utilizaremos o jornal O Regional, também da cidade de Caxias, onde além das propagandas encontramos outras informações sobre Ângelo de Carli e os demais membros da colonizadora. Ambos os jornais estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. Além dos jornais, analisaremos os processos para registro do território da Fazenda Ressaca requeridos pela Companhia Ângelo de Carli, Irmão & Cia e as mensagens dos Governadores de Santa Catarina dos anos de 1916 a 1930, disponíveis no Arquivo Público de Santa Catarina.

Como metodologia recorreremos a Análise do Discurso, que de acordo com Eni Orlandi, é a palavra em movimento, prática de linguagem, onde procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, necessária entre o homem e a realidade natural e social (Orlandi, 2020, p. 13). Trabalha com as maneiras de significar, com homens falando considerando a produção de sentidos enquanto partes de suas vidas, relacionando a linguagem com sua exterioridade, ou seja, considera os processos e as condições de produção da linguagem, além de trabalhar a relação língua-discurso-ideologia, pois compreende que o sujeito é interpelado pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 2020, p. 14).

O presente estudo está em fase inicial, fazendo parte do projeto de tese em processo de desenvolvimento pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e visa investigar a atuação das companhias colonizadoras no território que compreendia a Colônia Militar do Xapecó, ou seja, os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim, Faxinal dos Guedes e Ponte Serrada que eram e ainda são compreendidos como terras devolutas.

## **Colônia Militar do Xapecó**

A Colônia Militar do Xapecó foi criada pelo decreto nº 2502 de 14 de novembro de 1859, e tinha como objetivo central a proteção dos habi-

tantes dos campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava da incursão dos indígenas ditos como “bravos” e a proteção do território devido ao conflito territorial envolvendo a Argentina, na Questão de Palmas (Venson, 2020). O interesse da Argentina nesse território devia-se a descoberta de importantes extensões de erva-mate de alto valor comercial. Paraguaios e argentinos já percorriam a região na coleta de erva mate nativa, que se intensificou após a Guerra do Paraguai (1864-1870), o que foi interpretado pelo governo brasileiro como uma pretendida invasão dos argentinos no território de Palmas (Aranha, 2020, p. 108).

José Bernardino Bormann, veterano da Guerra contra o Paraguai foi designado em 1880 como responsável pela comissão de instalação da Colônia que após a exploração da região optou por estabelecer o núcleo na margem esquerda do rio Chapecó, num local denominado Xanxerê, tendo como data de instalação dia 14 de março. Após todo o processo de instalação, Bormann foi designado como diretor do estabelecimento responsável por todas as questões administrativas, principalmente as envolvendo a distribuição das terras, cargo que ocupou até o ano de 1898 (Venson, 2020).

Um conceito importante para o presente trabalho é o de Estado, que de acordo com Pierre Bourdieu é o setor do campo de poder, que se define pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima (Bourdieu, 2014, p. 30). O Estado é um dos princípios da ordem pública que repousa sobre o consentimento “O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe” (Bourdieu, 2014, p. 36). Sendo assim, compreendemos que a Colônia Militar do Xaçepó era um aparelho do Estado, que tinha como objetivo a proteção e consolidação do território pretendido pela República Argentina, além de ter a missão de “civilizar” e levar a “civilização” para a fronteira.

A Colônia Militar do Xaçecó era organizada e regida pelo Estado, e além da tarefa da proteção do território cabia a ela disciplinar os moradores da região, bem como os praças do Exército. Os oficiais militares buscavam congregar e vigiar homens considerados uma ameaça aos lares familiares. Era comum durante o século XIX a prática do alistamento forçado, daqueles que cometeram algum ato criminoso (Beattie, 2009). E de acordo com José Bernardino Bormann, muitos praças do Exército, com a índole “suspeita”, faziam parte da Colônia, sendo essa uma questão de constante reclamação aos seus superiores, pois não considerava esses sujeitos aptos para se estabelecerem em uma Colônia Militar.

Figura 1 – Localização Aproximada da Colônia Militar do Xaçecó



Fonte: IBGE. Adaptado por Juliano Cesar Baginski (2020).

O território da Colônia compreendia cerca de 57.600 hectares, que abrangia os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim, Faxinal dos Guedes e Ponte Serrada, no Oeste de Santa Catarina, divididos em lotes de até 242 hectares, que foram distribuídos gratuitamente aos colonos, divididos em urbanos, suburbanos e pastoris (Venson, 2020, p. 53). Para uma melhor administração do território a Colônia foi dividida em três distritos com áreas desiguais, sendo: o 1º distrito começava no chamado “Pesqueiro” e terminava na margem direita do Xanxerê. O 2º sendo o menor, e mais

populoso ia do Xanxerê até o arroio da “Serrinha” e o 3º estendia-se da “Serrinha” até o Xaxim (Venson, 2020, p. 53).

O desenvolvimento da Colônia estava atrelado a agricultura e a pecuária, pois a doação de lotes de terras previa o enraizamento de colonos. O diretor era o responsável por estimular as plantações, com o intuito de que fossem suficientes para a subsistência dos habitantes, não precisando recorrer aos cofres públicos, além de prever a distribuição aos centros urbanos próximos como Palmas e Nonoai, o que de fato não ocorreu devido à falta de boas vias de comunicação (Venson, 2020, p. 59).

Até o ano de 1903 foram expedidos cerca de 11 títulos definitivos e 126 títulos provisórios, todos os títulos definitivos foram assinados por José Bernardino Bormann, diretor do estabelecimento de 1880 a 1898. Após a Proclamação da República não foram emitidos novos títulos definitivos de terras, efeito da falta de instrução de como a distribuição das terras passaria a ocorrer e da inexistência de engenheiros para a medição dos lotes (Venson, 2020, p. 54). De acordo com Silvio Coelho dos Santos (1974), em 1908 a Colônia havia distribuído cerca de 255 títulos de propriedade, sendo em sua maioria títulos provisórios que não continham a demarcação dos lotes.

Em 1908 o então Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca em seu relatório apresentado ao Presidente da República Afonso Pena, sugeriu e pediu permissão para que tanto a Colônia do Xapecó quanto a do Xopim fossem emancipadas, pois “não satisfazem mais os fins para que foram criadas, visto se acharem muito longe das fronteiras” (FONSECA, 1908, p. 48). No momento a Colônia contava com 152 colonos e a economia era baseada na exportação da erva-mate, milho, fumo e porcos. Ainda em 1908 pelo aviso de 02 de dezembro nº 1.745, Hermes da Fonseca emancipou para o regime civil as Colônias do Xapecó e Xopim (Fonseca, 1909).

A Colônia Militar do Xapecó foi instalada em território considerado estratégico, tanto militarmente, quanto economicamente, porém, não ob-

teve autonomia financeira devido à falta de estradas que a ligassem aos mercados comerciais próximos. Outra questão foi o número reduzido de militares do destacamento da Colônia, o que dificultou a administração militar, pois não havia homens suficientes para fazer o policiamento na região e na Colônia e muito menos para realizar as tarefas cotidianas (Venson, 2020). Porém, apesar do “fracasso” econômico a Colônia estimulou a ocupação do espaço, sendo uma das primeiras estratégias de povoação da região de Chapecó.

Em fevereiro de 1910, o Capitão João Batista Cúrio de Carvalho, último diretor da Colônia Militar do Xapecó encaminhou uma mensagem ao Governador do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, com relação a situação dos lotes que pertenciam aos colonos, definindo a situação como precária, devido a emancipação da Colônia, pois não foi cumprida a lei nº 733 de 21 de dezembro de 1900 que organizou as Colônias Militares e definiu que fossem expedidos os títulos de posse definitiva aos colonos que tivessem cumprido a exigência de cultivo ou criação nos lotes por período superior a dois anos.

Carvalho ainda afirmou que o número de colonos era de 241, quando de emancipação da Colônia, porém somente 51 lotes foram medidos e demarcados, sendo que alguns foram considerados “devolutos devido à má colocação ou ser suas terras imprestáveis para a cultura e criação”. Cobrou que o governo do estado tomasse alguma providência, pois compreendia que os colonos haviam cumprido todas as exigências e mereciam a regulamentação de seus títulos (Colônia, 1910). Na teoria o pedido de Carvalho foi atendido, porém na prática poucos colonos conseguiram legitimar seus lotes.

Entre 1912 e 1916 esse território foi disputado entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, durante a Guerra do Contestado que resultou no acordo homologado pela lei federal nº 3.304, de 03 de agosto de 1917, que em 25 de agosto foi convertido na lei nº 1.147 que estabeleceu a organização municipal e judiciária do território dividido em quatro mu-

núcleos, que constituíam cada um uma comarca, sendo o município de Mafra; Porto União; Cruzeiro e Chapecó (Schimdt, 1918, p. 21). Sendo assim a responsabilidade por legalizar os lotes expedidos pela Colônia passou ao Estado de Santa Catarina.

Em 1917, em mensagem o então governador de Santa Catarina Felipe Schimdt demonstrou preocupação com a organização do território do “antigo Contestado” e destacou a instalação de 3 agências de repartição de terras, para que o Estado pudesse exercer adequadamente a jurisdição sobre o território. Informou também a elevação do efetivo de força pública, pois compreendeu que a população da região necessitava de um regime de “ordem, de civilização, de segurança e de justiça” o que conseqüentemente elevaria os gastos públicos. Enfatizou também que com “a anexação da parte do território Contestado que nos cabe, passaremos a ser um dos grandes produtores de erva-mate” (Schimdt, 1917, p. 23) demonstrando o interesse e a importância econômica do território anexado, principalmente devido aos extensos ervais.

Em 1925 pela Lei nº 1.511, de 26 de outubro o Poder Executivo estava autorizado a regularizar o domínio sobre os lotes distribuídos nas antigas Colônias Militares, na zona do ex-Contestado, desde que fosse apresentado o título expedido pelo diretor da respectiva Colônia e os documentos oficiais de medição (Werlang, 2006, p. 20). De acordo com Alceu Werlang pelo decreto nº 46 de 11 de julho de 1934 o Estado de Santa Catarina reconheceu a validade de todos os títulos expedidos pela Colônia Militar (Werlang, 2006, p. 32). Porém, boa parte dos títulos expedidos pela Colônia eram títulos provisórios que não continham a medição dos lotes, o que foi um dos empecilhos para a legalização, fazendo com que muitos colonos vendessem os títulos para terceiros, por receio de não conseguirem legalizar os lotes. A Companhia Ângelo De Carli & Irmão foi uma das empresas que comprou lotes dos colonos militares e tentou posteriormente legalizar os títulos como veremos no próximo subtítulo.

## Atuação da Companhia Ângelo De Carli, Irmão & Cia

A Colonizadora Ângelo De Carli, Irmão & Cia era formada por Ângelo De Carli e Tranquilo De Carli Sobrinho, e teve origem na cidade de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul. Contavam com um escritório na Estação do Herval, no município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, onde administravam a colonização dos territórios de Ponte Serrada, Vargem Bonita, Irani e Passos Maia. As companhias Madeireira Xanxerê e Colonizadora Renner também fizeram parte do processo de colonização de Ponte Serrada (Renk, 2006, p. 52).

Ângelo De Carli também fazia parte de outras empresas como Ângelo de Carli & Cia; Irmão De Carli & Paganelli; Ângelo De Carli & Irmãos, que se desdobrou em vários departamentos, dedicando-se a cantina vinícola, serrarias, erva-mate, produção de banha, colonização de terras, entre outros (Radin, 2006, p. 128). A Colonizadora Irmãos de Carli e Paganelli tornou-se a Colonizadora Cruzeiro posteriormente (Radin, 2006, p. 72).

Ângelo De Carli participou ativamente da vida política do município de Caxias, onde foi eleito conselheiro municipal, além de participar juntamente com Tranquilo de Carli Sobrinho do Partido Republicano Catarinense, chegando a doar em nome da empresa mil réis para a construção da sede do Partido (Colônia, 1929a) o que demonstra que ambos tinham uma boa relação com a política do Estado de Santa Catarina.

Em 1926, Tranquilo De Carli Sobrinho, ofereceu em sua residência em Herval uma festa em honra ao Dr. Cid Campos, chefe de polícia e ao Dr. Othon Lobo Da Gama D'Eça Juiz de Direito de Campos Novos, que haviam sido convidados para o cargo de delegado auxiliar de Florianópolis (Os Municípios, 1926). Cid Campos, chegou a ser Oficial de Gabinete do Governador Hercílio Luz, além de ter ocupado o posto de Chefe de Polícia do Estado, e de ter sido eleito duas vezes ao cargo de Deputado Estadual pelo Partido Republicano Catarinense (Memória Política de Santa Catarina, 2020). Já Gama D'Eça chegou a ser Oficial de Gabinete da Secretaria de Interior e Justiça, além de promotor público da Comarca

de Lages, e Juiz de Direito. Em 1927 ocupou o cargo de Chefe de Polícia, e em 1929 acompanhou o governador Adolfo Konder a viagem em que fez pelo Estado de Santa Catarina (Furtado, 2015). A oferta de um jantar por Tranquilo demonstra a sua proximidade com sujeitos importantes no cenário político catarinense, o que provavelmente lhe trouxe vantagens, principalmente envolvendo a colonização da região.

Com o fim da Colônia Militar do Xapecó e o acordo de limites, o Estado de Santa Catarina passou a ser o responsável por legalizar as propriedades distribuídas pelos militares, sendo assim por meio de decretos autorizaram que os colonos legalizassem seus títulos desde que contassem com documentos referentes a Colônia e a medição dos lotes. Porém, como vimos anteriormente a maioria dos títulos era de caráter provisório, não tendo a medição feita por um agrimensor, o que trouxe complicações para alguns colonos, pois teriam que contratar um agrimensor as próprias custas para legalizar as propriedades, sendo assim, muitos optaram por transferir os títulos a terceiros.

A Companhia Ângelo De Carli & Irmão comprou mais de 900 hectares que pertenciam aos colonos da Colônia Militar do Xapecó, na denominada Fazenda Ressaca, atual município de Ponte Serrada, visando a legalização dos títulos junto a Diretoria de Terras de Santa Catarina. No quadro 1 podemos observar o nome dos sujeitos que venderam suas posses a Companhia bem como os tamanhos das propriedades.

Quadro 1 – Títulos requeridos pela Colonizadora Ângelo De Carli, Irmão & Cia.

Nome	Tipo de Título	Área (hectare)	Local
Antônio Rebalho Nunes	Provisório	303, 71	Fazenda Ressaca
Antônio Ribeiro dos Santos	Provisório	21,07	Três Lagoas
Francisco Antônio Ayres	Provisório	272,25	Três Lagoas
João Alves de Siqueira	Provisório	21,00	Três Lagoas
João Francisco de Sousa	Provisório	21,07	Três Lagoas
Joaquim da Andrada Costa	Provisório	272,25	Lajeado do Tigre
Ramiro Gomes dos Santos	Provisório	272,25	Fazenda Ressaca

Fonte: FREITAS, 1903.

Além dos títulos provenientes de colonos da Colônia Militar do Xapecó a Companhia comprou terras da Fazenda Ressaca de terceiros, sendo títulos com raízes paranaenses, constando de dois títulos expedidos pelo Paraná a Zeferino Almeida Bueno, sob números 2.350 e 2.351, em 1 de setembro de 1917. O primeiro título era de uma área de cerca de 6 mil hectares, sendo legitimada por meio da lei 68/1892 e a segunda gleba, de 40 mil hectares foi comprada (Renk, 2006, p. 53).

Uma das primeiras compras do território que compreendia a Colônia Xapecó ocorreu em dezembro de 1924, quando Joaquim de Andrade Costa por meio de uma procuração autorizou Olímpio Simões Cavalheiro a vender ou legalizar as terras de sua propriedade que faziam parte do perímetro da Colônia:

[...] senhor Olímpio Simões Cavalheiro, casado comerciante e residente nesta Vila de Rui Barbosa, compradores especiais e revogáveis em causa própria para promover a medição e legitimação de um título provisório que possui como colono com a área de 2.722.500 m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Lajeado do Tigre neste município, podendo ser dito procurador mandar extrair o título definitivo em seu nome e no de quem convier tratando da ação ou ações de legitimação do dito título até final sentença usando de todos os recursos legais e meios consolativos podendo ainda seu dito procurador vender as terras legítimas a quem julgar conveniente pelo preço que lhe convier digo pela importância de 2 contos e 500000 réis [...] (Rui Barbosa, 1924).

A procuração deu plenos poderes a Olímpio, o que nos faz levantar a possibilidade de que as terras no momento da venda já eram de seu pertencimento e que a procuração foi a forma utilizada para conseguir vender a terra a terceiros, no caso para a Colonizadora De Carli, pois eram provenientes da Colônia Xapecó sob um título provisório, portanto não havia documentos, além do título expedido em nome de Joaquim de Andrada Costa.

Outro título proveniente da Colônia foi comprado ou melhor “trocado” em 1928 onde Tranquilo de Carli representou, como outorgante a empresa em um contrato de compra e venda com Antônio Rebalho Nunes de uma área de cerca de 303 hectares localizada na Fazenda Ressaca no lugar denominado “Campina do Galvão” que ficava a margem esquerda da estrada de rodagem de Herval a Xanxêre, compreendendo parte do território no Município de Chapecó e outra parte em Cruzeiro.

Em compensação Antônio Rebalho Nunes desistiu a favor da Companhia de todos e quais quer direitos de pretensão relativo ao terreno com a área de cerca de 303 hectares que ocupava na Fazenda Ressaca, no lugar denominado “Jaguatirica”, transferindo também os títulos provisórios expedidos pela Colônia Militar do Xaçepó, que lhes foram transferidos por Felipe Antônio com o objetivo de serem legalizados perante o Governo do Estado de Santa Catarina. Ainda de acordo com o contrato:

A desocupação da área atualmente ocupada pelo outorgado dentro da Fazenda Ressaca, no lugar Jaguatirica, e a desistência das pretensões e direitos de pleitear perante o Governo do Estado de Santa Catarina a legislação dos citados títulos provisórios “equivalem ao pagamento e a quitação das terras que a outorgante transferirá ao outorgado, dentro da mesma Fazenda Ressaca, em virtude da cláusula primeira (Rui Barbosa, 1924).

Percebe-se que o próprio Antônio não era um colono militar, tendo comprado em 1897 o título provisório de Felipe Antônio, o que demonstra que era prática comum fazer a venda dos lotes, mesmo com posse do título provisório. Antônio comprou as terras no valor de sete contos e seiscentos mil reis, sendo uma área de extensos ervais, o que justifica o interesse e a “troca” das terras pela Companhia Ângelo De Carli e Irmão, pois possuíam uma fábrica de beneficiamento de erva-mate chamada “Iarva Malte Xauxeré”, que foi registrada em maio de 1927. Ou seja, havia interesse na exploração da erva-mate, que era vendida pela empresa em forma de chá e de erva para o chimarrão.

Na figura 2 podemos observar o modelo de título provisório utilizado pela Colônia, sendo um documento conciso e com poucas informações. O título foi expedido no nome do colono Ramyro Gomes dos Santos, sendo um lote de terra de cultura, que não havia sido medido tendo a metragem de 1650 metros quadrados, no local denominado Lambedor, datado de maio de 1898, assinado por José Bernardino Bormann, diretor que comandou a Colônia até meados do ano de 1898. Em 1908 Ramyro pediu para que o seu lote fosse transferido para “os olhos d’água” junto ao do colono Joaquim Gregório da Andrade Costa, pedido atendido pelo diretor interino João Cúrio de Carvalho. De acordo com a documentação anali-

sada a prática de pedir a troca do local do lote era algo bem comum e em sua maioria atendido pelos militares.

Devido a distância da Colônia dos centros comerciais, muitos colonos optavam por não permanecer no estabelecimento e desistiam dos títulos provisórios, sendo assim, ao invés de expedirem novos títulos, os militares escreviam na margem dos documentos e distribuíam o lote para outro colono interessado e em outros casos o colono vendia o lote como vimos no subtítulo anterior.

Figura 2 – Título Provisório da Colônia Militar do Xaçecó



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina

Além das terras da Fazenda Ressaca a Colonizadora Ângelo De Carli, Irmão & Cia dispunha de terras na Colônia Irany, também no Estado de Santa Catarina, que compreende parte do território do atual município de Irani. As terras da Colônia Irany pertenciam até 1916 ao Estado do Paraná, que eram propriedade da Companhia Frigorífica e Pastoril Brasileira, que em 1908 estava em processo de liquidação por meio do Banco do Brasil anunciando a venda das fazendas: Tucunduva; Irany; Santa Helena; Morro Azul; Praia, Barra e Potreiro; Barreiro São Benedito; Barra e Tubuna; Santa Bárbara; Santo Antônio do Chopim; São João do Serro Agudo; São João do Irany; Bom Retiro; São Bento e Marrecas (Fazendas,

1908). A Colônia Irany foi fundada pela lei n. 1169 de 30 de março de 1913 e no momento de sua criação contava com 46 processos de aforamento de nacionais que mantinham há anos cultura efetiva e habitação, sendo todos aprovados em outubro do mesmo ano (A Viagem, 1913).

Como estratégia para atrair colonos italianos publicaram vários anúncios em jornais do estado do Rio Grande do Sul, entre eles destacamos a publicação no jornal O Regional, da cidade de Caxias, em 1927. Na propaganda a companhia anunciou a venda de 2.000 colônias de “ubérrimas” terras, no município de Cruzeiro (Colônia, 1927a). Ao utilizar o termo “ubérrimas”, superlativo absoluto sintético da palavra úbere enfatizam a ótima fecundidade do solo, demonstrando que na terra seria possível plantar diversos gêneros alimentícios com uma boa produtividade.

Outra questão que foi levantada na propaganda era a proximidade da Colônia Irany da vila de Cruzeiro e da Estação Herval sendo “essas duas localidades dois centros comerciais muito importantes”, ou seja, havia a possibilidade de venda das produções para demais centros comerciais do restante do país, pois “existem importados os produtos para as praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e outros Estados” (Colônia, 1927a). Portanto, além da terra ser muito fértil havia a possibilidade de exportar os produtos para fora da colônia, gerando retorno financeiro.

Figura 3 – Propaganda das Terras da Colônia Irany



Fonte: Colônia, 1927b.

Na figura 3, podemos observar a propaganda publicada no jornal *Staffetta Riograndense*, também da cidade de Caxias, redigido em italiano, voltado especificamente para as colônias de imigrantes italianos do estado. O anúncio consome uma porcentagem considerável da página do jornal, e as palavras “Colônia Irazy” em uma letra maior e em negrito visam chamar a atenção, além de demonstrar o poder econômico dos anunciantes, pois quanto maior o espaço que divulga no jornal, maior é o investimento no anúncio. A propaganda vinculada no jornal *O Regional* é a mesma que a do *Staffetta*, mudando somente a língua, do português para o italiano, o mesmo anúncio foi publicado em outros jornais do estado como no *Jornal Popular*, também da cidade de Caxias, onde o anúncio consumiu uma página toda. Percebe-se que o interesse da Companhia era em imigrantes ou migrantes italianos, o que justifica os tantos anúncios nos mais diferentes jornais do município de Caxias.

Classificam o clima com o adjetivo “salutar”, ou seja, um clima favorável a preservação da saúde, complementando com o fato de parecer com o clima do Rio Grande do Sul e conter “águas abundantes” que favoreceriam a instalação de moinhos, engenhos de serra, entre outros. Ou seja, levantavam várias possibilidades para um bom desenvolvimento econômico das colônias, visando despertar o sentimento de esperança de prosperidade nos possíveis colonos. Também utilizaram exemplos, destacando que já havia famílias de colonos italianos na região e que contavam com uma boa produção, além de vários beneficiamentos como moinhos e engenhos de serra (Colônia, 1927a).

E por fim, já no final do anúncio em caixa alta é enfatizado “Um Preço Barradíssimo, As Nossas Vendas São Feitas Em Condições Muito Vantajosas, Concedendo-Se Também Prazos Longos”. Com o intuito de despertar a curiosidade dos colonos em ir obter mais informações e saber mais sobre as condições de venda. As terras eram vendidas em Caxias, no Rio Grande do Sul e em Herval no Estado de Santa Catarina.

Em 1929, Adolfo Konder, presidente do Estado de Santa Catarina percorreu o Oeste do Estado, tendo como objetivo a “conquista” das po-

pulações da região (Renk, 2006, p. 58), o que ficou explicitado na reportagem de maio de 1929 do jornal *Correio Paulistano* que enfatizou que:

A viagem do presidente Konder até aqui foi feita em pousas horas, apesar das repetidas paradas na estrada, onde quer que exista uma sede, um povoado, uma colônia, uma escola, uma igreja, um agrupamento humano formado a beira do caminho para saudar o primeiro chefe de Estado que se aventurou por estas bandas (1929).

Portanto, uma das estratégias utilizadas pela comitiva de Konder visando a aproximação com os moradores do oeste catarinense foram as “paradas” em todos os locais onde houvesse moradores. Um dos locais de parada foi em Ponte Serrada, que pertencia ao município de Cruzeiro, onde Ângelo De Carli forneceu informações sobre a colonização das terras e do “intenso movimento da venda de lotes, que já atinge á alta cifra do milhar no ano corrente” (A Viagem, 1929), de acordo com o *Jornal* a venda de lotes em Ponte Serrada estava ocorrendo de forma satisfatória, levando a crer que em pouco tempo haveria muitos moradores na região. Ainda em reportagem do jornal *A República*, da cidade de Florianópolis foi destacado:

Ponte Serrada é a sede das imensas propriedades territoriais da firma colonizadora de Carli & Irmão. Existe ali uma forte palpitação de vitalidade e de esforço útil no sentido de grandeza coletiva. E o regime do trabalho florescendo num ambiente de ordem e de garantias públicas. Para comemorar de uma grande forma expressiva a passagem do presidente do Estado, o sr. Ângelo de Carli inaugurava a praça principal da sede das colônias, falando brilhantemente nesse ato o dr. Liberato Barrozo. Nessa ocasião o sr. Adolpho Konder plantou uma árvore e, agradecendo a saudação do dr. Liberato Barrozo, pediu para que todos tivessem carinho pelas árvores e não as derrubassem inutilmente. O discurso do chefe do Estado foi um esplêndido florão de cultura e de amor pelos tesouros imensos das nossas florestas e que eram as vezes, esbanjados perdulariamente num requinte de selvageria ou de inconsciência. Após essa bela solenidade teve lugar o banquete oferecido a s. exa. E sua comitiva pela firma De Carli [...] (A Viagem, 1929).

Uma das atividades econômicas em ascensão durante a vinda de Konder ao Oeste era a exploração das madeiras por madeireiras que se instalavam na região juntamente ou derivadas das próprias Companhias Colonizadoras, o que justifica a preocupação relacionada a derrubada de árvores e o ato simbólico de plantar uma árvore no momento de inaugu-

ração de uma praça na vila de Ponte Serrada. A Colonizadora De Carli foi a responsável pelo banquete da comitiva do Presidente de Estado o que demonstrou o poder e o prestígio de que dispunham na região.

O povoamento do Oeste de Santa Catarina é associado ao tropeirismo com erva-mate, sendo um dos pontos de pouso, a própria companhia De Carli explorava erva-mate, sendo responsável pelo beneficiamento e exportação do produto. Os colonos eram oriundos das ditas colônias velhas, ou seja, de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Sananduva, Veranópolis, Nova Prata, entre outros, sendo em sua maioria a segunda geração de imigrantes (Renk, 2006, p. 68). Em 1937, cerca de sete famílias austríacas se estabeleceram em Ponte Serrada e havia a expectativa de instalação de mais 34 no decorrer do ano (Colonização, 1937).

Figura 4 – Barracões da Colonizadora de Carli – Ponte Serrada, 1929



Fonte: <https://www.ponteserrada.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/17563>. A foto retrata a passagem da comitiva do Governador Adolfo Konder (1929).

Uma das estratégias utilizadas pela Companhia Ângelo De Carli, Irmão & Cia para o estabelecimento de imigrantes e migrantes foi a contratação de um propagandista como agenciador de terras. Para ser um propagandista era necessário ter ou ser colono conhecedor de terras e

dispor de um círculo considerável de conhecidos, em troca, recebiam um percentual sobre a venda dos lotes (Renk, 2006, p. 69). Também foi utilizada para acolher os colonos a “Casa de Pasto” de José Bortolazzi e a estratégia de abrir picadas no mato para mostrar a “terra sem pedra” (Renk, 2006, p. 69) como forma de demonstrar a qualidade das terras.

Em 1938 a Companhia Colonizadora Ângelo de Carli, Irmão e Companhia entraram em liquidação, tendo como liquidatário Edmundo Fernandes Lopes que fez o depósito do memorial e documentos dos terrenos loteados nos imóveis denominados “Fazenda do Irany” e “Fazenda São João do Irany” (Colonização, 1937). Apesar da liquidação da empresa, Tranquilo De Carli Sobrinho continuou atuando na região por meio da fábrica de fósforos “Sarandy” localizada em Herval (Fabricavam, 1939). A Vila de Ponte Serrada transformou-se em município em 1958, em decorrência da lei nº 348, de 21 de junho, quando o território foi oficialmente desmembrado do município de Joaçaba.

## **Considerações finais**

No desenvolvimento do capítulo constatamos que os colonos militares da Colônia Militar do Xapecó (1882-1908) ao assinarem o contrato do colono, passavam a ter direito a um título provisório de terras, que após dois anos de cultivo ou criação tornar-se-ia um título definitivo válido, porém poucos títulos definitivos foram expedidos, e com a emancipação da Colônia a gerência dessas terras passou ao Estado do Paraná, e posteriormente ao Estado de Santa Catarina após a Guerra do Contestado. Por meio de várias leis e resoluções o Estado de Santa Catarina autorizou a validação dos títulos desde que mediante aos documentos de medição, porém poucos títulos foram validados, e os que foram validados já não pertenciam aos colonos militares, mas sim a terceiros.

Com o presente trabalho percebe-se que mesmo com a documentação provisória das terras a prática da venda era algo comum, pois a maioria dos lotes comprados pela Companhia Ângelo De Carli já pertenciam

a terceiros. A Companhia comprou os títulos com a justificativa de legitimar as terras frente ao Governo do Estado, o que de fato fez, apresentando ao Comissariado Geral do Estado os títulos provisórios, juntamente com os documentos de compra, os relatórios de medição e as plantas. Portanto a venda dos lotes a terceiros foi uma estratégia utilizada pelos colonos militares para não perderem o direito a terra, pois muitos não tinham condições financeiras de arcarem com a legalização dos títulos, ou seja, para a transferência de provisórios a definitivos, sendo essa uma responsabilidade do Ministério da Guerra, que não foi cumprida.

Concluimos que mesmo por meios escusos alguns colonos conseguiram legitimar sua posse por intermédio da Companhia Colonizadora, como foi o caso do colono Antônio Rebalho Nunes que fez a “troca” do lote da Colônia por um lote próximo, já medido e legalizado. Destacamos novamente que o estudo está em processo de elaboração, sendo esse um exercício inicial, bem como a tentativa de estimular outros pesquisadores a terem como temática o Oeste Catarinense no final do século XIX e início do século XX, bem como a atuação das companhias colonizadoras no território que pertencia a Colônia Militar do Xaçepó.

## Referências

- ARANHA, Bruno. **Entre sertões e desertos: Viajantes Brasileiros Argentinos na Fronteira (1882-1905)**. 431 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- BEATTIE, Peter. **Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945**. São Paulo: Edusp, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CEOM - Centro de Memória do Oeste Catarinense (Org.). **A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.
- FURTADO, Tamires. **Literatura, vida pública e modernidade: Um Estudo Sobre Othon Lobo Da Gama D’Eça (1892-1965)**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, 2015.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Cid Campos**. 2020. Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/187-Cid\\_Campos](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/187-Cid_Campos)>. Acesso em: 11 de setembro de 2021.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Princípios e Procedimentos. 13ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. 2006. 212 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó, Argos, 2006.

SANTOS, Silvio Coelho. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis, Lunardelli, 1974.

VENSON, Leticia Maria. **“Donde se avista o caminho da roça”**: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçepó. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense**: A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó, Argos, 2006.

## Fontes

A CASA do Partido. **República**, Florianópolis 07, jun. 1929.

A VIAGEM presidencial. **República**, Florianópolis, 24 abri. 1929.

COLONIZAÇÃO. **A Notícia**. Joinville, 11 set. 1937.

COLÔNIA do Chapecó. **A República**, Curitiba, 5 fev. 1910.

COLÔNIA Irany. **O Regional**, Caxias, 09 abr. 1927a.

COLÔNIA Irany. **Staffetta Riograndense**, 1927b.

EXCURSÃO presidencial – chegada a Ruy Barbosa – Passagem em Coração, Irany, Ponte Serrada, Bahia – Notas diversas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 5 de maio 1929.

FABRICAVAM fósforos sem selo do consumo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1939.

FAZENDAS a venda. **O Dia**, Floripa 05 nov.1908.

FONSECA, Hermes. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

FONSECA, Hermes. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

FREITAS, João J. d'Oliveira. **Relatório Colônia Militar do Chapecó.** Xanxerê, 1903.

OS MUNICÍPIOS de Campos Novos e Cruzeiro prestam homenagens aos Drs. Cid Campos e Gama D'Eça. **O Dia**, Curitiba 1926.

RUI BARBOSA (SC). Cartório do Distrito de Rui Barbosa, Comarca de Chapecó. **Procuração que faz Joaquim de Andrade Costa ao senhor Olímpio Simões Cavalheiro.** 07 de maio de 1924.

# A história de uma companhia suíço-brasileira de colonização: projetos, imigrações e refúgios

---

Nathan Lermen

A história das ações humanitárias, por vezes intitulada “história do humanitarismo”, parte do estudo de princípios de solidariedade, altruísmo, filantropia e/ou caridade compreendidos sob o escopo das ações governamentais. Estes princípios são caracterizados pela imparcialidade, neutralidade, independência e universalidade, cuja ajuda é ofertada a indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade. Conforme a historiadora espanhola Alicia Alted (2019), a ajuda humanitária assume três fases distintas: a primeira abrange a assistência às necessidades imediatas, a segunda diz respeito às ações de reabilitação social e de reconstrução econômica, e a última é responsável pelo estabelecimento de ações políticas de médio e longo prazo de amparo aos envolvidos.

Nesse sentido, a concepção moderna de ajuda humanitária está ligada ao filantropo suíço Henri Dunant quando, em 1863, participou da fundação do Comitê Internacional para Ajuda aos Militares Feridos (posteriormente Comitê Internacional da Cruz Vermelha) após seu contato com a batalha de Solferino. Com o fim da I Guerra Mundial, assim como o término da Guerra Civil Russa (1921), as sequelas políticas, econômicas e humanas enfrentadas pelos países envolvidos demandaram o surgimento de novas entidades especializadas na mediação de ações para as comunidades afetadas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O presente capítulo é fruto da pesquisa de dissertação desenvolvida pelo autor. O trabalho, intitulado “Como se estrangula um lavrador?”, conta com financiamento CAPES.

Inclusive, a Suíça será importante para o desenrolar deste capítulo. Logo após o fim da II Guerra Mundial, o país criou uma organização guarda-chuva que reuniu diferentes agências especializadas em ajuda humanitária, sendo elas: a Doação Suíça (*Schweizer Spende*), a Ajuda Mútua Protestante Suíça (*Hilfswerk der evangelischen Kirchen der Schweiz* - HEKS), a Cruz Vermelha Suíça (*Schweizerische Rote Kreuz* - SRK), a Organização Suíça de Assistência aos Trabalhadores (*Schweizerische Arbeiterhilfswerk* - SAHW) e a Associação Suíça Cáritas. A reunião de todas as instituições em uma só produziu a chamada *Schweizer Euro-pahilfe* - SEH (Ajuda Suíça à Europa) que coordenou diferentes projetos ao longo de sua história (Böse, 1993).

A preocupação internacional sobre a reintegração de sem-tetos incidia sobre a organização de assentamentos para refugiados em áreas poupadas pela II Guerra. A SEH, criada em 1948, foi formada a partir de dois objetivos principais: o primeiro era constituir uma única organização de ajuda a longo prazo, já o segundo era o de retirar a obrigação da Confederação em fornecer seus fundos federais a projetos como estes, preocupação que foi realocada às organizações privadas. Dessa maneira, as principais agências se fundiram para a criação da SEH.

Em nível de comparação à sua organização predecessora, *Schweizer Spende*, a SEH possuía uma área de atuação e responsabilidade muito mais ampla. Devido à junção de outros órgãos, ela coordenou atividades de ajuda e gerenciou os fundos coletivos com base em um sistema de distribuição financeira. Logo, a instituição se tornou referência suíça na ajuda construtiva aos refugiados quando assumiu as medidas necessárias para a garantia de paz e liberdade entre os atendidos a partir da oferta de moradias, cursos de especialização e treinamento, medidas de imigração e integração para os refugiados no país de destino. Sob meta de fornecer ajuda construtiva para governos sobrecarregados com suas ações, na época a Cáritas e a SAHW lidaram inicialmente com planos de realocação de pessoas (Hug, 2011).

## A Companhia Progresso Rural

Quando a II Guerra Mundial terminou, a Áustria se tornou um país de trânsito em que garantiu a abertura de suas fronteiras para refugiados e deslocados. O país recebia um fluxo intenso de pessoas oriundas, principalmente, da Europa Central e dos Balcãs à procura de novas oportunidades. Em 1949, antigos representantes da Cáritas e da SAHW, que então participavam da SEH, cogitaram pela primeira vez um estudo envolvendo a realocação da população para regiões não europeias em uma das reuniões de trabalho. Regina Kägi, que naquela altura era ex-diretora da SAHW, compreendia a situação dos campos austríacos como ameaçadora para a Europa e só enxergava uma alternativa: a emigração.<sup>2</sup>

No caso da Áustria, uma parte considerável da população era contrária à permanência de estrangeiros no território. Conforme palavras de Oskar Helmer, então ministro do Interior no final da década de 1940, a prioridade austríaca era se livrar dos deslocados e refugiados, pois “não trabalhavam” e representavam “um fardo para a Áustria”. Em um memorando, Helmer explica que era complicado separar um germânico de um esloveno, pois “tanto os *volksdeutsche* quanto os eslovenos falam ambas as línguas igualmente bem, ou igualmente mal, e eles podem, portanto, reivindicar ser alemães ou eslovenos de acordo com seus próprios interesses” (Zahra, 2010, p. 198).

Ainda que houvesse determinadas campanhas para a repatriação de étnicos germânicos, pois estes eram tidos como ideais para o trabalho de reconstrução da Áustria, o país não tinha a capacidade de agregar tantos refugiados. No período, a Ajuda Suíça assumiu a tarefa de organizar um dos grupos estabelecidos nos campos austríacos: os suábios do Danúbio. Em uma reunião composta por todos os membros do conselho da SEH, Kägi-Fuchsmann (SAHW), Giuseppe Crivelli (Cáritas), Heinrich Hellstern (HEKS), Rodolfo Olgiati (CIVC) e Carl Lu-

---

<sup>2</sup> KÄGI-FUCHSMANN, Regina. **Declaração.** Ata de reunião do conselho da SEH de 27 de outubro de 1949. Sobre a ajuda europeia e o programa de refugiados (Arquivo Federal Suíço).

dwig (presidente da SEH), ficou-se decidido sobre a atuação suíça no enfrentamento do problema e de realocação dos suábios em áreas livres de guerra. Devido à excepcionalidade da situação em coordenar um projeto de extensa dimensão, foi formada uma nova comissão dentro da SEH, a KEAS (*Kommission für Auswanderung und Siedlung* - Comissão para Imigração e Colonização) que coordenou a imigração de parte dos suábios para o Brasil.

Era junho de 1951 quando o primeiro grupo de suábios-danubianos chegou ao Paraná dando início à construção de uma colônia agrícola. Entre Rios, distrito do município de Guarapuava (PR), recebeu cerca de 500 famílias que se instalaram na localidade para um projeto de agricultura coletiva organizado nas cinco aldeias do distrito, arranjadas em forma de pentágono - antigo hábito já presente nos assentamentos iugoslavos de onde a maioria era oriunda.<sup>3</sup>

Dois funcionários da *Schweizer Europahilfe* iam regularmente à Guarapuava para lidar com os trâmites da instauração da colônia, o suíço René Bertholet e o húngaro János Vayda. Os dois se associaram ainda na Suíça quando fundaram a Emigrar S.A, uma empresa subordinada à SEH que tinha por objetivo promover o desenvolvimento agrícola e industrial, especialmente em relação à elaboração de planos de colonização a partir da obtenção de empréstimos locais e internacionais.<sup>4</sup> Era 1952 quando a SEH encerrou suas atividades com a colônia guarapuavana e, portanto, interrompeu a atuação da Emigrar S.A no Brasil. No entanto, Vayda e Bertholet mantiveram a sociedade e criaram uma nova empresa: a Progrebras S.A. Esta última possuía os mesmos objetivos da antecedente:

O objetivo da empresa é promover o desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil, em especial através da elaboração de planos de colonização, obtenção de créditos locais e internacionais, financiamento da instalação de trabalhadores europeus, criação ou transferência de empresas industriais europeias,

---

<sup>3</sup> Sobre a história da Colônia Entre Rios e a imigração suábia-danubiana, cf. Stein (2011).

<sup>4</sup> Departamento de Polícia de Basileia (*Polizeidepartement Basel-Stadt*). **Relatório do Inspetor Suter** (Bericht von Det. Kpl. Suter). Basileia, 13 jul. 1954 (Arquivo Federal Suíço).

bem como a realização de todas as transações, em particular também as comerciais, que estejam relacionadas com a realização dos fins societários mencionados (tradução nossa).<sup>5</sup>

A Progrebras foi fundada como uma sociedade com sede em Basileia (Suíça). Em seu estatuto, conforme Art. n.º 2, a instituição possuía o objetivo de contribuir com a promoção do desenvolvimento agrícola e industrial no Brasil, a partir da criação de colônias. Para a criação de uma empresa como a Progrebras era necessário que potenciais acionistas investissem sobre a empresa, e, por isso, Bertholet e Vayda utilizaram uma lista com nomes de envolvidos em exportações agrícolas suíças para a comunidade suábica no Paraná. A intenção era comunicar possíveis interessados que já tivessem exportado mercadorias para o Brasil:

Como sabemos, você está muito interessado em intensificar suas exportações para o Brasil, mas você e nós também estamos cientes das dificuldades que enfrentam as exportações suíças em função da situação cambial no Brasil. Esta situação difícil não surgiu recentemente, mas existe há anos. Sem adentrar nas razões econômicas desta situação, gostaríamos de salientar que no início de 1951, em cooperação com a Ajuda Suíça à Europa, conseguimos, no entanto, chegar a um acordo com o Banco do Brasil, segundo o qual mercadorias suíças no valor de 31 milhões de francos suíços foram excepcionalmente aprovadas para importação. Você também participou das entregas sob este contrato e, até onde nos foi informado, está satisfeito com a realização e os pagamentos do Banco do Brasil que estão chegando dentro do prazo (tradução nossa).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> *“Zweck der Gesellschaft ist die Förderung der landwirtschaftlichen und industriellen Entwicklung von Brasilien, insbesondere durch die Ausarbeitung von Kolonisation Plänen, Beschaffung von lokalen und internationalen Krediten, Finanzierung der Ansiedlung von europäischen Arbeitskräften, Errichtung bzw. Überführung von europäischen Industrie-Unternehmen, sowie die Durchführung aller Geschäfte, insbesondere auch von Handelsgeschäften, die mit der Verwirklichung der erwähnten Gesellschaftszwecke im Zusammenhang stehen» Die Gesellschaft kann Zweigniederlassungen im Ausland errichten und sich an anderen Gesellschaften beteiligen oder solche finanzieren”. In: BERTHOLET, René; VAYDA, János. [Memorando]. 1f., Basileia: 27 out. 1952. Informa a criação da Progrebrás S.A.*

<sup>6</sup> *“Wie wir wissen, sind Sie an der Intensivierung Ihrer Exporte nach Brasilien sehr interessiert, jedoch sind Ihnen und uns auch die allgemeinen Schwierigkeiten, welchen die Schweizer-Exporte infolge der Devisenlage in Brasilien begegnen, bekannt. Diese schwierige Lage ist nicht erst kürzlich entstanden, sondern existiert schon seit Jahren. Ohne die wirtschaftlichen Gründe dieser Situation zu untersuchen, möchten wir auf die Tatsache hinweisen, dass es uns anfangs 1951 in Zusammenarbeit mit der Schweizer Europahilfe trotzdem gelungen ist, mit dem Banco do Brasil ein Abkommen zu treffen, wonach im Werte von 31 Millionen Schweizerfranken Waren schweizerischer Provenienz ausnahmsweise zur Einfuhr zugelassen worden ist. Sie haben sich auch an den Lieferungen im Rahmen dieses Abkommens beteiligt und soweit wir orientiert sind, sind Sie mit der Abwicklung zufrieden und die Zahlungen des Banco do Brasil laufen termingemäss ein”. In: BERTHOLET, René; VAYDA, Janos. [Correspondência]. 3 nov. 1952, Basileia [para] potenciais acionistas, Suíça, 2f. Informa sobre a criação da Progrebras e convida empresas a participarem do plano de colonização no Brasil.*

A correspondência aponta que as negociações da Progrebras com as autoridades brasileiras, sob objetivo de fazer um plano semelhante ao de 1951, ia muito bem. Com otimismo, os chefes escreveram que os pré-requisitos para a realização de planos de colonização no Brasil estavam, por duas razões, muito mais favoráveis do que em 1951. A primeira razão era que o governo brasileiro estava favorável a ofertar terras com o intuito de desenvolver a economia agrícola, e a segunda envolvia o Comitê Intergovernamental Provisório para a Migração Europeia (PICMME) que estava disposto a pagar as passagens dos colonos.<sup>7</sup> Dessa forma, somente caberia à Progrebras cobrir eventuais necessidades adicionais através de contribuições.

Bertholet e Vayda enfatizaram que o propósito da empresa não era fazer negócios de exportação e importação, mas a razão de sua criação era a de que ela pudesse se tornar um gabinete central para a promoção de acordos nos âmbitos da emigração e colonização. Dessa forma, as atividades da empresa estariam centradas no planejamento, facilitação e processamento técnico de um contrato de exportação-importação, sendo então a Progrebras uma prestadora de serviços.<sup>8</sup>

Não achamos errado que você tenha um grande interesse na conclusão de tais acordos e nos permita apresentar a você uma minuta dos estatutos e convidá-lo a ingressar nesta empresa subscrevendo algumas ações. Nós mesmos subscrevemos a maior parte do capital social e, portanto, arcaremos com o peso do risco, enquanto sua participação representa apenas uma modesta divisão de risco. [...] Para sua orientação, informamos que a Embaixada do Brasil em Berna, em particular o Sr. Ex. Ministro Francisco D'Alamo Lousada, está bem informado sobre a fundação da empresa e o propósito que perseguimos (tradução nossa).<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Criado em 1951, por iniciativa dos Estados Unidos e da Bélgica, o *Comité intergouvernemental provisoire pour les mouvements migratoires d'Europe* (PICMME) organizou o atendimento e a realocação de mais de 400.000 refugiados, deslocados e migrantes da Europa para outros continentes, cf. **ONU Migration**. Disponível em: <https://www.iom.int/>. Acesso em 04 de set., 2022.

<sup>8</sup> BERTHOLET, René; VAYDA, János, *op. cit.*

<sup>9</sup> Os interessados em constituir o rol de acionistas, deveriam enviar 50% das ações para uma conta de pagamento vinculada ao Banco Suíço. *“Wir glauben nicht fehl zu gehen, dass Sie ein grosses Interesse am Zustandekommen derartiger Abkommen haben und erlauben uns, Ihnen hier beiliegend einen Entwurf der Statuten zu überreichen und Sie einzuladen, durch die Zeichnung von einigen wenigen Aktien dieser Gesellschaft beizutreten. Die Mehrheit des Aktienkapitals werden wir selbst zeichnen und tragen so die Hauptlast des Risikos, während Ihr Beitritt nur eine bescheidene Risikoteilung bedeutet. [...] Zu Ihrer Orientierung teilen wir noch mit, dass über die Gründung der Gesellschaft, sowie den von uns verfolgten Zweck die Brasilianische Gesandtschaft Bern, insbesondere S.Ex. Minister Francisco D'Alamo Lousada bestens informiert ist.”* In: *Ibid.*

Carl Anderes, René Bertholet, Ernst Jost, Rudolf Leupold e János Vayda assumiram o cargo de principais acionistas, em uma lista de 36 empresas que participariam dos trâmites para exportação de produtos suíços ao Brasil. Leupold foi nomeado presidente do Conselho de Administração, enquanto Bertholet e Vayda se tornaram delegados da filial da empresa no Brasil, a Companhia Progresso Rural (CPR), fundada pelos dois.<sup>10</sup> A CPR lançou seu guia de instruções com base na resolução n.º 70 do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de 5 de novembro de 1953.<sup>11</sup>

A Companhia Progresso Rural (Rio de Janeiro) em colaboração com a Progrebras S.A (Basiléia, Suíça), receberam o encargo de instalar três colônias agrícolas, sendo uma no Estado de Paraná, uma no Estado do Rio e uma no Estado de Alagoas, para o total de 870 famílias (cerca de 4.500 pessoas). Os meios financeiros para a instalação das colônias referidas serão criados, no sentido das disposições da Instrução n. 70, da SUMOC, sobre financiamento da produção agrícola, a longo prazo e juros baixos, através da reserva de uma parte dos ágios que serão pagos pelos importadores de mercadorias de origem suíça.<sup>12</sup>

A SUMOC concedeu licenças para mercadorias suíças no valor de 34,5 milhões de francos suíços para diferentes categorias, pagáveis pelo Banco do Brasil, em seis quotas mensais sem juros a partir do primeiro ano da conclusão da importação. A intenção era a de que as negociações rendessem cerca de 300 milhões de cruzeiros em ágios, a partir de um sistema de leilões, para vários projetos de imigração. O acordo entre Progrebras e os bancos suíços foi de 64.5 milhões de francos suíços, intermediado pelo “*Bureau pour l’Assurance des Risques d’Exportation*”. Com o

<sup>10</sup> BERTHOLET, René; VAYDA, Janos. [Correspondência]. 19 nov. 1952, Basiléia [para] acionistas da Progrebras, Suíça, 2f. Informa sobre os integrantes do Conselho e as empresas que participarão das exportações.

<sup>11</sup> A superintendência, criada a partir do Decreto-Lei n.º 7.293 de 2 de fevereiro de 1945, possuía como objetivo coordenar políticas monetárias e creditícias. A instituição esteve envolvida com a concessão de licenças para a importação de mercadorias suíças e, portanto, participou dos trâmites financeiros de instauração das colônias agrícolas coordenadas pela Cia. Progresso Rural. Por sua vez, a Instrução n.º 70 instituiu o regime de leilões de divisas para importação e criou categorias de bens importados conforme essencialidade. Sobre a fundação da superintendência e a política econômica durante o segundo governo Vargas, cf. Vianna (1987).

<sup>12</sup> Companhia Progresso Rural (Rio de Janeiro). **Instrução nº 01, de 14 de dezembro de 1953**. Determina instruções sobre a participação nas importações da Suíça, relacionadas com o financiamento de colônias agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro, p. 01-05, 14 dez. 1953.

acordo, a Progrebras se tornou a responsável por fornecer as informações necessárias ao *Bureau*, como os produtos adquiridos em leilão, a categoria e o valor aproximado de cada pedido, bem como o nome e o endereço do importador e do exportador. Os leilões produziram para fim de financiamento à colonização um total de Cr\$ 282.403.465,30 (valor final após as deduções das bonificações de compra do câmbio).

## Os projetos

Os leilões possibilitaram a criação de duas colônias: a Colônia Pindorama (Coruripe - AL) e a Colônia Santo Antônio (Barra Mansa - RJ). Pindorama passou a ser construída em 1954 pela Cia. Progresso Rural em uma área correspondente a 34.133 hectares com grande parte coberta por uma floresta secundária e pouco habitada.<sup>13</sup> À época o território integrava a Fazenda Santa Cândida, um espaço pertencente a um latifundiário da mesma região que arrendava porções de terras para pequenos proprietários dependentes socialmente e economicamente dele. Entre 1962 e 1974, o desenvolvimento de Pindorama esteve ancorado pela assistência técnica e financeira de quatro países, conforme trâmites e negociações estabelecidos entre Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Holanda e Suíça (Schacht, 1980).

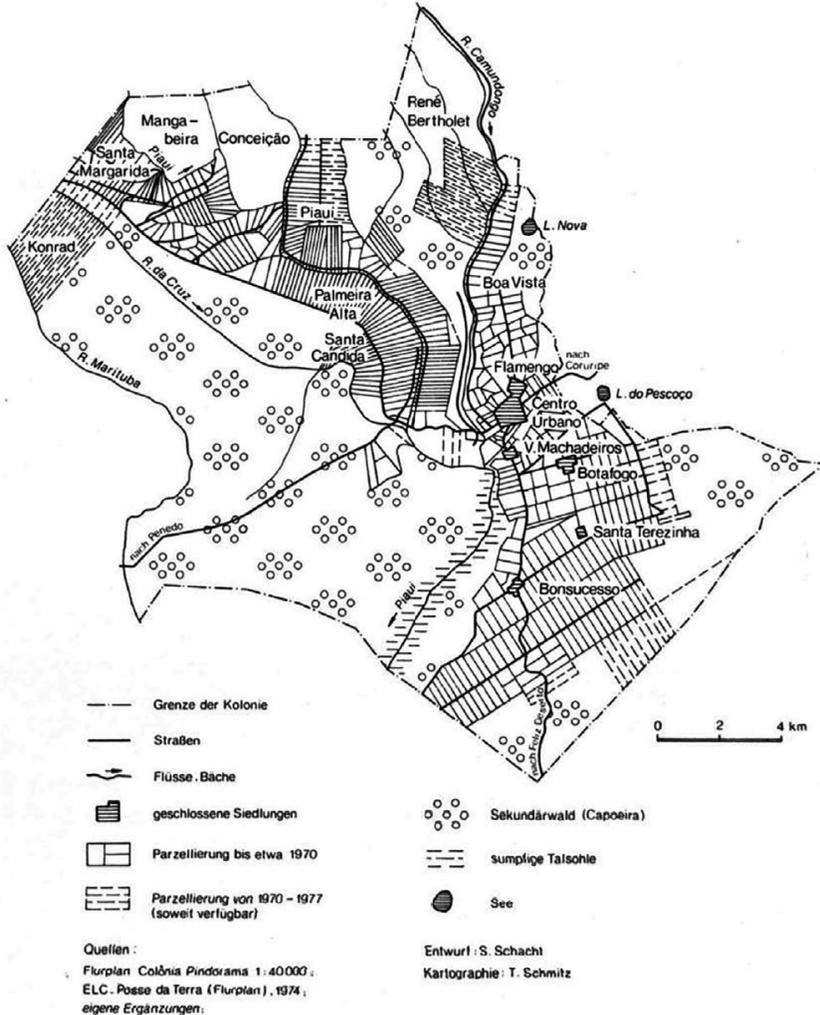
Pindorama era constituída por 14 vilas e um núcleo (“centro urbano”). A colônia contava com um prédio administrativo da cooperativa, uma pequena agência dos correios e uma fábrica de sucos, esta última responsável pelo mais importante produto da região: o suco de maracujá. Entre outras instalações, havia uma serraria, uma oficina, uma fábrica de casca de arroz e uma fábrica de rações que completavam as alas comerciais de Pindorama. Com o passar dos anos, a localidade contou com um hotel simples, uma enfermaria (com um médico, auxiliares de enfermagem e um dentista), uma escola para crianças, igreja, além de um centro de treinamento agrícola com 16 professores (Schacht, 1980). Na década de 1960, Pindorama contou

---

<sup>13</sup> O Decreto n° 39.291, de 01 de junho de 1956, dispôs sobre a instalação de famílias na Colônia Pindorama.

com a presença de trabalhadores brasileiros e cerca de 140 estrangeiros que atuaram nas terras da fazenda, a maioria de origem alemã.

Figura 1 – Planta da Colônia Pindorama



Fonte: Schacht (1980) - Cartografia: T. Schmitz

Tradução das legendas (sentido cima para baixo, esquerda para direita): Fronteira da Colônia; Estradas; Rios e riachos; Assentamentos; Loteamentos até 1970; Loteamentos de 1970-1977; Floresta secundária (Capoeira); Vale pantanoso; Lago.

Os trabalhadores rurais de Pindorama cultivavam diferentes culturas tradicionais de subsistência do Nordeste, particularmente feijão,

mandioca e milho, assim como produtos de mercado (cultura de rendimento). O maracujá e o coco ganharam destaque no ramo das frutas, ainda que abacaxizeiros, cajueiros e coqueiros tenham sido plantados ao longo da colônia nos primeiros anos. Na década de 1970, a colônia aumentou o cultivo da cana-de-açúcar devido a construção de uma fábrica de álcool e complementou o cultivo das lavouras tropicais com uma pecuária baseada em cruzamentos entre gado zebu e gado da raça holandesa com ênfase na produção de leite.<sup>14</sup> Os produtos dos assentados eram vendidos através da cooperativa e, por sua vez, os sucos de maracujá e abacaxi eram comercializados em todo o Brasil, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A produção de arroz e coco era vendida na própria região e a cana-de-açúcar encaminhada para a Usina Coruripe (Usina Camaçari).

Figura 2 – A enfermeira alemã Rotraut Recklies atendendo na enfermaria de Pindorama (c. 1960).



Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

<sup>14</sup> Trata-se de uma iniciativa do governo brasileiro para expandir a produção de etanol como substituto à gasolina. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) ofertou incentivos fiscais e financiamentos para produtores de cana-de-açúcar no período.

Além de Pindorama, no mesmo período a Cia. Progresso Rural executou o plano de criação da Colônia Santo Antônio em Barra Mansa. O município de Barra Mansa está localizado na região sul fluminense, dentro do vale do Rio Paraíba do Sul, próximo à divisa com o Estado de São Paulo. Anteriormente fazenda, Santo Antônio foi construída em 1855, quando integrava um complexo de outras fazendas (Harmonia, Astréia, Cafundó e Chalé - as três primeiras já demolidas). Tratava-se de fazendas destinadas ao plantio de café no século XIX que passaram do seu proprietário inicial, Dr. Manuel Ferreira de Mattos, por várias mãos até 1946. A última proprietária Odete Áurea Cossini Cavalcante, viúva do Dr. Luiz Leopoldo Coutinho Cavalcante, as vendeu para a Cia. Progresso Rural na década de 1950.<sup>15</sup>

Figura 3 – Localização da Fazenda Santo Antônio em Barra Mansa (RJ)



Fonte: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense (2008)

<sup>15</sup> ROCHA, Allan. **A Colônia Santo Antônio: Apontamentos históricos e formadores do núcleo de habitação.** Relatório Técnico. Barra Mansa: 1991.

Com a compra da propriedade por parte da Cia. Progresso Rural, foi necessário criar a futura colônia que abrigaria seus trabalhadores. Concebida conforme colonização agrícola dirigida e assistida tecnicamente, Santo Antônio nasce como uma colônia de cinturão verde, ou seja, um experimento que utiliza a terra para a produção agrícola e visa abastecer em produtos hortícolas e granjeiros uma determinada região e sua adjacente. Assim, a colônia foi criada na região sob justificativa de realocar o abastecimento de Barra Mansa e Volta Redonda, dependentes dos mercados municipais de São Paulo e Rio de Janeiro, para uma produção local.

Com o surgimento do Plano Nacional de Colonização, nêle fôra prevista uma colônia agrícola de cinturão verde para o Estado do Rio de Janeiro, cuja localização inicialmente prevista para Araruama, foi depois transferida para Barra Mansa, aliás com o parecer favorável do INIC. É o lugar onde foi visitado por técnicos, inclusive pelo perito internacional Dr. Weizmann, do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, de que o Brasil faz parte, e ao qual o Plano Nacional de Colonização havia sido apresentado como um plano do Governo Brasileiro no campo de colonização agrícola dirigida.<sup>16</sup>

A base produtiva e econômica da colônia era a horticultura, ou seja, um tipo de cultivo que exige abundância de água. Dessa forma, os loteamentos se encontravam próximos à várzea principal da colônia, por onde o rio Bananal corria, para assegurar uma regularidade de abastecimento de água. A partir de um sistema de irrigação por aspersão, um tipo de irrigação semi-fixa, a água do rio era bombeada por uma canalização subterrânea longitudinalmente disposta entre cada lote, o que garantia pelo 100 mm de irrigação mensais às plantações.

O equipamento mecânico de irrigação é constituído de 6 conjuntos, dos quais 2 móveis e 4 fixos. Empregaram-se 5.080 m de tubulação subterrânea e 7.158 de tubulação móvel. Existem 4 bombas KBS acopladas com motores Diesel de 30 HP com capacidade para 82,3 m<sup>3</sup> por hora, e 2 bombas KBS acopladas com motores Diesel MVM de 12 HP para uma capacidade de 15 m<sup>3</sup> por hora.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Companhia Progresso Rural. **O que é a Colônia Santo Antônio?** Relatório Técnico. Rio de Janeiro: 18 nov. 1957, 6f.

<sup>17</sup> *Ibid.*

Durante sua construção, a Companhia organizou um parque de mecanização que compreendia “4 tratores Oliver BDH, dos quais dois de lâminas; 2 tratores Oliver OC 6, 1 trator Caterpillar D2, 1 trator Farmall e 1 trator - Unitrak; 3 caminhões Ford F-600, 1 caminhão International, 2 pick-ups Unimog e 2 jeeps Willys.”<sup>18</sup> Em relação a sua estrutura, foram construídas 48 casas para colonos, 27 casas para operários, 7 casas para funcionários, um escritório central, um depósito, um armazém de colheita, uma oficina mecânica, uma garagem de caminhões, uma garagem para tratores e máquinas agrícolas, além da reforma de uma casa sede - já existente na fazenda desde o século XIX. O plantel de gado compreendia duas partes distintas: uma primeira distribuída entre colonos e uma segunda sobre posse da administração. Havia 310 bovinos, dos quais 70 estavam com colonos e 240 controlados pela administração; 186 suínos dos quais 17 estavam com os colonos e 27 equinos dos quais 10 estavam com os trabalhadores. Conforme relatório técnico, foram construídos 59 km de estradas, 63.746 m de cercas e 14.801 m de valetas no entorno da colônia.

O loteamento de Santo Antônio havia sido realizado de modo que o colono possuísse três glebas (identificadas como lotes A, B e C, além de seu respectivo número).<sup>19</sup> O lote A correspondia a três hectares de área irrigada, o lote B correspondia a cerca de cinco/seis hectares de terra de encosta, e por sua vez, o lote C era designado como *homestead* - uma área para a casa do colono. Assim, os lotes A compunham a base econômica da colônia, enquanto os lotes B eram utilizados de forma livre pelos trabalhadores, geralmente empregados como espaço para pasto de animais ou para fruticultura. Os lotes C, ao redor da casa, compreendiam um pequeno jardim, o pomar, um poço, galinheiros e estábulos. Em 1958 existiam 48 lotes, sendo 35 hortifruticultores; 8 agri-hortifruticultores e 5 agri-fruticultores. Dos 48 lotes, 47 estavam ocupados por 26 famílias

---

<sup>18</sup> **O que é a Colônia Santo Antônio**, *op. cit.*

<sup>19</sup> A área total da Colônia Santo Antônio equivalia a 1.412 hectares, com 343 hectares destinados a pastos/invernadas e 400 hectares de reservas florestais.

brasileiras, 7 japonesas, 4 italianas, 4 húngaras, 2 suíças, 2 alemãs, 1 espanhola e 1 tchecoslovaca.<sup>20</sup>

Como é possível notar, a Colônia Santo Antônio contou com uma pluralidade de nacionalidades em sua formação - eram brasileiros e estrangeiros com diferentes histórias migratórias que compraram lotes do local. Uma das famílias a ocuparem Santo Antônio foram os integrantes da família trentina Andrighi que não partiram diretamente da Itália para o Brasil, pois já viviam no interior do território chileno. Oriunda de Vermiglio, a família migrou para a colônia agrícola de La Serena, situada em Coquimbo - Chile.<sup>21</sup> Essa migração pré Santo Antônio foi reflexo das ações políticas estabelecidas entre o presidente chileno Gabriel González Videla e o ministro Alcide De Gasperi que juntos desenvolveram projetos de colonização agrícola no Chile sob objetivo de reduzir o número de desempregados italianos e estimular o setor rural latino-americano.<sup>22</sup>

Cerca de cento e vinte famílias trentinas migraram, em 1952, para a colônia chilena. Todo o processo foi intermediado pela *Compañía Chileno Italiana de Colonización* (CITAL), cujos recursos foram arrecadados pelo *European Recovery Programme* (disposto no Plano Marshall dos Estados Unidos) com o objetivo de promover a recuperação econômica europeia após o fim da guerra (Spagnolo, 2001). Logo após o estabelecimento dos trentinos no Chile, alguns problemas começaram a surgir: terrenos difíceis de trabalhar, inexistência de água para a rega, casas precárias e financiamento nulo por parte dos técnicos competentes (Grigoli, 2005). Nem todos os trabalhadores conseguiram sustentar a situação e colher os frutos do trabalho ao longo dos anos, o que refletiu em um característi-

---

<sup>20</sup> Sobre a criação da Cia. Progresso Rural, a história dos envolvidos, a fundação das colônias agrícolas e as trajetórias dos estrangeiros e nacionais, cf. LERMEN (Em elaboração). Cada lote era numerado e contava com uma família, no início da colonização os grupos japoneses se destacaram frente às demais nacionalidades: eram sete, representados por Tsunehiko Shiokawa (lote 7), Hiromichi Oikawa (lote 8), Sueki Maeda (lote 11), Toshio Hirata (lote 18), Tsuneo Sawano (lote 19), Kikuo Oide (lote 20) e Takeshiro Sasaki (lote 40).

<sup>21</sup> **Capofamiglia selezionati per il 1952.** Museo storico in Trento - Fondo emigrati in Cile.

<sup>22</sup> O desemprego trentino era um fenômeno estrutural, agravado pela conjuntura da baixa disponibilidade de terra, já que nem 3% das propriedades eram superiores a 10 hectares, cf. Micheletti (2021).

co comportamento dos imigrantes em colônias estrangeiras: a re-emigração. Assim, a família Andrichi vendeu suas terras no território chileno e rumou para Santo Antônio, onde se estabeleceu em 1956.

Uma outra família étnica italiana, porém, oriunda de Feričanci - atual condado de Osijek-Barânia (Croácia), foram os Belló. Esta última integrou o êxodo juliano-dálmata, um êxodo do pós-Segunda Guerra caracterizado pela saída forçada de étnicos italianos da região iugoslava - compreendida na região de Ístria, Veneza Júlia, Kvarner e parte da Dalmácia.<sup>23</sup> À época, muitos refugiados optaram pela manutenção da cidadania italiana e seguiram para o país vizinho. Os Belló, 14 integrantes da família no total, estabeleceram-se na mesma região trentina e posteriormente participaram do projeto imigratório para o Chile, chegando à Santo Antônio também em 1956.<sup>24</sup>

## Considerações finais

As colônias de Santo Antônio e Pindorama foram projetos concebidos pela companhia de colonização Cia. Progresso Rural. Por sua vez, a fundação desta última esteve atrelada aos funcionários de uma importante associação suíça fundada após o fim da II Guerra Mundial, a *Schweizer Europahilfe*, que esteve envolvida com a realocação de refugiados europeus para territórios diversos. As colônias foram projetadas no Brasil dos anos 1950, amparadas por um acordo Brasil-Suíça de importação e promoção de leilões de produtos, sob justificativa de modernização dos campos agrícolas brasileiros e desenvolvimento econômico das respectivas localidades.

O estudo de colônias agrícolas, como estas apresentadas, são meios importantes para a apreensão das dinâmicas agrárias, dos deslocamentos humanos e dos mundos do trabalho. Ainda que pequenos em relação

---

<sup>23</sup> Angelo Bello. **Ficha consular** - Imigração ao Brasil, 1956.

<sup>24</sup> Os trâmites para o recrutamento de imigrantes foram organizados pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) ou pelo Comitê Intergovernamental Provisório para a Migração Europeia (PICMME).

às dimensões territoriais, os projetos da companhia revelaram uma pluralidade de conexões transnacionais estabelecidas entre organizações, políticas nacionais e internacionais, assim como movimentos migratórios de trabalhadores que possuíam origens diversas - desde brasileiros a estrangeiros, em condição de refúgio ou não.

## Referências

ALTED, Alicia. Humanitarian aid: From the Spanish Civil War to the early days of post-war Europe. **Culture & History**, v. 8, n. 2, 2019, p. 01-05.

BÖSE, Sama. Neue Wege zur Lösung der Flüchtlingsproblematik. Das donauschwäbische Siedlungsprojekt der Schweizer Europahilfe in Brasilien, 1949-1952. In: HUG, Peter; MESMER, Beatrix. **Von der Entwicklungshilfe zur Entwicklungspolitik**. Berna: Studien und Quellen - Etudes et Sources - Studi e Fonti, 1993, p. 158-159.

GRIGOLLI, Mariaviola. **La terra Serena: l'emigrazione trentina in Cile: documenti (1950-1974)**. Trento: Museo storico in Trento/Vesti del Ricordo, 2005.

HUG, Peter: **Schweizer Spende an die Kriegsgeschädigten**. In: Historisches Lexikon der Schweiz (HLS), Version vom 28.10.2011. Disponível em: <https://hls-dhs-dss.ch/de/articles/043513/2011-10-28/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LERMEN, Nathan. **Como se estrangula um lavrador?: a história transnacional de um experimento colonizatório (Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Suíça, c. 1930 - c. 1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Em elaboração.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), São Paulo, v. 13, n.2, p. 165-188, 2005.

MICHELETTI, Stefano. Del sueño de la tierra propia a la proletarización: la colonia agrícola italiana de San Manuel de Parral (1950-1960). **Historia** 396, v. 11, n. 2, p. 361-392, 2021.

OLIVA, Gianni. **Esuli: dalle foibe ai campi profughi: la tragedia degli italiani di Istria, Fiume e Dalmazia**. Milano: Edizioni Mondadori, 2009.

PUPO, Raoul; SPAZZALI, Roberto. **Foibe**. Milano: Edizioni Mondadori, 2003.

SCHACHT, Siegfried. Agrarkolonisation in der Zona da Mata Nordostbrasilien am Beispiel der Kolonie Pindorama. **Geographische Zeitschrift**, n. 68, p. 54-76, 1980.

SPAGNOLO, Carlo. **La stabilizzazione incompiuta**: il plano Marshall in Italia (1947-1952). Roma: Carocci, 2001.

STEIN, Marcos. **O oitavo dia**: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios - PR (segunda metade do século XX). Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2011.

VIANNA, Sérgio Besserman. **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

ZAHRA, Tara. "Prisoners of the Postwar": Expellees, Displaced Persons, and Jews in Austria after World War II. **Austrian History Yearbook**, n. 41, 2010, p. 191-215.

# Colônias militares *interioranas*: antessalas para o processo colonizador no Sul do Brasil

---

João Carlos Tedesco  
Alex Antônio Vanin

## Introdução

**A**s colônias militares foram uma estratégia de ação do estado sobre o território brasileiro com múltiplos fins entre meados do século XIX até início do XX. Denominavam-se militares em razão de uma de suas funções mais pragmáticas, que era de proteção do território nacional, principalmente as localizadas em espaços de fronteira nacional num período em que as guarnições eram importantes para as questões geo-fronteiriças e de controle social. Porém, suas dimensões, orientações e sentidos transcendiam esse processo.

De qualquer forma, independente de seus interesses e formatos, elas expressaram a ação do estado imperial e, posteriormente, nas primeiras décadas do período republicano, sobre o território nacional. Não esquecendo que as colônias militares foram constituídas, em sua maior parte, num contexto político em que se estava definindo a nação, e que, na concomitância, havia lutas sociais por independência de províncias, conflitos pela terra em razão de novas legislações agrárias, (i)migrações, reocupação territorial em correspondência com a forma nascente

de capitalismo que se expressava no país. Nesse processo todo havia, o “problema indígena”, ou seja, a necessidade de delimitar e definir seus territórios, controlá-los através de ações de governo, mas, acima de tudo, pela presença de religiosos no interior de suas comunidades para, com isso, permitir a reocupação territorial com a lógica que se desenhava no mundo ocidental do período e que o Brasil desejava ser membro, porém, em uma inserção tardia.

A terra era, e continua sendo, um recurso econômico por excelência. Leis promulgadas a partir de meados do século XIX objetivaram regulamentá-la com a intenção de dar-lhe um caráter de recurso mercantil principalmente para as esferas públicas. As colônias militares interiores incorporaram também essa função, ou seja, viabilizar o acesso à terra, criar as condições para a produção agrícola e a comercialização do excedente. Elas tinham a função de *preparar o terreno* (em múltiplos sentidos), de controlar e delimitar terras indígenas, abrir vias de acesso e de interligação regional no Sul do Brasil, além de que iniciaram experiências de produção agrícola de excedentes e com canais de comercialização, dentre vários outros processos.

Esse breve texto quer simplesmente dar ênfase a esses processos. É um conteúdo, em boa parte rediscutido<sup>1</sup>, mas que está em correspondência com o que já desenvolvemos em outra pesquisa, a qual objetivava analisar uma experiência de colônia militar *interiorana*, a Colônia Militar de Caseros (1858-1878), no norte da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O que queremos aqui, de uma forma elementar e generalizante, sem nos atermos a nenhuma experiência ou caso específico de análise, é dar ênfase ao fato de que as colônias militares serviram de antessalas para um empreendimento colonizador futuro, principalmente nos três estados do Sul do Brasil, notadamente via colonizadoras privadas e/ou mistas.

---

<sup>1</sup> Ver João Carlos Tedesco e Alex A. Vanin, *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)* (2018).

Portanto, é um texto simples, introdutório, para um leitor não especializado e que, num curto espaço, objetiva dar uma breve noção do papel do estado, de ações de governo com matizes diferenciadas (da Monarquia à República), elencar alguns tópicos do contexto histórico do período, demonstrar interesses envolvidos de vários grupos e a correspondência das ações com o *espírito do tempo*, ou seja, uma nova estrutura social e produtiva, a qual, alia-se, em momentos seguintes e/ou contemporaneamente, com as colonizadoras, colonos e colônias para produzir novas territorialidades no espaço agrário.

## **O que foram as colônias militares?**

Foram muitas as colônias militares distribuídas em várias partes do país (logo a seguir há um mapa que demonstra isso). Todas as colônias militares brasileiras constituíram-se durante o Segundo Reinado (1840-1889) e mantiveram-se em funcionamento até as duas primeiras décadas da República. Documentos que revisamos para escrever o referido livro indicado anteriormente em nota de rodapé, bem como parte da literatura, as identificavam como “Colônias *de* Militares”, porém, muitas delas, principalmente as *interioranas*, tinham mais pessoas identificadas com a terra, com a produção agrícola e outras profissões, que poderiam, se necessário for, transformarem-se em agentes militares, ressaltando que, no período, havia uma parca formação militar, fato esse bem expresso no interior dos referidos empreendimentos e, em particular, no que estudamos, que foi a Colônia Militar de Caseros (Tedesco; Vanin, 2018).

Mapa 1 – Colônias Militares no Brasil criadas durante o Brasil Império



Fonte: Xavier (2016, p. 31). Adaptado por Alex Antônio Vanin.

Como já mencionamos, poder-se-ia dividir as colônias militares brasileiras em basicamente duas modalidades: as fronteiriças e as interiores. As primeiras serviam mais como guarnição de fronteiras nacionais; montaram sua estrutura militar e seu cotidiano de relações, funções, infraestrutura e comando com essa incumbência; as segundas, além da característica militar, possuíam também outras funções, em particular, a de ser um espaço deliberado para atrair (i)migrantes através do controle social existente sobre os indígenas, da produção agrícola, da sua consequente comercialização, da valorização das terras, das matas e do extrativismo da madeira e também da erva mate, em se tratando dos

casos mais específicos dos estados do Brasil Meridional. A dimensão militarizada do território, administrada pela esfera pública, daria essa garantia (Sodré, 2010).

Nem todas as colônias militares foram semelhantes em termos de condução desse processo colonizador peculiar. Como vimos, havia dois tipos bem definidos, porém, no interior das duas tipologias, havia diferenciações em razão de tamanho, dinâmicas de ações, limites geográficos, distâncias de povoações constituídas, carência de pessoal, presença intensa de indígenas, dentre outras questões. No entanto, alguns elementos eram comuns: consistiam num conjunto habitacional com características de quartel militar, com habitações para diretores e membros de patentes mais elevadas e outras contíguas, para famílias de outros militares e membros civis, com uma extensão de terra ao seu entorno para a produção agrícola e pecuária, vias de acesso por terra, rios, lagos e mar (Barreto, 1958).

O governo imperial projetou, em meados do século XIX, uma espécie de cordão, uma cadeia de colônias militares ao longo de praticamente toda a extensão das fronteiras terrestres do Brasil, bem como na proximidade de todos os maiores rios e principais caminhos do interior (Brüggemann, 2013, p. 54).

A planta da Colônia Militar de Caseros expressa, pelo menos em parte, um modelo de colônia militar interiorana. Havia a sede urbana da colônia, o vilarejo central, de preferência que houvesse rios navegáveis, ou abundante oferta de água, bem como terrenos para o plantio de produtos agrícolas, ou seja, um núcleo com expressão colonial, muito parecido com o formato que as colonizadoras utilizaram no Sul do Brasil para fatiar grandes extensões de terras e comercializá-las para agricultores. Processo esse que se dará logo após e/ou na concomitância com as colônias militares no Sul do Brasil.

Mapa 2 – Planta da Colônia Militar de Caseros (1862)



Reprodução da *Planta da Colônia Militar de Caseros*, elaborada pelo agrimensor Antonio Augusto de Arruda, Capitão de Engenheiros, em 1862. Na planta, vê-se os primeiros noventa lotes demarcados na colônia militar no período entre 1858 e 1862, bem como as vias de acesso, a sede da colônia e a área ocupada pelos indígenas Kaingang do *Pa'í mbang* Yu-toahê, o Cacique Doble. Reprodução de Frederico Helmuth, 1932. Acervo da Divisão de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Nas colônias militares havia, em geral, espaços físicos para dimensão religiosa (rituais católicos e catequese), educacional, lazer e treinamento militar. Elas possuíam efetivos permanentes e temporários, um contingente que mesclava militares e civis com profissões e preparação variada, baterias de artilharia, construções feitas, em geral, de tijolos e madeira, taipas de pedras e logística territorial como estratégias de defesa (Barreto, 1958).

Fortins, feitorias, fortalezas, entrepostos, casas fortes, entre outros meios foram utilizados como instrumento de defesa de território num longo período do Brasil colonial e Imperial (Oliveira, 1966). A vigilância da ampla costa marítima, o comércio, a navegação, o contrabando de animais e de minérios, as invasões etc., expressavam preocupações dos gestores e das políticas públicas governamentais. Além de que havia, em várias partes do Brasil, grupos descontentes com a administração impe-

rial, bem como um país de tamanho continental para ser gerenciado sem as mínimas condições de vias de mobilidade geográfica.

Ambas as modalidades de colônias militares revelavam uma ação do estado sobre o espaço agrário para transformá-lo política e economicamente em território controlado sob novos interesses, anulando os sujeitos que nele viviam (indígenas, em especial), principalmente o seu *modus vivendi*, suas relacionalidades inter e intra grupais e geográficas, em seu ambiente construído de longa data, atraindo, com isso, novos sujeitos e novos horizontes sociais e relacionais-mercantis. É o que diz um Ministro do Império em 1859:

Com o fim de proteger a população de certas localidades do interior contra correrias dos índios selvagens e facilitar as comunicações e o comércio, tem sido criadas estas colônias, mas podem tais estabelecimentos prestar ainda outros serviços importantes; o de auxiliar os núcleos coloniais civis que se fundarem em suas colônias.<sup>2</sup>

Nesse sentido, as colônias estariam na ponta da dimensão pública dada à ocupação territorial do país, ou seja, dariam possibilidade para que o estado tivesse condições de se apossar do território, de conhecê-lo melhor, de ligá-lo e otimizá-lo territorial e economicamente em correspondência com os recursos naturais existentes e com os novos sujeitos que se esperava que fizessem parte.

Com isso, no contexto de uma definição de nação independente, era necessário conhecê-la, controlá-la, racionalizá-la aos moldes do novo tempo, produzir um imaginário de pertencimento nacional, homogeneizar processos produtivos e de vida em geral, evitar e/ou coibir grupos com desejos independentistas, demonstrar a existência de um poder central com interesses comuns. Isso daria a representação de um povo, como critério para definir uma nação, um poder político auxiliado e/ou mediado pelas forças militares e pela lógica da cultura e da vida econômica ocidental, europeizada (pelos imigrantes e pela dinâmica capitalista já ganhando algum grau de maturi-

---

<sup>2</sup> Relatório de João de Almeida Pereira Filho, Ministro do Império, em 1859, apud XAVIER, M. *O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó – os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense*. Florianópolis: Editora Insular, 2016, p. 33.

dade no país) e da ação dos homens na esfera produtiva da terra e/ou dos bens que ela oferecia e que eram passíveis de se tornarem mercadorias.

Imaginava-se, com isso, atrair população no interior e num amplo raio do entorno das colônias militares com esse novo (para o Brasil) espírito do tempo; projetava-se a constituição de povoados e atores econômicos (produtores, coletores, madeireiros, comerciantes, ferreiros, carpinteiros, lavradores, carroceiros, tropeiros, criadores de gado, dentre uma ampla variedade de tarefas e de domínios de saber), agentes de colonização que fariam a terra e a transformariam em mercadoria para abastecer os cofres públicos, bem como a transformariam em recurso produtivo de excedentes, rotas e vias de acesso, interligação de todos territórios com a sede da província e, dessa, com a sede do Império.

A escolha do local para a instalação da colônia militar de fronteira, por questões óbvias, era fundamental. Porém, para as interioranas, esse fator também era muito importante. Possibilidades de vias de acesso, pessoal que conhecesse a região (para isso, as várias experiências de colônias militares do sul do Brasil, serviram-se de indígenas que já habitavam no seu entorno), a possibilidade de existência e de atração de populações migrantes, da presença de representantes da Igreja Católica, para dimensionar a ordem moral, formação educacional e civilizar os gentios que porventura estivessem pelo entorno do empreendimento militar, a existência de rios navegáveis próximos, dentre outros aspectos, tornavam-se fundamentais para o bom andamento e para atingir os seus objetivos.

Não podemos deixar de dar ênfase ao fato de que as colônias militares revelaram a dimensão política, dinâmica e *móvel* dos espaços e sua transformação e/ou criação social e política em territórios dominados, controlados e induzidos a uma lógica econômica e seletiva de sujeitos e relações com a terra, portanto, espaços que, pelas ações desenvolvidas pelo estado, tornaram-se territórios militarizados e/ou sob uma lógica produtiva e mercantil com feição capitalista. Para isso, havia necessidade de uma série de medidas administrativas em sinergias com a questão da colonização, na intenção de atrair pessoas para o interior do país,

através de frentes de expansão territorial, ocupacional e produtiva, bem como controlar e coibir os ataques de indígenas (Barros, 1980).

Desse modo, a dimensão centralizadora e hegemônica do Estado, em conluio com elites nacionais, em particular, de grandes proprietários de terra, ervateiros, criadores de gado, madeireiros, colonizadoras (públicas e privadas), governos das províncias, dentre outros, permitiu a implementação de vias de acesso e controle social e político em praticamente todo o território.<sup>3</sup> Nesse sentido, era importante a “obediência de tribos selvagens que ocupavam grandes porções de terra e impor respeito sobre a população turbulenta dispersa por amplas regiões”.<sup>4</sup>

Quadro 1 – As 26 colônias militares criadas durante o Período Imperial

Colônia Militar	Província	Fundação
Santa Thereza do Tocantins	PA	1849
Pedro II	PA	1850
São João do Araguaia	PA	1850
Leopoldina	AL	1852
Pimenteiras	PB	1852
Urucú	MG	1854
Óbidos	PA	1854
Santa Thereza	SC	1854
São Pedro de Alcântara do Gurupy	MA	1855
Brilhante	MT	1855
N <sup>a</sup> Sra. da Conceição do Jatahy	PR	1855
Guandú	ES	1857
São Lourenço	MT	1859
Miranda	MT	1859
Caseros	RS	1859
Itapura	SP	1859
Nioac	MT	1860
Avanhandava	SP	1860
Dourados	MT	1861
Taquary	MT	1862
Itacayú	MT	1871
Conceição de Albuquerque	MT	1872
Alto Uruguai	RS	1879
Chapecó	SC	1882
Chopim	PR	1882
Iguaçu	PR	1889

Fonte: Brüggemann (2013).

<sup>3</sup> Sobre os objetivos das colônias militares na segunda metade do século XIX e sua ligação com a imigração e os indígenas, ver, MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.

<sup>4</sup> BRASIL. Ministério do Império. Relatório do ano de 1850 apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Visconde de Mont'Algre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p. 26.

As colônias militares possuíam um quadro funcional e gerencial amplo em razão dos amplos setores (militar, agrícola, educacional, religioso, comercial, infraestrutural, contábil, saúde, dentre outros). O diretor da colônia possuía uma função central e centralizadora. Na realidade, tudo o que acontecia na Colônia passava por ele. A logística da sede da colônia, o ambiente construído, os soldados e colonos, bem como os trabalhadores temporários, o controle da produção e do comércio, o pagamento dos seus subordinados, dentre uma série de outras atribuições ficava a cargo dele. O diretor registrava os nascimentos, mortes, casamentos e qualquer coisa merecedora de menção; decidia sobre a doação, o mérito ou não, da cedência definitiva do lote aos agricultores, arbitrava sobre justiça, sobre os conflitos existentes, o comércio e a canalização dos recursos financeiros etc.<sup>5</sup> O bom funcionamento da colônia dependia muito do bom cumprimento do papel do diretor. Exercícios militares eram exigidos, trabalhos manuais agrícolas e artesanais, manutenção e construção de prédios e estradas eram atividades cotidianas (Brüggemann, 2013; Barros, 1980; Xavier, 2016). A aprendizagem escolar para os filhos dos membros do povoado era também uma exigência das atividades diárias. Nesse âmbito, havia muita precariedade, inclusive em algumas colônias, nem escola havia, ou se havia, não havia professores e nem recursos para a aprendizagem.<sup>6</sup> Na realidade, a literatura que revisamos e, mesmo em nossa pesquisa sobre a Colônia Militar de Caseros, demonstram que as precariedades, os limites, as carências, as debilidades eram tantas que era difícil dar correspondência entre os objetivos delas e a sua efetiva experiência. Doenças, falta de remédios, conflitos morais e afetivos, pouca produção agrícola, não controle de parcialidades indígenas existentes num amplo raio de ação dos empreendimentos, falta de ferramentas, as imensas distâncias e difíceis vias de acesso para ir e retornar até a sede das províncias, atraso de pagamentos, pragas nas culturas agrícolas, fal-

---

<sup>5</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Artigos 7 e 56, decreto n. 2.125, p. 153 e 160.

<sup>6</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Artigo 19, decreto n. 729,

ta de vestimentas para o frio, infestação de mosquitos e inexistência de meios para combatê-los, ausência de profissionais de saúde, do campo religioso e educacional. Enfim, um cenário de grandes dificuldades.

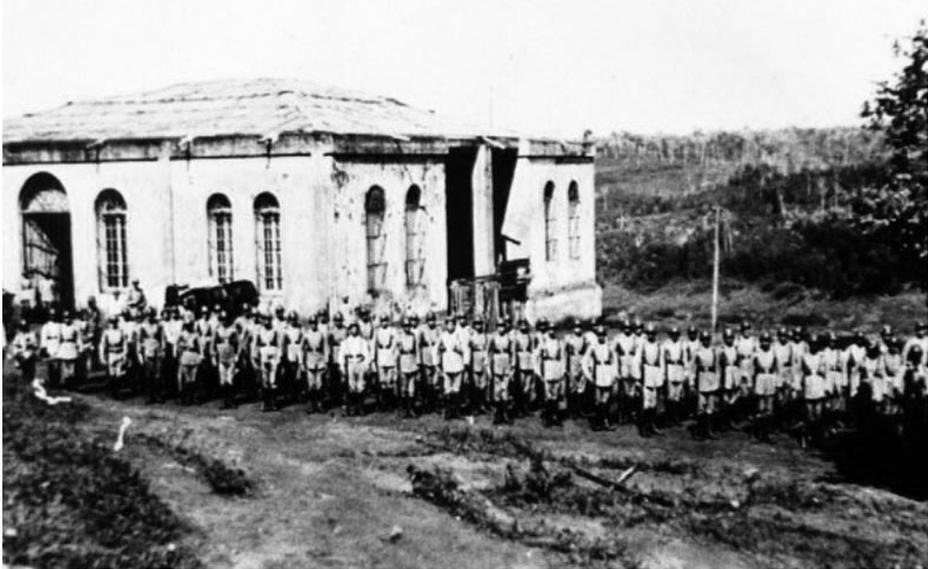
Por muito tempo, durante o século XIX, as colônias militares possuíam ingerência de vários ministérios (de Guerra, do Império, da Agricultura) e, não era incomum que entre eles não houvesse sintonia, informação e correspondência nos atos e determinações. Desse modo, tanto presidentes de províncias, quanto diretores de colônias necessitavam contatar com várias instâncias públicas e militares em espaços distantes e em condições muito precárias. Quando havia parcialidades indígenas próximas ou no interior do território da colônia, em geral, havia um diretor parcial dos índios, o qual também dividia poder com o diretor da colônia, muitas vezes, não sem conflitos. Conflitos hierárquicos e referências variadas com relação às instituições responsáveis acabavam por produzir descompassos entre ambas.

Pode-se imaginar as dificuldades de comunicação e informação (correspondências, despachos, relatórios), de traslado entre uma parte e outra do país com o poder central localizado no Rio de Janeiro. Somado a isso, havia muita dificuldade de realizar pagamentos a todos os que recebiam os soldos, os quais, em geral, chegavam com muitos meses de atraso, peças de reposição de instrumentos de trabalho, para confecção de moradias, abertura de estradas e derrubada da mata. A dimensão das distâncias também poderia produzir reduzida e/ou inexistente fiscalização do poder central, informações sobre dados de produção poderiam ser facilmente burladas, e poderia, também, permitir maior liberdade para gestores decidirem os formatos de gestão etc.

A dimensão militar era fundamental para as colônias; era considerada condição para o bom funcionamento do empreendimento. Porém, em razão das profissões variadas, da presença de soldados e colonos, ambos com funções diferentes, a esfera militar nem sempre era exercida conforme as determinações. As práticas mais enérgicas, em geral, sofriam

resistência e oposição dos colonos e de outros residentes no interior das colônias. O desgaste físico nas atividades da roça não permitia exercer com desenvoltura o que era exigido no âmbito militar. Esse processo era compensado pelos resultados da agricultura e pela reduzida demanda de ações propriamente militares (defesa, enfrentamentos, combates etc.) de muitas das colônias em particular as do interior do país, sendo que muitas delas, segundo a literatura revisada, nunca houve nenhum ataque. A viabilização da colonização, principalmente, pós-segunda metade do século XIX, compensava também essa débil organização e regramento militar.

Figura 1 – Destacamento da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, no início do século XX



Fonte: <http://www.zuccaratto.jor.br/blogs/historia-do-municipio-de-foz-do-iguacu-comeca-como-colonia-militar-em-1889/>. Acesso em 20/06/2022.

## **O que se evidenciou dessa experiência?**

Não podemos perder de vista, quando se fala de colônias militares, a imensidão do território brasileiro, os conflitos existentes no período, a dimensão política, cultural e, em alguns momentos, beligerante, de regio-

nalismos e provincialismo desenvolvida no país nas primeiras décadas do Império com mais intensidade, mas alastrando-se em vários momentos no país. Associadas a essas questões estão as distâncias entre a sede do poder central (Rio de Janeiro) e grande parte das províncias, o difícil e, para algumas regiões, quase impossível deslocamento físico em razão de falta de vias de acesso, topografia e ampla distância. Lutou-se muito no período para dirimir a falta de uma unidade e integração nacional. A ocupação desregrada da terra (possessismos indevidos e ilegais, regularizações fraudulentas, esbulhos e grilagem de terra vitimando, com intensa força, indígenas, negros, pequenos camponeses nacionais) era uma outra questão a enfrentar, a qual expressava falta de controle do Estado e legislação correspondente. Urgia a necessidade de conhecimento, controle e segurança do território. Acreditava-se que a presença de guarnições militares, essas, espalhadas pelas múltiplas regiões do país, poderiam amenizar esses problemas e/ou auxiliar nesse intento.

Em termos militares, a efetivação de tropas nos postos militares criados nem sempre era fácil, pois eram constituídas por membros da população de seu entorno (em algumas regiões formadas por imigrantes, luso-brasileiros e caboclos, em geral, para as lides na agricultura, pecuária e extrativismo), sem formação/treinamento e sem receber remuneração, além de que, em razão desse último fator, não abandonavam suas atividades fora do âmbito do espaço militar (Piazza, 1980; Santos, 2011). Esses fatores eram acrescidos aos poucos incentivos financeiros governamentais, além de promessas não cumpridas, principalmente aos imigrantes (em geral, alemães, para o caso no Sul do Brasil) que, na realidade, eram recrutados para serem muito mais agricultores do que militares, inclusive, com a promessa de serem proprietários de uma gleba de terra após alguns anos de serviço na colônia militar em que estivessem (Farias, 2011).

Em linhas gerais, entendia-se que as colônias militares poderiam reconfigurar o território econômico e logístico do país.

Com todos esses elementos trabalhando juntos, o governo tinha a expectativa de que a economia de cada colônia se desenvolveria rapidamente. Ao expandir o comércio e a indústria, as colônias poderiam exigir melhores transportes e comunicações. As colônias militares poderiam fornecer, também, melhorias importantes nessas comunicações, especialmente porque os colonos eram obrigados a contribuir com o desenvolvimento e manutenção de uma rede de caminhos, tanto fluviais quanto terrestres, que cruzavam todo o Império. E, assim, contribuiriam com os propósitos econômicos e estratégicos do governo imperial (Brüggemann, 2013, p. 54).

O governo entendia que, com a promessa da aquisição privada da terra, os colonos seriam mais laboriosos, pois além da dimensão mercantil do retorno financeiro, havia o fato de ser proprietário e toda a simbologia que essa realidade produzia principalmente no imigrante (Bringmann, 2010). Para tanto, se não houvesse produção, não haveria forma de pagamento e a propriedade poderia retornar para as mãos do Estado e/ou das colonizadoras privadas e, o proprietário de até então poderia perder tudo (Farias, 2011). Havendo produção, poder-se-ia também estruturarem-se vias de escoamentos, praças de comércio, interpostos de mobilidade de mercadorias como passaram a existir em várias partes do país pela navegação fluvial. Redes de comércio e de comerciantes passaram, com isso, a estruturarem-se e a ligarem-se no território mercantil de seu comando; enfim, produzir-se-ia uma dinâmica sinérgica de atividades, sujeitos e ofícios que, em tese, dariam funcionalidade ao empreendimento estabelecido.

Tudo isso seria o que as colonizadoras e os estados necessitavam para implementar o segundo empreendimento: o comércio das terras, novos sujeitos nela e a reocupação territorial. O isolamento com os mercados fazia com que a produção agrícola não produzisse excedente que poderia se transformar em dimensão mercantil e, por consequência, não atraísse a aquisição de terras, nem a permanência de militares e colonos que, por direito, esses, após um período de trabalho, poderiam incorporar para si. Sem mercados consumidores próximos ou possibilidades intermodais de deslocamento de mercadorias, as colônias militares tornar-se-iam inviáveis. Desse modo, para evitar isso e, dar funcionalidade à

experiência das colônias militares, uma das formas para atrair soldados e colonos, principalmente as localizadas no interior do país, em regiões de difícil acesso, era a promessa de que, a partir de uma quantidade de anos de serviços prestados, poderiam tornar-se proprietários de um pedaço de terra para plantar e viver independente (Brüggemann, 2013; Barros, 1980).

Os oficiais do Exército sob a jurisdição de um presidente de província poderiam ser provisoriamente alocados nas colônias. De acordo com o regulamento colonial editado pela coroa, depois de um colono requerer o título de terras ao governo, o presidente de província tinha o poder de conceder o título das terras que o colono ocupava.<sup>7</sup>

Como já mencionamos, as obrigações dos diretores de colônias estavam expressas nos regulamentos coloniais; deveriam administrar pessoas, administrar o tempo em correspondência com as atividades e premissas, distribuir trabalhos, definir as práticas de exercício e a disciplina militar, as estratégias de segurança e vigilância na colônia, permitir ou não a entrada e a inserção de pessoas em geral e de trabalhadores em particular, expulsar os indesejados e/ou indisciplinados, conceder ou não os títulos de propriedade aos colonos, executar prisões de desertores, desocupados, desordeiros, alcoólatras, encaminhar junto ao presidente da província as admissões e demissões, efetuar o pagamento dos empregados e colonos (Brüggemann, 2013).

A literatura que revisamos dá ênfase aos inúmeros limites para viabilizar todas as intenções e o que se esperava delas, principalmente as interioranas. A dificuldade de gerenciamento pelas distâncias com o comando central, pelos recursos esparsos e reduzidos que chegavam, pela diversidade de sujeitos e muito despreparados para quase tudo (para ser militar e para ser agricultor), precariedade de armamentos, dentre muitas outras questões que já mencionamos. Isso tudo produzia um cenário de problemas de ordem moral, econômica, de comando racional, de

---

<sup>7</sup> BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Artigo 17, decreto n. 820, p. 248, *apud* Brüggemann (2013, p. 61).

deserções, consumo de álcool, doenças com mortes, conflitos internos em termos de relações e, no somatório, dificuldade de realizar os objetivos propostos pelo empreendimento governamental.

Não era incomum a troca de comando em tempos reduzidos por decisões externas e/ou dos próprios designados para o posto em razão da incapacidade de controle interno e de resolução de problemas. Muitos não se ambientavam com o território devido ao clima, à distância, dentre outros fatores. Os diretores de colônias militares, em geral, não eram da região a que se destinavam. Em geral, eram de províncias distantes; inseriam-se em espaços desconhecidos, muitos deles pouco desbravados e com limitada, quando não ausente, interligação com centros urbanos. A literatura que revisamos enfatiza essa realidade em várias experiências de colônias militares no país.

Em muitas das colônias havia, além de indígenas, grupos sociais, em geral, caboclos, brasileiros mestiços, vivam nos espaços escolhidas de domínio da colônia, numa estrutura de subsistência de pequenos roçados e do extrativismo, sem título de propriedade ou de legitimação das terras na forma como a legislação do período exigia. Em algumas delas, esses sujeitos sociais foram inseridos em seu interior, outros resistiram, pois não queriam abandonar suas terras e estruturar seu novo cotidiano sob a autoridade militar.

No caso da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, por exemplo, além de imigrantes estrangeiros (alemães, poloneses, italianos e austríacos), há registros que também havia o camponês nacional, o conhecido no Sul do Brasil, como caboclo, habitante e produtor agrícola empobrecido, bem como ervateiros, que desejavam se inserir no interior dela. Para alguns dos habitantes do meio rural, desenvolver a profissão de militar, representava possibilidade de melhorar de vida, escapar da fome, da falta de moradia etc. Diz Myskiw (2009, p. 170), referindo-se à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, que,

Asilo de mendigos”, essa foi a frase que Domingos Nascimento utilizou para definir a colônia militar de Foz do Iguaçu, mesmo antes de conhecê-la. Referia-se ele à migração dos peões, ervateiros que encontrou pelo caminho e que muitos peões que havia conversado lhe disseram que iriam “à colônia pedir um lote para recomeçar a sua vida com seus filhos.

Muitos desses empobrecidos do meio rural, ou grupos que viviam na sua lógica de reprodução e de entendimento em relação a terra, à propriedade e à produção agrícola, produziram resistências, porém, outros, pressionados e vendo-se sem muitas alternativas em razão da força do poder militar e da esfera jurídica em lhe confiscar a terra que, de direito, julgavam ser sua, resolveram se inserir (Prado Júnior, 2014). Muitos desses transformavam-se em jornaleiros, ou seja, trabalhadores diários e/ou sazonais (colheita e plantio), na abertura de estradas, etc., mas, sem direito a um pedaço de terra como eram contemplados os colonos e militares efetivados (Brüggemann, 2013; Barros, 1980).

Na segunda metade do século XIX, em razão de resultados pífios das colônias e da relativa pacificação do país, houve uma reavaliação das colônias militares. O Governo Imperial imprimiu um reordenamento no processo organizacional e funcional com a intenção também de reduzir os gastos. Havia, no período, maior estabilidade política alcançada com a derrota das revoltas regenciais, maior centralização do poder, o entendimento de que a ordem política e social era fundamental para o desenvolvimento econômico e a eficácia das decisões políticas, bem como os fluxos migratórios estavam dando o tom na necessária ocupação de várias regiões que se entendiam como problemáticas.

Nas colônias criadas na década de 1850, haveria diferenciação entre colonos militares e colonos proprietários, esses últimos seriam civis e com dedicação total às lides da terra, pecuária e extrativismo. Já os colonos militares só poderiam dedicar-se à produção agrícola e apropriar-se de seus lotes após haver cumprido o tempo de compromisso militar. Os militares receberiam remuneração pelo serviço; uma nova hierarquia

militar seria colocada em prática para incentivá-los em seus ofícios e treinamentos;<sup>8</sup> dar-se-ia um grande incentivo à agricultura para que a referida fosse fonte de renda e remuneração ao estabelecimento colonial (Brüggemann, 2013).

A literatura que revisamos enfatiza que, em algumas das experiências, a realidade cotidiana era tão difícil que, muitos soldados, após o término do período, não solicitavam a posse de terras e, sim, solicitavam afastamento, transferência para outros lugares. Isso sem falar das deserções que eram costumeiras (Barros, 1980; Xavier, 2016). Essa realidade nos faz deduzir que, em determinadas colônias militares, não era atrativo para muitos membros do Exército, ele valia para diretores e/ou de patentes mais elevadas da instituição, os quais eram obrigados a se inserir em regiões muito distantes, completamente diferentes das de até então, isoladas e sem vias de acesso, ou eram obrigados a enfrentar as agruras da topografia, do frio ou do calor intenso e ao risco dos ataques indígenas (Brüggemann, 2013). Em realidade, para os oficiais enviados para administrarem as colônias militares, geralmente o cargo de diretor lhes servia também como pena, já que eram corriqueiramente destinados àqueles que houvessem cometido alguma infração e/ tivessem ido parar na reserva.

Muitos indígenas, pressionados pela força militar, sem muitas opções, foram obrigados a se inserir no horizonte das colônias militares e/ ou aceitar o aldeamento. Aliás, mencionamos pouco os indígenas nesse empreendimento militar que, no Sul do Brasil, foi implementado para agir e definir suas territorialidades. Dedicaremos algumas linhas a seguir sobre essa questão com maior centralidade sobre a Colônia Militar de Caseros, a qual possuía um agrupamento indígena no seu interior além de que estava situado numa macrorregião de intensa presença de agrupamentos, alguns inclusive, em intenso e histórico conflito que é a

---

<sup>8</sup> Ver Barros (1980) e Oliveira (1966).

parte centro-norte da província sulina e suas correlações com parcialidades que habitavam no outro lado do rio Uruguai.

## **Limpar o terreno e expulsar e/ou controlar os “silvícolas”**

As colônias militares interioranas tinham na “questão indígena” muito de seu sentido de ser. Elas tinham de dar garantias a quem quisesse se estabelecer nelas ou no seu entorno, principalmente aos que optavam pela via da colonização; segurança essa da guarnição militar frente aos indígenas e aos possíveis problemas que poderiam advir. O governo garantiria o regramento e a integração dos indígenas através de aldeamentos, de catequização, essa, além da dimensão religiosa católica, a socialização e hábitos de trabalho rotineiro, de desejo de propriedade, respeito à justiça e úteis a si e à nação. A intenção era mais de racionalidade econômica e social do que propriamente a de defesa.

Na segunda metade do século XIX, findado o conflito com o Paraguai, novas normativas surgiram em razão de novas feições da formação militar e, como consequência, da importância e sentido das colônias militares. Muitos aldeamentos tinham sido constituídos no Sul do Brasil. Colonizadoras haviam se encarregado de também agir para disciplinar e/ou expulsar indígenas nessa porção de terra do Brasil Meridional. Não deixamos de lembrar que a região centro-norte da Província do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, situava-se no âmbito das políticas de terras devolutas (fruto da Lei de Terras de 1850) e aptas para a colonização. Os indígenas presentes nesse cenário, em geral, da etnia Kaingang, foram induzidos aos novos aldeamentos impostos pelo governo imperial, para a formação de núcleos para imigrantes (Golin, 2007; Becker, 1995). As terras que pertenciam às ditas “hordas selvagens” tornar-se-iam, a partir de então, aptas e necessárias à colonização e integração da nação (Simoniam, 1995).

No caso específico do Aldeamento Santa Isabel, localizado muito próximo da Colônia Militar de Caseros, ele foi deslocado da proximidade e, em alguns momentos, para o interior da colônia, amalgamando ambas as experiências; isso fazia parte da estratégia do empreendimento.<sup>9</sup> Ao mesmo tempo em que os indígenas poderiam se sentir um tanto protegidos das investidas de grupos inimigos, tornavam-se vítimas das estratégias de assimilação e integração das políticas de governo aplicadas pelas ações da referida colônia, ou seja, de inseri-los ao seu horizonte produtivo, fornecer seu sustento, insumos básicos, acostumá-los à vida sedentária, utilizar ferramentas para as atividades da agricultura, alterações nos quadros de referência simbólica para os casamentos e suas ritualidades outras, bem como a perda de controle de territórios mais amplos, principalmente, os que possuíam o pinheiro araucária que era a fonte básica de alimentos bem como a base das conflitualidades e de poder frente a outros grupos indígenas da região. Com isso impossibilitado e controlado pela colônia militar, serviria como uma antessala preparatória para os processos de aldeamentos que se desenhavam por todo o território brasileiro e, em especial, o sulino, mas, acima de tudo, para o empreendimento colonizador que exigia isso para se instalar e atrair agricultores imigrantes.

Primeiramente, os diretores da Colônia eram também responsáveis pelos indígenas. O capelão e diretor dos índios, que poderia ser uma só pessoa, surgem alguns anos depois do início dela. Os dois primeiros diretores, José Lopes de Oliveira e Hortencio da Gama Souza Mello da Colônia Militar de Caseros narraram em seus relatórios a dificuldade nas relações com os indígenas e, demandavam a presença de um diretor que pudesse atuar diretamente com eles, coordenar as lavouras e tivesse conhecimento de construção e, que fosse padre.

---

<sup>9</sup> Uma análise com amplos detalhes sobre as questões que envolveram os indígenas dessa parcialidade com os demais grupos da região e sua correlação com a Colônia Militar de Caseros encontra-se em Tedesco e Vanin (2018).

[...], sei que nessa capital, existe um padre que tem as necessárias habilitações; ora ele se quisesse ocupar o lugar do Capellão, Mestre de Obras, e director das lavouras no que é também pratico. Seria isto de uma importância incalculável: [...], e me parecendo que, com um ordenado de dusetos mil reis, por mez, elle entraria em ajuste com V. Ex [...].<sup>10</sup>

Em várias circunstâncias a Colônia Militar de Caseros foi acometida por pragas e doenças, que promoviam dispersão e/ou dificuldade de manter os indígenas aldeados e da forma pacífica, bem como porque “ali habitavam unicamente indivíduos dissolutos e vadios, vivendo errantes os índios e perturbando a disciplina e os trabalhos da Colônia Militar de Caseros” (Rocha, 2005, p. 86), o Presidente da Província escreve para o Ministro da Guerra para extinguir o Aldeamento Santa Isabel em razão dos altos custos, doenças e da dispersão dos indígenas, fatos esses que ocasionam muitos problemas para o diretor dela.

O Diretor parcial nomeado para o citado aldeamento, cuidando mais em seus interesses do que do bem estar dos índios que lhe haviam sido confiados deu causa a *que fosse mandado ex-tinguir o citado aldeamento em 25 de fevereiro de 1861, visto que poucos eram os índios que ali permaneciam*, no entretanto que as despesas mensais com alimentos etc eram consideráveis.<sup>11</sup> (Grifo nosso).

Diz o diretor, reclamando dos altos custos dos índios e o pouco resultado obtido até então, e em resposta a uma carta enviada pelo diretor dos índios acusando ações de maus tratos de militares junto aos índios, que,

[...], tenho pois a informar a V. Ex, que nada sei respeito ao expendido pelo Sem. Director Geral dos Indios, a não ser que o *governo gastou com elles no aldeamento de Santa Isabel, muito dinheiro sem fructo*, porque isso é de todos sabido e consta das contas, que parecem fabulosas, do seu do Director [...].<sup>12</sup> (Grifo nosso).

Nessa experiência de colônia militar a presença indígena sempre foi expressão de conflitualidades. A não obediência dos indígenas, as fugas,

---

<sup>10</sup> Relatório enviado pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Hortencio M. da Gama Souza Mello, à Presidência da Província. Colônia Militar de Caseros, em 31/07/1861. AHRS. Fundo Colonização. Maço 48.

<sup>11</sup> Correspondência Expedida pelo Presidente da Província ao Ministério da Guerra, em 13/03/1861. AHRS - Fundo Correspondências Expedidas.

<sup>12</sup> Relatório enviado pelo diretor da Colônia Militar de Caseros, Hortencio M. da Gama Souza Mello, à Presidência da Província. Colônia Militar de Caseros, em 28/07/1862. AHRS. Fundo Colonização. Maço 48.

as correrias nas propriedades de pecuaristas e extrativistas que invadiam e se apropriavam de seus territórios, a resistência em produzir na lavoura, a não aceitação em trabalhos de aberturas de picadas e vias outras de acesso, os conflitos no interior do grupo por várias questões, dentre outros elementos, colocaram em xeque a presença deles no interior da referida colônia, bem como o papel desta em realizar seu objetivo. Por isso que se levantou várias vezes a possibilidade de não os ter no seu interior.

No entanto, extinguir o aldeamento significava reduzir a importância e os objetivos da referida colônia, além do mais, os índios dispersos e não aldeados poderiam significar grande perigo e expressar as fragilidades de defesa e a precariedade do empreendimento colonial localizado na região. O aldeamento não foi extinto como havia solicitado o Presidente da Província, ao contrário, permaneceu sob a direção do padre Antônio de Moraes Branco, o qual passou a imprimir um amplo controle sobre os indígenas. Ele exercia várias funções para além da catequese e de outras dimensões e rituais religiosos, dentre as quais, a tentativa de inserção deles nas atividades agrícolas como expressão das exigências e cobranças do diretor da Colônia.

A lógica da vida indígena não era compreendida pelos diretores da referida colônia, ou, se era, tudo era feito para rompê-la e, integrá-los à dinâmica e sentidos do empreendimento. A dificuldade de seguir com as lógicas das metades clânicas, fruto da cosmogonia kaingang sobre a sua origem e que decidem as junções matrimoniais, impedidas pela inexistência equilibrada das referidas partes no interior do grupo e a dificuldade de encontrar em outras parciaisidades em razão de conflitos entre os próprios grupos indígenas, o aldeamento em si e os outros que eram propostos fora da Colônia, a falta de alimentos e de vestimentas, dentre uma série de outros impedimentos e abusos de poder impressos pelos não indígenas, produzia muitos conflitos, reações e revelava a fragilidade dos objetivos da referida colônia.



Colônia, os limites e necessidades de ambos, enfim, vários processos que aglutinavam um amplo espectro relacional.

O Aldeamento Santa Isabel agrupava um grande contingente de indígenas, porém, outros se formavam e se extinguíam com a saída da parcialidade ou eram extintos. No caso do de Santa Isabel, “Extinto oficialmente o Aldeamento, os indígenas ficaram entregues à própria sorte, vivendo de caça e do fruto de sua agricultura; com o andar dos anos, os moradores da vizinhança começaram a se queixar às autoridades, reclamando providências; os índios praticavam furtos nas roças, furtavam galinha, porcos e até vacas” (Barbosa, 1989, p. 15). Atendendo a tais reclamações, o Delegado de Polícia de Lagoa Vermelha [...], à frente de 60 homens armados, fez com que a maior parte dos indígenas se retirassem com suas famílias para a serra do Forquilha, sendo, mais tarde, reunidos no Aldeamento de Faxinal e outros toldos improvisados como o dos campos de José Bueno de Oliveira (Barbosa, 1989, p. 15).

O ofício do Diretor Geral dos Índios, em 08/12/1879, ou seja, mais de uma década do fim do Aldeamento Santa Isabel, revelava a existência de indígenas na região. Ele recebe queixa de moradores do Pontão de que indígenas de Caseros estão promovendo correrias e depredações. O referido responde que “Os índios de que se queixão aqueles moradores se achão a muitos annos alojados em seus faxinaes existentes no mesmo pontão, e não estão morando com os de Caseros, e por isso estes não são os que ali fasem tais depredações”. O referido diretor revela a situação precária vivida pelos indígenas espalhados pela região, solicita junto ao Presidente da Província que envie recursos financeiros para amenizar sua precariedade e não promovam correrias. Ele informa que, com o fim do Aldeamento Santa Isabel, foram “demolidas as cazas e ranchos de que constava o mesmo – e por isso dispersos – parte para o Pontão, e parte ao sul da Colonia em distancia de duas leguas retiradas da mesma. [...]”.

A relação da Colônia com os índios foi muita complexa e conflituosa. Difícil concluir se o papel da referida em relação aos sujeitos em ques-

tão tenha sido cumprido conforme suas intenções. Muitos indígenas não foram aldeados, ficaram sim na região e formaram parcialidades comandadas por várias lideranças por todo o restante do século XIX; descendentes seus hoje reivindicam terras e ampliam os atuais conflitos. Diz Branco (1993, p. 71) que, em 1875, a “Comissão nomeada para avaliar a situação da Colônia Militar de Caseros informou, em seu relatório, que, se aquela Colônia fora criada para conter os índios do Cacique Doble, não havia razão para continuar existindo, pois, os índios estavam mansos e trabalhando na agricultura”. Difícil é concluir isso, pois a historiografia regional aponta e analisa vários conflitos entre indígenas, pecuaristas e colonos em anos posteriores ao fim da referida colônia militar (1878).

Porém, não há dúvida que o empreendimento colonial, no que tange à questão dos indígenas, reduziu seus conflitos e impedimentos e, com isso, permitiu o acesso e a apropriação das terras, algo impossível antes da implantação da Colônia em razão das correrias e outras formas de ataque<sup>13</sup> como contraposição à intrusão em seus territórios. Não há dúvida de que a referida colônia impediu a possibilidade livre e autônoma da circulação indígena pelos seus territórios na medida em que auxiliou a apropriação privada das terras em correspondência com as políticas públicas do momento. Sua extinção fragilizou o controle, ainda que parcial, dos indígenas. Muitos deles aceitaram ser aldeados em terras indígenas demarcadas na região norte do estado, inclusive, um de seus líderes, o cacique Doble, havia manifestado interesse de assim o fazer como forma de proteção e resguardo de sua parcialidade; outros acabaram se inserindo em fazendas pastoris e em propriedades de colonos que se apropriaram de terras no norte do estado; mas, a grande maioria, formou pequenas parcialidades sob lideranças de descendentes de antigos caciques e viviam de uma forma sedentária em algumas porções de terra de colonização mais tardia, em geral, muito próximas do rio Uruguai.

---

<sup>13</sup> Isso é muito evidenciado pela ampla literatura existente que aborda o povoamento da região de Passo Fundo, inclusive com episódios envolvendo parcialidades indígenas ocorridos durante a Revolução Farroupilha pela passagem de tropas, de ambas as partes envolvidas, nos matos Castelhana e Portugêses.

Figura 2 – Índios e colonizadores na Barra da Paloma - Rio Novo (município de Aratiba), Norte do Rio Grande do Sul, em 1926



Fonte: Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font, Erechim/RS.

## Enfim...

Vimos, de uma forma sintética e superficial que as colônias militares do século XIX tinham objetivo de cumprir algumas funções necessárias ao controle do estado sobre o território, redefinir espaços e transformá-los sob o comando político e econômico com outra lógica. Elas foram múltiplas e diversas. Por várias razões não cumpriram a contento suas funções; as que atingiram melhor seus objetivos foram as que estavam localizadas em regiões limítrofes, em áreas de fronteiras. Outras colônias não foram além de resolução de pequenos conflitos com indígenas, posseiros e quilombolas, além dos seus próprios, em seu interior, na esfera administrativa, de hierarquia militar, de controle e regramento interno, dentre outros aspectos. Porém, é interessante enfatizar que o empreendimento colonizador se constituiu e realizou seu intento; a experiência de colônias militares auxiliou nesse processo.

No período republicano, todas as experiências de colônias militares foram oficialmente extintas, ou extinguiram-se em razão dos poucos recursos e apoio do governo, mas, também, em razão da falência do modelo. Muito disso se deve ao fato de que outros processos de ocupação e povoamento foram promovidos pelas colonizadoras, públicas ou privadas, mas com incentivo e recursos da esfera pública, como políticas de governo em todo o Sul do Brasil. As colonizadoras, em muitos casos, encarregaram-se de algumas das ações atribuídas às colônias militares. A continuidade das imigrações para várias regiões do país também contribuiu para o ocaso desse modelo de colonização.

Muitas das colônias militares de fronteira atingiram seus objetivos, porém, várias demonstraram suas fragilidades. Também, foram poucos os casos de invasão estrangeira, a não ser nas colônias da província do Mato Grosso, atacada pelas tropas paraguaias, inclusive em situação de reduzida capacidade de defesa e, por isso, sem condições de rechaçar os ataques, tendo de render-se, pois não tinham efetivo e nem armamento (Barros, 1980, p. 41). Outras colônias não foram além de resolução de pequenos conflitos com indígenas, posseiros e quilombolas, além dos seus próprios, em seu interior, na esfera administrativa, de hierarquia militar, de controle e regramento interno, dentre outros aspectos. Muitos militares do alto comando do Rio de Janeiro, tendo presente os seus resultados e quase inoperância em determinados espaços, também se mostravam descrentes em torno delas. Autoridades civis, em vários momentos, manifestavam sua descrença e criticavam seu alto desembolso financeiro em correspondência com a invisibilidade dos resultados.

Na realidade, em quase todas as colônias, a tentativa era permitir a colonização, ocupação e produção combinando atividades de cunho militar e civil ao mesmo tempo, num processo hierárquico de disciplinamento entre membros de profissões e ofícios variados em seu interior. Várias entidades de governo estiveram envolvidas nesse empreendimento, em particular, o Ministério do Império, o da Guerra e da Agricultura, instituições religiosas e civis.

De qualquer forma, em alguns âmbitos, as colônias militares foram importantes, principalmente para dar segurança aos processos que envolviam a colonização em espaços interioranos e distantes; contribuíram para reterritorializar regiões; deram um impulso à integração nacional para além do âmbito geográfico, bem como auxiliaram na tentativa de produzir uma nação baseada fundamentalmente na centralidade político-militar em correspondência com interesses de elites nacionais e regionais.

## Referências bibliográficas

- BARBOSA, F. D. **Caseiros**. Caxias do Sul: Gráfica Universal, 1989.
- BARRETO, A. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1958.
- BARROS, L. F. **A Colônia Militar de Chopim – 1882 a 1909**. Florianópolis: UFSC, 1980. (Dissertação em História).
- BECKER, I. **O índio kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 1995 (nova edição).
- BRANCO, P. de M. **Lagoa Vermelha e municípios vizinhos: aspectos naturais, história, genealogia e memórias**. Porto Alegre: EST, 1993.
- BRINGMANN, S. F. **Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Dissertação (Mestrado em História).
- BRÜGGEMANN, A. A. **A sentinela isolada**. O cotidiano da Colônia Militar de Santa Thereza (1854-1883). Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2013.
- FARIAS, R. H. M. de. Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil, séculos XIX e XX. **Clio, Revista de Pesquisa Histórica**, n. 29, 2011.
- GOLIN, T. **Território Kaingang – Passo Fundo e Mato Castelhanos**. Documentação sobre a presença histórica Kaingang em Mato Castelhanos. Núcleo de Documentação Histórica. Passo Fundo: UPF, 2007.
- LAROQUE, L. F. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)**. **Antropologia**. Pesquisas/ Instituto Anchieta, 2007.

MAGALHÃES, J. C. **Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.

MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense: Niterói/RJ. 2009.

OLIVEIRA, J. J. M. Plano de uma colônia Militar no Brasil. **Revista Trimestral de História**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 239-255, 1966 [1845].

PIAZZA, W. A Colônia Militar Santa Thereza. **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, n. 2, p. 35-42, 1980.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**: a questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ROCHA, C. **Adoecer e curar**. Processos de sociabilidade Kaingang. Florianópolis: UFSC, 2005. Dissertação em Antropologia Social.

SANTOS, A. R. G. Fronteira e formação do Estado: colonização militar em meados do oitocentos a partir de uma província do Norte. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891918\\_ARQUIVO\\_TrabalhoAnpuh-ArthurRobertoGermanoSantos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891918_ARQUIVO_TrabalhoAnpuh-ArthurRobertoGermanoSantos.pdf)>

SIMONIAM, L. **Identificação e delimitação da Terra Indígena Monte Caseros, localizada nos municípios de Muliterno e Ibiraiaras – RS**. Brasília: Funai, agosto de 1995.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEDESCO, J. C.; VANIN, A. A. **Entre a espada, a cruz e a enxada**: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: All Print, 2018.

XAVIER, M. **O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó – os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

# Colonização e intrusão no oeste catarinense: o caso da Fazenda Faxinal do Tigre (1922)

---

Leticia Maria Venson

## Introdução

O presente capítulo analisa de forma breve e exploratória o processo de colonização da Fazenda Faxinal do Tigre, atual município de Guatambu, por meio da empresa colonizadora Isaac Pan & Vargas e uma “intrusão” envolvendo cerca de 200 pessoas oriundas em sua maioria do Estado do Rio Grande do Sul, identificadas como “intrusos” e foragidos da Justiça por parte dos representantes do Estado.

A intrusão deve ser entendida como uma forma ilegal de ocupação da terra. O termo intruso passou a ser usual na documentação após a Lei de Terras de 1850, que bloqueou o livre acesso à terra, exigindo dos lavradores a compra das áreas destinadas aos seus roçados, ou legitimação das que já ocupavam antes de 1850, o que gerou uma série de conflitos (Nascimento; Zarth, 2020, p. 461).

O atual Oeste Catarinense no início do século XX era conhecido como “[...] uma região onde se mata um homem por simples divertimento” (Breves, 1985) e a população cabocla era estigmatizada devido aos seus costumes e modos de vida. O imigrante ou migrante descendente de europeu advindos do Rio Grande do Sul, eram vistos como mais “civilizados”, considerados como figuras centrais para a colonização, pois

de acordo com o Governo Estadual eram capazes de incorporar o papel de desenvolvedores da região, com melhores técnicas agrícolas. A Colonizadora Isaac Pan & Vargas visava a colonização de suas terras com imigrantes e migrantes descendentes de italianos.

Como fonte de análise utilizaremos o artigo “O Chapecó que eu Conheci” de autoria de Wenceslau Breves, onde descreve a sua estadia no município dos anos de 1920 a 1924, quando foi encarregado de demarcar as terras concedidas a Empresa Colonizadora Bertaso Maia & Cia, e jornais disponíveis na Hemeroteca Nacional Digital, em especial o jornal “A República” de Florianópolis. Wenceslau Breves foi funcionário da Secretaria da Fazenda, Viação e Agricultura de Santa Catarina, sendo membro da Comissão Técnica discriminadora de Terras do Estado, efetuando demarcações de terras no Oeste Catarinense, entre 1919-1924. Assumiu o 8º Distrito de Terras (1924) com abrangência de Chapecó a Cruzeiro (Joaçaba), ou seja, era agente regulador e fiscalizador das propriedades de terras nessa região. Também foi Conselheiro e Presidente do Conselho Municipal de Chapecó<sup>1</sup>.

## **História e Região**

O território que atualmente compreende a região de Chapecó pertencia ao Estado do Paraná, foi somente após a Guerra do Contestado (1912-1916) que o território passou a ser parte do Estado de Santa Catarina, que em 1917 criou o município de Chapecó, com uma área de aproximadamente 14 mil km<sup>2</sup>, também conhecido como a região do “Velho Município de Chapecó”. Sendo habitada no início do século XX em sua maioria por populações indígenas e caboclas e em menor número por colonizadores europeus ou seus descendentes (Radin; Vicenzi, 2017, p. 60).

Com a Proclamação da República em 1889, os estados passaram a ter maior autonomia, principalmente com relação as terras devolutas, a partir de então poderiam comercializar as terras e cobrar impostos, po-

---

<sup>1</sup> Disponível em: <memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/925-Wenceslau\_Breves>. Acesso em: 04 abr. 2019.

rém também ficavam responsáveis por resolver questões relativas as disputas e regulamentação da propriedade (Radin, 2009, p. 76). Uma das alternativas foi a concessão desses territórios as Companhias Colonizadoras, concessões de áreas que atualmente perfazem o território de vários municípios do Estado de Santa Catarina (Radin; Vicenzi, 2017, p. 76).

No estado de Santa Catarina foi criado em 1897 o Comissariado Geral das Terras, e em 1903 a Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas, a qual coordenou o povoamento do solo e colonização. O serviço de Povoamento do Solo foi regulamentado pelo Decreto n° 6.4 55, de 19 de abril de 1907, modificado pelo Decreto n° 9.081, de 03 de novembro de 1911, que permitiu a colonização por companhias de colonização ou por indivíduos (Radin; Vicenzi, 2017, p. 77). Em 1917 houve o início de uma política por parte do governo catarinense de colonização do Oeste com famílias oriundas de descendentes de imigrantes europeus do Estado do Rio Grande do Sul (Rosa; Silva, 2010, p. 140) o que levou ao fomento da população regional e a constantes conflitos relacionados a posse de terras, envolvendo caboclos e migrantes

As empresas colonizadoras, principalmente de Santa Catarina e do Paraná, nas áreas do antigo Contestado obtiveram facilidades e regalias por parte dos governos. A aquisição dessas terras se deu a longos prazos para o pagamento, além de diversos artifícios para evitar o envolvimento da moeda, como os serviços de abertura de estradas, de construção de pontes, entre outras (Radin, 2015, p. 163). Uma das colonizadoras que recebeu concessões de terras devolutas do Governo de Santa Catarina nessa região, foi a empresa Bertaso, Maia & Cia. Das concessões estaduais de 1920 a 1922, a Companhia adquiriu mais ou menos um bilhão de metros quadrados de terras no Oeste catarinense. Essas concessões de terras demonstrou a vontade do Estado e do colonizador, na mercantilização da terra e na seleção dos habitantes, substituindo as populações caboclas e nativas, por comunidades inseridas na política mercantil (Vicenzi, 2006, p. 60).

Os fluxos populacionais impulsionados pela política das empresas colonizadoras, de origem alemã e italiana oriundos da zona agrícola do Rio

Grande do Sul, dedicavam-se em sua maioria a extração da madeira da mata florestal existente, mais tarde a extração e industrialização da erva-mate também foi considerável na economia da região (Vicenzi, 2006, p. 15). Esses migrantes ocupavam um espaço tido como desabitado, porém eram áreas habitadas por indígenas Kainkang e Guarani e por caboclos, que atrapalhavam a política de colonização do Estado e das companhias imobiliárias colonizadoras (Vicenzi, 2006, p. 17). Ou seja, a história do Oeste Catarinense é marcada por desapropriação e violência de caboclos e indígenas.

Além da Colonizadora Bertaso, outras companhias atuaram na região Oeste de Santa Catarina, entre elas a Empresa Construtora e Colonizadora do Oeste Catarinense Ltda., a Cia. Territorial Sul Brasil e a empresa Colonizadora Isaac Pan & Vargas que ficou responsável pela colonização do atual espaço geográfico do Município de Guatambu (Corá; Oliveira, 2010, p. 14). As concessões do Governo Estadual sempre foram para aqueles que tinham condições econômicas para promoverem a exploração. As colonizadoras comprometiam-se a colonizar as áreas em determinado prazo e isto fez com que vendessem partes das suas concessões (Poli, 1995, p. 178) o que justifica o número de Empresas Colonizadoras na região.

Figura 1 – Localização do atual município de Guatambu



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, 2009.

No próximo subtítulo nos desdobraremos sobre a colonização da Fazenda Faxinal do Tigre pela Companhia Colonizadora Isaac Pan & Vargas e sobre o caso de intrusão envolvendo o território e vários sujeitos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizados como “intrusos” e foras da lei. A bibliografia sobre a colonização do município de Chapecó é vasta, porém há a necessidade novas pesquisas envolvendo os municípios menores da região bem como das Companhias Colonizadoras que também atuaram no território, mas que obtiveram menos quantidade de terras.

## **Colonização e intrusão na Fazenda Faxinal do Tigre**

O atual Oeste Catarinense no decorrer do século XX, passou por intensas transformações, principalmente relacionadas ao controle e ao uso da terra. Esse território desde o período Colonial é marcado por disputas territoriais, primeiro entre Portugal e Espanha, posteriormente entre Argentina e o Governo Brasileiro, e no início do século XX entre Santa Catarina e Paraná, na Guerra do Contestado (1912-1916). Com o início da colonização oficial esses conflitos continuaram, mas desta vez envolvendo os colonizadores, italianos, alemães e seus descendentes, advindos por meio da colonização incentivada pelo governo e grupos de indígenas e caboclos que já viviam na região.

Uma das colonizadoras que atuou na região foi a Companhia Isaac Pan & Vargas que recebeu do governo catarinense, por meio de um contrato de concessão de terras a “Concessão Vargas”, com aproximadamente 25 mil hectares, entre o rio Uruguai e o rio Chapecó, no atual município de Guatambu. Os fluxos populacionais impulsionados pela colonizadora eram em sua maioria de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul e dedicavam-se a extração da madeira e industrialização de erva-mate. A madeira era transportada pelo rio Uruguai, pelo Porto Chalana – Guatambu, para Argentina, onde era comercializada (Corá; Oliveira, 2010).

Figura 2 – Subprefeitura de Guatambú na década de 1950



Fonte: Centro de Memória do Oeste – CEOM

Guatambu até o ano de 1991 era um distrito da cidade de Chapecó e devido a disputas políticas no ano de 1921 recebeu o nome de Lauro Muller, em homenagem ao governador de Santa Catarina, passando a se chamar Guatambu somente 1938 quando é elevado à categoria de Vila<sup>2</sup>. De acordo com o site do IBGE o território do atual município de Guatambu era conhecido como Fazenda Faxinal do Tigre e tinha abundância de madeira para exploração. O território supostamente era de fácil acesso para a fuga de foragidos da Revolução Federalista (1893), bastando atravessar o Rio Uruguai. Devido a isso havia na região vários indivíduos oriundos do Rio Grande do Sul, identificados como fora-da-lei.

Os conflitos não se limitavam somente ao território, mas também as diferentes culturas que coexistiam nessa região, ou seja, é um local de encontro e desencontro. Levando em consideração o conceito de fronteira utilizado pelo sociólogo José de Souza Martins compreendemos a fronteira como ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Martins

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/guatambu/historico>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

afirma que é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra, se desencontra. A fronteira não se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano (Martins, 2016, p. 11).

De acordo com Arlene Renk e Priscila Fernanda Rech Confortin:

É no confronto com o migrante colonizador que se contrastam as diferenças estabelecem as fronteiras étnicas, a fricção étnica, gestando-se o processo de minoria étnica agudizando a subalternidade e seus efeitos concretos, como a perda do modo de vida, do território e da territorialidade. A questão mais crucial é o cerceamento do acesso à terra nos modos realizados tradicionalmente e a retirada das áreas ocupadas, a limpeza destas para a venda (Renk; Confortin, 2017, p. 141).

O que fica evidente quando nas primeiras páginas de seu artigo Wenceslau de Souza Breves destaca que “ a antiga população cem por cento brasileiro de quatrocentos anos, foi absorvida quase que completamente pelos brasileiros de origem estrangeira recente, os elementos coloniais”, e que os costumes caboclos foram substituídos por hábitos mais progressistas dos brasileiros de origem europeia (Breves, 1985), os caboclos foram estigmatizados e sua cultura vista como inferior comparada a dos imigrantes e migrantes.

Em 1850 foi elaborada a Lei nº 601, de 18 de setembro (Lei de Terras), que normatizou e regulamentou o acesso e a apropriação da terra, via compra. Desse momento em diante o acesso às terras no Brasil passou a ser feito somente via compra, exceto as chamadas terras devolutas e as fronteiriças com países vizinhos em uma zona de cerca de 10 léguas, que poderiam ser concedidas gratuitamente (Brasil Império, 1850). A concessão de terras passou a ser uma estratégia do governo Imperial para assegurar a posse e garantir a defesa dos limites territoriais e da

região de fronteira, além de promover a colonização de áreas consideradas “vazios demográficos”.

Figura 3 – Moinho em Guatambú na década de 1940



Fonte: Centro de Memória do Oeste – CEOM

O Oeste de Santa Catarina era sinônimo de “terra sem lei”, “sem dono”, e se constituía na última fronteira do estado a entrar no modelo colonizador e civilizador (Radin, 2009, p. 45). Como fica evidente no Relatório elaborado por Arthur Ferreira da Costa na visita do então governador Adolfo Konder ao Oeste de Santa Catarina, no ano de 1929:

Um dos grandes flagelos do Oeste Catarinense, como do Nordeste brasileiro, é o banditismo no sertão. As estradas e picadas estão macabramente povoadas de túmulos, em parte da zona que percorremos. São resultantes de motivos políticos, questões de terra, assuntos de honra, e em menor escala, do roubo (Costa, 2005, p. 60).

Ou seja, a região era considerada como um vasto deserto e paraíso da criminalidade, devido a isso, houve a elaboração de um Convênio “Policial do Irahý”, com o estado do Rio Grande do Sul, visando a repressão desse banditismo (Radin, 2009).

Os caboclos e os posseiros não eram representados e nem protegidos pelo Estado, devido a isso desenvolveram mecanismos de resistência contra a expropriação das colonizadoras, podendo ser mais ou menos violento dependendo do contexto e da região. Também resolviam as questões de honra de uma forma arbitrara, como fica evidente no caso da briga entre os Cabral e os Lara onde devido a desavenças, um Lara matou um dos Cabral. Estes por vingança mataram um dos Lara, e assim sucessivamente até que os Lara mataram todos os descendentes dos Cabral (Pereira, 2004).

Chapécó em seus primeiros anos era marcada por uma política-administrativa instável, pois o governo municipal era indicado e nomeado pelo poder estadual, o isolamento, a distância da capital estadual e os desmandos das autoridades locais só agravavam ainda mais a situação (Vicenzi, 2008).

O Oeste catarinense era vista como um “grande vazio demográfico” que necessitava ser ocupado efetivamente (Radin, 2009, p. 49), ou seja, o governo estadual, representado nesse momento por Breves queria a colonização efetiva desse território, e sua incorporação ao processo produtivo almejado pelos governantes, e a figura do caboclo não era indicada para tal colonização, como fica evidente no relato de Arthur Ferreira da Costa “os colonos demandarão aquelas regiões privilegiadas para a compensação do trabalho. Com eles fugará o banditismo” (Costa, 2005, p. 64).

De acordo com Breves:

Havia entre os caboclos de Chapécó, a respeito de terras, uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusamento com posse. Para eles, o fato de se estabelecerem com um pobre rancho e uma pequena roça em terras do Estado ou de particulares, lhes dava o direito de propriedade (Breves, 1985).

Ou seja, os caboclos ocupavam as terras através da posse e não da propriedade legal, o que favorecia a desapropriação. Os caboclos eram chamados de intrusos, pois ocupavam as terras, mas não eram proprietários legítimos, ou seja, não possuíam título de propriedade (Marquetti, 2011).

### De acordo com Victor Antonio Peluso Junior:

[...] injustiças foram também cometidas pelos homens do governo, realizando as concessões de terras com absoluto desprezo pelos direitos dos posseiros. Esta gente passou, mercê da omissão dos governos que tinham o dever de lhes dar proteção, a intrusos em suas próprias terras. Em todas as colônias estavam presentes, como ocupantes ilegais, os antigos moradores que habitavam e tinham desbravado a região (Peluso, 2006).

Os caboclos e os posseiros não tinham condições para conhecer e reconhecer territórios diante do Estado, pois contavam com as dificuldades postas pelas autoridades e grandes proprietários, o desconhecimento da lei, a falta de meios para pagar os pleitos, a falta de representatividade política entre outras, que dificultavam e impediam esse reconhecimento (Vicenzi, 2008). Além disso, grande parte dessa população não possuía existência civil, ou seja, registro de nascimento ou algum vínculo com o Estado (Renk, 2005). Produziam somente para sua subsistência, pois o mercado consumidor era pequeno, portanto, havia pouca circulação de dinheiro. Dificilmente conseguiriam adquirir terras e pagar as prestações que o Estado exigia (Breves, 1985). A expulsão dos posseiros desse território evitaria possíveis conflitos com os colonos migrantes instalados.

Outra questão que demonstra o conflito cultural entre os imigrantes e migrantes com os caboclos era a forma de uso da terra pelos caboclos, com suas capoeiras e criação de animais soltos, vista como incompatível com a agricultura praticada pelos colonos, pois possíveis incursões desses animais nas lavouras causariam danos, gerando tensões entre as populações (Silva; Brandt; Moretto, 2017).

Os colonos que compravam essas terras, através de título, conforme a Lei de Terras, queriam que a propriedade estivesse limpa, sem moradores. Portanto os caboclos e indígenas foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos pelo Governo. A necessidade de titulação das terras atendia aos interesses dos latifundiários e posteriormente das companhias colonizadoras e dos próprios colonos, ou seja, a concepção da terra como propriedade passou a prevalecer, gerando inúmeros conflitos (Radin, 2009).

Breves ressalta que os caboclos supostamente teriam manifestado má vontade com os colonos de origem estrangeira, pois:

Os métodos de trabalho destes, a constância, a organização, tudo isso que trazia a estes tão rapidamente a prosperidade, enquanto eles, caboclos, continuam naquela pobreza, irritava-os, enchia-os de despeito. Não queriam a sua vizinhança porque não queriam motivos de comparação. Muitos já ameaçavam ir embora para o Paraná ou mesmo para o Mato Grosso, visto que iam ficar apertados entre aqueles gringos que aí vinham (Breves, 1985).

De acordo com Arlene Renk isso ocorreu, pois, o processo de colonização e expropriação de suas terras resultou na etnogênese dos “brasileiros”, que passaram a se “diferentes”, a chegada dos colonos descendentes de imigrantes instaurou um novo tempo (Renk, 2005, p. 115). No início do século XX boa parte da intelectualidade brasileira fundamentava suas percepções no Positivismo, Evolucionismo e no Darwinismo Social, com isso produziam justificativas por preterir as populações nativas, caboclas e negras e a opção pelo estímulo à vinda de imigrantes da Europa central (Radin; Vicenzi, 2017, p. 67). Breves, como representante do Estado, estigmatizava as populações nativas como inadequadas para o projeto de colonização, sempre colocando caboclos e colonos em contraposição.

As representações construídas sobre os caboclos contribuíram para que fossem gradativamente marginalizados, servindo como justificativa em relação a apropriação privada da terra (Radin; Vicenzi, 2017). A colonização desencadeou um processo de espoliação dos povos indígenas e caboclos (Radin; Vicenzi, 2017). De acordo com Arlene Renk:

Nenhuma colonizadora gostaria de ter em suas áreas os chamados intrusos por “inflacionar” o preço de suas terras. Nos confrontos, nas intimidações e nas práticas de “limpeza das terras”, atribuíam aos posseiros brasileiros categoremias depreciativos, como serem de índole turbulenta e belicosa. Para qualquer empreendimento imobiliário não seria um atrativo, podendo comprometer os negócios das colonizadoras (Renk, 2005, p. 119).

Com relação a um desses conflitos destacamos o que ocorreu no ano de 1922 na Fazenda Faxinal do Tigre, atualmente Guatambu. Isaac Pan e Rodolfo Fin fizeram uma reclamação a Wenceslau Breves, que era

membro da Comissão Técnica discriminadora de Terras do Estado, sobre a presença de cerca de 200 indivíduos em sua propriedade.

Breves denomina esses indivíduos de “intrusos” advindos em sua maioria do Rio Grande do Sul. Esse processo de intrusão se apresenta diferente dos demais ocorridos na região onde os intrusos eram pessoas que viviam no território a bastante tempo. Os intrusos da Fazenda Faxinal do Tigre teriam chegada no final do século XIX e início do século XX e foram trazendo suas famílias, por isso o número elevado de pessoas. Esse território serviu como refúgio para as pessoas que procuravam escapar do controle do estado, no caso da Revolução Federalista (1893-1895), e da Guerra do Contestado (1912-1916) (Silva; Rosa, 2010, p. 140), os indivíduos poderiam ser remanescentes dos conflitos, devido a isso Breves destaca a possibilidade de serem foragidos da Justiça. Por ser um território com pouca presença do governo, facilitava tais migrações.

Isaac Pan e Rodolfo Fin possuíam um registro de compra do ano de 1854, ainda durante a jurisdição do Paraná, o qual foi apresentado juntamente com o título, planta, memorial das terras (Breves, 1985). Não se sabe da veracidade desses documentos, pois como dito anteriormente esse território foi concedido aos mesmos pelo Governo de Santa Catarina, visando a Colonização, mas de acordo com Breves essa documentação demonstrava a legitimidade da posse dessas terras por parte de Pan e Fin, ainda de acordo com Breves “davam-se por isso constantes atritos, e quem menos mandava na fazenda eram os seus legítimos proprietários” (Breves, 1985, p. 26). Ou seja, Breves acreditava na veracidade dos documentos apresentados, e se posicionou a favor dos migrantes.

Os indivíduos que havia ocupado a fazenda afirmavam que a demarcação do território não havia sido fechada, sendo assim, Breves solicitou uma verificação da marcação e uma audiência foi marcada. Isso ocorreu muito na região, pois a falta de demarcação dos lotes favorecia as empresas colonizadoras, que desapropriavam indígenas e caboclos.

Breves utiliza o termo caboclo com uma conotação pejorativa, para referir-se as pessoas que viviam no campo, resultado da mistura, ora entre índio e negro, ora entre o índio e o branco, sendo uma conceituação muito mais social do que racial. O caboclo não era reconhecido como ente político e social pelas autoridades, que não reconheciam seus direitos de posse e sua forma de trabalho (Radin; Corazza, 2018). Os caboclos eram os brasileiros antigos, sendo a maioria da população, dedicada a pequena agricultura ou a trabalho assalariado. Homens da mesma origem, mas que tivessem alcançado uma melhor situação econômica e social deixavam de ser designados como caboclos (Breves, 1985), o que ressalta o caráter social do termo.

A intrusão era uma forma ilegal de ocupação da terra. Intrusos eram colonos nacionais ou descendentes de imigrantes que não possuíam condições de adquirir terras nos moldes ditados pela Lei de Terras, que se estabeleciam em terras devolutas ou em terras não aproveitadas (Tedesco; Caron, 2012). Breves quando se refere a intrusos está aludindo aos caboclos que viviam na região, os descrevendo de uma forma pejorativa no decorrer de todo texto. Os caboclos eram vistos como atrasados e incapazes de incorporar o papel de desenvolvedores da agricultura do Estado, pois possuíam técnicas agrícolas consideradas obsoletas (Tedesco; Caron, 2012). No final do século XIX e no século XX, prevaleciam nas ciências sociais representações negativas sobre etnia, tanto com relação aos brasileiros, mestiços, caboclos e indígenas (Radin, 2009).

De acordo com Breves os caboclos em geral não pensavam em ser proprietários, sendo ideal continuar como intrusos, pois assim continuariam não pagando impostos, não teriam a obrigação de construir uma boa casa ou uma boa roça, pois estariam ali provisoriamente, tendo a facilidade de se mudar quando quisessem (Breves, 1985). Ao mesmo tempo que destacavam que os caboclos não queriam ser proprietários, não davam condições para que de fato se tornassem, não levavam em conta o modelo de vida adotado pelos mesmos e nem a falta de um mercado consumidor desenvolvido para geração de renda.

Outra questão que aborda é a suposta falta de interesse dos caboclos em comparecer nas audiências para requerer terras, ressaltando que os que requeriam deixavam caducar os requerimentos (Breves, 1985, p. 32). Fica evidente que Breves era a favor das colonizadoras, dos migrantes e o direito de propriedade, o fato de não irem as audiências só reforça a ideia de que não tinham condições econômicas de adquirirem os lotes.

Breves marcou uma reunião para o meio-dia e compareceram cerca de 80 caboclos supostamente embriagados, requerendo as terras que ocupavam. A suposta embriaguez apresentada por Breves era mais uma forma de desqualificar o caboclo e de refutar o seu interesse em ter a posse de terra, os representantes dessa maneira eram uma forma de reforçar a questão de que não eram os indicados para o desenvolvimento da região. Porém, não houve acordo, pois, os “intrusos” não queriam renunciar às terras e nem seus “legítimos donos”. Como não houve acordo a ata foi encerrada, porém os caboclos presentes se recusaram a assinar.

Na questão da Fazenda Faxinal do Tigre, Breves destaca um bando de cerca de 20 ou 30 homens, que após a audiência se aproximaram da barraca do agrimensor, aos gritos, supostamente dando vários disparos no ar, liderados pelo “velho” Simão de Almeida, “de barbas e cabelos brancos, surpreendeu-me a agilidade com que montava e a voz firme e dura com que gritava” (Breves, 1985, p. 28), estava acompanhado de seu irmão, André e de seu filho, supostamente marcado por cicatrizes de golpes de facão. Breves descreve a cena da seguinte maneira:

Esta cena é muito comum em fitas de *Far-west* (faroeste), mas quem nunca viu na realidade e sendo o alvo principal dos atores, não pode fazer ideia do minuto trágico que vivemos, quando se vê cercado de vinte ou trinta cavaleiros barbudos, com as fisionomias transtornadas pela exaltação e pelo álcool (Breves, 1985, p. 26).

Faroeste no Dicionário de Língua Portuguesa significa região violenta, onde há muitos crimes (Michaelis, 2008, p. 386), ao descrever a cena, Breves teve o intuito de classificar esses homens como violentos, e cita a aparência selvagem e embriaguez como um agravante, reforçan-

do o discurso pejorativo com relação aos caboclos, e reafirmando que o território carecia de um maior investimento na segurança pública, principalmente pela presença de imigrantes e migrantes, advindos com as Empresas Colonizadoras, a região não poderia ser mais “fora da lei”.

A contestação de Simão de Almeida era com relação a medição do território que foi marcado para o dia seguinte de manhã, o mesmo e seu bando exigiam a medição imediatamente. Breves diz o seguinte “Vi o perigo iminente. Qualquer passo em falso e seríamos estraçalhados em dois tempos. As fisionomias exaltadas daqueles homens e sua aparência selvagem não deixavam dúvidas”. Essa comparação que faz com relação ao selvagem é mais uma forma de reforçar seu discurso e demonstrar que essa região era dominada pela “alfombra selvagem”, mas que continha potencialidade de um futuro promissor, com o homem civilizado (Radin, 2009, p. 66).

Segundo Eli Maria Bellani, em entrevista realizada no ano de 1975:

Dante Travi, chegou a Chapecó em 1923, em companhia de sua sogra, para resolver problemas com as terras do sogro, Rodolfo Fin. Seu sogro, nos primeiros anos do século atual, havia comprado as terras. Uma série de percalços que enfrentou na região o fizeram abandonar em parte a propriedade. Com o falecimento de um filho, em situações não conhecidas da família, levou-o a passar uma procuração a terceiros para a venda das terras. Era sócio de Isaac Pan, em empreendimentos comerciais. Faleceu em novembro de 1979 (Bellani, 1991, p. 97).

A vinda de Dante Travi a região no ano de 1923 pode estar relacionada com os “intrusos” pois Rodolfo Fin era seu sogro. Breves não faz menção da presença do mesmo na resolução do Conflito e nem temos mais informações, tendo em vista que não obtemos a entrevista completa realizada por Bellani (1991).

Devido à pouca força policial presente na região, Passos Maia Delegado Especial, optou por não empregar força, devido a possibilidade de surgir um violento conflito, portanto entraram num “acordo” com Isaac Pan e Rodolfo Fin, onde ficou acordado que deveriam vender um lote a cada intruso pelo preço que o Governo vendia as suas terras e com longos

prazos de pagamento e dispor dos gastos necessários para garantir a manutenção da ordem.

De acordo com Breves, Severiano Barcelos foi nomeado subdelegado da região e contratou cerca de quatro homens para garantir a medição dos lotes, já Passos Maia, chamou chefes de um clã denominado Almeida (Breves, 1985, p. 29). Fica evidente que tinham receio de um possível conflito com os caboclos contrários a medição dos lotes, por isso houve um reforço policial.

#### Sobre a resolução da intrusão na Fazenda Faxinal do Tigre:

Cerca de duzentas famílias, apenas cinco declararam querer comprar as terras que ocupavam. Os restantes queriam continuar naquele regime de intrusamento e declararam que pretendiam mudar-se. Desde esse dia, porém, tudo serenou em Faxinal do Tigre e os proprietários passaram a mandar no que era deles (Breves, 1985, p. 30).

Segundo Breves, tudo ocorreu bem, porém de acordo com Gracinda Clara Pereira Ramos há mais de 100 requerimentos de posseiros de Faxinal do Tigre que tiveram os seus pedidos recusados, em favor de Isaac Pan e Rodolfo Fin, protegidos pelo Agente do Distrito de Terras. A autora afirma que de acordo com a análise dos documentos a transação foi duvidosa (Ramos, 2006, p. 186), e levando em consideração o artigo escrito pelo mesmo fica muito claro o posicionamento de Breves com relação a essa questão. Alceu Antonio Werlang destaca que os pedidos foram indeferidos no ano de 1919, sob a alegação de não serem terras devolutas. Estas propriedades estavam dentro das grandes concessões feitas pelo Estado de Santa Catarina (Werlang, 2006, p. 32).

Em nenhum momento a colonizadora ou Breves analisou as formas distintas de culturas presentes, apenas atribuiu aos caboclos a denominação de intrusos e aos colonos de homens trabalhadores (Vicenzi, 2008, p. 67). Os intrusos ou posseiros representavam um obstáculo as atividades econômicas e mercantis. Apesar dessa tentativa de legalização das posses por parte do Estado e visível a falta de interesse para que isso ocorresse efetivamente. Posteriormente, com o decreto n. 21, de 5 de

março de 1925, foi estabelecido o prazo de até 31 de dezembro de 1925 para a regulamentação das ocupações ilegais, o que deixa claro que o objetivo era dar suporte legal a ação de despejo das colonizadoras (Werlang, 2006, p. 33).

As pesquisas sobre a colonização do atual município de Chapecó são expressivas, porém há uma necessidade de pesquisas relacionadas aos municípios menores que derivaram do “Velho Chapecó” como é o caso do município de Guatambu, a pesquisa aqui apresentada é inicial e tem por objetivo estimular que outros pesquisadores lancem um olhar sobre Faxinal do Tigre, bem como os demais municípios da região.

## **Considerações finais**

Breves afirma que a questão da intrusão na Fazenda Faxinal do Tigre foi resolvida pacificamente, porém sabe-se que os caboclos e posseiros continuaram tentando a posse dessas terras por meio de requerimentos, porém todos tiveram seus pedidos recusados em favor de Isaac Pan e Rodolfo Fin, protegidos pelo Governo Estadual na figura do Agente do Distrito de Terras. Os conflitos territoriais passaram para o âmbito legal, onde os posseiros tinham pouco ou nenhum amparo, pois eram estigmatizados de diversas maneiras pelo Estado e pelos migrantes descendentes de europeus que começaram a se instalar na região a partir de 1917.

Podemos concluir que as intrusões ocorridas na Fazenda Faxinal do Tigre no ano de 1922 foram intensas, pois cerca de 200 indivíduos, vindos do Rio Grande do Sul se instalaram no território contestado, e devem ser entendidas dentro do contexto no qual aconteceram. Este contexto está diretamente ligado ao processo de colonização da Fazenda Faxinal do Tigre. A falta de políticas públicas com relação aos posseiros, demonstra quem eram os indivíduos que o governo estadual queria para colonizar essa região, o que fica bem claro com o posicionamento de Wenceslau Breves no decorrer do artigo.

Breves reproduziu em seu texto os anseios do Governo do Estado de Santa Catarina com relação a colonização, vendo os caboclos e moradores nativos como um empecilho para o desenvolvimento regional e por várias vezes os “novos” ocupantes da terra reproduziam os mesmos valores. De acordo com o relato de Breves podemos concluir que as 195 famílias que não legalizaram suas poses foram forçadas a procurar pequenas áreas mais distantes, pois não podiam permanecer devido ao novo contexto econômico,

Com a presença de Companhias Colonizadoras na região, o número de migrantes e imigrantes aumentou, o que ocasionou contato entre os diferentes grupos étnicos, e nessa coexistência se produziram inúmeras tensões. Tensões essas voltadas principalmente ao processo de apropriação privada da terra e pela forma como um grupo via o outro. Os diferentes modos de produção dos caboclos e imigrantes criaram um profundo estranhamento entre as comunidades, engessando preconceitos sobre os caboclos, processo influenciado e determinado pelas colonizadoras.

## Referências

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 7-73, jan. 1985. (Acervo CEOM)

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). Florianópolis: UFSC, 1991.

CORÁ, Neusa. OLIVEIRA, Zelinda. **Porto Chalana**: Desafios e Conquistas a Saga de uma comunidade no interior do Município de Guatambu - SC. Chapecó: Gráfica Novo Século, 2010.

HASS, Monica. **O Linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Argos, 2007.

COSTA, A Ferreira. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. In: **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras: Chapecó: Argos, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A Política em Santa Catarina: posse, prioridade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1954-1912). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH**. São Paulo: Julho, 2011.

MARQUETTI, Dêlcio. Entre vinganças, punições e omissões: breve análise da criminalidade e do exercício da justiça no oeste de Santa Catarina, na Primeira metade do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jun.2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MICHAELIS. **Dicionário prático da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

ONGHERO, André Luiz. Patrimônio Escola Comunidade: Caxambu do Sul, **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 22, n. 31, p. 459-472, 2010.

PEREIRA, Gilberto Schreiner. **As cidades gêmeas**. Blumenau S/C: Odorizzi, 2004.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. “**Um desejo de cidade**”, “**um desejo de modernidade**” (Chapecó, 1931-1945). 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 19, n. 23, p. 149-187, 1995.

RADIN, José Carlos. **Representações da Colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos. CORAZZA, Gentil. **Dicionário Histórico-Social do Oeste Catarinense**. Chapecó: Ed. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018.

RADIN, José Carlos. VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André L.; RENK, Arlene; SALINI, Ademir M. **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In RADIN, José C; VALENTINI, Delmir J; ZARTH Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015. p. 163

RAMOS, Gracinda C.P. **A Formação do Território de Santa Catarina com base na concessão de Terras Públicas**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RENK, Arlene. **A luta da erva: Um ofício da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. CONFORTIN, Priscila. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André L.;

RENK, Arlene; SALINI, Ademir M. **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

RENK, Arlene. O conhecimento do território a Bandeira de Konder. In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras**: Chapecó: Argos, 2005.

SILVA, Augusto da. ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 18, p. 139-160, 2010.

TEDESCO, João C; CARON, Marcia. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho- 1927-29: o caso do “bando de João Inácio”. **Estudos Ibero-Americanos**: Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 161-185, jan/jun. 2012.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WAGNER, A. E... **Chapecó levantou vôo**. Florianópolis: De Letra, 2005.

WERLANG, Alceu A. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

# A compasso e taquara: o domínio da vida e a ruína do progresso no Parque Florestal Manoel Enrique da Silva (Irati-PR): 1950-1960<sup>1</sup>

Ancelmo Schömer

## Introdução

A partir do conceito de colonialidade (a parte invisível e constitutiva da modernidade), tal como discutido desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, por Aníbal Quijano e, posteriormente por Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh e Héctor Alimonda, este texto procura discutir como se deu a colonialidade do poder, saber, do ser e da natureza no processo de constituição do Parque Florestal Manoel Enrique da Silva, atual Floresta Nacional de Irati. Como fontes, temos os relatórios produzidos pelo seu silvicultor Ernesto da Silva Araújo, e enviados à Delegacia Regional do Instituto Nacional do Pinho (INP) em Curitiba entre 1950 e 1960. Além desses documentos, estudamos 34 formulários impressos pelo INP, aqui denominados FINPI, para preenchimento de informações a respeito dos talhões plantados no Parque entre 1950 e 1957 com *Araucária angustifolia* (pinheiro-brasilei-

---

<sup>1</sup> Texto apresentando como requisito para ascensão de nível, de Professor *Adjunto D* para Professor *Associado*, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em agosto de 2020. Os documentos pesquisados estão arquivados no Centro de Documentação da UNICENTRO (CEDOC), Campus Universitário de Irati, a quem agradecemos na pessoa da Arquivista Márcia Doré.

ro ou pinheiro-do-paraná). No texto mostramos como a silvicultura científica pretendeu, nem sempre com sucesso, ordenar um espaço tido pelo silvicultor como primitivo. Nos processos de plantação de Araucária, a natureza foi reduzida ao valor terra, isto é, uma mercadoria. Além disso, sua diversidade foi limitada ao valor de apenas uma espécie de valor comercial. Assim, a monocultura foi a base fundamental desse modelo, onde ecossistemas complexos foram transformados em agroecossistemas simplificados e manejados por um administrador.

## Colonialidade

No artigo Colonialidade e modernidade-razionalidade, de 1989, Aníbal Quijano vincula a colonialidade do poder nas esferas política e econômica à colonialidade do conhecimento. Segundo ele, a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista,

[...] e baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como a pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivos, da existência cotidiana e em escala social (Quijano, 2014, p. 285).

A colonialidade seria, então, o modo mais geral de dominação no mundo atual, haja vista que o colonialismo como ordem política explícita foi destruído com os processos de descolonização. Porém, essa destruição não esgota as condições e nem as formas de exploração e dominação que existem entre as diversas populações do globo. Colonialidade é, assim, diferente de colonialismo.

De acordo com Ballestrin (2003, p. 99-100), o conceito de colonialidade possui uma dupla pretensão. Por um lado, denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais. Por outro lado, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade.

Dir-se-ia que a modernidade implica a colonização do tempo pelo europeu, isto é, a criação de estágios históricos que conduziram ao advento da modernidade em solo europeu. (...) O que o conceito de modernidade faz é esconder, de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso. É por isso que, na maioria das vezes, aqueles que adotam o discurso da modernidade tendem a adotar uma perspectiva universalista que elimina a importância da localização geopolítica. (Maldonado-Torres, 2008, p. 84)

Para Mignolo (2017, p. 2), a colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. Assim, a colonialidade foi concebida e explorada por Mignolo (2017) como “o lado mais escuro da modernidade”. A tese básica, no universo específico do discurso tal como foi especificado, é:

[...] a “modernidade”<sup>2</sup> é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 2).

De acordo com Walsh (2008, p. 136), a colonialidade concentra sua autoridade em quatro áreas ou eixos entrelaçados: do poder, do conhecimento, do ser, e da mãe natureza e da própria vida.

O primeiro eixo refere-se ao estabelecimento de um sistema de classificação social baseado na hierarquia racial e sexual, e na formação e distribuição de identidades sociais de superior a inferior: brancos, mestiços, índios, negros. É o uso da “raça” como um padrão de poder conflituoso e permanente que, desde a colônia até hoje, mantém uma escala de identidades sociais com o branco masculino no topo e os indígenas e negros nos degraus finais, este último como identidades homogêneas e negativas (Walsh, 2008, p. 136).

O segundo eixo, a colonialidade do conhecimento, é o posicionamento do eurocentrismo como uma perspectiva única do conhecimento, que

---

<sup>2</sup> Durante o período em que a dominação colonial europeia foi consolidada, estava sendo substituído o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, estabelecido como paradigma universal de conhecimento e relação entre a humanidade e o resto do mundo (Quijano, 1992, p. 14).

exclui a existência e a viabilidade de outras lógicas epistêmicas que não sejam a dos homens brancos europeus ou europeizados (Walsh, 2008, p. 137). A colonialidade do saber estaria representada pelo caráter eurocêntrico do conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial.

Essa categoria conceitual refere-se especificamente às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder. Nesse sentido, o eurocentrismo funciona como um locus epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento que, por um lado, universaliza a experiência local europeia como modelo a seguir e indicam seus dispositivos de conhecimento universalmente válidos.

A colonialidade do ser é aquela que é exercida através da inferiorização, subalternização e desumanização. Ela aponta a relação entre razão/racionalidade e humanidade, isto é, os mais humanos são aqueles que fazem parte da racionalidade formal, a racionalidade modernidade concebida a partir do indivíduo “civilizado” (Walsh, 2008, p. 138).

A colonialidade do ser proposta por Nelson Maldonado-Torres (2007), entende a modernidade como uma conquista permanente na qual o constructo “raça” vem justificar a prolongação da não ética da guerra, que permite o avassalamento total da humanidade do outro. O autor aponta a relação entre a colonialidade do saber e do ser, sustentando que é a partir da centralidade do conhecimento na modernidade que se pode produzir uma desqualificação epistêmica do outro. Tal desqualificação representa uma tentativa de negação ontológica (Quintero, Figueira, Elizalde, 2019, p. 7).

Além disso, a colonialidade do ser como categoria analítica viria revelar o *ego conquirro* que antecede e sobrevive ao *ego cogito cartesiano*, pois, por trás do enunciado “*penso, logo existo*”, oculta-se a validação de um único pensamento (os outros não pensam adequadamente ou simplesmente não pensam) que outorga a qualidade de ser (se os outros não pensam adequadamente, eles não existem ou sua existência é dispensá-

vel). Dessa forma, não pensar em termos modernos se traduzirá no não ser, em uma justificativa para a dominação e a exploração. (Quintero, Figueira, Elizalde, 2019, p. 7-8. Grifo no original).

O quarto eixo é a colonialidade da natureza. Para Walsh (2008, p. 135) ela

É a que se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não modernas, primitivas e pagãs as relações espirituais e sagradas, que conectam os mundos de cima para baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos.

A colonialidade na apropriação da natureza é entendida tanto como resultado da construção no interior da modernidade de formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o meio ambiente, quanto como expressão de processos concretos de expropriação territorial que sustentam a lógica prevalecente da acumulação capitalista e mantém em funcionamento o sistema-mundo colonial (Assis, 2014, p. 615), e que envolve, por exemplo, a produção de riquezas através das monoculturas, como no caso do Parque Florestal Manoel Enrique da Silva<sup>3</sup>, doravante Parque, salvo indicações no texto.

No Parque, é a silvicultura<sup>4</sup> científica<sup>5</sup> que orienta os trabalhos do silvicultor Ernesto da Silva Araújo. A silvicultura científica surgiu na Alemanha no final do século XVIII e fundamentou várias escolas de silvicultura em todo o mundo. Junto com esse processo caminhou outro: a da criação de reservas florestais sob o controle do Estado, que tinham como objetivo a produção madeireira.

---

<sup>3</sup> O nome foi uma homenagem ao ex-presidente do INP, e foi sugerida por Luiz Alberto Langer, Diretor Regional do INP no Paraná, em abril de 1946.

<sup>4</sup> Em 1713 nasceu a primeira escola de florestas do mundo, na Alemanha, que iniciou o período de mudanças nos sistemas silviculturais, focados na seleção de indivíduos, coleta de sementes, produção de mudas, melhoramento genético de usos de interesse, plantios planejados com fertilização e irrigação, com produtividade e estoques aumentados no final da intervenção (Zanetti, 2014).

<sup>5</sup> O rótulo de 'científico' atribui uma espécie de sacralidade ou imunidade social ao sistema ocidental. Enquanto metáfora, a monocultura mental talvez seja bem exemplificada no saber e na prática da silvicultura e da agricultura. A silvicultura "científica" e a agricultura "científica" dividem artificialmente a planta em domínios separados sem partes em comum, com base nos mercados isolados de bens aos quais fornecem matéria-prima e recursos (Shiva, 2003, p. 24ss).

Assim, na direção de uma produção sustentada de madeira, baseada numa ideia regular e sistemática da floresta, as obras de Georg Ludwig Hartig<sup>6</sup> (1764–1837) e Heinrich Cotta<sup>7</sup> (1763-1844) constituíram textos clássicos. Ambos desenvolveram uma metodologia de tratamento dos povoamentos, cuja prática florestal incluía o inventário, o cálculo da produção, a subdivisão, a regulação e organização das matas, que deveria ser geridas durante seu ciclo a partir de instrumentos mais eficientes de gestão e planejamento, tal como “a matemática florestal quantitativa”, elaborada com base nos três princípios quantitativos que moldaram o campo da ciência florestal: diversidade mínima, cálculo fiscal e rentabilidade assegurada (Ioris, 2014, p. 103). Esta perspectiva de gestão florestal científica levou à produção de florestas monocultoras (árvores da mesma espécie, da mesma idade, por exemplo), e que se tornaram um modelo a ser seguido para ordenar uma natureza desprovida de ciência, de simetria.

Neste texto, tomamos a silvicultura científica como um agente da modernização que reorganiza progressivamente os grandes domínios do mundo social e do mundo natural do Parque, sujeitando-os a novas formas de controle. Não apenas se planta Araucária angostifolia no Parque, como veremos logo abaixo. O que se pretende é por em prática uma nova forma de ver e pensar o mundo e seus recursos. Nela, as curvas, as ondulações e as cores são aplainadas. Os animais e os inços são eliminados. Árvores são derrubadas para se plantar outras árvores. temos, dessa forma, a coisificação e economização da natureza do Parque. Assim, através da silvicultura científica a natureza do Parque foi colonizada, isto é, seus ecossistemas foram reduzidos a madeira das espécies que têm valor comercial.

As terras do Parque foram adquiridas no âmbito da política do INP, desde o início dos anos 1940, para regular o preço da madeira e promover o empreendimento madeireiro através de apoio técnico e institucional. O

---

<sup>6</sup> *Anweisung zur Holzzucht für Förster* [Instruções para a criação de madeira para silvicultores]. Marburg, 1791.

<sup>7</sup> *Anweisung zum Waldbau [Directions for Silviculture], Dresden, 1817 e Verbindung des Feldbaues mit dem Waldbau oder die Baumfeldwirtschaft [The Connection of Agriculture with Silviculture or Economic Tree Cultivation]*, Dresden 1819-1822.

INP foi criado<sup>8</sup> pelo Governo Federal<sup>9</sup> em 1941 como Serviço do Pinho, e estava subordinado à Comissão de Defesa da Economia Nacional.

Logo após sua criação, o INP passou a funcionar em 5 escritórios regionais (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), além da sede no Rio de Janeiro. Na prática, porém, ele atendia aos interesses dos produtores, industriais e exportadores<sup>10</sup> de pinho de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a economia industrial do setor florestal estava em operação.

Em 1949, a sua Junta Deliberativa do INP determinou que metade de sua renda fosse aplicada nos programas de silvicultura, o que o levou a implantar, ao longo de cinco anos, nove estações florestais.

Inicialmente o INP tinha requerido áreas de terras dos Estados para a implantação dessas estações florestais, porém, a maioria das que conseguiu adquirir foi comprada, como no caso da primeira Estação Florestal, implantada em Capão Bonito, em São Paulo. Assim, diante do desenvolvimento das atividades e o correspondente aumento da receita, o INP instituiu uma política de aquisição de terras, a partir de 1943, e de organização de planos de reflorestamento para cada Estado<sup>11</sup>.

A aquisição das terras para a formação do Parque, em uma região de ocorrência natural da araucária, se deu em 1946. A Unidade<sup>12</sup> foi destinada à implementação de estudos e ensaios com a Araucária angustifolia com o objetivo inicial de avaliar e testar os métodos de plantio, espaça-

---

<sup>8</sup> Ele foi criado a partir do Decreto-lei nº 3.124, de 19 de março de 1941 e reorganizado com o Decreto-lei nº 4.813, de 8 de outubro de 1942.

<sup>9</sup> “(...) durante o período do colonialismo histórico, a exploração de bens primários foi levada a cabo através da mão visível da dominação política; agora está organizada por mecanismos de poder operados pela aparente mão invisível do mercado em associação com a destacada e necessária presença do Estado” (Coronil, 2000, p. 61).

<sup>10</sup> Isso estava explícito no Art. 1º do Decreto-lei nº 3.124-1941 e no Art. 2º Decreto-lei nº 4.813-1942.

<sup>11</sup> No caso do Paraná, o 1º parque a ser criado foi o Parque Florestal do Assungui, em 1942. Ele está localizado em Campo Largo e sua criação se deu a partir da doação, pelo Estado do Paraná, de uma área de 490,48 hectares.

<sup>12</sup> As primeiras atividades no Parque Florestal tiveram início em 26 de setembro de 1946, sob a coordenação do agrônomo Fernão de Lignac Paes Leme e do silvicultor Erwin Gröger e, a partir de 1949, de Ernesto da Silva Araújo, que foi o diretor da Unidade até o ano de 1978 (Munhoz; Brandalise; Ulhoa, 2013, p. 26).

mento, tratos culturais, gerando subsídios para os plantios em grande escala (Hosokawa et al., 1990, *Apud* Munhoz; Brandalise; Ulhoa, 2013, p. 25) No parque foram realizados plantios de araucária entre 1946 e 1959.<sup>13</sup>

## A ciência e a simplificação radical

As plantações de Araucária angustifolia, para além das preocupações econômicas do INP, são possibilidades de se colocar se ordenar o espaço. A diversidade de tempos, os tocos, as curvas, as ondulações, as cores, o inço, as formigas, as perdizes, a geadas, as vertentes de água, o sombreamento, o raizame e as taquaras, vão sendo substituídos pelas linhas<sup>14</sup> retas dos talhões. Como resultado, o que se pretendia era uma paisagem hegemônica, transformada conforme a imagem fabril procedente da indústria (Shiva, 2003), com marcado predomínio da linha reta e de figuras quadrangulares, próprias da geometria euclidiana. Os exemplos são os talhões.

Do ponto de vista técnico, por talhonamento se entende as atividades de divisão da área a ser plantada em unidades, denominadas talhões. Nesse processo medidas exatas de distanciamento das mudas são pré-definidas. No planejamento da área a ser plantada, a sua divisão deverá ser feita de tal forma que haja a seleção dos melhores locais para o plantio propriamente dito. Para tal devem ser avaliados a declividade do solo, a permeabilidade ou drenagem, a profundidade do solo, suscetibilidade à erosão e a fertilidade do solo. (Auer, s/d)

---

<sup>13</sup> Nas terras, contudo, já existia um pedaço de terra, depois denominado talhão 1, plantado com 25 mil covas pelo antigo proprietário, Alberico Xavier de Miranda.

<sup>14</sup> Para Pierre Bourdieu, “o *regere fines*, o ato que consiste em ‘traçar as fronteiras em linhas retas’, em separar ‘o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro’, é um ato *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade [...]. (Bourdieu, 2000, p. 114. Grifos no original)

Mas, mais do que a divisão, planejamento e seleção de áreas de um terreno a ser plantado em unidades, o talhão é a expressão da matemática da terra. A matemática é efeito e agente de uma forma de pensar e, portanto, uma forma de se colocar e de operar no mundo. É a linguagem matemática dos talhões que materializa, neste contexto, o modo como ela serve ao capital, possibilitando o aproveitamento da natureza ao máximo, e levando ao mínimo os custos de produção.

Ao analisarmos o FINPI<sup>15</sup> do talhão 21, sabemos que ele foi plantado em junho de 1953 com 206.842 covas de Araucária angustifolia. De acordo com o documento o seu terreno era de campo sujo, com ocorrência de vassourinha<sup>16</sup> e árvores mais grossas, que foram derrubadas a trator. Uma parte do terreno foi roçada, queimada, arada e gradeada profundamente. Outra parte foi roçada, queimada e destocada, sendo também arada e gradeada a trator.

Percebemos, pelo exemplo acima, como este terreno passou por um processo de esquadrinamento, de quadriculamento (Foucault, 2004): de terreno composto com capoeira grossa ele se transforma em talhão. No conjunto de operações pelas quais passou, podemos dizer que ele foi matematizado<sup>17</sup>. Vejamos: ele é escolhido<sup>18</sup>, desbravado, roçado, destocado, encoivarado<sup>19</sup>, queimado, gradeado, piqueteado, alinhado<sup>20</sup>, coveado e, finalmente, plantado.

<sup>15</sup> A relação dos FINPIs analisados estão abaixo, no item Fontes Oraís.

<sup>16</sup> Família: Asteraceae, Espécie: Baccharis semiserrata DC, Nome popular: vassoura-tupichava.

<sup>17</sup> A ilusão de iluminar o mundo, de representá-lo como fidelidade e exatidão, de modelá-lo e ordená-lo matematicamente até alcançar a verdade, tem reproduzido simultaneamente uma realidade deslocada que desnaturaliza a natureza, transformando-a artificialmente (...) (Giraldo, 2018, p. 34-35).

<sup>18</sup> O levantamento das diversas áreas requer tempo: abertura de picadas e medição da superfície, medições e marcações das árvores etc. devendo ser realizado paulatinamente, por talhões de 20 a 25 hectares. (Araújo, 1950, p. 9)

<sup>19</sup> Coivara: do tupi *koybara*, ‘cata-paus de roça’ (*kó*, ‘roça’ + *yba*, ‘pau’ + *ar*, ‘cair’ + *a*). (Navarro, 2013).

<sup>20</sup> Alinhar: pôr(-se) ou dispor(-se) em linha reta, em fileira; enfileirar(-se). Como sinônimos de alinhar temos: tornar reto (ordenar, regrar, dispor, retificar, perfilar, endireitar, enfileirar, formar, arrumar e compor); embelezar (polir, adornar, embelezar, enfeitar, apurar, aperfeiçoar, arrumar e esmerar).

O talhão 11, plantado em maio de 1953, é outro exemplo da disciplina-  
rização do espaço no Parque. De acordo com o seu FINPI, esta área já havia  
sido plantada em 1947, mas o seu plantio foi destruído em 1952 pela geada.  
A leitura do documento indica que o plantio antigo havia sido feito em ter-  
reno bruto, composto de capoeiras e remanescentes de pinheiros. O plantio  
ficou vários anos sujo, coberto de vegetação arbórea com predominância de  
vassourinha, tupichava composta e tigüera<sup>21</sup>. Após desbravamento<sup>22</sup> total,  
com destoca a trator, aração e gradagem, ele foi replantado em 1953.

Como vemos, o processo de transformação do terreno em talhão, me-  
diado pela técnica, foi longo. Iniciou em 1947, quando foi plantado em  
terreno bruto, foi destruído pela geada em 1952, ficou abandonado al-  
guns anos, tempo no qual a vassourinha tomou conta de uma parte, e de  
outra parte, onde durante algum tempo foi plantado milho, tomou conta  
a tigüera e foi replantado em 1953.

As expressões utilizadas (terreno bruto, sujo, vassourinha, tupicha-  
va composta, tigüera) implicam “a observação de coisas e sujeitos que pa-  
recem abalar as classes estabelecidas – e é precisamente nessas frestas  
que se situam as poluições” (Douglas, 2010). Por outro lado, as expres-  
sões aração e gradagem indicam o seu aplainamento.

Douglas (2010) utiliza o exemplo da poluição e, em particular, de  
nossa percepção sobre o que conta como “sujo”. Segundo ela, nossas con-  
cepções sobre “sujeira” são “compostas de duas coisas: cuidado com a hi-  
giene e respeito pelas convenções” (Douglas, 2010, p. 19). Ela argumenta  
que a sujeira ofende a ordem, mas que não existe nada que se possa cha-  
mar de sujeira absoluta. A sujeira é “matéria fora de lugar” e “não vemos  
nada de errado com a terra que encontramos no jardim, mas ela ‘não está

---

<sup>21</sup> Tigüera (abati + guera) em tupi-guarani. Significa “o que foi roça de milho”.

<sup>22</sup> O desbravamento a trator compreende: destoca propriamente dito, remoção de mato e árvores em pé e arrastamento para barrocas ou aceiros do material imprestável. Quanto ao desbrava-  
mento manual corresponde às operações de ajuntamento de raizame e tocos pequenos para  
queima ou remoção por meio de carroças e mais ao trabalho auxiliar na derrubada de pinhei-  
ros e árvores de grande porte cujo trator HD-5 [“Allis Chalmers”, de esteira e equipado com  
“buldozer”] não consegue fazer sozinho (Araújo, 1954, p. 2). Bulldozer: lâmina frontal de aço  
reforçada e perpendicular ao chão, que serve para escavar e empuxar terra e qualquer outro  
material.

no lugar certo' quando a encontramos no tapete da sala" (Douglas, 2010, p. 12). Diante disso, o que está no lugar errado? A geadá, a vassourinha, a brutalidade do terreno, a tigüera, estão no lugar errado, haja vista que formam o caos ao qual se quer dar ordem.

Dessa forma, a construção do "outro" (ou "outros") como poluído e poluidor, é motivada pela necessidade de manter o sentimento de retidão, ordem e controle, e de colocar a sujeira no lugar certo, isto é, deve ser eliminada<sup>23</sup>. Assim, no lugar do caos, teremos a ordem.

Assim, os ecossistemas caóticos destas paisagens, na ótica do capital, vão sendo ordenados geometricamente por aparatos mecânicos que os aplainam, que os delimitam e os funcionalizam em claras porções aráveis, controláveis, para assegurar divisas<sup>24</sup> segundo os desígnios da valorização econômica e da cobiça da civilização capitalista (Giraldo, 2013, p. 34). Cria-se, então, uma floresta racionalizada, homogênea<sup>25</sup>, alinhada, retilínea, que se põe em marcha pelo domínio da racionalidade técnico-científica.

Para Francis Bacon (1561-1623), "ciência é poder", e um de seus objetos de domínio é a natureza, para o que é preciso conhecer o mundo natural. Mas só interessa conhecer o que tem utilidade, isto é, finalidade técnica. Ou, segundo Descartes<sup>26</sup>, chegar a um conhecimento que seja possível "utilizá-lo da mesma forma em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como senhores e possuidores da natureza".

---

<sup>23</sup> A limpeza se dava com a utilização do fogo, no caso de árvores, galhos, tocos e raizame, e de venenos (formicida bi-sulfureto de carbono, Brometo de Metila Blemco e o Cianogás), no caso das formigas.

<sup>24</sup> "Na linguagem de hoje, nós chamamos este novo tipo de sistema agroecológico de *monocultura*, significando uma parte da natureza que vem sendo reconstituída a ponto de produzir uma única espécie, que está sendo plantada na terra apenas porque em algum lugar há uma forte demanda de mercado por ela" (Worster, 2003, p. 35. Grifo no original).

<sup>25</sup> Essas plantações homogêneas formadas por árvores de uma única espécie não têm as características das verdadeiras formações florestais, uma vez que a "introdução de florestas cultivadas significa que muitas das funções ecológicas das matas e suas produções que servem para a vida humana e seus sustentos se perdem". (Alier, 2018, p. 161).

<sup>26</sup> "A partir de Descartes, a dúvida sobre a humanidade dos outros se torna uma certeza, com base na alegada falta de razão ou pensamento nos colonizados/racializados. Descartes fornece à modernidade os dualismos mente/corpo e mente/matéria, que servem de base para: 1) transformar a natureza e o corpo em objetos de conhecimento e controle; 2) conceber a busca pelo conhecimento como uma tarefa ascética que busca distanciar-se do subjetivo/corporal; e 3) elevar o ceticismo misantrópico e as evidências racistas, justificadas por um certo senso comum, ao nível da primeira e fundamental filosofia das ciências" (Maldonado-Torres, 2007, p. 145).

No sistema de administração científica, de acordo com Vandana Shiva, a diversidade orgânica é substituída pelo atomismo e pela uniformidade fragmentada, tal como os alinhamentos nas monoculturas. A diversidade tem que ser erradicada como uma erva daninha, e as monoculturas uniformes – de plantas e pessoas – têm que ser administradas de fora porque não são mais auto-reguladas e autogeridas. (Shiva, 2003, p. 33)

A natureza agora já não é aquela que controla os homens, agora se trata do seu inverso: o homem como “senhor e possuidor” da mesma. Consolida-se, com o advento da ciência moderna, o desejo pela ordem e pela criação de um método seguro, que garanta a chegada ao conhecimento e, justo por isso, o domínio humano sobre a natureza. (Henning, 2019, p. 769)

Como assegura Leff (2004), o conhecimento já não apenas nomeia, descreve, explica ou compreende a realidade. A ciência e a tecnologia moderna alteram, transtornam e desequilibram o mundo que buscam conhecer; intervêm na natureza, recodificando-a, capitalizando-a, sobre economizando-a, convertendo-a em um recurso<sup>27</sup> útil para a produção. (Leff, 2004, p. XIV)

No caso do Parque, por exemplo, isso valia para os pinheiros cientificamente plantados. Tocos e refugos de pinheiros explorados desordenadamente, ou pinheiros misturados com outras espécies de grande porte, embora de menor valor econômico, como imbuías, bracatinga, monjoleiros, canelas, cerejeira e araçá, por exemplo, representam a sujeira, um inconveniente. A sua limpeza ou derrubada são considerados um processo antieconômico, conforme podemos ler no Relatório de 1960. Além disso, Ernesto de Araújo dizia que, quando se pretende plantar em terreno de capoeira natural, deve-se eliminar todos os pinheiros existentes para facilitar a limpeza por meio do fogo (Araújo, 1960, p. 1ss).

Assim, como resultado deste processo, temos o que Tsing (2019, p. 59. Grifo no original) chama de “*ciência das plantations*”, cujo bem-estar é uma fórmula calculada a partir de cima e o dano colateral é esperado.

---

<sup>27</sup> “A silvicultura ‘científica’ reduziu o valor da diversidade da vida nas florestas ao valor de umas poucas espécies que têm valor comercial e depois reduziu o valor dessas espécies ao valor de seu produto morto – a madeira. (Shiva, 2003, p. 32).

Segundo ela, “nas plantations do agronegócio nós coagimos, mutilamos e simplificamos as plantas, de tal forma que elas não saibam mais como participar em mundos de múltiplas espécies” (Tsing, 2019, p. 44).

Vemos aqui, “nesta caminhada do sistema agroecológico capitalista, um movimento em direção à simplificação radical, a monocultura, que conjugou a ciência moderna e sua aplicação aos problemas agrícolas” (Worster, 2003, p. 35). Contudo, mesmo a tríade economia, ciência e tecnologia tendo sido fundamental na colonização da natureza (Achinte e Rosero, 2016, p. 29), de maneira geral, e no Parque de maneira particular, os problemas não deixaram de se fazer presentes.

Ao lermos os relatórios de Ernesto Araújo e os FINPIs dos talhões, nos deparamos com vários desses problemas, ou vulnerabilidades, como nos diz Worster (2003). Segundo ele, as vulnerabilidades inerentes à monocultura moderna incluem:

[...] um grau sem precedentes de suscetibilidades à doença, à depredação e às explosões populacionais de pragas; uma elevada instabilidade total do sistema; uma tendência constante do administrador humano em se arriscar por lucros de curto prazo, incluindo a aração do solo [...]; uma dependência crescente dos substitutos tecnológicos dos produtos das plantas e dos animais; uma dependência dos insumos químicos que muitas vezes têm sido altamente tóxicos aos humanos e a outros organismos; [...] (Worster, 2003, p. 38).

Ao longo dos documentos, encontramos vários exemplos dessas vulnerabilidades, sendo que a maior delas eram as formigas, cujas incontáveis tentativas de extinção representam um exemplo da luta constante do Silvicultor contra a natureza. No final não se sabe se “o silvicultor acabou com as saúvas ou se as saúvas acabaram com o silvicultor”<sup>28</sup>. O que sabemos é elas acabavam encarecendo a mão de obra, uma de suas reclamações. Assim, no caso das formigas, ele se via em um dilema: ou pagava para retirar tocos e juntar raizames, lugares propícios para seus ninhos, ou deixava os tocos e o raizame e pagava para extinguir os futuros formigueiros, serviço cada vez mais oneroso.

<sup>28</sup> A frase original, de Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), é: “Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil”. Ela foi imortalizada pelo personagem de Policarpo Quaresma, O Herói do Brasil, de Lima Barreto.

No primeiro relatório redigido por Ernesto da Silva Araújo, datado de 1950, ele fazia as autoridades saberem que:

São regulares os prejuízos provocados por formiga saúva e quem-quem nas plantações de pinheiro, principalmente na primeira fase de desenvolvimento; um operário é encarregado de combate às mesmas, o que é feito empregando-se bi-sulfureto de carbono<sup>29</sup> com máquina agri-defesa (Araújo, 1950, p. 3).

O talhão 20 foi plantado em junho de 1953 com 246 mil covas de Araucária angustifolia. Em novembro de 1955 foi feita uma contagem, que indicou a presença de 194.523 pés. Quatro anos depois esse número era de 110 mil. No seu FINPI podemos ler que ele “sofreu com as secas e também sofreu com a presença de formigas”. O talhão 10, de 8,5 hectares, foi plantado com 85 mil covas em julho de 1953. Três anos depois uma contagem indicou a presença de 38.584 pés, isto é, um percentual de falhas de 55%. O grande problema desse talhão, pelo que podemos ler no FINPI, foram as formigas: entre outubro de 1953 e fevereiro de 1956 foram feitas 9 tentativas de extinção. Outro talhão que teve problemas com as formigas foi o talhão 1, de 1953. Nele foram plantadas 36.900 covas de Araucária angustifolia, mas a “Presença forte de formiga cortadeira (saúva ou mineira) causou grandes estragos no início da germinação”.

Mas nenhum talhão sofreu tanto com as formigas quanto o talhão 13, de 1954. Ele era um “terreno de capoeira grossa com presença forte de taquara, plantado em agosto de 1954 com exatas 91.461 covas. Em 1959 restavam apenas 30.270 pés, ou seja, perda de 64%”. O problema se fazia notar de tal maneira que entre setembro de 1954 e março de 1958 foram 15 tentativas de exterminar a saúva e a quem-quem.

Outro problema recorrente eram as chuvas. Exemplos são os talhões 14 e 16, ambos plantados em 1950, com, respectivamente, 60<sup>30</sup> e 200<sup>31</sup> mil covas de Araucária angustifolia. Em uma folha anexa ao FINPI do talhão

---

<sup>29</sup> No ano de 1954 foram empregados o Brometo de Metila Blemco e o Cianogás.

<sup>30</sup> Uma contagem realizada em 1960 indicou 30.270 pés existentes.

<sup>31</sup> Em maio de 1952 foi realizada contagem dos pés, que indicou a presença de 78.600 indivíduos. Em janeiro de 1959, outra contagem indicou a existência de 25.304 pés.

14, podemos ler que “Nas manchas de represamento da água<sup>32</sup> das chuvas e vertentes houve perda total dos pinheiros nascidos. As insistências do replantio nestas manchas foram negativas”.

A partir do FINPI do talhão 16 sabemos que entre abril de 1952 e julho de 1959 foram realizados 3 desbastes nas zonas onde a densidade da chuva era forte. O talhão apresentava, porém, zonas em que as falhas são quase totais em decorrência do excesso de umidade por ocasião de chuvas abundantes<sup>33</sup>.

O erro na redação de uma frase encontrada no FINPI do talhão 14 poderia, eventualmente, ser creditado a um problema simples de concordância verbal. Contudo, ao analisar melhor a situação, somos levados a crer que não se tratava apenas disso. A frase é: “A insistência do replantio nestas manchas [de represamento de água] foram negativas”. A expressão “A insistência” indica que foi uma vez que se tentou replantar os pinheiros. Contudo, o final da frase (“foram negativas”) nos leva a pensar que foram mais do que uma tentativa. Assim, “insistência” e “replantio” caracterizam aquilo que Worster (2003, p. 38) chama de “tendência em apostar alto contra a natureza”.

Diante disso, nos perguntamos: que racionalidade é essa, quanto de científico existe na ideia de se plantar em áreas de represamento de água? E mais. Replantar na mesma área quando a primeira plantação morre? O que o Silvicultor estava tentando fazer? Seria a insistência no replantio, como nos chama a atenção Worster (2003, p. 38), uma constante aposta contra a natureza, “num esforço febril para evitar o insucesso”?

Outro exemplo desse “esforço fabril” é o talhão 18, plantado em junho de 1950 com 90 mil covas. Igual muitos outros terrenos, este também era de campo sujo, com parte de capoeira alta e uma parte baixa sujeita a estagnação de água em época de chuvas abundantes. De acordo com o

---

<sup>32</sup> O talhão 14 teve, ainda, “Grandes prejuízos causados por perdizes”.

<sup>33</sup> Em 1951 foram as secas que prejudicaram as plantações. O talhão 29, plantado em julho de 1951 com 140 mil covas de Araucária angustifólia, “teve grande perda após a 1ª limpeza, em dezembro de 1951, por conta da insolação forte, seguida de seca prolongada”.

documento, o “trecho de campo foi arado e gradeado com tração animal. A parte com capoeira foi roçada por baixo, sendo o inço queimado em caieira [...]”. Entretanto, o plantio foi abandonado em 1951, haja vista o grande número de mortes causadas pelo excesso de sombra. Este talhão também foi bastante prejudicado por formiga saúva e mineira.

Depois de passar por um investimento de tempo e dinheiro, o plantio no talhão 18 foi abandonado<sup>34</sup> por causa das “mortes causadas pelo excesso de sombra”. Além disso, ele também foi “bastante prejudicado por formiga saúva ou mineira”. Dessa forma, o abandono ou o completo replantio dos talhões, representa uma vitória de quem? Da racionalidade instrumental do Silvicultor ou da natureza? Nesse ponto, então, devemos concordar com Worster (2003, p. 38), quando diz que

[...] o outro lado deste impressionante sucesso [da monocultura] foi (e é) uma tendência em apostar alto contra a natureza, em elevar as apostas constantemente num esforço febril para evitar o insucesso – e por vezes, perder a aposta e perder muito.

Além das formigas, perdizes, taquara, geadas, tocos, raizame, tigüeira, enchentes, inços e o sombreamento, em 1959, ocorreu o ataque em vários talhões da *Laspeyresia sp.*,

[...] intensamente disseminada pelas zonas de ocorrência natural dessa conífera no Sul do Brasil. A larva penetra, quase sempre, no broto terminal dos pinheiros novos, abrindo uma galeria onde permanece até seu máximo desenvolvimento. O broto, quando atacado geralmente seca ou se quebra com o vento. Mesmo que a planta reaja, soltando novos brotos, ocorre um novo ataque a estes (Araújo, 1960, p. 9).

Segundo Ernesto Araújo, as primeiras observações da praga foram feitas em maio de 1959 quando do desbaste do talhão 17, plantado em 1950. Ele ressalta que em julho de 1958, quando foi realizado o 1º desbaste do talhão 20, de 1953, aparentemente, não havia presença do mal, e acredita que (...) “no período 1958/1959 algum fator ou um conjunto de fatores (entre eles, talvez, a escassez de produção de pinha) tenha ocor-

---

<sup>34</sup> Informação constante no relatório de 1961 nos diz que em 1960 foi realizada uma contagem neste talhão, que indicou 46 mil pés (Paes Leme, 1961, p. 2).

rido favoravelmente para um ataque mais forte da praga nos pinheiros novos” (Araújo, 1960, p. 9. Grifo nosso). Diante disso, como providência, ele resolveu eliminar os pés atacados, queimando-os nos aceiros. Medida empírica, segundo ele, que não impediu que o ataque aumentasse de intensidade (Araújo, 1960, p. 10).

A situação estava tão séria que o Ministério da Agricultura, mediante contrato com o INP, chegou a vir para Irati para realizar um tratamento nos plantios com povilhamento aéreo com helicóptero. Além disso, o Parque recebeu 40 toneladas de BHC [Hexaclorobenzeno] e 5 de DDT [Dicloro-Difenil-Tricloroetano].

O helicóptero chegou em 20 de outubro de 1959, mas não fez o polvilhamento, uma vez que o técnico da Defesa Sanitária Vegetal, Clóvis de Ruiz Beduin, depois de fazer alguns testes com polvilhamento manual, cujos resultados deram negativos, determinou a volta de todo o equipamento do Ministério da Agricultura que se encontrava no Parque. Logo depois a “situação de vários talhões atacados melhorou bastante, tendo havido uma redução sensível da praga” (Araújo, 1960, p. 10). Não sabemos os motivos desta redução, mas sabemos que a praga voltou a atacar, “depois de estar aparentemente desaparecida”, em 1960 (Paes Leme, 1961, p. 4).

## **A colonialidade do ser e do saber**

Em 1950 foi redigido o primeiro relatório, a respeito da situação do Parque, pelo silvicultor Ernesto Araújo. Na página 2 do relatório lemos que:

Primitivamente, a área da fazenda era coberta de maciços florestais que continham pinheiros, imbuia, cedro, herva-mate e outras essências em menor quantidade, exploradas intensamente durante os últimos 20 anos, restando desta derrubada, hoje, capoeiras altas e alguns remanescentes de Araucária e Phoebe porosa deixados por imprestáveis para a serraria (Araújo, 1950, p. 2).

Logo de início Ernesto Araújo nos diz que “Primitivamente, a área era coberta [...]”. Do que ela era coberta nós sabemos pelo relatório, mas não sabemos a o que, exatamente, se refere o “primitivamente”. Poderia ser, em hipótese, anteriormente? Nesse caso, a que, ou qual, anterior ele se referia: a um passado muito distante ou ao tempo mais próximo, que seria possível ver seus vestígios logo após a compra das terras pelo INP? Ao longo deste, e de outros relatórios, somos levados a crer que o “primitivamente” estava mais perto do que pensávamos. Na verdade, o Silvicultor empreendeu uma batalha pessoal contra tudo o que ele considerava primitivo, seja dentro ou fora do Parque, em um processo de “colonialização de tudo”<sup>35</sup>.

Continuando a leitura do relatório, sabemos que os maciços florestais “continham pinheiros, imbuia, cedro, erva-mate e outras essências em menor quantidade” e que “foram explorados intensamente nos últimos 20 anos”, ou seja, desde meados da década de 1920. E mais. O que restou dos maciços florestais foi “deixado por imprestáveis para a serraria”. O que existe antes da compra das terras pelo INP, mesmo que tenha sido feito sob uma lógica de exploração intensa ou desordenada, como ele diz em outros relatórios, tal como feito pelas serrarias, é descaracterizado: o que importa é a nova racionalidade, a racionalidade da gerência, da uniformização, do quadriculamento, do plantio e da exploração ordenada.

Além disso:

Antes da aquisição pelo INP a fazenda foi ocupada em várias áreas com culturas agrícolas esporádicas. A parte da fazenda que era de propriedade dos Chuchene apresenta grande área coberta por campo nativo que foi usada como pastagens de engorda do gado e, portanto, submetida anualmente ao fogo (Araújo, 1950, p. 2).

Aqui, novamente, assim como da utilização da expressão primitivamente, acima, temos a sua tentativa da marcação dos tempos: o que

---

<sup>35</sup> “[...] a colonialidade poderia ser considerada um discurso e uma prática que prega simultaneamente a inferioridade natural dos sujeitos e a colonização da natureza, que marca certos sujeitos como dispensáveis e a natureza como pura matéria-prima para a produção de bens no mercado internacional” (Maldonado-Torres, 2007, p. 135).

havia antes eram as culturas esporádicas, pastagens de engorda do gado e terras submetidas ao fogo. O que temos agora é a racionalidade da silvicultura científica e a busca da lucratividade, expressas na monocultura de Araucária angustifolia e na geometria dos talhões.

Não sabemos quais culturas esporádicas eram plantadas. Teria sido esquecimento do Silvicultor? Ou seriam tão insignificantes que não merecem sequer serem mencionadas? Contudo, mesmo que as culturas esporádicas fossem feitas pelo antigo proprietário da fazenda, não invalida a sua ideia: o que foi feito “antes”, pelo “antigo” proprietário, não conta. Talvez, no máximo, sirva para indicar o que não deva ser feito daqui por diante: pastagens e engorda de gado.

Contudo, primitiva era, ainda, a forma como a antiga administração fazia os registros da então Estação Florestal. Assim, podemos notar também certo desprezo, ou quem sabe, desconfiança, pela forma como o Parque foi administrado antes dele. Nos parece que tudo estava a ser feito nas terras, e que a administração anterior deixou muito a desejar. É a partir de sua administração, por exemplo, que os talhões são registrados, bem como os trabalhos neles realizados passam a ser devidamente registrados<sup>36</sup> e relatados à Diretoria Regional do INP, em Curitiba.

A frase do relatório “Entretanto, os dados relativos ao período anterior à nossa gerência são baseados em informações colhidas aqui e ali” (Araújo, 1950, p. 6), indica que a administração anterior não tinha sido cuidadosa em relação aos registros, de maneira geral, mas principalmente a respeito de cálculos das áreas dos talhões, uma vez que eles estavam “aqui” e “ali”, ou seja, dispersos em registros ou mesmo na memória dos trabalhadores mais antigos, a quem o Silvicultor teve que recorrer para saber mais a respeito das plantações e das terras.

---

<sup>36</sup> A racionalidade da silvicultura científica que se pretende aplicada às terras e aos plantios era também aplicada nos registros de Ernesto da Silva Araújo, que são extremamente detalhados. A quantidade de vezes que as palavras controlar e ordenar aparecem nos relatórios indica a vontade do silvicultor em dar uma nova formatação às terras.

Ora, a racionalidade a ser implantada não podia se contentar com registros dispersos, informações que estavam “aqui” e “ali”, ou na memória de uns e outros, mas devem estar sistematizadas e organizadas. Essa nova racionalidade devia ser aplicada também aos vizinhos. Um primeiro grupo de vizinhos é aquele que tem “áreas contíguas ao parque”<sup>37</sup>.

Ao levantar a questão das dificuldades para a realização dos plantios, principalmente por causa da cobertura vegetal das terras do Parque (poucos terrenos limpos de capoeira ou livres de troncos e de árvores grandes) Ernesto Araújo dizia que seria melhor se concentrar apenas em plantios onde já havia um preparo mínimo da terra, bem como nos tratamentos culturais dos já plantados. Contudo, “se o Instituto conseguisse, realmente, controlar as áreas de maciços puros pertencentes a particulares ou que esses, espontaneamente, submetessem seus trabalhos a um plano racional de corte” (Araújo, 1950, p. 1) seria possível ampliar a quantidade dos plantios.

Assim, a forma como os donos das áreas contíguas ao Parque cuidava de suas florestas também devia ser algo de uma racionalidade, de um ordenamento. Anos depois, e seguindo as recomendações discutidas na Reunião de Silvicultores do INP em 1958, Ernesto Araújo fez um levantamento das áreas próximas ao Parque e indicava ao INP que a fazenda pertencente a Pedro Zagonel apresentava a vantagem de possibilitar, durante 2 a 3 anos, trabalhos de plantio em terreno arado sem haver necessidade de destoca extensa. Além disso, a área de capoeira poderia ser roçada e ser aproveitada para um plantio ordenado (Araújo, 1958, p. 3).

A ordem que se queria dentro do Parque deveria ser estendida ao seu entorno, notadamente aos vizinhos que tinham matas, as quais deveriam ser submetidas a um plano racional de corte, ou àqueles que tinham fazendas que poderiam ser plantadas ordenadamente. Assim, áreas de

---

<sup>37</sup> “Desde 1955 temos nos referido a necessidade do INP adquirir áreas mais favoráveis a um plantio maior. (...) Na reunião de Silvicultores realizada em dezembro do ano transato, no Rio de Janeiro, foi aprovada a seguinte orientação: “Aquisição de terras suplementares, contíguas ao Parque, com o fim de lhes aumentar as áreas de plantio sem a necessidade de novas instalações, o que viria a onerar por demais o custo de plantio” (Araújo, 1958, p. 2).

fazendas, sejam com plantios ou criação de gado, deveriam ser plantadas com Araucária.

Outro grupo de vizinhos era o dos “moradores dos arredores [que] têm o mau hábito de criações soltas” (Araújo, 1950, p. 3). Segundo o relatório, foram reformadas as cercas antigas e construídos exatos 5.825 metros de cerca nova. Por isso, o gado dos vizinhos não causava mais danos nas plantações, como acontecia anteriormente. Porém, porcos e outros animais pequenos que continuavam a invadir as plantações, eram eliminados.

Se o gado não causa danos, como anteriormente, quer dizer que em algum momento o gado entrava nas plantações. Quais? Nas plantações de pinheiro, as quais acabavam danificando. Por isso, o espaço do Parque tem que ser delimitado, separado, resguardado<sup>38</sup> contra eventuais problemas. Na sequência vemos que o gado não entra mais, “como acontecia anteriormente”. Por que acontecia anteriormente? O gado entrava porque as cercas não eram seguras e/ou não existiam em quantidade suficiente. O gado entrava antes da fazenda ser transformada em Parque, isto é, de passar a ser administrada, gerenciada segundo outra racionalidade.

É o Parque e sua forma de organização/administração, materializada na pessoa do Silvicultor, que marca a divisão dos tempos: antes o gado entrava, agora não entra mais. O Parque, por assim dizer, cria uma disciplina, e “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (Foucault, 1989, p. 130). O poder disciplinar é um meio para se conhecer, controlar, vigiar e também, de “articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias”, visando a manipulação dos processos para se atingir o resultado eficaz a partir da distribuição e divisão do espaço com rigor (Foucault, 1989, p. 131).

---

<sup>38</sup> Segundo Foucault (1989, p. 131), pelo princípio da localização imediata ou quadriculamento, deve haver “em cada lugar um indivíduo e cada indivíduo em seu lugar”. Ou seja, “É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa [...] e perigosa”.

Assim, o que se pretende é cada qual no seu lugar, e separados por uma cerca, que define lugares a serem ocupados nessa nova racionalidade. Há uma cerca e ela deve ser respeitada, seja por quem for. Porém, observamos que nem todos os animais respeitavam a nova racionalidade expressa nas cercas: porcos e outros animais pequenos continuam entrando, e, por isso eram eliminados. Contudo, a culpa tem uma direção certa: os moradores locais, que “têm o mau hábito de criações soltas”.<sup>39</sup>

Mas primitiva não era apenas a terra antes da compra pelo INP, os registros da estação e os plantios dos vizinhos. Primitivos eram também seus trabalhadores, “os elementos humanos da região”, os caboclos<sup>40</sup> e seus costumes arraigados<sup>41</sup>, conforme podemos ler no mesmo relatório. Com certo pesar, Ernesto Araújo escreve que procurava melhorar os trabalhadores do Parque com saúde e educação, mas que não estava tendo muito progresso, “principalmente, pela desconfiança com que o elemento humano dessa região, o caboclo, analisa tudo que é contrário aos seus costumes primitivos e arraigados” (Araújo, 1950, p. 5).

Neste fragmento do relatório se espraia toda a lógica da racionalidade que move nosso Silvicultor. O seu discurso, e principalmente a sua prática, estão operando dentro de uma lógica de subalternização do “outro”<sup>42</sup>. Mas o relatório diz mais. Dizia que em 1949 o número de trabalhadores de campo foi reduzido consideravelmente: de 62 passou para 35. Aqueles 62 trabalhadores recebiam “ordenados que variavam de

---

<sup>39</sup> Estaria Ernesto da Silva Araújo se referindo aos faxinais?

<sup>40</sup> A colonialidade sustenta-se, então, na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo realizada pelo padrão mundial do poder capitalista. Foi a racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais que legitimou o caráter eurocentrado do padrão de poder (Quijano, 2010, p. 107).

<sup>41</sup> “O ser representa, para a história e a tradição, o mesmo que a colonialidade do ser representa para a colonialidade do poder e para a diferença colonial. Assim, a colonialidade do ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades. A relação entre poder e conhecimento conduziu ao conceito de ser, e se colocou a questão do que seria a colonialidade do ser” (Maldonado-Torres, 2008, p. 89).

<sup>42</sup> “A colonialidade do ser, é aquela que é exercida através da inferiorização, subalternização e desumanização. Ela aponta a relação entre razão/racionalidade e humanidade, isto é, os mais humanos são aqueles que fazem parte da racionalidade formal, a racionalidade modernidade concebida a partir do indivíduo ‘civilizado’” (Walsh, 2008, p. 138).

C\$18,00, C\$20,00 e C\$23,00 por dia e estavam em completa indisciplina de trabalho, comparecendo ao serviço quando bem entendiam” (Araújo, 1950, p. 5).

Ora, podemos dizer que os moradores locais eram, em algum número, também os trabalhadores do Parque. Esses moradores, os caboclos, seriam os mesmos que criavam animais à solta e que eram, segundo o relatório, os que “vivem em completa indisciplina de trabalho”. Mas por quê? Porque o tipo humano da região, o caboclo, é desconfiado, tem hábitos primitivos e arraigados, tais como não gostar de trabalhar e de criar animais à solta. Fica nítida, como podemos perceber, a dificuldade do Silvicultor em conseguir algum progresso em relação a isso. Como mudar um lugar e chegar aos resultados esperados se a terra era primitiva, se o elemento da região possuía costumes primitivos e arraigados, se os moradores dos arredores tinham o mau hábito de criações soltas, se os que tinham terras adjacentes ao Parque não exploravam racionalmente seus plantios e os trabalhadores viviam em completa indisciplina de trabalho?

Esses mesmos trabalhadores eram, também, muito caros, conforme podemos observar nos relatórios de 1953, 1958 e 1960. No caso de 1953<sup>43</sup>, o processo de desbravamento de alguns terrenos acabou ficando muito caro por causa da grande quantidade de pinheiros<sup>44</sup> que existiam, os quais foram aproveitados para toras através do serviço braçal.

Já em 1958, o preparo de alguns terrenos encareceu ainda mais porque, além de se perder muito material lenhoso, com o fogo, por exemplo, os plantios tiveram que serem feitos “no toco”. A destoca, logo após a derrubada da mata, principalmente as de pinheiro, também era impraticável por conta dos tratores que o Parque possuía, conforme veremos

---

<sup>43</sup> O trabalho de preparação do terreno do talhão1, de 44,54 hectares, teve os seguintes custos: desbravamento com trator (destoca e limpeza): CR\$ 6.011,10, desbravamento manual (roçada e queimada) custou CR\$ 22.462,70. (Araújo, 1953, p. 4) O desbravamento com tratores (destoca, derrubada e limpeza) do talhão 8 custou CR\$ 7.157,50, e o desbravamento manual (roçada e queimada) custou CR\$ 16.310, 60 (Araújo, 1953, p. 6).

<sup>44</sup> Qual a racionalidade, qual a *expertise* que derruba pinheiro para plantar ... pinheiro?

abaixo. Por isso, as áreas de plantio diminuía, enquanto os serviços manuais de preparo ficavam mais caros<sup>45</sup>.

Em 1960, após detalhar os procedimentos de preparo do terreno do talhão 28 (derrubada, queima, encoivramento e nova queimada), Ernesto Araújo dizia que a explicação desse processo era necessária para ressaltar os inconvenientes do plantio de pinhão em terrenos com essas características. Por isso, as diversas operações de preparação do terreno ficavam caras e demoradas; havia também a necessidade de exterminação de formigueiros, que iam se formando no raizame e tocos. Todo esse trabalho era realizado com a mão de obra de trabalhadores do Parque, “mais cara, porque sujeita ao regime de 8 horas e salário família”. (Araújo, 1960, p. 2)

As reclamações do Silvicultor não eram dirigidas apenas contra o preço da mão de obra. Elas também eram dirigidas aos tratores e implementos que possuíam, e que começaram a chegar em 1952.

## **A mecanização e a colonialidade da natureza**

No caso do Parque, e de acordo com Ernesto da Silva de Araújo, com a mecanização seria possível preparar um terreno, ou limpá-lo, de forma mais rápida e econômica. Contudo, a persistência de práticas tidas como atrasadas, como a plantação “no toco”, indicam que nem tudo se resolvia com a técnica e o trator.

O FINPI do talhão 28 apresenta uma série de detalhes do terreno e de sua preparação para o plantio, em julho de 1957. Este terreno apresentava capoeira e tigüera, em sua maior extensão. Esta parte foi roçada, queimada e destocada com grade pesada, a Rome Plow. Outra parte do terreno era composta de capoeira grossa mesclada com pinheiros. Nesta parte ele foi roçado, encoivado e queimado em várias parcelas. Em ambos, o plantio foi realizado “no toco”.

---

<sup>45</sup> Por exemplo: em 1954, para preparar o plantio em 24 hectares, foram gastos CR\$ 490.967,00. Em 1956, para o plantio de outra área de 24 hectares, foram gastos CR\$ 2.092.721,90 (Araújo, 1958, p. 1).

Como vemos, o terreno era de capoeira e tigüera, e capoeira grossa com ocorrência de pinheiros noutra parte. Esta composição chama atenção pela presença de tigüera, que resulta dos restos de uma plantação de milho, mas que também pode ser entendida como vegetação baixa, mais rala, mas não menos daninha, pelo menos de acordo com a silvicultura científica. Por isso deve ser eliminada pela roçada e pela queimada. A outra composição do terreno foi queimada, destocada, depois encoivarada e novamente queimada. O plantio em ambas foi feito “no toco”.

Estamos em 1957 e Ernesto da Silva Araújo é o administrador do Parque desde 1949, quando começa a implantar a silvicultura científica, e o que nos chama a atenção são as técnicas que ainda utiliza para a preparação do terreno: roçada, queimada e coivara, e para a plantação: o plantio “no toco”. Comumente, essas são técnicas utilizadas por indígenas, negros, populações pobres de maneira geral; pelos caboclos, que ele chama de primitivo. São parte, dessa forma, de uma agricultura irracional, do cultivo da terra feito através de métodos considerados “arcaicos”, que não se utiliza de preceitos científicos ou maquinário agrícola.

Causa surpresa, então, que, em se tratando de plantações levadas a efeito sob as premissas da silvicultura científica, e que ele está no parque há 8 anos, quase todas as plantações foram feitas com essas técnicas<sup>46</sup>. Diante disso podemos nos perguntar: seria essa técnica utilizada pelos moradores locais, o caboclo, o elemento humano da região, primitivo e arraigado em seus costumes? Se for, por que então se utilizar de uma técnica primitiva para plantação baseada na silvicultura científica, como aponta o próprio silvicultor em seu relatório de 1952<sup>47</sup>?

---

<sup>46</sup> Dos 34 talhões plantados com Araucária angustifólia entre 1946 e 1959, seis indicam expressamente que o plantio foi feito “no toco”. Outros talhões indicam que ele foi realizado “sob capoeira alta”, “em campo sujo”, “sob cobertura de mata fina”, “com capoeira grossa e presença de taquara”, “com vegetação arbustiva e capim barba de bode”.

<sup>47</sup> O problema de assegurar a continuidade do trabalho em empresas florestais, existe desde os começos da silvicultura científica. Isto em vista da necessidade da produção florestal em comparação com a produção agrícola e industrial, é tão difícil quanto essencial. O método adotado [...] consiste na organização de um plano florestal como base para a futura gerência (Araújo, 1950, p. 1).

No caso do Parque e seu silvicultor, a mecanização<sup>48</sup> poderia ser a chave para desbravar os segredos de sua natureza. A chegada de tratores, em 1952/1953, está envolta em demoras e promessas da Divisão de Florestamento e Reflorestamento do INP, que comprometia a preparação dos terrenos para o plantio. Contudo, aquilo que parecia ser a salvação, se transformou em pesadelo. Um trator<sup>49</sup> chegou em abril de 1952, mas veio sem o arado e só começou a trabalhar dias depois. Logo depois ele apresentou vários problemas e ficou mais de um mês parado. Assim, sem saber quando o trator poderia iniciar os trabalhos, Ernesto da Silva Araújo decidiu plantar em uma área já preparada e deixar o restante para plantar em 1953 (Araújo, 1952, p. 3-4).

Em 1953 o Parque possuía 3 tratores, uma maquinaria que esbarra em vários problemas, como era o caso do trator John Deere, modelo “R”, que servia para aração, mas apenas quando o terreno permitia (Araújo, 1952, 6). Ao descrever como foi realizado o serviço de desbravamento do talhão 11, em 1952, Ernesto da Silva Araújo conta que o seu desbravamento constou de derrubada de árvores, inclusive pinheiros, destoca e retirada de toras. Contudo, o trator Allis Chalmers não conseguia realizar o serviço sozinho, precisando do “auxílio de braços” para cavar em torno dos pinheiros e cortando as raízes laterais. (Araújo, 1952, 6)

Em 1953 Ernesto relatava à DRF que estava conseguindo realizar o plantio de acordo com o planejado, graças ao auxílio dos tratores que chegaram. Segundo ele isso vinha provar a eficiência e a rapidez da mecanização nas operações de preparo de terrenos. Porém, elas ainda eram

---

<sup>48</sup> Em 1950 o Parque possuía “dois arados de aiveca reversível, um arado de pá, uma grade de 12 discos Internacional, dois cultivadores ‘bico de pato’ tipo ‘Empire’ com riscador e uma enxada de 14 polegadas, dois cultivadores ‘Mac-Cormick’ de 3 enxadas, sendo todas essas máquinas de tração animal. Em 1949 foi comprado pela DRF, uma enxada rotativa (Rotary-hoe), a qual, porém, foi enviada para a Estação dos Pardos (SC); essa máquina foi devolvida em fins de 1950 sem funcionar” (Araújo, 1950, p. 4).

<sup>49</sup> O trator “Allis Chalmers” é destinado para os trabalhos mais pesados de desbravamento e movimento de terra; o “caterpillar” D-4 para aração e o trator “John Deere” “R” serve para aração, quando o terreno permite, mas principalmente é usado na gradagem de terreno. Os dois últimos, porém, auxiliam na limpeza dos terrenos onde existem toras e troncos pesados, transportando-os para fora da área a ser preparada (Araújo, 1952, 6).

caras, principalmente por causa da natureza dos terrenos trabalhados, geralmente cobertos de capoeira grossa e grande quantidade de tocos, principalmente de pinheiros (Araújo, 1953, 1). A mecanização, assim, enroscava nos tipos de terrenos existentes no Parque e indicava, nas na verdade, a inadequação dos tratores no processo de desbravamento.

Em 1954, na descrição do que era um processo de desbravamento, Ernesto Araújo nos diz que o desbravamento manual corresponde às operações de ajuntamento de raizame e tocos pequenos para queima ou remoção por meio de carroças, e no trabalho auxiliar na derrubada de pinheiros e árvores de grande porte, serviço que o trator HD-5, o Allis Chalmers equipado com “bulldozer, não consegue fazer sozinho. (Araújo, 1954, p. 2) A expressão “fazer sozinho” pode nos levar a pensar em sua onipotência, que o trator tem a qualidade de um ser que tem a capacidade ilimitada de fazer qualquer coisa. Mas não. Sua onipotência é colocada em xeque pelo terreno, uma vez que o trator de esteiras equipado com “bulldozer” só consegue fazer, sozinho, serviços que a natureza permite.

Do que vimos, fica uma questão: quem auxiliava quem? O braço operário auxiliava o trator ou o trator auxiliava o braço operário?

Diante disso, e seguindo a racionalidade instrumental, nada melhor para resolver o problema dos terrenos do que ter mais tratores, só que mais possantes e melhor equipados. Assim, para resolver o problema Ernesto da Silva Araújo pedia, em 1953, dois tratores equipados com “bulldozer”: um para os trabalhos de destoca e derrubadas mais pesadas, e outro, menos possante, para a destoca mais leve e serviço de limpeza de área, tal como o arrastamento de tocos e árvores para fora da zona a ser beneficiada (Araújo, 1953, p. 1).

Contudo, a técnica e a mecanização, símbolos do pensamento do Silvicultor, esbarram nas condições objetivas dos terrenos do Parque, de forma que para se poder prepará-los para os plantios, não prescindia do braço dos trabalhadores. A ordem e a simetria que tanto se desejava no Parque, às quais o trator daria materialização, encontravam uma série

de complicadores para se efetivar e expressavam várias contradições. 1954 foi um ano em que essas contradições se tornaram mais visíveis. Mesmo com 3 tratores, os serviços de preparação dos terrenos, bem como a limpeza dos talhões, não eram realizados sem a braço trabalhadores caboclos.

No relatório referente ao período de setembro de 1953 a março de 1954, Ernesto Araújo dá conta de que a área que estava sendo desbravada havia sido derrubada desordenadamente e depois queimada para agricultura, tornando-se impossível o aproveitamento total para lenha. Além de fazer essa crítica ao que considera uma derrubada desordenada e à agricultura, ele nos diz que seria necessário “derrubar parte de um capão de mato para corrigir as linhas do futuro talhão [...] (Araújo, 1954, p. 2). O relatório continua e nos apresenta outra dificuldade: a grande quantidade de nós de pinho, cuja retirada era indispensável devido à futura limpeza mecanizada.

Ao lermos o relatório, somos levados a pensar em qual seria a ideia de uma derrubada desordenada. Seria aquela feita pelas serrarias desde a década de 1920? Mas somos levados a pensar, também, que exista uma derrubada ordenada. Nesse caso, qual seria? Seria a derrubada das matas segundo a silvicultura científica? A derrubada para “corrigir as linhas do futuro talhão” seria ordenada? Seria aquela que, a partir do momento que foi efetivada, bem como os futuros talhões, daria ordem ao caos?

Possível resposta podemos encontrar no texto de Edmundo Navarro de Andrade, quando na década de 1920 faz a defesa do reflorestamento. Para ele:

O que é preciso, indispensável mesmo, é cuidar do reflorestamento do nosso país [...]. Precisamos pensar em matas uniformes, homogêneas, de uma só, ou de reduzido número de espécies, cuja exploração possa ser, mais tarde, feita segundo as regras da silvicultura e cujos lucros correspondam aos que se podem e devem obter da cultura florestal, sem o processo bárbaro de derrubar muitas árvores para aproveitar alguns metros cúbicos de uma determinada essência e sem a necessidade de vender, a um preço irrisório, como lenha, madeira de inestimável valor (Andrade, 1923, p. 13-14).

Outros problemas aparecem e vão mostrando as contradições, tanto da monocultura que se pretende com os plantios de pinheiro, como das dificuldades em realizar os serviços de limpeza. Uma tentativa em limpar parte do talhão 17 teve que ser abandonada, uma vez que “a grade do disco lesava a parte inferior do pinheiro” (Araújo, 1954, p. 3). A limpeza com a Rotary Hoe (enxada rotativa), ainda no talhão 17, também não teve muito sucesso. Segundo o relatório, o trabalho da Rotary Hoe, embora perfeito, era moroso, e poderia ser suplantado pelo trator GH, que era mais econômico e muito mais rápido. Contudo, o trabalho continuou sendo feito pela Rotary Hoe, que gastou no serviço 9 dias. A justificativa? O terreno estava tão sujo que o mato embaraçava nas enxadinhas da máquina, tornando-se necessário, a qualquer momento, limpar máquina que fazia a limpeza.

Os talhões 1, 21, e parte do 11, revelam mais contradições da mecanização. Em todos eles o mato cobria as linhas de pinheiros, e se, anteriormente as tentativas de limpeza foram feitas com grade animal e Rotary Hoe, agora ela foi feita com o trator GH. E aqui, novamente, a natureza complicou a tecnologia. Em primeiro lugar houve a necessidade de um ajudante para ir balizando as linhas com taquara. Depois, o espaçamento em que foram plantados os pinheiros não dava “regulagem para o trator”, não permitindo a limpeza cruzada. A solução foi passar o trator apenas nas linhas de 2 metros, sendo o restante deixado para ser feito a enxada.

Observamos, dessa forma, que mesmo a mecanização, a técnica e a racionalidade não dão conta de determinados tipos de cobertura vegetal. Por exemplo: a limpeza do talhão 11, de 44,45 hectares, e plantado com 222.728 covas em 1953, foi feita, segundo o FINPI do talhão, com carpideira animal e trator GH nas entrelinhas, completando-se o serviço com a enxada.

Outro exemplo da (ir)racionalidade da simplificação radical, isto é, a monocultura, foi o espaçamento do talhão 17, plantado em junho de 1950. No seu FINPI lemos que foi realizado um desbaste por conta do compasso curto entre as linhas. Em 1954 foi realizado outro desbaste,

ficando o compasso acima de 0,50 centímetros – inicialmente ele era de 2 x 0,20 metros – entre as plantas.

Ora, se o espaçamento é a expressão da matematização da natureza, e tem nas linhas que formam desenhos geométricos sua racionalidade, tanto de plantio quanto de limpeza, por que não fazer o plantio no espaçamento de 2 x 0,50 desde o início do processo? Por que plantar em um determinado espaço e depois ter que fazer dois desbastes para se chegar ao espaçamento ideal?

Assim, várias questões apresentadas no relatório fazem-nos pensar na racionalidade, ou como nos diz Dussel (2001, *apud* Achinte e Rosero, 2016, p. 30) “a irracionalidade da racionalidade ocidental”, do negócio do Parque: talhões cobertos de mato, em cujas linhas o trator não consegue se locomover sozinho, necessitando de um balizamento a taquara, um trator que não dá regulagem, espaçamentos que não dão no tamanho do trator, a limpeza mecanizada que não pode ser feita sem a retirada do nó de pinho, uma máquina de limpeza que precisa ser limpa a cada instante porque se enrosca no mato, e espaçamentos muito pequenos e que precisam ser aumentados, depois, à custa da eliminação de pinheiros.

Aqui, somos inclinados a pensar que, mais uma vez, o gerenciamento não deu certo: quem planta com um espaçamento sabendo que é pequeno? Quem planta para depois ralear? Quem planta para posteriormente eliminar pinheiros? Que racionalidade é essa que planta 217 mil covas pinheiro e depois elimina 70 mil pés, como foi o caso do talhão 28, plantado em junho de 1959?

Por outro lado, somos levados a pensar que, de forma nenhuma, se negociava com a natureza. A ela se impõe uma lógica e se segue nela do começo ao fim, mesmo que isso não dê certo, isto é, que a natureza “diga” outra coisa.

Em suma, parece que tudo caminhava a taquara e compasso pelas bandas do Parque, e a enxada, a coivara, o “toco” e a taquara, antes símbolos do atraso frente à glorificação da figura do trator e do arado, é que conseguiam “salvar a lavoura”.

Em 1960 o Parque possuía 4 tratores, um a mais do que em 1953, conforme vimos acima. Era o trator Hoead Twelve com enxada rotativa. (Paes Leme, 1961, p. 4) Contudo, devido à natureza das terras a serem desbravados e preparadas, eles trabalharam poucas horas.<sup>50</sup>

É interessante observar que a lógica dos “danos colaterais esperados” (Tsing, 2019) que é aplicada, por exemplo, aos pinheiros que não se desenvolveram satisfatoriamente e são eliminados nos processos de desbaste, também vale para os tratores e implementos do Parque.

Fernão Paes Leme, em relatório de 1961 – o único assinado por ele – é muito direto em suas palavras. Segundo ele, os arados e os tratores não seriam mais utilizados no parque dado à natureza da cobertura do solo. Dessa forma, os tratores John Deere GH, com o respectivo implemento, e o trator Hoead Twelve, com a enxada rotativa, poderiam ser vendidos ou transferidos para outros serviços “por não terem mais serventia neste parque”, por “serem impróprios aos nossos serviços de reflorestamento” (Paes Leme, 1961, p. 4).

Como vemos, o trator é uma entidade enquanto serve. Depois, dependendo do terreno, é impróprio e pode ser vendido. O trator, símbolo do progresso, se torna impróprio para os trabalhos do Parque, assim como a política de mecanização dos serviços de reflorestamento do INP tenha sido, de acordo com Fernão Paes Leme, tão mal planejada, e que sua distribuição pelos parques tenha sido pior (Paes Leme, 1961, p. 4).

## Considerações finais

Sustentamos ao longo do texto que processo de transformação da fazenda em Parque foi mediado pela colonialidade. Ocorreu não apenas a colonização da natureza, mas também do saber e do ser. O processo não foi apenas econômico, mas foi também do imaginário. Assim, mesmo que

---

<sup>50</sup> O trator HD-5 trabalhou 858 horas entre janeiro de 1960 e abril de 1961; o trator D-4 trabalhou, no mesmo período, 393 horas; o trator “R” trabalhou 264 horas. Já os tratores GH e Hoead Twelve não trabalharam nenhuma hora sequer (Paes Leme, 1961, p. 5).

os resultados esperados não tenham sido alcançados na sua totalidade, ou que tenha passado por uma série de dificuldades, a natureza foi colonializada.

O processo de transformação da fazenda em Parque Florestal, em 1946, foi marcado pela colonialidade, uma vez que a ideia do “parque” já é uma expressão dessa colonização. Os talhões, com sua linguagem matemática, deram forma a uma terra, a fazenda, que, primitivamente, era composta de capoeiras, campos de engorda de gado, terras de agricultura submetidas ao fogo e tocos e restos de madeiras imprestáveis para as serrarias.

Depois, com o Parque, lugares com formigueiros, taquara, tigüera e tocos imprestáveis, lugares que sofriam com as chuvas, com a seca, com as geadas e com as perdizes, vão ganhando forma com a ajuda de arados, grades, cultivadores, riscadores, enxada rotativa e tratores. A técnica e a mecanização trabalhavam juntas nesse processo de colonialização da natureza. Nem sempre, ressalta-se, com a vitória dos primeiros.

Quase tudo se modifica no Parque. A construção de cercas, por exemplo, não só tenta impedir animais de entrarem nos plantios, como também marcam os lugares de cada um, e os porcos e outros animais pequenos que não entendiam essa nova racionalidade acabavam mortos quando as ultrapassam. É o recurso da eliminação.

Eliminação, inclusive, é o que acontece com os pinheirinhos que não alcançam determinado crescimento, mesmo que tenham sido plantados em lugares com sombreamento denso ou em lugares de represamento de água. Eliminados são também os trabalhadores, que passam de 62 a 35, uma vez que “viviam em completa indisciplina de trabalho”. Eliminados serão também os tratores e implementos que não servem mais aos processos de desbravamento do Parque.

Derrubar as matas, ordenar as terras, plantar em linhas, quadricular o espaço, eliminar animais, pessoas, pinheiros e tratores, são exemplos do pensamento antropocêntrico, próprio do legado do pensamento

ocidental em relação à natureza. Ou seja, um conhecimento específico, o ocidental, é tido como conhecimento objetivo e universal, e o conhecimento científico/empresarial ocidental (Lander, 2000) é o único aceito.

Este conhecimento se expressa, em relação à natureza, na ideia de controle, de dominação. Esta pretensão de controle pode ser notada no dualismo entre o homem e a natureza, em que esta última passou a ser a inimiga daquele e, por isso, deve ser subjugada. A natureza, transformada em terra<sup>51</sup>, “(...) e tudo que ela contém, passa de *força* a *coisa*. (Silva, 1997, p. 20. Grifo no original). O controle da natureza implica a anulação de sua atividade, de seu fazer-se por si só, o que dá através da técnica, com a qual o Silvicultor está identificado.

Com a técnica, o poder e a possibilidade de domínio da natureza situam-se do lado do homem. Neste caminho, a natureza foi esvaziada de uma alma, isto é, de um poder que tanto podia auxiliar quanto aterrorizar. Por isto o *progresso* do conhecimento é o progresso do domínio (Silva, 1997). (Grifo no original).

A natureza do Parque, fonte/possibilidade de riqueza, era também um obstáculo ao seu progresso e modernização, dado à sua composição de curvas, ondulações, águas, pragas e animais, que tiveram que ser explorados e igualmente dominados pela racionalidade que se instaurava. Para Alimonda (2011, p. 22):

[...] a persistente colonialidade que afeta a natureza latino-americana, tanto como uma realidade biofísica (sua flora, sua fauna, seus habitantes humanos, a biodiversidade de seus ecossistemas) quanto sua configuração territorial (a dinâmica sociocultural que articula significativamente esses ecossistemas e paisagens), aparece diante do pensamento hegemônico global e diante das elites dominante na região como espaço subalterno, que pode ser explorado, arrasado, reconfigurado, de acordo com as necessidades dos atuais regimes de acumulação.

---

<sup>51</sup> “[...] o capitalismo introduziu uma inovação que mudaria profundamente a forma como as pessoas se relacionavam com a natureza em geral: ele criou, pela primeira vez na história, um mercado geral de terras. Todas as forças e interações complexas, seres e processos que designamos como ‘natureza’ (às vezes até elevada ao *status* honorífico de uma ‘Natureza’ capitalizada), foram reduzidas a uma simplificada abstração, ‘terra’ (Worster, 2003, p. 34. Grifo no original).

Contudo, além de mutilar, simplificar e esquadrihar a natureza, a expertise das monoculturas quer provar a todo instante que está certa “num esforço febril para evitar o insucesso” (Worster, 2003). Por outro lado, mesmo com as altas apostas em favor da técnica e da mecanização, o Parque caminhava a taquara e compasso, sendo que em muitos talhões quem dava as cartas eram as saúvas e as quem-quem.

## Referências

ACHINTE, Adolfo Albán e ROSERO, José Rafael. Colonialidad de la naturaleza: ¿imposición tecnológica y usurpación? Interculturalidad, desarrollo y re-existencia. **Nómadas**, Bogotá, nº 45, p. 27-41, oct. 2016.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor. (Coordinador). **La Naturaleza colonizada Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO/ Buenos Aires: CICCUS, 2011. p. 21-60.

ANDRADE, Edmundo Navarro de. **Problema florestal no Brasil**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1923.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./sez. 2014.

AUER, Celso Garcia. **Talhanotamento**. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/eucalipto/arvore/CONT000h0181hfd02wx7ha07d-3364z2cdq3y.html>> Acesso: 25 abr. 2020.

BACON, Francis. **Novum organum**. Ou as verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 11, p. 89-117, maio/ago. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.124**, de 19 de Março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3124-19-marco-1941-413066-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 22 abri. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.813**, de 8 de Outubro de 1942. Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4813-8-outubro-1942-414793-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 22 abr. 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 87-95.

CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgar. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**, Buenos Aires, CLACSO, 2000. p. 54-68.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GIRALDO, Omar Felipe. **Ecología política de la agricultura: agroecología y posdesarrollo**. Chiapas: ECOSUR, 2018.

GIRALDO, Omar Felipe. Hacia una ontología de la Agri-Cultura en perspectiva del pensamiento ambiental. **Polis - Revista Latinoamericana**, Santiago, n. 34, p. 95-115, 2013.

HENNING, Paula Corrêa. Resistir ao presente: tensionando heranças modernas para pensar a Educação Ambiental. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 763-781, 2019.

IORIS, Edviges Marta. **Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

JORNAL **Diário da Tarde**. Curitiba, 13/40/1946. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=70607>> Acesso: 27 maio 2020.

JORNAL **Diário da Tarde**. Curitiba, 5/10/1946. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&PagFis=71623>> Acesso: 27 maio 2020.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, Edgardo (comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo y colonialismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Comp.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**, Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental**. La reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XXI Editores, 2004.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Santiago CASTRO-GÓMEZ; Ramón GROSFOGUEL. (Orgs.). **El giro Decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/Siglo del Hombre, 2007. pp. 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80, p. 71-114, mar./2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/695> Acesso em 07 de junho de 2020.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 32 n° 94, p. 2-18, jun./2017.

MUNHOZ, Cibele, BRANDALISE, Ademar Luis e ULHOA, Ricardo Augusto. (Coordenação geral). **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Irati**. Fernandes Pinheiro, Dezembro 2013. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona\\_irati\\_vol1\\_pm.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_irati_vol1_pm.pdf)> Acesso: 14 maio 2020.

Navarro, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil** (Português). Global: São Paulo, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, Quito, n. 44, p. 227-238, ago./1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **CLACSO** (Colección Antologías), Buenos Aires, p. 285-327, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf> Acesso em 30 de maio de 2020.

QUINTERO, Pablo, FIGUEIRA, Patrícia e ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. MASP/Afteral, #3, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf> Acesso em 01 de junho de 2020.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e Razão Instrumental. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 11-31, 1997.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. IEB Mil Folhas: Brasília, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, nº 9, p. 131-152, julio-diciembre, 2008.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, 2003, vol. 5, nº 2, ago./dez. 2002/vol. 6, nº 1, p. 23-44, jan./jul. 2003.

ZANETTI, Eder. História florestal. [2014]. **Jornal Dia de Campo**, Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=30362&secao=Artigos%20Especiais>> Acesso: 31 maio 2020.

## Fontes impressas

Relatório de Ernesto da Silva Araújo, silvicultor, à Delegacia Regional do INP em Curitiba. 1950. Disponível em: [http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/1/0/10563/Ano\\_\\_1950\\_\\_PB001.7.1a.38.pdf](http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/1/0/10563/Ano__1950__PB001.7.1a.38.pdf) Acesso em 14 abril de 2020.

Relatório de Ernesto da Silva Araújo, silvicultor, à Delegacia Regional do INP em Curitiba. 1952. Disponível em:

[http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/5/5591/1\\_1b.38.pdf](http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/5/5591/1_1b.38.pdf) Acesso em 20 de abril de 2020.

Relatório de Ernesto da Silva Araújo, silvicultor, à Delegacia Regional do INP em Curitiba. 1953. Disponível em: [http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/5/5595/1\\_1c.38.pdf](http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/5/5595/1_1c.38.pdf)

Relatório de Ernesto da Silva Araújo, silvicultor, à Delegacia Regional do INP em Curitiba. 1954. Disponível em: [http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/5/5599/1\\_1d.38.pdf](http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/5/5599/1_1d.38.pdf) Acesso em 20 de maio de 2020.

Relatório de Ernesto da Silva Araújo, silvicultor, à Delegacia Regional do INP em Curitiba. 1958. Disponível em [http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/6/5619/1\\_1i.38.pdf](http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/6/5619/1_1i.38.pdf) Acesso em 15 de maio de 2020.

Relatório de Ernesto da Silva Araújo, silvicultor, à Delegacia Regional do INP em Curitiba. 1960. Disponível em: <http://cedoc.unicentro.br/index.php/relat-rio-de-ernesto-da-silva-ara-jo-silvicultor-do-parque-florestal-dr-manoel-enrique-da-silva-referente-ao-ano-de-1960-1> Acesso em 24 de maio de 2020.

Relatório de Fernão de Lignac Paes Leme, silvicultor, à Delegacia Regional do INP em Curitiba. 1961. Disponível em: [http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/6/5619/1\\_1i.38.pdf](http://cedoc.unicentro.br/uploads/r/centro-de-documenta-o-e-mem-ria-da-unicentro-pr-campus-de-irati-95/5/6/5619/1_1i.38.pdf) Acesso em 24 de maio de 2020.

## **Formulários impressos pelo INP**

FINPI talhão 1, 1953

FINPI talhão 10, julho de 1953

FINPI talhão 11, maio de 1953

FINPI talhão 13, agosto de 1954

FINPI talhão 14, junho de 1950

FINPI talhão 16, junho de 1950

FINPI talhão 17, junho de 1950

FINPI talhão 18, junho de 1950

FINPI talhão 20, julho de 1953

FINPI talhão 21, junho de 1953

FINPI talhão 28, julho de 1957

FINPI talhão 29, julho de 1951

## Sobre os autores

---

**Alex Antônio Vanin.** Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/UPF. Bolsista CAPES. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/UPF.

**Ancelmo Schörner.** Professor do curso de Graduação e Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO, campus de Irati. Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em História da UNIMONTES. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO. Doutor em História. Pós-doutorado em Sociologia.

**Carlise Schneiders.** Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/UPF. Licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS.

**Jéferson Luís Schaeffer.** Graduado em História pela Universidade do Vale do Taquari/ UNIVATES.

**João Carlos Tedesco.** Professor aposentado da Universidade de Passo Fundo/UPF. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/UPF. Doutor em Ciências Sociais e pós-doutor pela Universidade de Milão e Verona (Itália).

**João Sand.** Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUC-RS. Bolsista CAPES. Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo/UPF.

**José Carlos Radin.** Professor Associado e docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, Campus Chapecó. Doutor em História do Brasil. Pós-Doutorado em História pela Universidade de Padova, Itália.

**Julia Gregori.** Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ UNISINOS. Bolsista CAPES. Mestre em História pela UNISINOS e Graduada em História pela UNIVATES.

**Kalinka de Oliveira Schmitz.** Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ UNISINOS. Bolsista CAPES. Mestre e Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo/UPF.

**Leticia Maria Venson.** Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE. Bolsista pelo Programa UNIEDU/FUMDES. Mestra e Graduada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó.

**Marilize Radin Fratini.** Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS. Professora da rede Básica de Ensino. Especialista em História e Geografia do Sul do Brasil e Graduada em História/UNOESC-Joaçaba.

**Nathan Lermen.** Mestrando em História Global no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC. Bolsista CAPES.

**Patrícia Bosenbecker.** Professora substituta na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Doutora em Sociologia. Pós-doutorado em Sociologia/UFRGS, bolsista CNPq. Mestre em História.

**Rosane Marcia Neumann.** Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Doutora em História. Pós-doutora em História pelo Lateinamerika Institut (LAI)/Freie Universität Berlin, Alemanha e PUCRS. Pesquisadora do Instituto Histórico de São Leopoldo/RS.

**Tatiane Soethe Szlachta.** Graduada em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

# COLONOS, COLÔNIAS E COLONIZADORAS

aspectos da territorialização  
agrária no sul do Brasil

Colonos, colônias e colonizadoras têm como espinha dorsal os projetos de imigração e colonização particulares, implementados no Sul do Brasil por indivíduos/empresários e companhias/empresas colonizadoras, de meados do século XIX a meados do século XX, ajustados à legislação e política do Império e da República, respectivamente. Mais do que respostas, os estudos fornecem pistas e instigam o leitor a novas perguntas sobre: quem eram os investidores? De onde provinha o seu capital? O que os levou a investir no mercado/colonização de terras? Quem eram os colonos? Como funcionavam as colônias particulares? Dentre outras. Portanto, as colonizadoras, empresas, empresários e as colônias particulares ou empreendimentos de colonização, são o fio de Ariadne da tessitura dessa coletânea. Observar esse mundo colonial particular sob o jogo de escalas reduzida/aumentada, faculta perceber particularidades e singularidades que, por sua vez, suscitam outras/novas problemáticas de pesquisa. Considerando que cada empreendedor/colonizadora criou seu próprio espaço colonial particular, mapeamos alguns poucos cosmos, enquanto outros ainda permanecem obscuros nesse imenso universo colonial!